

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Cibele Silva e Souza**

**A PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA E PROCESSOS DA**  
**CONSTRUÇÃO DA IMAGEM:**

estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas Eleições 2014 e Impeachment 2016

**Juiz de Fora**  
**2018**

**Cibele Souza e Silva**

**A PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA E PROCESSOS DA  
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM:**

estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas Eleições 2014 e Impeachment 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

**Juiz de Fora**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SOUZA, CIBELE SILVA E.

A PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA E PROCESSOS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM : estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas Eleições 2014 e Impeachment 2016 / CIBELE SILVA E SOUZA. -- 2018.

248 f.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2018.

1. Comunicação e Poder. 2. Comportamento Político. 3. Política. 4. Eleição. 5. Impeachment. I. Leal, Paulo Roberto Figueira, orient. II. Título.

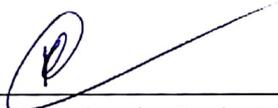
**Cibele Silva e Souza**

**A PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA E PROCESSOS DA  
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM:**  
estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014 e impeachment 2016

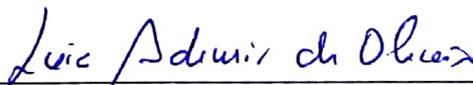
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 22 de FEVEREIRO de 2018

BANCA EXAMINADORA

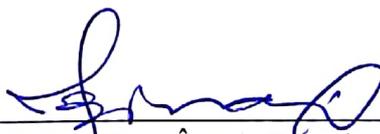


Paulo Roberto Figueira Leal - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Luiz Ademir de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora



Francisco Ângelo Brinati  
Universidade Federal de São João del-Rei

A DEUS, que me deu a dádiva da vida e me amparou todos os dias, para que eu fosse capaz de prosseguir e de alcançar todos os meus sonhos.

Aos meus pais – Vânia Lucia e Valter César – pelo apoio incondicional, presença, carinho e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vânia Lúcia e Valter César, que sempre acreditaram em mim e me deram todo apoio de forma incondicional. Nunca vou me esquecer que vocês, por terem percebido meu desespero e aflição, me fortaleceram nos momentos de dificuldade. Vocês me fazem acreditar que sou capaz de alcançar tudo aquilo que sonho e, principalmente, me mostram que sempre devo me empenhar para realizar meus objetivos. Obrigada! É o amor de vocês que me torna uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço à minha querida irmã e também mestranda, Clarice, o amor que se estende desde a infância e me alimenta todos os dias. Obrigada por ser minha companheira nesse longo caminho acadêmico, que vamos traçar juntas!

Às irmãs que Deus me deu, Thamyres, Ana Paula, Ludymila, Laís e Virgínia, agradeço todo o apoio, companheirismo e os anos de cumplicidade. Vocês me mostraram que a amizade pode ir muito além do que se espera do outro.

Agradeço às minhas queridas tias Maura, Marília e Marina toda preocupação desde quando eu era uma adolescente, até esse longo caminho acadêmico. Sem dúvida, vocês foram importantes incentivos para que eu chegasse até aqui. Amo vocês! A Maria de Amintas, mãe de Juiz de Fora, obrigada pelo apoio e cuidado comigo sempre!

Ao professor Paulo Roberto Leal, agradeço a orientação e a amizade. Obrigada por ter confiado em meu empenho e trabalho e por ter compartilhado comigo momentos de aprendizagem que marcaram minha trajetória acadêmica. O senhor é um exemplo de profissionalismo. Obrigada pela calma, pedagogia e serenidade durante todo esse caminho!

Agradeço aos colegas do mestrado as enormes aprendizagens, que se estendem desde o início e aos professores que se disponibilizaram a participar desta banca, mesmo diante de toda limitação de tempo. Em especial, agradeço aos professores Luiz Ademir e Francisco Brinati as preciosas sugestões, que muito contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Todos os acontecimentos se deram em situações em que a democracia foi posta em questão, parcial ou inteiramente. Se, por um lado, foram motivados por circunstâncias particulares (se o suicídio e a renúncia foram atos cujo desenlace final dependeu de uma decisão individual, o "acidente" e o impeachment ocorreram para além das vontades individuais de quem os sofreu), há um fio que os amarra na história: ou serviram para acelerar um processo em que a democracia vinha sendo posta em questão; ou serviram para manter uma situação em que ela já havia sido abreviada. Em todos os casos tratava-se de criar (ou aprofundar) as condições mais adequadas para a hegemonia do grande capital entre nós. As formas podem ser as mais variadas, dependendo das possibilidades disponíveis às classes dominantes. Elas podem ser criadas por uma quartelada com apoio civil, por manobras judiciais, por arranjos parlamentares ou mesmo combinando-as (BRAZ, 2017, p. 12).

## RESUMO

Como efeito das interações entre o campo da comunicação e o campo político, este trabalho parte do pressuposto de que as eleições contemporâneas são marcadas pelo processo da personalização política, definido como o uso dos supostos atributos pessoais dos atores políticos, constituindo o cerne da argumentação eleitoral, com o objetivo de conquistar e manter apoios. Esta dissertação apresenta um estudo das estratégias da construção da imagem de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) em dois momentos: o primeiro, durante o segundo turno das Eleições 2014 (em debates televisionados); o segundo, no período do Impeachment 2016 (em pronunciamentos públicos). A investigação busca verificar, no contexto de uma nova ambiência eleitoral, quais imagens foram construídas dos dois primeiros colocados nas eleições, e o quanto houve de alterações dessas *personas* nos dois anos analisados (2014 e 2016). Busca-se testar a hipótese de que os políticos assumem papéis e posicionamentos discrepantes nos debates e nos pronunciamentos, em função de variações dos contextos. O *corpus* é dividido em dois recortes: o primeiro, composto por debates veiculados nos quatro principais canais de comunicação do País, no contexto do pleito do segundo turno das Eleições 2014; o segundo, do recorte de pronunciamentos públicos emitidos em vídeo, no contexto político do impeachment da presidente da república, em 2016. Como base metodológica, recorreu-se à Análise de Conteúdo, tal como operada por Laurence Bardin (2009), com o propósito de identificar as confluências e dissonâncias recorrentes entre os dois momentos, em perspectiva comparativa. Observou-se que, apesar das especificidades identificadas em cada um dos contextos (por exemplo, o aumento da preocupação de Dilma em destacar nos discursos qualidades positivas de si mesma em 2016, comparativamente a 2014), nos dois cenários analisados (o auge da eleição e a crise política), Dilma e Aécio, de modo geral, adotaram uma estratégia fortemente focada na desconstrução da imagem do adversário político.

Palavras-chave: Comunicação e Poder. Comportamento Político. Política. Eleição. *Impeachment*.

## ABSTRACT

In the context of an effect of the interactions between the field of communication and the political field, this work assumes that contemporary elections are marked by the process of political personalization, defined as the use of the supposed personal attributes of political actors as the core of electoral argumentation, with the aim of winning and maintaining support. The dissertation presents a study of the image-building strategies of Dilma Rousseff (PT) and Aécio Neves (PSDB) in two moments: the first during the second round of the 2014 elections (in televised debates) and the second in the 2016 impeachment period (in public pronouncements). The purpose of the investigation is to verify, in the context of a new electoral environment, which images were constructed of the first two placed in the last elections, and how much these political characterse were altered in the two analyzed years (2014 and 2016). We try to test the hypothesis that politicians assume discrepant positions in debates and pronouncements, due to variations in contexts. The 'corpus' of the analysis is divided into two cutouts: the first consists of debates conveyed in the four main channels of communication in the context of the second round of elections in 2014; the second in the political context of the impeachment of the president of the republic in 2016 from the cut of public forecasts issued on video. For this, as a methodological basis, we used the Content Analysis, conceptualized by Laurence Bardin (2009), with the purpose of identifying the confluences and recurrent dissonances between the two moments, in a comparative perspective. It was observed that, despite the specificities in each of the contexts - for example, the increase in Dilma's concern to highlight in the speeches positive qualities of herself in 2016 compared to 2014 - in the two scenarios analyzed (the peak of the election and the political crisis), Dilma and Aécio, in general, adopted a strategy strongly focused on deconstructing the image of the political adversary.

Keywords: Communication and Power. Political behavior. Policy. Election. Impeachment.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Apresentação das categorias acionadas – modo geral _____	106
Gráfico 2 - Eleições 2014: comparação categorial – Dilma Rousseff e Aécio Neves ____	124
Gráfico 3 – Eleições 2014: categorias utilizadas por Dilma Rousseff _____	136
Gráfico 4 - Eleições 2014: categorias utilizadas por Aécio Neves _____	137
Gráfico 5 - Impeachment 2016: comparação categorial – Dilma Rousseff e Aécio Neves	196
Gráfico 6 - Impeachment 2016: categorias utilizadas por Dilma Rousseff _____	201
Gráfico 7 - Impeachment 2016: categorias utilizadas por Aécio Neves _____	201

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vídeos analisados: Eleições 2014 – segundo turno _____	99
Quadro 2 – Vídeos analisados: Impeachment 2016 _____	100
Quadro 3 – Categorias de construção da análise _____	102
Quadro 4 – Apresentação das categorias acionadas – modo geral _____	105
Quadro 5 – Análise comparativa: ataque a adversário _____	107
Quadro 6 – Análise comparativa: construção da imagem política _____	109
Quadro 7 – Análise comparativa: construção da imagem do país _____	112
Quadro 8 – Análise comparativa: temáticas políticas _____	114
Quadro 9 – Análise comparativa: (des)construção da imagem do país _____	116
Quadro 10 – Análise comparativa: (des)construção da imagem do partido e/ou coligação _____	117
Quadro 11 – Análise comparativa: construção da imagem do partido e/ou da coligação _____	118
Quadro 12 – Principal categoria acionada por Dilma Rousseff _____	119
Quadro 13 – Principal categoria acionada por Aécio Neves _____	121
Quadro 14 – Comparação das categorias do debate de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante o segundo turno das Eleições 2014 _____	123
Quadro 15 – Eleições 2014: Dilma na Band _____	138
Quadro 16 – Eleições 2014: Aécio Neves na Band _____	142
Quadro 17 – Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff no SBT _____	146
Quadro 18 – Debate Eleições 2014: Aécio Neves no SBT _____	153
Quadro 19 – Eleições 2014: Dilma Rousseff na Record _____	161
Quadro 20 – Eleições 2014: Aécio Neves na Record _____	168
Quadro 21 – Eleições 2014: Dilma Rousseff na Globo _____	178
Quadro 22 – Eleições 2014: Aécio Neves na Globo _____	187
Quadro 23 – Comparação das categorias do pronunciamento de _____	196
Quadro 24 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 18/04/2016 _____	202

Quadro 25 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 12/05/2016	___	207
Quadro 26 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 29/08/2016	___	212
Quadro 27 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 11/05/2016	_____	221
Quadro 28 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 30/08/2016	_____	225
Quadro 29 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 31/08/2016	_____	230

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPA	Blogosfera Progressista Ampliada
CF	Constituição Federal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IR	Imposto de Renda
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social da Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SECOM	Secretaria de Comunicação do Governo Federal
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>INTERFACES ENTRE OS CAMPOS DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA .....</b>	<b>18</b>
2.1	O PODER SIMBÓLICO EM TORNO DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA .....	18
2.2	A POLÍTICA PERSONALIZADA COMO EFEITO DA MEDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	26
2.3	LÓGICA DO ESPETÁCULO COMO GRAMÁTICA DA POLÍTICA.....	34
2.4	AS TIPOLOGIAS DE PERSONAGENS NO CONTEXTO DA PERSONALIZAÇÃO E DO ESPETÁCULO .....	42
<b>3</b>	<b>DA REDEMOCRATIZAÇÃO ÀS ELEIÇÕES DE 2014 E À CRISE POLÍTICA BRASILEIRA EM 2016 .....</b>	<b>52</b>
3.1	OS PRIMEIROS PASSOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS .....	52
3.2	GUINADA À ESQUERDA .....	63
3.3	ELEIÇÕES DE 2014: ACIRRAMENTO POLÍTICO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO .....	78
3.4	A CRONOLOGIA DOS FATOS: O ARRANJO POLÍTICO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	83
<b>4</b>	<b>A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES .....</b>	<b>96</b>
4.1	PERCURSOS DA PESQUISA: A ESTRUTURA DO <i>LOCUS</i> INVESTIGADO .....	97
<b>4.1.1</b>	<b>Elaboração documental.....</b>	<b>98</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Construção dos dados: metodologia de análise.....</b>	<b>101</b>
4.2	ANÁLISE COMPARATIVA DOS SEGMENTOS ACIONADOS NOS DEBATES E PRONUNCIAMENTOS .....	103
4.3	ATAQUE AO ADVERSÁRIO COMO PRINCIPAL ESTRATÉGIA DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM.....	119
4.4	ELEIÇÕES 2014: ESTUDO COMPARATIVO DAS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES NOS DEBATES .....	122
<b>4.4.1</b>	<b>Debate Eleições 2014: Dilma na Band – 14 de outubro 2014.....</b>	<b>138</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Band – 14 de outubro 2014 .....</b>	<b>142</b>
<b>4.4.3</b>	<b>Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff no SBT – 16 de outubro de 2014 .....</b>	<b>145</b>
<b>4.4.4</b>	<b>Debate Eleições 2014: Aécio Neves no SBT – 16 de outubro de 2014.....</b>	<b>153</b>

4.4.5	<b>Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff na Record – 19 de outubro de 2014 .....</b>	<b>160</b>
4.4.6	<b>Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Record – 19 de outubro 2014 .....</b>	<b>168</b>
4.4.7	<b>Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff na Globo – 24 de outubro 2014.....</b>	<b>178</b>
4.4.8	<b>Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Globo – 24 de outubro 2014 .....</b>	<b>186</b>
4.5	<b>IMPEACHMENT 2016: ESTUDO COMPARATIVO DAS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES DURANTE OS PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTA .....</b>	<b>186</b>
4.5.1	<b>Impeachment 2016: primeira declaração após a abertura do processo, pronunciamento de Dilma Rousseff – 18/04/2016 .....</b>	<b>202</b>
4.5.2	<b>Impeachment 2016: após os meandros da votação do Senado, discurso de Dilma - 12/05/2016 .....</b>	<b>206</b>
4.5.3	<b>Impeachment 2016: sessão extraordinária no senado, discurso de Dilma Rousseff – 29/08/2016 .....</b>	<b>211</b>
4.5.4	<b>Impeachment 2016: pronunciamento de Aécio Neves na Tribuna do Senado Federal - 11/05/2016 .....</b>	<b>220</b>
4.5.5	<b>Impeachment 2016: pronunciamento de Aécio Neves no julgamento do impeachment – 30/08/2016.....</b>	<b>224</b>
4.5.6	<b>Impeachment 2016: entrevista de Aécio Neves após o julgamento do impeachment - 31/08/2016.....</b>	<b>230</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>232</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>236</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em um ambiente marcado pelas interações entre o campo da comunicação e o campo político, o jogo eleitoral contemporâneo não pode mais ser explicado sem a percepção da relevância das narrativas construídas pelos (e nos) meios de comunicação para a formação da opinião pública em geral e, portanto, da opinião dos eleitores. Num contexto social de centralidade da mídia, que tece, envolve, sustenta, constrói e destrói percepções de mundo (BOURDIEU, 1989; DE LIMA, 2006; RUBIM, 2002), atores políticos tendem cada vez mais a encenar papéis públicos demandados por potenciais eleitores, sendo a lógica do espetáculo midiático potencializadora do uso de recursos de teatralidade na vida pública (GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977).

Nessa realidade, a mídia se torna cada vez mais influente e os políticos traçam suas estratégias como “fazedores de espetáculo”, ao enfatizarem a representação do “poder com face” e de suas *personas*, entendidas como máscaras sociais – suas faces públicas visíveis (GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977; THOMPSON, 1998). Associadas a este cenário, estão as evidências de transformações nos processos de formação da opinião pública ao longo das últimas décadas, o que contribui para a consolidação da hipótese de personalização da política: a escolha do eleitorado passa a ser focada no indivíduo, em detrimento dos partidos (MANIN, 1995). O fenômeno é reforçado pelo fato de os índices de identificação partidária recuarem em praticamente todas as democracias ocidentais (WATTENBERG, 1991).

Nesse sentido, a mídia (em especial a televisão, dado ser o veículo de comunicação por décadas, e ainda hoje, com maior alcance de público) assume foco central, ao ser palco das discussões políticas em que os atores políticos desenvolvem suas estratégias de construção da imagem. De acordo com dados da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM)<sup>1</sup>, que apresenta as estatísticas dos hábitos de consumo da população brasileira, conforme dados levantados pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, a televisão é o meio de comunicação mais utilizado no país: 47% dos entrevistados declararam ver televisão durante a semana, 27% aos fins de semana e 77% disseram assistir à televisão todos os dias da semana.

---

<sup>1</sup> Relatório final: Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM 2016: a pesquisa tem como objetivo conhecer os hábitos de consumo de mídia da população para subsidiar a elaboração da política de comunicação e divulgação de dados sociais ao poder executivo federal. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Conforme os dados da pesquisa, é possível dizer que, apesar do crescimento das novas mídias sociais, a televisão ainda é a arena central da oferta pública de informações (inclusive sobre política) para a maior parte da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de palco indispensável para a análise de estratégias de atores políticos em processos eleitorais. Que personagens os políticos representam, quando falam de si mesmos? Que papéis são encenados e quais atributos e características são ressaltados no processo de construção de imagem? Essas questões constituem perguntas centrais para a compreensão de processos eleitorais em democracias mundo afora.

Ao representarem seus papéis, os políticos selecionam fachadas sociais em diálogo com o contexto (GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977). Em consequência, em disputas políticas, competências, valores, aparências físicas e emotivas deixam projetos, partidos e ideologias políticas em segundo plano, pois o candidato assume o centro das decisões políticas (LEAL, 2012; WATTENBERG, 1991).

O conceito de *persona* corresponde ao disfarce e à ilusão na esfera política por meio da cena lúdica, na qual os personagens agem com o objetivo de causar uma impressão: “das cerimônias de iniciação ao mundo adulto, aos casamentos e rituais da morte, o que importa é como a contemporaneidade abriga as relações entre a sociedade, a mídia e a política, de modo espetacular” (WEBER, 2007, p. 1).

Em face do fundamento teórico exposto acerca da área da comunicação e da política, é importante pontuar que as estratégias adotadas pelos políticos diante da mídia refletem tanto nas decisões sociais, como também no cotidiano da população, que elege determinado candidato em detrimento de outro.

É nessa confluência de discussões teóricas, com consequências práticas para a relação mídia-política, que se situa a presente dissertação. O objetivo do trabalho é identificar as estratégias de construção da imagem dos dois primeiros colocados nas eleições presidenciais de 2014 – Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – em dois momentos distintos: os debates televisionados no segundo turno das Eleições 2014 e os pronunciamentos durante o processo do Impeachment 2016.

A escolha por esses dois períodos temporais tem como justificativa a ideia de que se constituem como momentos-chave de um ciclo político (ainda não concluído, diga-se de passagem), cuja análise é indispensável para compreensão da atual realidade brasileira. Além disso, os dois contextos são marcados por um ambiente de crise de credibilidade de partidos e

de instituições políticas, em função de variáveis como as Jornadas de 2013, a crise econômica e escândalos de corrupção.

O *corpus* é composto, num primeiro momento da pesquisa, pelos quatro últimos debates dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves nas emissoras nacionais de televisão, os quais definiram suas ênfases discursivas naquele segundo turno de 2014. O plano de fundo da disputa era a grande imprevisibilidade quanto ao resultado: segundo os dados do instituto Datafolha<sup>2</sup>, Aécio começou o segundo turno com 51% de intenção de votos contra 49% de Dilma. No final, as tendências se inverteram e Dilma venceu as eleições, com 51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio – uma diferença de 3,28 pontos percentuais.

O *corpus* relacionado ao segundo momento corresponde a um total de seis pronunciamentos nacionais realizados em meios de comunicação no período do Impeachment 2016 (três por Dilma Rousseff e três por Aécio Neves). Esses pronunciamentos públicos foram veiculados num cenário de crise e perda de credibilidade política, o qual resultou no impeachment da Presidente.

Em 2016, o país vivia cenário de crise com várias ramificações, dentre elas: esquemas de corrupção investigados pela Operação Lava Jato; inflação, juros e desemprego crescentes; e tentativa de responsabilização da presidente Dilma Rousseff por denúncias de crime de responsabilidade fiscal. O período é marcado pela perda de popularidade e de apoio político da petista e pela constante posição do Senador Aécio Neves em prol do processo de impeachment.

Busca-se, nesta pesquisa, analisar comparativamente as narrativas construídas por Dilma e Aécio nesses dois momentos, por meio do método Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2009), com foco nas estratégias da construção da imagem dos então candidatos de 2014 e, depois, nos líderes de situação e oposição, em 2016. Busca-se correlacionar essa análise às transformações no cenário político brasileiro em dois momentos complexos, de modo a identificar como as mudanças de contexto entre o momento das Eleições 2014 e do julgamento do Impeachment 2016 geraram permanências ou descontinuidades nas falas.

A partir desses dois cenários, supõe-se que, em contextos como eleições e crises políticas, os atores políticos a todo o momento representam papéis com a pretensão de aquisição de votos (em períodos eleitorais) e de autoprojeção e obtenção do apoio da sociedade (em períodos pré e pós-eleitorais). A projeção de certas imagens políticas,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530110-aecio-comeca-2-turno-com-51-ante-49-de-dilma-mostra-datafolha.shtml>> Acesso em: 17 mar. 2018.

estrategicamente definidas em função de objetivos e contextos, condiciona o que se diz, como se diz e que *personas* são acionadas.

A realização desta pesquisa se justifica pelo fato de que o objeto específico aqui analisado (uma comparação entre os contextos de 2014 e 2016 mencionados) ainda é pouco estudado na academia. Ainda não há trabalhos publicados sobre as estratégias discursivas de Dilma Rousseff e Aécio Neves nesses dois períodos (segundo turno das Eleições de 2014 e o julgamento do Impeachment). A proposta também permite investigar um caso específico ainda não analisado e, por meio dele, mobilizar literatura nacional e internacional sobre o processo de personalização da política.

Nessa perspectiva, o capítulo “Interfaces entre os campos da comunicação e da política” apresenta a fundamentação teórica que sustenta a pesquisa. O capítulo “Da redemocratização às eleições de 2014 à crise política brasileira em 2016” contextualiza os momentos políticos analisados no trabalho, com o aporte de dados que colaboram para a compreensão do período que culminou na crise política contemporânea. Por fim, o capítulo “Análise das estratégias da construção da imagem de Dilma Rousseff e Aécio Neves” apresenta os dados quantitativos e qualitativos da análise.

## 2 INTERFACES ENTRE OS CAMPOS DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA

Este capítulo parte das relações de poder entre o campo da comunicação e da política para entender a construção das representações das funções políticas exercidas diante dos meios de comunicação. Dessa forma, acredita-se que é por meio dos campos da comunicação e da política que o eleitorado sustenta as percepções e expressões das funções políticas. Nesse sentido, parte-se das relações de poder dos campos simbólicos que arquitetam para o “fazer ver” e o “fazer crer” e, conseqüentemente, legitimar a percepção do mundo (BORUDIEU, 1989).

Como sustenta De Carvalho Júnior (2013) em diálogo com Bourdieu (1998), a interação entre o campo da comunicação e da política é composta, grosso modo, por caminhos diferentes que interferem um sobre o outro, “sob tal perspectiva, o campo midiático poderia ser descrito como ‘um universo que obedece às próprias leis’, um ‘espaço social que busca’, controla e distribui valores específicos em função do qual as práticas e representações se ordenam como em um sistema” (DE CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 4).

Portanto, este capítulo parte do subcapítulo (2.1) “O poder simbólico em torno da comunicação e da política” para entender a interação entre os campos da comunicação e da política. Em seguida, por meios das relações de poder, é abordada a personalização, colocando o indivíduo no centro da disputa política, como se discorre no subcapítulo (2.2) “A política personalizada como efeito da midiatização da política”. A partir disso, é explicado o espetáculo político em (2.3) “Lógica do espetáculo como gramática da política”. Por fim, as diversas tipologias representadas pelos atores em cena é exposta em (2.4) “As tipologias de personagens no contexto da personalização e do espetáculo”.

### 2.1 O PODER SIMBÓLICO EM TORNO DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA

Bourdieu (2004) afirma que há um espaço de produção simbólica nas relações sociais. Segundo ele, o poder é constituído por sistemas específicos de formas estruturantes de dominação, capazes de orientar e coagir as práticas e as representações dos indivíduos, como uma gênese social de percepções entre os campos. Para o autor, esses campos seriam um espaço de luta pela manutenção e legitimação do poder, nos quais a estrutura dominante se impõe sobre os dominados, por meio de um campo de poder. Na sua concepção, como menciona em outra obra, o campo de poder é um conceito que deve ser analisado como uma relação na qual

[...] as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima de poder (BOURDIEU, 1989, p. 28).

Deste modo, tendo por base o argumento de Bourdieu (1989), é possível sugerir que trabalhos que têm a pretensão de compreender como são estruturadas as relações entre os campos da comunicação e da política devem necessariamente considerar tanto as estruturas sociais subjacentes, quanto as relações e tensionamentos de poder evidenciadas em ambos. Seria impossível, na realidade contemporânea, que os estudos do poder (típicos da política) se concentrassem exclusivamente nos instrumentos de coerção física, ignorando os instrumentos simbólicos (e comunicacionais) presentes em sociedades midiaticizadas.

Para Thompson (1998), os indivíduos em sociedade perseguem diversos objetivos dentro de estruturas de poder, os quais proporcionam diferentes inclinações e alinhamentos. Assim, estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como campos de interação. Nesse sentido, para o autor, o conceito de poder pode ser entendido especificamente como:

[...] capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente objetivos e interesses (THOMPSON, 1998, p. 21).

Rubim (2000) aponta que, em uma sociedade marcada pelos processos de midiaticização, os recursos simbólicos e comunicacionais ganham proeminência, por serem indispensáveis à compreensão do funcionamento da política, tendo em vista o papel central da comunicação nesse cenário. Segundo ele, em um ambiente marcado pela centralidade midiática, a fabricação e a mediação de sentidos pelas mídias formam a ambiência da sociedade contemporânea. Desse modo, a comunicação “acolhe e envolve o ser e o estar no mundo na atualidade” (RUBIM, 2000, p. 29).

Nessa perspectiva, a sociedade é estruturada e ambientada pelas mídias, sendo que a comunicação “tece e envolve o estar no mundo no espaço/tempo presente, além de apontar as possibilidades de aprofundamento em radicalidade dessa teia midiática” (RUBIM, 2000, p. 30). Com base nessas premissas, De Carvalho Júnior (2013) ressalta a mídia como parte do sistema simbólico produtor de conhecimento e reconhecimento. Segundo ele, com viés político, a mídia tende a induzir os processos eleitorais, considerando-se que “os meios de comunicação de massa influenciam profundamente os discursos de nossos representantes” (DE CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 3).

Correia (2004) também compartilha a visão de De Carvalho Júnior (2013) ao discorrer sobre a sociabilidade e a dominação social diante da noção de campo. O autor afirma que Bourdieu (1989) constrói o conceito de campo como um arranjo de relações em função das posições relativas.

A estrutura objectiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história) transpõe-se para as estruturas mentais, permitindo aos indivíduos adquirirem um corpo de disposições, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objectiva: este corpo de disposições é designado por *habitus*. E aqui se formula o encontro entre ação e cultura: o *habitus* integra as disposições duradouras, que se vieram a formar na experiência prática da vida social e que se apresentam, ao mesmo tempo, como determinações estruturadas, isto é, resultados do agir lógico das inter-relações dos sujeitos, e como dimensões estruturantes. (CORREIA, 2004, p. 236)

Este autor recorre a Thompson (1998) para afirmar que as formas simbólicas estão vinculadas às estruturas de dominação. Segundo Correia (2004), a utilização e a manutenção de formas de crenças tendem a negar a participação dos agentes sociais, o que corrobora os contextos de dominação e transformações democráticas na sociedade.

Conforme pontua Bourdieu (1989), as relações sociais são formadas por campos e interações, as quais funcionam em conjunto com o *habitus*, compreendidos por meio do *modus operandi* e do capital simbólico. Para o autor, o *habitus* científico, por exemplo, seria a regra para que os indivíduos agissem por meio do *modus operandi* (um estado prático das regras de conduta adequada), típico daquele campo específico, ou seja, “é uma regra feita, ou melhor, um *modus operandi* científico que funciona no estado prático” (BOURDIEU, 1989, p. 23).

Sendo assim, na visão do autor, a arte, a língua, a comunicação, a política e a religião são consideradas estruturas centrais que compõem o *modus operandi* do poder simbólico ao exercer a sua função, na qual “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

O *habitus*, conforme pontua Bourdieu (1989), atua na construção das estruturas sociais ao longo do tempo – como a cultura, a história, a família e a política –, direcionando as ações dos indivíduos. É a partir do *habitus* que são arquitetadas as estruturas do campo político e suas estratégias e ações, nas quais os indivíduos são alinhados pelos campos e procedem de acordo com as tradições e as imposições sociais.

Trilhando o mesmo caminho, Miguel e Biroli (2010), sob a ótica de Bourdieu (1989), refletem que os campos políticos e jornalísticos, ao imporem formas de comportamentos por meio do *habitus*, produzem uma homogeneização. Em contrapartida,

essa maneira de compreender o mundo exclui formas alternativas de agir e pensar. Desse modo, como ressaltam os autores, é necessário que

[...] os integrantes do campo ajam de forma estratégica para reconfigurá-lo, buscando torná-lo mais favorável à sua própria posição e trajetória, uma eventual pluralidade de perspectivas de origem sempre esbarrará na exigência uniformizada da posse de um *habitus* adequado para a permanência naquele espaço (MIGUEL E BIROLI, 2010, p. 73).

Conforme resalta Bourdieu (2004), o poder simbólico é o instrumento da cultura dominante, composto por campos de legitimação, dos quais a comunicação é fundamentada em estruturas sociais, com a finalidade de estabelecer a ordem e o conformismo homogêneo entre dominados e dominantes. Isso posto, o autor define o poder simbólico como invisível, exercido por meio de um sistema de poder reconhecido por seus pares e transmitido por meio das relações sociais, nas quais “as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico” (BOURDIEU, 2004, p. 163). Sendo assim, essas relações agem por meio da comunicação e do capital simbólico, no qual o

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A comunicação atua como forma de poder simbólico dos agentes e instituições, nas quais as estruturas de comunicação tendem a garantir certas funções políticas. A consequência lógica da reflexão de Bourdieu (1989) é de que as disputas pelas relações de poder na sociedade, principalmente na arena da comunicação, também ocorrem na interação do campo comunicacional com o campo político.

O poder simbólico enquadra formas de poder que, segundo Bourdieu (1989, p. 8), são instrumentos de conhecimento e da construção do mundo. Segundo ele, é por meio das estruturas sociais que se mantém a dominação. Constituído por “instrumentos de conhecimento e de comunicação” (BOURDIEU, 1999, p. 10), esses símbolos de poder são ferramentas da integração social que dão sentido à percepção do mundo social e, conseqüentemente, contribuem para a reprodução da ordem, bem como à integração lógica e moral, ao edificar a realidade e estruturar a visão de mundo por meio da integração social (BOURDIEU, 1999).

Sendo assim, segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é exercido por meio da comunicação, pois o “fazer ver” e o “fazer crer” compõem e legitimam a visão e a percepção de mundo adotadas pelos indivíduos. Ainda de acordo com o autor, os indivíduos originam as percepções e expressões em diferentes instrumentos desse poder, em conjunto com a comunicação e a política, as quais asseguram a legitimidade das formas de dominação (BOURDIEU, 1989).

Em concordância com Bourdieu, Correia (2004) ressalta que esses sistemas simbólicos têm uma função ideológica de reforçar as diferenças sociais, agindo conforme as relações entre as classes, pois a lógica das representações sociais é dependente da condição social, atuando na construção da realidade. Com isso, o autor endossa essa visão ao afirmar que “Bourdieu define o poder simbólico como todo o poder que consegue impor determinadas significações como legítimas. É um poder que tende a estabelecer uma ordem e definir um sentido imediato do mundo que implica no conformismo lógico” (CORREIA, 2004, p. 235).

Para Correia (2004), a proposta de Bourdieu (1989) conclui a existência de uma dependência das representações às determinantes sociais, que são submetidas à ordem das estruturas sociais, resultantes da divisão de classes. Com isso, o autor reforça a visão de Bourdieu ao definir o poder simbólico por meio da imposição de significações como fidedignas, nas quais “a cultura dominante contribui para a integração da classe dominante, assegurando a comunicação entre os seus membros. Induz à desmobilização das classes dominadas” (BOURDIEU, 1989, p. 10 *apud* CORREIA, 2004, p. 235).

Portanto, ao tratar da interface entre os campos, Bourdieu (1989) ressalta a existência de um poder simbólico que fundamenta e reproduz as estruturas sociais na vida dos indivíduos, correlacionando o campo da comunicação e o campo da política como estruturas estruturantes da sociedade. Nesse sentido, os indivíduos fazem uso dessas fontes para interferir ou manter ações que definem o sentido do mundo e influenciam no curso dos acontecimentos (BOURDIEU, 1989; GIDDENS, 1989; DE LIMA, 2006; THOMPSON, 2002).

Logo, a partir dessas interações entre os campos, Bourdieu (1989, p. 11) afirma que as relações de comunicação são inseparáveis do poder simbólico dos envolvidos nas interações, construídas por estruturas de comunicação e de conhecimento. A partir disso, o sistema simbólico da comunicação compõe e legitima a dominação da função política, muitas vezes, por meio da violência simbólica. Isso posto, o autor cita um dos fundadores da sociologia, Max Weber, que associa essa forma de poder a uma relação de “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Em diálogo e com foco nas relações entre a comunicação e política na sociedade atual, De Lima (2006,) destaca que o campo político liga as ações e relações ao exercício do poder político por meio do poder simbólico. Esse poder político está relacionado ao uso do poder simbólico com o objetivo de cultivar e manter a crença na legitimidade (DE LIMA, 2006; THOMPSON, 1998).

Desta maneira, segundo De Lima (2006), o poder simbólico tende a influenciar diversos contextos como, por exemplo, ações, crenças e tradições, por meio da produção de formas simbólicas. Os debates políticos, nesse sentido, são produzidos e transmitidos por meio da comunicação. Assim, o autor remete às formas simbólicas de dominação exercidas na arena política por meio da comunicação.

De acordo com o autor, para o poder ser exercido, é necessário o recurso da mídia, a qual produz e transmite o capital simbólico, por meio da reputação. Dessa forma, segundo De Lima (2006) a mídia se torna palco das decisões produzidas no campo político, as quais são sustentadas e destruídas com as ações midiáticas.

Essa relação simbólica entre comunicação e política também é tratada por Gomes (2004), que pontua a necessidade de se discutir a especificidade do campo jornalístico e seus efeitos políticos. Sendo um campo definido como um sistema de valores e princípios, submetido a tensionamentos internos, vale analisar como o campo do jornalismo se relaciona com o campo político e que tipo de efeitos são produzidos nessa interação. Segundo Gomes (2004), o jornalismo, enquanto campo, pode ser pensado como

[...] um espaço social onde se busca controlar e distribuir um recurso ou valor específico em função do qual as práticas e representações se ordenam como um sistema. Esse recurso fundamental e específico está relacionado à autoridade jornalística e comporta prestígio, reconhecimento, fama, celebridade, lugar de fala (GOMES, 2004, p. 53).

A partir disso, a ideia de poder no campo da comunicação é evidenciada pela percepção de que o jornalismo é uma forma de controle e de distribuição de poder material e simbólico, que se caracteriza “como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição do capital simbólico do campo” (GOMES, 2004, p. 53). O autor cita Bourdieu (1983) ao retomar a ideia de poder simbólico criado aos olhos de quem vê, ou seja, por meio da ideia da construção social da realidade. Nesse sentido, percebe-se que os filtros informativos definem o que é percebido como relevante e importante. Dessa forma, seleciona-se

[...] o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos olhos dos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros (BOURDIEU, 1983, p. 125 *apud* GOMES, 2004, p. 55).

Em face desta constatação, Gomes (2004) recorre a Bourdieu (1983) o qual menciona que o acúmulo de capital está vinculado ao fazer o nome, como uma marca criada por meio da visibilidade. Assim, Gomes (2004) reflete sobre as práticas jornalísticas ligadas ao capital e à autoridade de compreender o saber, o prestígio e a visibilidade da figura pública (celebridade) que orienta os julgamentos sociais. De acordo com o autor, “quanto maior for a posse de tal recurso, maior o poder simbólico ou capital acumulado, como diz Bourdieu, a referência fundamental na teoria dos campos sociais” (GOMES, 2004, p. 53).

Nessa perspectiva, ao discorrer sobre o capital simbólico e a mídia, De Carvalho Júnior (2013) pontua que há uma hierarquia de valores e critérios que organizam as representações produzidas no campo midiático. Esses valores são muitas vezes compostos por uma forma de controle e distribuição do poder material e simbólico, como exemplo a “visibilidade, o prestígio e o ‘lugar de fala’” (DE CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 4).

Nesse sentido, o autor relaciona a ligação entre o capital midiático e o capital simbólico, composto pelo reconhecimento e a visibilidade dos atores políticos, no qual a transmissão da imagem age de forma positiva na mídia ao colaborar para direcionar os políticos, a partir da valorização das carreiras que se arquitetam e, até mesmo, dos partidos (DE CARVALHO JÚNIOR, 2013).

Essa questão da visibilidade, em conjunto com a função política, também é assunto abordado por Thompson (1998, p. 121), no debate sobre o panopticismo de Foucault (1979), para afirmar que as relações de poder na sociedade moderna acontecem por meio da imagem. Para o autor, se Foucault (1979) tivesse considerado a mídia na época, observaria a relação de poder que impera sobre a questão da visibilidade, ou seja, os que detêm visibilidade exercem poder sobre os que não a detêm:

[...] o desenvolvimento da comunicação mediada forneceu os meios pelos quais muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos, graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido. (THOMPSON, 1998, p. 121).

Com base nessas premissas, a imagem dos indivíduos está condicionada à visibilidade na arena da comunicação e da política, em diálogo com o poder. Dessa forma, no caso do campo político, ao mesmo tempo em que os políticos fazem parte dele, estão submetidos a ele, tendo em vista que “cada vez mais os indivíduos são conduzidos a um novo sistema de poder no qual a visibilidade é um meio de controle” (THOMPSON, 1998, p. 121). Concomitantemente, como pontua De Carvalho Júnior (2013), a construção das atitudes

políticas é vinculada à comunicação, por meio das produções que são transmitidas pela mídia e fazem parte da construção do agendamento político no país.

As estratégias da visibilidade política são mediadas entre o campo da comunicação e o campo político, que agem em conjunto para garantir e legitimar o poder. É a partir das conjunturas e percepções geradas pelos meios de comunicação sobre as práticas políticas que são construídos os posicionamentos do eleitor em contextos eleitorais. Isso se reflete em cenários de decisão política, como, por exemplo, em debates e pronunciamentos, tais como aqueles analisados por esta pesquisa, nos quais a imagem política tende a ser o foco central para a tomada das decisões eleitorais.

Nessa perspectiva, Weber pontua que a política está presente em todos os campos simbólicos e atua de maneira que a mídia transforme os seus desdobramentos em espetáculo político-midiático. Segundo a autora a “paixão entendida como o dispositivo de construção e compreensão teórica do espetáculo e, também, como a marca imanente do funcionamento da comunicação midiática, intervém como estratégia e como identidade de procedimentos” (WEBER, 2007, p. 2).

Desse modo, o espetáculo político-midiático está vinculado à comunicação e ao campo político com a finalidade de conquistar os indivíduos, ou seja, “o espetáculo não será constituído se apenas as mídias assim o desejarem, assim como não o será somente a partir do interesse político” (WEBER, 2007, p. 5). Conforme menciona a autora, a sociedade tem como base a organização voltada a alegorias e ações de poder, ou seja, carnavalização e cerimônias oficiais. Com isso, a imagem está relacionada ao olhar e à visualização diante da diversidade dos campos nos quais se insere (WEBER, 2007).

Na contemporaneidade, segundo Rubim (2004), o espetáculo está agregado ao campo cultural e midiático e, conseqüentemente, tem uma posição privilegiada também na conformação de outros campos:

Tal enlace recobre a fabricação e veiculação, como programação, de espetáculos pela mídia e a transmissão de espetáculos culturais, políticos, religiosos e de outros tipos, forjados por outros entes sociais. Mas certamente os espetáculos do contemporâneo, por excelência, e porque realizados em afinidade eletiva com a nova sociabilidade, apresentam uma tal envergadura, que só podem ser operados através do acionamento conjunto da mídia com outros atores sociais, ambos produtores notórios de espetáculos (RUBIM, 2004, p. 200).

Desse modo, o espetáculo passou a ser automatizado com as práticas sociais ao ser produzido nos campos da cultura ou da mídia (RUBIM, 2002, p. 12).

Em síntese, portanto, podemos extrair da teoria dos campos e do debate sobre poder simbólico de Bourdieu que instrumentos comunicacionais (logo, simbólicos) são

elementos-chave para o exercício do poder político. Conforme ressalta Thompson (1998), parte do exercício desse poder político deriva da visibilidade que atores do mundo político terão no espaço jornalístico-comunicacional-midiático. Correia (2004) aponta que as estruturas assimétricas de poder se manifestam também nos níveis mentais, por meio do poder simbólico, enquanto Gomes (2004) e Rubim (2002) destacam a centralidade da mídia como ofertadora de instrumentos de percepção sobre o mundo e de construção da realidade, frequentemente por meio da lógica do espetáculo.

## 2.2 A POLÍTICA PERSONALIZADA COMO EFEITO DA MEDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA

Bernard Manin (1995) ressalta a tendência à personalização político-eleitoral como um dos elementos característicos da política contemporânea, fruto do incremento tecnológico e dos avanços dos meios de comunicação. Segundo o autor, a partir do século XIX, nas democracias representativas, a escolha eleitoral é feita por meio da personalidade dos candidatos, conduzindo-os a se apresentarem como personagens.

Essa escolha dos representantes políticos, anteriormente baseada nas propostas de campanha, perdeu seu espaço para a seleção personalista, na qual “os candidatos e os partidos dão ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas” (MANIN, 1995, p. 27). Como pontua Wattenberg (1991), ao tratar da decisão do voto nos Estados Unidos, as vitórias republicanas foram triunfos mais pessoais do que do partido, e têm importantes consequências políticas. Assim, a imagem do candidato e sua atuação em campanhas eleitorais passam a ser fatores-chave para o processo de decisão e, conseqüentemente, foco da ascensão política com base nos candidatos (LEAL & VIEIRA, 2009).

Manin (1995) pressupõe que os programas de governos anteriormente expostos pelos partidos se tornaram cada vez menos lembrados pela população, dando origem a decisões eleitorais baseadas na avaliação das atitudes individuais e no comportamento do candidato. Assim, o voto focado na personalização dos candidatos está associado à redução da identificação partidária (LEAL, 2005; MANIN, 1995). Segundo Manin, no modelo de governo representativo,

[...] o sentimento de pertencimento e identidade social determina muito mais as atitudes eleitorais do que a adesão ao programa político de um partido. Naturalmente, os partidos de massa constituídos no final do século XIX formularam plataformas políticas detalhadas, que utilizaram em suas campanhas eleitorais. Quanto a isso, revelaram-se muito diferentes dos partidos existentes no modelo

parlamentar. Mas os eleitores não sabiam muita coisa a respeito do conteúdo preciso dessas plataformas. Mais frequentemente do que se pensava, a grande maioria dos eleitores desconhecia os planos específicos propostos pelos partidos. Mesmo quando os eleitores tinham conhecimento da existência de programas, eles só guardavam na memória algumas fórmulas muito vagas e as palavras de ordem mais marcantes repetidas durante as campanhas (MANIN, 1995, p. 21).

Assim como Manin (1995), Albuquerque e Dias (2002) pontuam que essa transformação, com o reforço das novas tecnologias e dos meios de comunicação, aproxima a imagem do candidato do público e, conseqüentemente, dispensa a função dos partidos políticos. Segundo eles, é nesse contexto que “os meios de comunicação de massa emergem como um centro autônomo de poder, que concorre com os demais centros, e sua atuação favorece significativamente a personalização da política” (ALBUQUERQUE e DIAS, 2002, p. 317).

Em diálogo, Kinzo (2005) reflete as transformações no ambiente eleitoral e os impactos da era televisiva sobre a campanha. Para a autora, no caso da jovem democracia brasileira, o ambiente de disputa dos atores políticos contribui para dissipar a lealdade partidária, pois, durante as eleições, cria-se “uma situação que não apenas estimula a personalização da competição, mas também torna nebulosa a disputa propriamente partidária” (KINZO, 2005, p. 67). Nesse ponto, conforme discorre a autora, os partidos dispõem de menos visibilidade que os candidatos, tornando difícil a criação de identidades e de vínculo com o eleitorado.

Leal (2002) também aponta o declínio da identificação partidária e o crescimento dos meios de comunicação como um dos fatores que favorecem o personalismo na política. Em paralelo a essa constatação, ocorre a minimização do partido e o crescimento da mídia (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002; LEAL, 2002; MANIN, 1995). Nesse sentido,

[...] decorre dessa lógica: a ênfase na escolha de pessoas, no lugar de partidos ou de programas políticos, pode ser explicada pelo fato de o personalismo ser um critério mais econômico, pois aproxima informações novas aos estereótipos já existentes. Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações são mais óbvias e fáceis (LEAL & VIEIRA, 2009, p. 43).

Leal e Vieira (2009) citam Wattenberg ao afirmar que o voto passa por um cálculo individual, o que pode ser explicado por meio de teorias psicológicas e por uma análise econômica de perdas e ganhos. Para Wattenberg (1991), na política contemporânea, os candidatos tendem a dar mais atenção às campanhas presidenciais, com foco no caráter e em habilidades dos candidatos, atributos que passaram a ser examinados mais cuidadosamente pelo público. Desse modo, como cita o autor, o poder é investido em uma pessoa sozinha a partir dos atributos pessoais dos candidatos, “even before presidential actions had immediate

world-wide consequences, personal behavior and characteristics were often an important consideration”<sup>3</sup> (WATTENBERG, 1991, p. 81).

Como cita Leal e Vieira (2009), “Wattenberg designa a contemporaneidade como ‘era da política centrada nos candidatos’” (WATTENBERG, 1991, p. 3 *apud* LEAL & VIEIRA, 2009, p. 14). Com isso, há um conjunto de fatores que destacam o personalismo na política, como o julgamento do eleitor conforme seus interesses, a redução do controle partidário, o efetivo papel da mídia e a visibilidade (LEAL & VIEIRA, 2009; WATTENBERG, 1991).

Recorrendo a Manin (1995), Leal e Vieira (2009, p. 43) sustentam que o personalismo na política é decorrente da exibição das pessoas em detrimento dos partidos e dos programas da plataforma eleitoral, sendo explicado como um fator econômico ao ser associado a estereótipos existentes. Segundo os autores, ao focar nas “personalidades, e não [em] ideias ou ideologias, as comparações para o eleitor mediado são mais óbvias e fáceis.” (LEAL & VIEIRA, 2009, p. 43).

Também em diálogo com Manin (1995), mas com outro posicionamento sobre o assunto, Albuquerque e Dias (2002) pontuam que os *mass mídia* e os partidos políticos são instituições coexistentes que estabelecem uma relação entre si, a partir do momento em que os meios de comunicação usam dos recursos políticos, e vice-versa, para o seu fortalecimento (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002).

Logo, os autores frisam a coexistência entre a política personalista e os partidos, excluindo a ideia de que um sistema anula o outro. Desse modo, os partidos que conseguem uma maior visibilidade de seus candidatos nos meios de comunicação são os que, conseqüentemente, alcançam uma melhor visibilidade, o que garantiria um diferencial competitivo ante aos seus adversários na corrida eleitoral (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002).

Trabalhando por esse caminho, os autores recorrem a Manin (1995) na tentativa de explicar a substituição da “democracia de partido” pela “democracia de público”, na qual a identificação dos partidos daria lugar à personalidade dos candidatos na escolha eleitoral. Na visão dos autores, “a personalização da representação política identificada tanto no processo de decisão do voto quanto na dinâmica parlamentar, seria a marca dessa terceira etapa do modelo representativo de governo” (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002, p. 314).

---

<sup>3</sup> “mesmo antes de as ações presidenciais terem conseqüências mundiais imediatas, o comportamento e as características pessoais eram, muitas vezes, uma consideração importante” (WATTENBERG, 1991, p. 81 – tradução da autora).

Ao discorrer sobre o declínio da identificação do partido e de imagens partidárias, Wattenberg (1991) afirma que, com o desenvolvimento da campanha centrada no candidato, a lealdade aos partidos se tornou substancialmente estável. A partir disso, os valores normativos durante eleições presidenciais passaram a ser focados nas pessoas e nas questões, corroborando estritamente para o declínio do foco nos partidos políticos. Embora, como afirma o autor,

[...] the role of partisanship in shaping political attitudes has greatly diminished in recent years, unified party support remains crucial to a presidential election victory. Indeed, one of the key features of the candidate-centred age is the increasingly difficult task of unifying a political party<sup>4</sup> (WATTENBERG, 1991, p. 47)

Desse modo, a tendência à personalização foi facilitada pela globalização, já que as campanhas políticas estão vinculadas à centralidade dos meios de comunicação (ALDÉ, 2001; LEAL & VIEIRA, 2009). Como afirma Stuart Hall (2006), o novo cenário causado pela globalização possibilita uma variedade de posições de identificação das identidades, tornando-as mais políticas, plurais e variáveis.

Neste contexto globalizado, para Miguel e Biroli (2010), as novas tecnologias agem diretamente sobre o comportamento eleitoral por meio do marketing político, principalmente através da televisão e da internet. De acordo com os autores, “a mídia reforça compreensões hegemônicas da política, que envolvem a confirmação dos atores e posições que dela fariam parte de maneira legítima” (MIGUEL & BIROLI, 2010, p. 7).

Com os mecanismos cognitivos e o enquadramento dos meios de comunicação, em especial na televisão, os eventos políticos organizam o mundo público de acordo com os personagens. “É por estes caminhos que o cidadão comum, muito geralmente, dá sentido ao mundo, e constrói justificativas para suas atitudes e ações” (ALDÉ, 2001, p. 165). Assim, a política se desenvolve de acordo com os meios de comunicação por meio da visibilidade, na qual a televisão, como veículo ainda hegemônico, reconfigurou a função política (GOMES, 2004).

Essa relação entre a mídia e seus representantes é de fundamental importância para o governo representativo. Em tempos de campanha, por exemplo, são produzidas imagens que formam a representação política, arquitetada com o objetivo de influenciar a opinião pública (ALDÉ, 2001; MANIN, 1995). Desse modo, para Aldé (2001), o eleitorado,

---

<sup>4</sup> [...] o papel do partidarismo na definição de atitudes políticas reduziu gradativamente nos últimos anos, simultaneamente o apoio do partido unificado permanece crucial para a vitória das eleições presidenciais. Na verdade, uma das principais características da era centrada no candidato é a tarefa cada vez mais difícil de unificar um partido político (WATTENBERG, 1991, p. 47, tradução nossa).

ao tomar a decisão de votos, cada vez mais recorre à mídia para interagir com a política, em especial no caso da televisão.

Albuquerque e Dias (2002) afirmam que Popkin (1994) identifica a campanha eleitoral como a principal fonte de atalhos cognitivos. Este também sustenta o papel importante da televisão para favorecer as campanhas com foco no candidato como indivíduo. Ao focar o olhar para o país, o autor pontua que

[...] o modelo brasileiro de propaganda política na televisão atenua os efeitos personalizantes e anti-institucionais que a bibliografia corrente atribui a este meio de comunicação, uma vez que o tempo para a propaganda política na televisão é fornecido aos partidos políticos e não diretamente aos candidatos (ALBUQUERQUE E DIAS, 2002, p. 318).

Em diálogo com estudos clássicos da ciência política e em conjunto com o comportamento eleitoral, Figueiredo *et al.* (1997) ressalta que as campanhas políticas dialogam com eleitor com o objetivo de conquistar o voto. Assim, a explicação do resultado eleitoral está vinculada às estratégias da comunicação e da política. Para o autor, houve no Brasil uma maior atenção à performance do candidato, à atuação dos programas eleitorais nas intenções de voto e à influência da mídia nas eleições a partir da eleição de Collor (FIGUEIREDO *et al.*, 1997). O autor verifica que

[...] a análise de processos eleitorais só se completa quando ele é entendido como um processo de comunicação política de duas vias, em que os dois atores – candidatos e eleitores – dialogam e estabelecem um pacto fundamentado em uma troca de interações: os eleitores querem que seus desejos, interesses e demandas sejam implementados e os políticos querem ser eleitos (FIGUEIREDO *et al.*, 1997, p. 2).

Segundo Gomes (2004), as estratégias políticas compõem uma cultura política que se baseia no consumo da imagem pública, em que os “procedimentos de produção e circulação de imagens e de disputa pela imposição das imagens predominantes deslocam-se em direção ao centro da atividade estratégica da política” (GOMES, 2004, p. 24). De acordo com o autor, para que as estratégias sejam eficientes, são necessárias habilidades de marketing e sondagens de opinião, nas quais a função política, apoiada pelos meios de comunicação, volta-se para o público.

Esse novo contexto, focado na figura política por intermédio da mídia, torna as campanhas eleitorais elaboradas e personalizadas, com ênfase na espetacularização, no *star system* em política e na relação direta entre representantes e governados (MANIN, 1995; SCHWARTZENBERG, 1977). Isso contribui para que as decisões políticas pautadas pelos meios de comunicação sejam calcadas nas imagens e, conseqüentemente, exerçam influências sobre as disputas democráticas.

Para Gomes (2004), é com a imagem pública na arena do jogo político que se resolve as preferências eleitorais, sociais e internacionais. Desse modo, a imagem pública é apoiada e construída por meio de mecanismos enunciativos e linguísticos, em que

[...] a política da imagem é certamente parte de uma família importante de fenômenos da nossa época, todos circulados ao redor da questão da imagem pública. Parece até mesmo que todo o complexo jogo de papéis, *status*, posições relativas e valores sociais, que constituem qualquer forma de sociedade, se resolva no mundo contemporâneo em termos do jogo da imagem pública. (GOMES, 2004, p. 243)

Ao tratar do posicionamento entre representantes e representados, Manin (1995, p. 1) afirma que, no contexto atual, as estratégias dos candidatos se baseiam na construção de imagens que refletem a personalidade dos políticos. No mesmo sentido, segundo Schwartzberg (1977), a política da imagem substitui a política do programa ou política do partido, em que as impressões e emoções são estratégias bem pensadas, nas quais “o perfil suplanta o programa e as imagens substituem a ideologia” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 210).

Segundo Aldé (2001), é por meio das imagens das figuras públicas transmitidas pelos meios de comunicação que o público arquiteta a grade de conceitos sobre determinado indivíduo. Segundo ela, “as imagens permitem perceber o que cada personagem das narrativas telejornalísticas sobre a política ‘me passa’ diretamente, sejam os próprios repórteres, os políticos e magistrados, os envolvidos em cada evento” (ALDÉ, 2001, p. 137).

Para a autora, a tendência personalista na cobertura da mídia é reforçada em função do modo pelo qual as notícias são produzidas e divulgadas para a sociedade pela televisão. Assim, segundo ela, “ao mesmo tempo em que focaliza insistentemente o que temos chamado de personagens da política, ela tende a expor suas práticas de modo impensável nos tempos da cobertura exclusivamente impressa, desmistificando os grandes líderes” (ALDÉ, 2001, p. 176).

A imagem faz conhecer e reconhecer, cria e consolida a notoriedade, age como fator de repercussão na mídia e faz com que a personalização se sobreponha às ideias e aos programas ideológicos ou partidários (SCHWARTZENBERG, 1977). Desse modo, no contexto dos governos representativos, a exposição política nos meios de comunicação contribui para que a escolha do eleitorado seja baseada na imagem pública. Assim, o que está em questão são as *personas* assumidas pelos políticos durante o espetáculo, e não o programa de campanha proposto por eles.

Nessa perspectiva, Schwartzberg (1977) utiliza o termo *persona* (*máscara*, expressão utilizada no teatro) e afirma que a personalização do poder, associada à

teatralização da vida pública, faz parte de uma lógica baseada no artifício e na simulação. Para ele, não há como falar das *personas* acionadas pelos políticos sem abordar a imagem em um espetáculo político. Assim, o autor aponta a personalização do poder e a teatralização como política-artifício, pois “na personalização do poder existe, claramente, algo teatral. E factício” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 143).

O debate não é novo. Pensando sobre a política séculos atrás e com um viés voltado para organização social do estado, Hobbes (2012) já explicava que *persona* advém do latim e significa disfarce, máscara ou anteface da aparência, na qual o indivíduo assume a atuação e a realiza tanto no palco, remetendo à ideia do espetáculo, quanto em uma conversa cotidiana personificada. Segundo o autor, “personificar é, pois, atuar ou representar a si mesmo ou a outro” (HOBBS, 2012, p. 131).

Esse autor, ao discorrer sobre a centralização do poder político na figura do monarca, ressalta a ideia de *persona* como uma identidade pessoal, com a divisão entre a pessoa natural, construída por meio de ações e palavras, e a pessoa artificial, representada por meio das palavras e ações dos outros. Essa constatação de Hobbes é ainda mais verdadeira no modo como funciona a política contemporânea.

Assim como Wattenberg (1991) discorre sobre o “candidate-centered politics”<sup>5</sup>, Leal e Vieira (2009) apontam que os atores políticos assumem posições diante do público visando a maximização dos votos, e argumentam que o

Personalismo na política (ou, para Wattenberg, a ascensão da política centrada no candidato) decorre dessa lógica: a ênfase na escolha de pessoas, no lugar de partidos ou de programas políticos, pode ser explicada pelo fato de o personalismo ser um critério mais econômico, pois aproxima informações novas aos estereótipos já existentes. Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações são mais óbvias e fáceis (LEAL & VIEIRA, 2009, p. 43).

Em concordância, Aldé (2001) conceitua o personalismo como uma relação subjetiva e afetiva do público com os personagens políticos, composto por elementos da construção da imagem, como o carisma e a oratória, pelos quais a mídia oferece dispositivos para o desenvolvimento e exercício da personalização política. Para a autora, a personalização transforma a política em um ambiente intangível para a população, pois, ao mesmo tempo em que a personalização aproxima o cidadão da esfera pública, a distancia dos debates que a política deveria oferecer (ALDÉ, 2001).

No caso de decisões eleitorais, ainda segundo a autora, as escolhas são orientadas por critérios personalistas promovidos pelos meios de comunicação, como a televisão, e

---

<sup>5</sup> “política centrada no candidato” (WATTENBERG, 1991, p. 43, tradução nossa).

contribuem para que o imaginário político seja cada vez mais baseado na construção da imagem dos atores. Soma-se a isso o fato de que a televisão “colabora ativamente na construção da perspectiva a partir da qual cada pessoa confere significado ao mundo, define a agenda pública e fornece explicações que fundamentam a ação” (ALDÉ, 2001, p. 176) e, então, forma-se o círculo perfeito na relação mídia-política, que conduz à personalização.

Albuquerque e Dias (2002) pontuam que, no Brasil, o eleitor opta pela votação nominal, na qual ele escolhe o candidato dentro dos partidos que julga capaz de governar. Logo, os autores ressaltam que também as candidaturas em campanhas são individualistas, com foco no perfil do candidato, pondo em agravo a estrutura coletiva. A partir disso, configura-se a ênfase no personalismo na política brasileira, que se legitima na relação entre representantes e representados. Como reforçam os autores, a novidade no Brasil é o fortalecimento da identidade partidária dos eleitores e o uso da legenda partidária para a conquista de votos (ALBUQUERQUE E DIAS, 2002).

Em um cenário no qual a escolha do eleitor é focada na repercussão da imagem nos meios de comunicação, os indivíduos, ao assumirem diferentes *personas*, fazem da vida pública um palco. Esse vínculo entre a imagem política e o teatro, descrito por Schwartzberg (1977), corrobora para o espetáculo, ao compor o *star system* político, no qual o ator político impõe uma imagem com o objetivo de capturar e conquistar a atenção do público, pois “não existe espetáculo sem espectadores, porque a personalização do poder não está apenas naquele que o exerce; está também naqueles que a ela se submetem ou a alimentam” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 251).

Nesse sentido, para Rubim (2002), deve-se levar em conta na contemporaneidade a espetacularização política usada por meio de recursos como a emoção, a sensibilidade, a encenação e os formatos sociais. O autor considera que tudo que configura o conjunto de um debate ou a argumentação faz parte da política. Assim, a “política não se realiza sem o recurso às encenações, aos papéis sociais especializados, aos ritos e rituais determinados” (RUBIM, 2002, p. 6).

Rubim (2002), sob a visão de Weber (1999), explica o espetáculo por meio de quatro classificações: editorial, articulado, autônomo e arbitrário. O modelo editorial seria baseado nos eventos que a mídia constrói através do espetáculo político e de gêneros discursivos, tendo como pano de fundo as instituições midiáticas. O tipo articulado entre a mídia e a política ocorreria em conjecturas como as eleições. Já o espetáculo autônomo seria gerado a partir de um fato político, o qual faz com que a mídia mude a forma de cobertura. Por fim, ainda de acordo com o autor, no modelo arbitrário haveria um controle do campo

político no tempo e espaço na mídia calcado em decisões empresariais ou editoriais, como no caso da propaganda política no Brasil.

Weber (2007) pontua que a política está presente em todos os campos simbólicos, o que faz com que a mídia e os indivíduos correspondam ao espetáculo político midiático. Na visão da autora, a “paixão entendida como o dispositivo de construção e compreensão teórica do espetáculo e, também, como a marca imanente do funcionamento da comunicação midiática, intervém como estratégia e como identidade de procedimentos” (WEBER, 2007, p. 2).

Gomes (2004) afirma que o cidadão é colocado na situação de espectador, no sentido dramaturgo e teatral, por meio da ideia da representação de personagens que estruturam as narrativas e efeitos emocionais. Para ele, é provável que

[...] a política contemporânea que se nos apresenta através dos recursos expressivos da cultura e da comunicação de massa, seja muito parecida com as artes dramáticas. Papéis são incorporados, falas são recitadas, conflitos são simulados, há cenários, luzes, bastidores, cena, diretores, maquiadores, figurinos, plateia, atores (GOMES, 2004, p. 388).

Desse modo, a personalização na política composta pela subjetivação do indivíduo foca na personalidade para vestir máscaras sociais, com o objetivo de encenar um papel de acordo com o *status*, o poder econômico, os estereótipos, as caricaturas, as marcas, os ambientes, as ideias e outros fatores, tendo como foco tornar essas características atalhos cognitivos para a tomada de decisão por parte do eleitor (SCHWARTZENBERG, 1977; ALDÉ, 2001; LEAL E VIEIRA, 2009).

### 2.3 LÓGICA DO ESPETÁCULO COMO GRAMÁTICA DA POLÍTICA

A personalização do espetáculo em debates políticos, segundo Schwartzberg (1977), tende a ludibriar o eleitorado ao fazer com que ele adquira uma postura indiferente aos projetos de governos enunciados e passe a focar apenas nas narrativas pessoais apresentadas. Essa representação dos políticos fundamenta-se mais em estratégias emotivas construídas de forma teatral, tendo como finalidade a ilusão. Ao discorrer sobre o conceito de espetáculo, Guy Debord (2003, p. 13) afirma que “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”.

Seguindo a mesma linha, Gomes (2004) afirma que o substantivo “espetáculo” advém do adjetivo “espetacular”, explicando assim o sentido contemporâneo da política do espetáculo: o “*spectaculum* é ato de olhar, o desfrute visual, a visão de algo” (2004, p. 393).

Segundo o autor, o termo “espetacular” origina-se de *specto* (*spectare*), ou seja, observar, ver, considerar, com o objetivo de despertar a atenção e conquistar os imaginários por meio de um simulacro político. Se, por um lado, o espetáculo é para ver e assistir, por outro, é a soma de artifícios que impossibilitam a real verdade (GOMES, 2004).

Para Abélès (1995) o espetáculo político está relacionado às manifestações clássicas que associam deuses e leis. O autor explica que o ritual da política tem origem nas monarquias divinas, que não só garantiram o funcionamento da sociedade ao longo dos anos, mas também a inserção no conjunto de sistemas sociais.

Com isso, segundo Abélès (1995), na era contemporânea, o espetáculo político corresponde a um “mercado en que se proponen al público productos según las mejores tradiciones comerciales y publicitarias. En resumen, lo político como espacio de consumo tal vez reemplace a un mundo fundado en jerarquías estables”<sup>6</sup> (ABÉDÈS, 1995, p. 141).

Diante disso, Rubim (2002) também recorre ao espetáculo a partir da raiz da palavra *spectaculum*, com a finalidade de atrair e prender o olhar. O espetáculo configura uma relação entre espectador e evento, na qual o primeiro prende olhar, ou seja, é conquistado pelo espetáculo. Nesse sentido, instala-se uma relação de poder, na qual a encenação e a dramaticidade do espetáculo são recorrentes e imprescindíveis na vida cotidiana e na política, em que “o espetáculo remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário” (RUBIM, 2002, p. 8).

Ao transformar o real em imagens, estas viram motivações, que, no espetáculo, dão sentido à visão humana, pois, onde há representação teatral, há espetáculo, devido à cultura de sujeição e à cultura do espetáculo (DEBORD, 2003; SCHWARTZENBERG, 1977). E, assim, o espetáculo se configura no pesadelo da sociedade moderna, que manifesta o desejo de dormir na ilusão, pois “à medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono” (DEBORD, 2003, p. 15).

Para Debord (2003), o espetáculo consiste nas relações sociais entre as pessoas que legitimam a produção dominante, em que a linguagem do espetáculo é construída com signos reinantes. Essa representação diplomática em uma sociedade hierárquica faz parte do discurso da ordem e do poder. Nesse sentido, o espetáculo está presente em toda sociedade,

---

<sup>6</sup> “mercado em que os produtos são propostos ao público de acordo com as melhores tradições comerciais e publicitárias. Em resumo, o político como espaço de consumo pode substituir um mundo fundado em hierarquias estáveis” (ABÉDÈS, 1995, p. 141, tradução nossa).

em todos os sentidos organizativos, principalmente no poder político. Em diálogo, Rubim (2002, p. 1) pontua que o “espetáculo tem uma história de relacionamento com o poder político e a política que se confunde com a existência mesma dessas modalidades de organização social e do agir humano”.

De acordo com Debord (2003), a sociedade do espetáculo não é composta apenas por um conjunto de imagens, mas também por relações sociais mediatizadas por elas, baseadas na visão arquitetada do mundo e formulada simultaneamente por projetos e resultados do modo de produção existente: “É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante” (DEBORD, 2003, p. 9).

Nesse sentido, ao transformar o real em imagens, estas viram motivações que, no espetáculo, dão sentido à visão humana. Assim, “em toda a parte onde há representação independente, o espetáculo reconstitui-se” (DEBORD, 2003, p. 19). O autor pontua que, com a abstração, o espetáculo representa-se perante o mundo o que lhe é superior. Desse modo, a sociedade se distancia do real, tornando-se, assim, uma fábrica da alienação, em que a mercadoria compõe a vida social diante do poder econômico, na qual as pessoas consomem ilusão. Sendo assim, o irreal é transfigurado por meio das máscaras ou fachadas, na qual o papel de certo indivíduo compõe a função dos papéis exercidos pelos outros atores sociais, contextualizados por formas de dominação (GOFFMAN, 2011).

Por estar presente em todas as sociedades, o espetáculo tem como base o poder político diante das questões sociais. Desse modo, Debord (2003) relaciona a sociedade do espetáculo aos meios de comunicação de massa, os quais repercutem manifestações superficiais sem neutralidade. Segundo o autor,

O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos «meios de comunicação de massa» — sua manifestação superficial mais esmagadora — que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade, é a instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total (DEBORD, 2003, p. 15).

Assim, existe um intermédio entre o poder e a comunicação, que age de forma instantânea e unilateral, centrada no sistema dos meios, em que o rompimento do espetáculo é inseparável do Estado, como afirma o autor:

[...] é por isso que tal «comunicação» é essencialmente unilateral; sua concentração se traduz acumulando nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir administrando. A cisão generalizada do espetáculo é inseparável do *Estado* moderno, a forma geral da cisão na sociedade, o produto da divisão do trabalho social e o órgão da dominação de classe (DEBORD, 2003, p. 25).

Ao discorrer sobre o espetáculo, a política e a mídia, Rubim (2002) dialoga com Debord (2003), ao pensar o “fazer ver” o mundo por meio do espetáculo das relações sociais. Ao debruçar sobre a visão de Debord (2003), Rubim afirma que o espetáculo está vinculado ao capital. Assim, “o espetáculo de tal modo estaria comprometido com a forma mercadoria e a ideologia burguesa, que teria interdita qualquer possibilidade libertadora” (2002, p. 3).

Para Rubim (2004, p. 183), a sociedade do espetáculo pode ser entendida como o avanço do capitalismo em sua etapa contemporânea. Segundo o autor, essa sociedade é “marcada pela intensa presença e convergência da comunicação, da informação, das telecomunicações, da informática, e pela aceitação de que elas se tornaram mercadorias diferenciadas” (RUBIM, 2004, p. 183). Já Debord (2003, p. 21), argumenta que “o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem”.

Para Debord, o “espetáculo apresenta o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido” (2003, p. 20). Assim, de acordo com o autor o “fazer ver” engloba diversas mediações para o sentido humano, no qual o espetáculo perpassa além das imagens e das relações sociais mediadas; é uma forma de comparar o fazer ver o mundo por meio do espetáculo das relações sociais e do capital (DEBORD, 2003; RUBIM, 2002).

Nessa perspectiva, Gomes (2004) discorre sobre a construção do espetáculo com o intermédio da mídia, no qual, segundo ele, o show político não necessita de autorização ou direção para funcionar. Conforme discorre, a política do espetáculo é empregada na presença da esfera da visibilidade de maneira estratégica, com o objetivo de obter o apoio dos cidadãos: “a política-espetáculo é a política em cena, a política naquilo que nela se destina a se apresentar a uma plateia ou a um público” (GOMES, 2004, p. 403).

Assim, conforme cita Weber (2007), o movimento da política nos dias atuais é composto pela visibilidade midiática, com o objetivo de projetar as informações dos políticos por meio do espetáculo político-midiático. Segundo a autora, os acontecimentos são expostos pela mídia por meio da tradução (informações, propagandas etc.) e da hibridação (estratégias conjuntas da comunicação), de acordo com a organização midiática. A autora afirma que é a hibridação que assume o papel principal no jogo político. Com isso, o espetáculo é formado pelo campo político e midiático, os quais são compostos por símbolos (econômicos, políticos, público e privado) que repercutem na sociedade e no indivíduo.

Assim, para compreender o espetáculo, é necessário entrar no campo das paixões e emoções, de forma a atingir o “capital individual dos sujeitos” (WEBER, 2007, p. 4). Esse capital individual é influenciado pelo mercado e pela política. Nesse sentido, a autora recorre

a Thompson (1998), que afirma que o escândalo configura um rompimento moral e de valores diante da reputação, pois, quanto maior a visibilidade política, mais repercussão tem o escândalo.

A importância da mídia para o espetáculo, na visão de Weber (2007), tem como base o fato de que é a mídia que produz ações e acontecimentos que reforçam e constroem ideias. A partir disso, os políticos tendem a projetar seus discursos, os quais a mídia constrói legitimidade. Como discorre a autora, há uma facilidade de identificação das paixões coletivas e dos jogos dramáticos dos políticos, o que engloba também o capital e os meios de comunicação (WEBER, 2007).

No mesmo sentido, Rubim (2002) afirma que, na contemporaneidade, o espetáculo passou a ser automatizado com as práticas sociais ao ser produzido nos campos da cultura ou da mídia (campos novos). Para este autor, o espetáculo hoje está vinculado aos campos cultural e midiático e tende a crescer com a emergência da cultura midiaticizada, na qual a mídia é um campo que promete a visibilidade social.

Em diálogo com Schwartzberg (1977), Rubim (2002) afirma que a espetacularização da política é definida pela mídia, a qual produz e comanda os conteúdos políticos. Nesse sentido, o espetáculo passa a ser construído por meio da sensibilização, como objeto da disputa pelo poder e legitimação política. Para o autor, a política na contemporaneidade possui uma visibilidade plástica, o que faz com que haja uma característica estética, pois a visibilidade ocupa uma posição relevante (RUBIM, 2002).

Ainda de acordo com esse autor, a contraposição entre a política anterior e a política encenada, ou “mediapolítica”, tratada por Schwartzberg (1977), tem um fator insustentável ao considerar a política sem encenação. Portanto, o autor conclui que a mudança não foi da estética espetacular da política, e sim do seu acionamento em uma nova composição social. Desse modo, segundo ele,

a ágora grega, o senado romano, a coroação do rei, o parlamento moderno, a posse de presidente, as manifestações de rua, as eleições, enfim, toda e qualquer manifestação da política, anterior ou posterior à nova circunstância societária, supõe sempre encenação, ritos etc. (RUBIM, 2002, p. 6)

Com base nisso, Rubim (2002) ressalta a diferença entre midiaticização e espetacularização: a primeira refere-se à veiculação de algo pela mídia; já a segunda, é forjada ou não pela mídia no processo de enquadramento e reconfigurações de eventos. Segundo o autor, a mídia tende a ser associada a processos de midiaticização e espetacularização.

Para Rubim (2002) a midiaticização política não pode ser identificada apenas como uma espetacularização, pois a política sobressai à mídia em diversas formas de exposição,

conforme o autor exemplifica. Segundo ele, o tema é tratado nos noticiários como o cotidiano dos poderes executivos, legislativos, nacionais e internacionais, os quais tendem a não “espetacularizar a política, pois tanto o caráter ordinário dos eventos, quanto o formato, em princípio, argumentativo e sem grandes recursos estético-culturais do gênero, dificultam, mas não impedem, a implementação dos dispositivos de espetacularização” (RUBIM, 2002, p. 18).

A partir disso, o autor retoma o olhar de Albuquerque (1994) ao dialogar com as práticas da mídia com a atividade política na contemporaneidade. Segundo Rubim (2002), a formulação de Albuquerque é diferente, pois foge do padrão conceitual da espetacularização, ao voltar o olhar para a “especificidade da situação política contemporânea” (RUBIM, 2002, p. 214).

Conforme afirma Albuquerque (1994), a sociedade no âmbito midiático funciona como uma reorganização. Desse modo, a mídia organiza os fatos políticos. Em diálogo com o autor, Rubim (2002) ressalta o novo conceito analítico da espetacularização, o qual atribui ao espetáculo a organização da vida política, ao superestimar o impacto dessa representação na sociedade.

Nessa perspectiva, como pontua Rubim (2002, p. 9), a sociedade do espetáculo tende a emergir organizadores da cultura. Nesse caso, como exemplifica o autor, esses organizadores são os profissionais de criação, que reforçam o espetáculo contemporâneo. Dessa forma, para o autor, há uma tendência imposta entre atores e plateias que dificulta a participação efetiva dos espectadores.

Na mesma linha de pensamento, Weber (2007) explica que o funcionamento de um espetáculo está ligado à cena formada por estruturas composta por profissionais de comunicação e marketing, os quais se posicionam com o objetivo de conquistar os consumidores ou os eleitores. Logo, segundo a autora, para um maior sucesso do espetáculo, é necessária a integração das informações jornalísticas e da produção de publicidade. Para Weber (2007), além da dramatização formada a partir de jogos de conflitos, as formas de governo se dão de forma espetacular, principalmente nas democracias na qual o espetáculo sobrepõe ao poder político.

Gomes (2004) questiona o fato dessa política do espetáculo ser um fenômeno antigo ou uma novidade e pontua que há uma assertiva em relação às novidades encontradas nas teorias políticas em cena na sociedade do espetáculo. Para o autor, esse ambiente atual compõe uma nova forma de interação social, composta pela espetacularização do Estado e seus agentes que se impõe (GOMES, 2004). Ainda segundo esse autor, a posição dominante ao tratar do assunto é a negativa como uma degradação e alteração da política em cena.

Gomes recorre a Schwartzberg (1977), que ressalta que “uma vez que se escolheu o papel, resta montar o espetáculo. Inspirando-se nas técnicas teatrais e cinematográficas, para melhor confundir arte política e artifício. Adaptando-se à ‘*media política*’, à política tal como foi degradada pelos *mass media*: a ‘grande imprensa’, o rádio e a televisão” (SCHWARTZENBERG, 1977 *apud* GOMES, 2004, p. 404).

Rubim (2004) ressalta que, devido ao fato de a política apresentar valores emocionais, cognitivos, estéticos e argumentativos, o espetáculo serve como oportunidade para a cena: “nessa nova situação, o espetáculo, antes afirmação suntuosa do poder, ganha uma nova dimensão, ele passa a ser produzido também como modo de sensibilização, visando a disputa do poder, e como construtor de legitimidade política” (RUBIM, 2004, p. 5).

Sendo assim, para Rubim (2004), compreender política e espetáculo é o ponto de partida para entender a relação entre política, comunicação e suas consequências. É a partir da comunicação que a teatralidade na sociedade se repercute por intermédio de atuações, rituais, papéis e máscaras (SCHWARTZENBERG, 1977; GOFFMAN, 2011).

Segundo Rubim (2004), a política está relacionada à atuação, sendo, portanto, o espetáculo vinculado ao campo cultural midiático e suas interfaces decorrentes da industrialização. O autor correlaciona os espetáculos existentes aos fatos históricos, tendo como base o poder político contemporâneo, no qual as representações fazem parte da realidade e da construção social decorrente do recurso das mediações.

Com isso, convém fazer uma reflexão sobre o espetáculo e a política em um contexto em que a mídia se faz presente, no qual a encenação da mídia-entretenimento levaria o poder político à sua despolitização. Nesse cenário, a figura política assume determinado papel, ou seja, o “fazedor de espetáculos é igualmente um provedor de sonhos. Como se ao poder coubesse desempenhar uma função onírica” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 22).

O estado passa a ser uma superestrutura social, com uma atividade especializada em conjunto, produtora da representação e da encenação do “Estado espetáculo” (SCHWARTZENBERG, 1977; MAQUIAVEL, 1996; DEBORD, 2003). Isso indica que a personalização está ligada às relações de poder que envolvem a nação, o Estado e o partido: o ator político representa certo grupo ou instituições que legitimam o “poder com face”, em interação com o uso de máscara sociais. Assim, cada ator legitima uma unidade representativa (THOMPSON, 1998, p.79; GOFFMAN, 2011, p. 221).

Para tanto, os meios de comunicação são transmissores da imagem do espetáculo político e, conseqüentemente, construtores da realidade. Num mundo real, transformado por meio das imagens, são estas que constroem o “fazer ver” da realidade e sentidos: os

indivíduos modificam a condição de existência da realidade social de acordo com o que é exposto pelos meios de comunicação (DEBORD, 2003; WOLF, 2003).

A partir disso, de acordo com Debord (2003), o sistema espetacular configura-se em um lastro para o modelo de vida socialmente dominante, baseado na legitimação das escolhas de consumo. Em função disso, o autor pressupõe a economia como uma forma de dominação composta por duas fases: a primeira desagrega o “ter” e o “ser”, e a segunda tem o foco na busca do “ter” e do “parecer” – sentidos nos quais toda realidade torna-se dependente do poderio social. Conforme explica o autor, a

[...] fase presente da ocupação total da vida social em busca da acumulação de resultados econômicos conduz a uma busca generalizada do ter e do parecer, de forma que todo o «ter» efetivo perde o seu prestígio imediato e a sua função última. Assim, toda a realidade individual se tornou social e diretamente dependente do poderio social obtido. Somente naquilo que ela não é, lhe é permitido aparecer (DEBORD, 2003, p. 13).

Portanto, a política produz a apresentação de um cenário de representação acessível à sociedade por meio da visibilidade, compondo “o espetáculo como um momento e um movimento imanentes da vida societária, de maneira similar às encenações, ritos, rituais, imaginários, representações, papéis, máscaras sociais etc.” (RUBIM, 2004, p. 1).

Schwartzberg (1977, p. 137) recorre a esse espetáculo para discorrer sobre a hierarquia e os papéis em cena. Segundo ele, o palco torna-se foco do prestígio e da ostentação para o ator. O autor ressalta que “o vedetismo no poder procura seduzir mais que convencer, encantar mais que argumentar. Induz a escolher um perfil e não uma política; imagens, e não uma ideologia. Simplifica ao extremo o debate público” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 303).

No que tange à reflexão de Gomes (2004), a política compactua com o espetáculo a partir do momento em que os espectadores se entregam às peripécias e aos desenlaces de seus representantes (candidatos), reforçando o ciclo da trama teatral com engajamento emocional. Por esse ângulo, a encenação de um roteiro político fundamenta-se no arranjo prévio de operários do espetáculo e em estratégias planejadas que contribuem para o êxito político.

É por meio dessa composição entre os poderes simbólicos eminentes na sociedade e o caráter espetacular da política, em conjunto com a mediação dos meios de comunicação, que se constrói as tipologias dos personagens políticos no mundo contemporâneo. É esse o foco de discussão no próximo subcapítulo, embasado nos personagens decorrentes do espetáculo.

## 2.4 AS TIPOLOGIAS DE PERSONAGENS NO CONTEXTO DA PERSONALIZAÇÃO E DO ESPETÁCULO

Em diálogo com o novo panorama da democracia representativa, na qual a escolha eleitoral é cada vez mais focada na personalização, Schwartzberg (1977) afirma que, anteriormente, a política era composta por ideias, entretanto, atualmente, é formada por pessoas (personagens):

Ou melhor, as personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo. Doravante, o próprio Estado se transforma em “produtor” de espetáculo. A política se faz agora, encenação. Agora, todo dirigente se exhibe e se dá ares de vedete. Por aí vai a personalização do poder. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 9).

Para Schwartzberg (1977), as projeções das imagens dos políticos são calcadas em papéis como o do herói, do homem fora do comum, do chefe providencial, do ídolo, entre outros papéis assumidos de forma teatral pelos personagens diante do público. Assim como a marca de fábrica, a imagem torna-se um rótulo com certas performances e características, sendo que a competição, a produção e o comércio são algumas de suas estruturas principais, como em uma publicidade. No entanto, é mais fácil criar uma marca do que trocar o papel do ator (GOMES, 2004; SCHWARTZENBERG, 1977).

A imagem tem como objetivo a manipulação do público, pois, “de Maquiavel para cá, a ‘arte de mentir’ progrediu tecnicamente. Com certos profissionais da publicidade dos meios de comunicação e com o coordenador da campanha” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 14). Com uma linha que sintetiza o pensamento político ao apresentar a construção do conceito de Estado, Maquiavel (1996) reforça a fidelidade da encenação, retomando a ideia do desvincular, do ser e do parecer. Retoma, assim, a ideia de Schwartzberg (1977) que pontua que “[...] para tranquilizar os súditos, compete-lhe ‘fingir e disfarçar’, compondo para si mesmo uma personagem completamente diferente” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 14).

Ao discorrer sobre o papel representado pelos políticos Schwartzberg (1977, p. 19) menciona que o “grande papel com que sonham os monstros sagrados da política é o de grande homem. O de herói. O do semideus da mitologia. Entre céu e terra”. Em diálogo com esta pesquisa, o autor reforça a tese dos papéis desenvolvidos pelos políticos em um contexto espetacular como: o herói, o homem igual a todos, o pai nosso, a mulher na política e a vida privada do homem público.

Nessa perspectiva, para Schwartzberg (1977) o papel do herói é baseado no homem excepcional, que triunfa após uma apoteose, com façanhas, entusiasmo e a glória.

Herói, esse político torna-se o “ídolo proposto ao culto dos mortais” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 19). Segundo o autor, essas características embasam a geração de heróis duvidosos que caracterizaram o período anterior e posterior a guerra como exemplo: Mussolini, Hitler, Franco e Pétain, Marechal Tito, Stálin, já na América Latina Perón, Fidel Castro considerados líderes máximos.

Desse modo, para o autor o herói é muitas vezes tido como aquele que é fundador, o que reina e prospera, sendo no terceiro mundo considerado o “salvador”, em ação em determinados países, até mesmo desenvolvidos, quando enfrentam alguma crise grave” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 21). Assim, figura do herói muitas é assimilada a partir de papéis como o profeta, o vidente, o chefe inspirado, o guia carismático, o advindo muitas vezes do poder divo de Deus, o chefe com mistérios ou características sobrenaturais (SCHWARTZENBERG, 1977).

Em vista disso, o dirigente ao acionar o papel de um herói é considerado um *showman*, um homem do espetáculo, um *leadership* que faz da política um palco, no qual faz espetáculos e promove sonhos (SCHWARTZENBERG, 1977). Esse papel compõe o herói, aquela personagem que ajuda a enfrentar a angústia e as incertezas para que o povo sinta seguro.

Dentre as características que compõe o papel desse herói, Schwartzberg (1977) cita a distância também atributos como o orgulho, o monarca, a divindade. Para o autor, o primeiro está ligado ao fato de manter distância em relação ao vulto, com o objetivo de ostentar sua grandeza e elevação. O segundo, o orgulho, tem como base a ideia que nenhum herói deve ser posto em dúvida.

Já o herói e monarca faz menção ao líder que governa sem compartilhar, o qual “se conduz como um rei” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 30). E por fim o autor cita o herói e a divindade, os quais possuem privilégios comparados ao de semideus, deuses entre os mortais. Desse modo, “o herói toma o lugar de deus. Torna-se seu substituo funcional, fornecendo aos fiéis os mesmos serviços: segurança, certeza, tranquilidade. Já que o poder não pode dispensar o sagrado, o poder será o sagrado” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 30).

No que diz respeito ao herói igual a todo mundo, o *common man* Schwartzberg (1977) discorre que esse político é assimilável, sem brilhantismo, drama, um representante convencional, ou seja, reflexo da população e do eleitorado. O *common man* é “simples, tranquilo. À altura de qualquer homem. Comedido, moderado, modesto. Essa escala humana. *Superstar* da normalidade, anti-herói, antítese da autoridade heroica, ele representa a autoridade rotineira por excelência” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 51).

Somado a isso, o autor ressalta que esse homem representa também o prazer do conformismo, do igualitarismo principalmente após substituir o herói na cena política, sendo caracterizado por políticos posteriores a líderes como “Roosevelt, Truman, Depois de Churchill, Attlee. Depois de Stálin, Khruchov. Depois de De Gaulle, Pompidou” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 53). Se caracteriza como um homem ordinário de ambiente modesto, com estudos ao nível primário e secundário raramente superior, em oposição a aristocracia e ao intelectual, que leva uma vida simples com bom senso e virtudes (SCHWARTZENBERG, 1977).

Outro papel pontuado por Schwartzberg (1977), é o líder charmoso, o qual tem o objetivo de surpreender e cativar, a arte da sedução na política a partir da teatralidade. Como exemplo do uso do charme na vida política, o autor cita os irmãos Kenedy, Henry Kissinger, Jarry Brown, Pierre Elliott Trudeau, Olof Pame, Jeremy Thorpe, Helmut Schmidt entre outros. E destaca o jovem executivo como Kennedy, em 1960 eleito presidente dos Estados Unidos, o qual foi destaque pelo “pode-se ‘vender’ ao público tudo, ou quase tudo, usando análises de mercado ou pesquisa de opinião” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 72).

Segundo a mesma linha de raciocínio, Schwartzberg (1977) discorre que esses líderes possuem diplomas em renomadas universidades ou escolas, são referências como mitos de seus tempos e sofrem influências dos meios de comunicação em relação ao posicionamento ideológico. Por serem “dinâmicos, eles personificam uma política do movimento, da ação. Assim como o cinema americano é um cinema da ação” ” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 72). Para o autor, são tidos como revitalizadores, por serem jovens dirigentes e por não medirem esforços, munidos de resistência, agressividade, estão em todos os lugares a todo tempo, se movimentam de avião ou helicóptero.

Nesse sentido, o líder charmoso faz parte do *star system* político ao serem as estrelas políticas das décadas de 40 e 60, líderes com atributos políticos como beleza, forte presença em eventos incomuns (SCHWARTZENBERG, 1977). Alguns desses líderes são herdeiros de famílias conservadoras e abastada, tornando-se patrícios e *playboys* como exemplifica:

O pai de Kennedy foi embaixador em Londres, e apologista do nazismo. Thorpe, antigo líder do Partido Liberal, é filho e neto de deputados conservadores. O pai de Trudeau era um rico proprietário agrícola. Palme nasceu no seio de uma família de pequena nobreza, de um pai que se ilustrou nos negócios. A família Agnelli domina o império Fiat, A de Servan-Schreiber fez fortuna no mundo da imprensa. Finalmente, Giscard d’Estaing, que usava o nome ilustre, renobilitado por seu pai, membro de honra da sociedade dos Cincinnati e se declara descendente de Luís XV, pela linha que nasceu. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 77)

Como reflete Schwartzberg (1977) muitos deles estudaram em boas escolas, casaram-se moças da alta sociedade, são sofisticados, conquistam corações, esportista, aventureiros, sedutores, cheios de vivacidade, com uma vida animada. No entanto, como cita o autor, com o tempo esse líder charmoso passa a se tornar inquietante pois “não se tolera mais a sua desenvoltura irrefletida, sua aparente despreocupação, seu desejo obsessivo de seduzir”. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 89)

Outro papel elencado por Schwartzberg (1977) é aquele político que se caracteriza como a imagem de nosso pai, ou seja, o poder como monarcas, autoridades paternas que esperam obediência e fidelidade, “a imagem de Luís XIII, o ‘pai do povo’. É também a do tzar, familiarmente chamado “paizinho dos povos” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 91). Como relembra o autor, políticos como Dr. Duvalier o “Papa Doc”, Nasser o pai da revolução; Majibur Rahman conhecido como o “tigre de Bengala”; Teneral Mobuto; Maechal Aming “Big Daddy”.

Segundo o autor é o pai de família, tranquilo, nobre, da nação, o fundador, pai da pátria o revolucionário que se semelha em certos aspectos com o herói. Sendo, portanto, o peso da idade atributo considerável, por formar uma imagem de velho sábio, com experiência e maturidade, um ancestral, um antepassado. Logo nessa perspectiva,

Em nossa história, os desastres, as guerras ou crises nacionais têm provocado muitas vezes esse refluxo para o passado. Como medida de precaução contra as angustias do presente, nós nos voltamos para os que evocam um passado calmo e vitorioso. Ao se sentir perdido, órfão, o povo se volta para o pai, protetor, único capaz de tranquilizá-lo (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 93)

Outro personagem discorrido por Schwartzberg (1977) é a mulher na política, caracterizada pelo autor como uma pequena minoria, que passa por atitudes sexistas. Nessa perspectiva, há um ajuste da mulher na política conforme as normas masculinas e valores viris, que compõe a maneira de pensar e agir na política, com isso são submetidas às pressões de uma sociedade patriarcal, que muitas vezes as colocam em posições subalternas.

Segundo Schwartzberg (1977), as mulheres na posição política copiam os papéis masculinos de forma a se passar por dominadora e autoritária, muitas vezes exagerando nessas características. Como cita a mulher faz se “passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucedânea do homem de pulso, chegando quase a se transformar em travesti político, imitando grosseiramente as atitudes machistas” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 102).

Como exemplo, o autor menciona a *La Señora*, Isabel Perón na Argentina a “Lady de Ferro”, conhecida como frágil e pequenina, Isabelita “dirige o país com opressiva

autoridade remanejando imediatamente o governo para orientá-lo para a extrema direita peronista. Expurga os sindicatos, amordaça a imprensa, impõe sua disciplina à universidade” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 108). E também, Margaret Thatcher na Inglaterra “a mulher de pulso, paródia feminina do homem de pulso, longe de qualquer identidade política especificamente feminina” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 110)

A partir disso, o autor menciona que não existe o estereótipo mulher comum como o homem comum, pois a sociedade exige diversas qualidades das mulheres para mantê-la na política, somado a isso, frisa que também não existe a mulher charmosa, pois não é afirmado a feminilidade. Com isso, de acordo com o autor restam estereótipos como a heroína (homóloga go herói) e a mãe (substituta do pai).

Schwartzberg (1977) menciona o modelo materno de autoridade, a imagem materna como antítese da figura paterna, a figura de Maria, Rainha Juliana da Holanda como exemplifica. Assim, a autoridade maternal é construída por meio da autoridade maternal-heroica, dominadora, autoritária, “muitas dessas mulheres se têm visto na chefia de países em guerra, como Israel e Índia, ou de quase guerra civil como o Ceilão (Sri-Lanka)” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 105).

Nesse sentido, o ator pode se convencer de que a peça é a verdadeira realidade, ou pode não estar consciente de sua própria atuação no contexto social. Assim, ao enganar o público, o personagem pode ou não estar consciente de sua atuação, sendo, então, uma recomposição de imagens (GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977).

Ao trabalhar essa reflexão, Weber (2007, p. 11) cita a imagem como um texto aberto, com diversas deduções e formas de entendimento, nas quais as “percepções provocadas encontrarão ressonância ou rejeição por parte dos indivíduos, a partir da combinação de outras imagens e símbolos e da natureza da imagem proposta”.

No sentido sociológico, para Hall (2006) a questão das identidades parte de uma concepção sociológica dividida entre o pessoal e o público – e do que projetamos, concomitantemente. Segundo o autor, são internalizados valores e significados que dão sentido ao mundo social e cultural e, com isso, o sujeito é composto por diversas identidades.

A partir das diversas composições identitárias, os atores políticos projetam suas imagens de forma heterogênea, com o uso de diversas máscaras, e se tornam especialistas em grandes cenas e papéis no contexto de discursos, pronunciamentos e debates (GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977). Desse modo, o espetáculo tem na comunicação uma ferramenta preferencial de seu sistema de atuação, no qual a política comporta-se como a arte dramática, uma maquiagem (DEBORD, 2003; SCHWARTZENBERG, 1977), e as máscaras

são utilizadas pelos indivíduos de forma teatral (GOFFMAN, 2011). Em síntese, o personagem age com a finalidade de causar impressões, com o objetivo de transmitir uma ideia de que “as coisas são o que parecem ser” (GOFFMAN, 2011, p. 25).

Os indivíduos assumem papéis como os de atores de cinema, por apresentarem características cambiáveis no contexto da produção midiática, tornando-se vedetes dos meios de comunicação, nos quais, “a estrela perfeita se transforma em nada, em vácuo, autômato, tendo como única alma a de seu diretor. A vedete (do cinema ou da política) vem a ser uma criação de apresentadores de fantoche” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 154).

Ao assumir um papel, é importante que o político seja fiel à imagem que quer projetar (MAQUIAVEL, 1996; SCHWARTZENBERG, 1977), pois o importante é fazer com que a população acredite no personagem representado. Assim, trava-se uma luta entre o ser e o parecer em busca do apoio dos eleitores ou cidadãos.

Em diálogo com Schwartzberg (1977), Weber (2007) afirma que os papéis públicos, ao serem desenvolvidos de forma sentimental, adquirem poder. Assim, a *persona* do ator passa a ser uma ferramenta da vida pública, por meio de suas paixões. Tanto na “esfera pública como no teatro, a temática e os rituais de encenação estabelecem a divisão das plateias devido aos códigos de representação” (WEBER, 2007, p. 10).

Diante do exercício da figura de um homem político, é necessário o uso da simulação e da dissimulação. No entanto, ao mesmo tempo em que o homem político deve ser ele próprio, ele se ilude e confunde a imagem com a imaginação (MAQUIAVEL, 1996; SCHWARTZENBERG, 1977). Com isso, “ele prefere parecer. Ainda que lhe seja preciso simular ou dissimular. Compondo uma personagem que atraia a atenção e impressione a imaginação. Interpretando um papel por vezes composto” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 15).

Para Maquiavel, os homens julgam mais pelos olhos (imagem) do que pelas mãos, então, as aparências representadas sobressaem em relação à verdadeira essência do ser, pois “todos veem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos que, aliás, estão protegidos pela majestade do Estado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 105).

Aldé (2001, p. 13) também recorre a Maquiavel para dialogar sobre a opinião do povo e o exercício do poder no campo da política. Para a autora, Maquiavel busca manter a opinião pública favorável aos reis desde 1513, tanto em termos econômicos quanto sociais. Sobre a espetacularização política e seus aspectos históricos na formação social, Weber relembra que a

espetacularização da política, em toda a sua história, sempre precisou da representação teatral, da “fabricação de reis” e heróis. Nas ruas, nos palcos, nos templos, palácios, palanques e na televisão, as marcações teatrais, figurinos, textos de propaganda, alegorias, cantos, rituais sempre foram destinados a produzir efeitos, a criar ilusões de ótica. Das cerimônias de iniciação ao mundo adulto, aos casamentos e rituais da morte, o que importa é como a contemporaneidade abriga as relações entre a sociedade, a mídia e a política, de modo espetacular (WEBER, 2007, p. 1).

Nesse sentido, há um destaque primordial da imagem política pelo público que valoriza o carisma, a competência, a capacidade e outros atributos pessoais que permeiam as discussões políticas com pouca ideologia, nas quais o candidato ocupa o papel central na política (ALDÉ, 2001; LEAL E VIEIRA, 2009; MAQUIAVEL, 1996; WATTENBERG, 1991). Em diálogo, Maquiavel (1996), com a visão voltada ao período renascentista, pontua que o papel de um príncipe deve ser bem-conceituado por meio da inteligência. Nesse contexto, a imagem e a forma de agir de um soberano diante de seus súditos correspondem, na contemporaneidade, à lógica da encenação no ambiente midiático.

Em vista disso, os atributos pessoais emitidos pelos políticos se tornam fatores relevantes para o posicionamento estratégico político, pois o comportamento e as características se tornaram fatores a ser considerado pelo público. Com cita Wattenberg (1991) além dos atributos pessoais serem focos dos eleitores, há de se esperar essas características, em certos casos, definam também o declínio na popularidade dos políticos.

Segundo o autor, há casos que os atributos pessoais dos candidatos podem ser definidos em cinco características que mais se destacam:

- Integridade: trata do candidato confiável ou não confiável somado a atributos como honestidade, sinceridade e qualquer referência ao governo relacionada à corrupção.
- Segurança: refere-se a um candidato que é confiável, forte, decisivo, agressivo, estável ou o contrário, sendo também ponte entre a integridade e atributos de competência.
- Competência: refere à experiência política habilidade como estadista das questões políticas, realismo e inteligência.
- Carisma: habilidades de liderança de um candidato, dignidade, humildade, patriotismo, capacidade de comunicação com pessoas.
- Aparência do candidato / características demográficas: idade, religião saúde, formação, ocupação, família entre outros atributos físicos.

Esses mesmos atributos tendem a ser observados na política contemporânea, como nos debates e pronunciamentos de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante as eleições e o impeachment 2016. Desse modo, observa-se que os atores políticos, de modo geral, tendem a

manter os valores reconhecidos pela sociedade, mesmo que não sejam reais. Segundo Weber (2007), no contexto atual, os valores nem sempre estão presentes, no entanto, a visibilidade faz parte do contexto, o qual serve como armadilha, pois a ética é posta de lado em detrimento da imagem (WEBER, 2007).

Pensando nessa representação dos indivíduos em conjunto com fatores psicológicos, Goffman (2011, p. 34) discorre sobre a tendência de a fachada social tornar-se institucionalizada, ou uma “representação coletiva”, em prol de certo papel. Segundo o autor, as fachadas são selecionadas e não construídas, pois há sempre uma representação adequada para um contexto.

Em diálogo Schwartzberg (1977, p. 18), que, por sua vez, afirma que, para o homem político, é preciso se parecer com as “vedetes políticas”, tendo em vista que a adaptação a “esses diversos papéis se sucedem e seus titulares se prestam quase que a uma rotatividade à frente do Estado ou do governo”.

Sobre a dramatização, Goffman (2011) diz que é uma maneira de elucidar o que é invisível: as representações são moldadas por meio de várias fachadas, socializadas e modificadas de acordo com o que é esperado pela sociedade. Para o autor, os atores tendem a passar uma impressão idealizada aos observadores.

Goffman (2011) ressalta que os indivíduos, ao encenarem, acentuam certas ações e dissimulam outras. Com isso, a inibição pública demanda que o ator selecione certas impressões, na tentativa de efetivar ou aperfeiçoar os efeitos para seu próprio bem ou para agradar a plateia.

O mesmo autor expõe que as sociedades anglo-americanas formulam os conceitos de bom-senso tendo como base as representações verdadeiras, sinceras e falsas. Além disso, pondera que as representações tidas como verdadeiras não são sistematizadas de forma proposital ou intencional pelo indivíduo, julgando as representações tramadas como uma construção do papel.

Ao relacionar a sinceridade e a realidade verdadeira em situações de projeção, Goffman afirma que, no desenrolar de uma representação, os pares e assistentes devem acreditar nos atores de forma convincente. A partir disso, uma representação teatral conta com habilidade, treinamento e capacidade psicológica dos atores para se expressarem.

Goffman (2011) ainda pontua que os indivíduos adquirem formas de representações sociais com a finalidade de causar impressões. Para ele, o relacionamento social é comum e arquitetado como um teatro, no qual ocorrem ações e reações dramaticamente distendidas através da encenação. A partir disso, no contexto de debates

políticos, os candidatos tendem a exaltar os valores sociais em prol de suas campanhas, mostrando aos telespectadores as principais diretrizes tradicionais. Ele afirma que, “quando os indivíduos se apresentam diante de outros, seus desempenhos tenderão a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (GOFFMAN, 2011, p. 41).

Ao discorrer sobre a questão da representatividade política, Hobbes (2012) faz uma diferenciação por meio de duas palavras: “ator” e “autor”. Para ele, “ator” é aquele que atua, fala ou age por autoridade; é escolhido por uma quantidade de homens, por meio de votos, como representante de uma multidão e por consentimento desta. Já o “autor” compõe a essência verdadeira de suas palavras e ações, ou seja, tem o domínio em um contexto de pacto.

Da mesma forma, a imagem do representante da multidão descrita por Hobbes (2012) é composta por máscaras mobilizadas estrategicamente, dependendo da ocasião, pelo processo de espetacularização, no qual as ações, o cenário, o discurso e as estratégias são arquitetadas, com o objetivo de cativar o eleitor que se identifica com o grupo que o reconhece, por meio dos elementos visuais (GOMES, 2004; GOFFMAN, 2011; SCHWARTZENBERG, 1977).

O pensamento de Goffman (2011) dialoga com os papéis dos atores políticos utilizados na contemporaneidade sobre as interações mediatizadas. Para o autor, durante a representação, os indivíduos têm suas próprias garantias e defesas. Ele cita Park (1950), que ressalta: “todo homem está sempre e em todo lugar mais ou menos consciente, representando um papel [...] É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos.” (PARK, 1950 *apud* GOFFMAN, 2011, p. 27)

Segundo Goffman (2011), sob o olhar de um grupo observador, esse indivíduo faz uso das fachadas sob as influências sociais, muitas vezes caracterizadas como expressivas, padronizadas, automáticas, intencionais ou inconscientes durante o ato. A representação se torna tão comum que passa a fazer parte do indivíduo.

Leal (2012), ao discorrer sobre o personalismo na política, cita Wattenberg (1991) para tratar da polarização do candidato em relação aos partidos em um debate. De acordo com Leal, a redução da referência ideológica dos partidos marca um aumento das discussões focadas nas qualidades dos candidatos. Segundo o autor, “competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e atributos pessoais (aparência, idade, religião, saúde etc.) preenchem o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo, em disputas pouco ideologizadas” (LEAL, 2012, p. 1).

Ao tratar do personalismo, Leal (2012) aponta que ainda há muitos problemas, afinal, a sociedade espera do candidato a solução dos problemas sociais existentes, o que não ocorre na vida real. O autor aponta que

ou a sociedade se organiza para discutir seus problemas e apresentar soluções – e os partidos políticos deveriam ser fóruns para isso – ou o país continuará à espera de “salvadores” que nunca chegarão. Ou pegamos coletivamente o destino do espaço público em nossas mãos, o que implica que temos todos que participar do jogo político, ou os muitos problemas que se arrastam historicamente, mesmo que o país tenha avançado muito nos últimos anos, tendem a se perpetuar (LEAL, 2012, p. 12).

Transpondo o debate para a política, Miguel e Biroli (2010) afirmam que há necessidade de o candidato se “resguardar” e cuidar da própria imagem. Em tempos em que os meios de comunicação aumentam a visibilidade dos discursos políticos, estes também ficam mais expostos aos olhos e críticas do público, principalmente em contextos de crise. Essa gestão da visibilidade tratada pelos autores dialoga com a perspectiva de Thompson (1998), que afirma que a comunicação mediada contribui para a visibilidade política, mas também fornece riscos aos representantes, pois “gafes e acessos explosivos estão entre as fontes mais comuns de problemas para líderes políticos” (THOMPSON, 1998, p. 127).

Sendo assim, a visibilidade política promovida pela veiculação da imagem contribui para a formação da opinião pública, tanto em momentos de ápice eleitoral, em que o candidato apresenta seu plano de governo em eleições, como em contextos de crises, por exemplo durante o impeachment, quando o político adquire uma postura de ataque ou de defesa. Nesse sentido, como afirma Gomes (2004, p. 116) a política desenvolve-se de acordo com os meios de comunicação e por meio da visibilidade, a qual agrega valor à função política: “[...] não há negociação no interior do jogo político que não considere o risco de exposição negativa que comporta” (GOMES, 2004, p. 119).

Portanto, essa complexa relação entre a mídia e a política faz com que a comunicação seja uma constante preocupação na vida política tanto de Dilma Rousseff quanto de Aécio Neves nos dois momentos analisados, o segundo turno das Eleições 2014 e o Impeachment 2016. Isso ocorre porque “a notoriedade midiática é condição necessária para o acesso às posições mais importantes do campo político” (MIGUEL E BIROLI, 2010, p. 10). Segundo Miguel e Biroli, em situações de disputa, a influência da mídia sobre a política fica ainda mais visível.

### **3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO ÀS ELEIÇÕES DE 2014 E À CRISE POLÍTICA BRASILEIRA EM 2016**

Pode-se dizer que a crise política contemporânea no Brasil é fruto de episódios históricos e de fatos que se entrecruzam. Sendo assim, este capítulo tem como pressuposto a ideia de que, para traçar a construção da imagem de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante as Eleições 2014 e o Impeachment 2016, é necessário rever contextos e episódios históricos, como: a redemocratização brasileira; a guinada da esquerda a partir de 2002; os escândalos de corrupção e suas investigações, como o caso Mensalão<sup>7</sup> e a Operação Lava Jato<sup>8</sup>; e as manifestações populares de 2013.

Acredita-se que a história política do país contribui, de certa forma, para a construção das estratégias assumidas pelos políticos nos dois momentos analisados. Os acontecimentos na política atual são entrelaçados por um “fio que os amarra na história: ou serviram para acelerar um processo em que a democracia vinha sendo posta em questão; ou serviram para manter uma situação em que ela já havia sido abreviada” (BRAZ, 2017, p. 2). Tendo em vista que tanto as Eleições 2014 quanto o Impeachment 2016 têm em comum a trajetória histórica, social, cultural e política decorrente da redemocratização do país, este capítulo se inicia com a contextualização desse período.

#### **3.1 OS PRIMEIROS PASSOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS**

A partir dos anos 1970, houve uma mudança no cenário nacional: as lutas sociais passaram a fazer parte da construção da cidadania, contribuindo para o ideal democrático (GOHN, 2016). Essa transição democrática brasileira faz parte de um momento inaugural, no qual a sociedade, após um longo período de repressão por parte do regime militar, veio gradativamente se afirmando de forma desarticulada e sem liberdade em seus movimentos (VIANNA, 2006).

Em 1974, ocorreu a abertura lenta e gradual, quatro anos após o fim do governo Geisel, em 1978. Em função disso, o cenário brasileiro sofreu uma mudança, com o início de

---

<sup>7</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada em julho de 2005 com o objetivo de investigar o Mensalão.

<sup>8</sup> Maior investigação contra corrupção e lavagem de dinheiro já ocorrida no Brasil com início durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Faz parte de um conjunto de investigações contra a corrupção da Polícia Federal do Brasil. Até a atualidade, a investigação cumpriu diversos mandados de busca e apreensão e realizou a prisão de políticos envolvidos com lavagem de dinheiro.

uma larga escala de ações populares e reivindicações, como as greves do ABC<sup>9</sup> paulista, polo industrial de São Paulo.

Somado a isso, com a inviabilização do AI-5<sup>10</sup>, em 1979, o general João Batista Figueiredo, último presidente do período militar, assumiu o governo, permanecendo no poder por um período de seis anos. Também em 1979, ocorreu a Lei da Anistia<sup>11</sup> e a Reforma Partidária<sup>12</sup>. Esta era caracterizada como um projeto do governo Geisel posto em vigor durante a administração de Figueiredo, com o objetivo de finalizar o bipartidarismo, entrando em vigor o pluripartidarismo.

A Reforma Partidária possibilitou que os partidos políticos voltassem às suas atividades legais. Em adesão, com a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos<sup>13</sup> iniciou-se a substituição dos dois únicos partidos do período militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pró-governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição, formados durante o AI-2<sup>14</sup>.

Ferreira, Batista e Stablle (2008) ressaltam que os anos 1980 foram de extrema importância para o sistema multipartidário brasileiro. De acordo com os autores, o retorno ao pluripartidarismo possibilitou a criação e a organização de novos partidos, tornando as eleições mais competitivas, apesar de essa ter sido uma estratégia do regime militar para dividir a oposição.

Como pontuam os autores, a criação de novos partidos propiciou um desvio para o eleitorado, o qual se deparou com diversas agremiações partidárias. Logo, “cabia aos eleitores não só buscar conhecer os novos partidos, mas distinguir as clivagens existentes entre os mesmos, seu perfil ideológico, programático e conhecer suas plataformas eleitorais” (FERREIRA; BATISTA; STABLLE, 2008, p. 433).

Nesse ambiente, em vigor desde 1982, a Emenda Constitucional nº 22 tinha como previsão as eleições para presidente da república pelo Colégio Eleitoral formado por senadores, deputados e delegados das assembleias (DE LIMA, 2006). O objetivo da emenda

---

<sup>9</sup> Região Metropolitana de São Paulo, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

<sup>10</sup> O Ato Institucional nº 5 (AI-5) visava a perda de mandatos de parlamentares, intervenções aos municípios e estados e suspensão das garantias constitucionais.

<sup>11</sup> Tinha como objetivo reverter punições, durante os anos de 1961 e 1979, aos cidadãos brasileiros considerados criminosos políticos pelo regime militar.

<sup>12</sup> Lei nº 6.767, de 1979.

<sup>13</sup> *Ibidem* de 1979.

<sup>14</sup> O Ato Institucional nº 2 o (AI-2) consistia de três artigos que visavam eleições indiretas para presidente, o desmembramento dos partidos, além da ampliação da quantidade de ministros do Superior Tribunal Federal.

era realizar um controle do sistema, ou seja, garantir que a transição do regime de 1964 para a democracia ocorresse da maneira mais segura possível para os militares.

Como explica o autor, esse controle das eleições feito pelos militares repercutiu em questionamentos por parte dos partidos de oposição, resultando numa crise política e, conseqüentemente, nas campanhas das Diretas Já para a aprovação da Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira. Segundo De Lima (2006), essa emenda, que previa eleições diretas para presidente a partir de 1985, foi considerada na época, pelo regime militar, uma ameaça às formas de controle e permanência da ditadura. Com isso, “iniciou-se uma série de concentrações populares que, com o correr do tempo, assumiram tal proporção que conseguiram transformar o clamor por eleições Diretas Já num amplo consenso nacional” (DE LIMA, 2006, p. 73).

Nesse cenário, os partidos existentes no período do golpe ressurgiram, como, por exemplo, o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro<sup>15</sup> (PMDB), hoje conhecido como Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Somado aos já existentes, também estavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), advindo do período de Getúlio Vargas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Este último, o PT, teve sua origem na extrema esquerda e na esquerda, com membros advindos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, havia dissidentes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e integrantes de movimentos guerrilheiros (como o ALN, o MR8<sup>16</sup>, o VPR<sup>17</sup> e o VAR-Palmares<sup>18</sup>) e de militâncias sindicais dos operários metalúrgicos do ABC paulista. O partido foi oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 1980, sendo, na época, reconhecido pelo apoio às Diretas Já, como cita Keck (1991, p. 163): “essa mudança deu início a um processo graças ao qual a existência de facções organizadas no interior do partido institucionalizou-se, dando origem à regulamentação das tendências no final dos anos 80”.

O PT tinha como bandeira a defesa do socialismo democrático, tendo como base a democracia, a luta por reivindicações sociais e a criação de políticas públicas. Conforme ressalta Keck (1991), na época, os membros do PT eram considerados militantes de um partido operário revolucionário, e tinham como objetivo a revolução. Com isso “o PT

---

<sup>15</sup>O PMDB foi criado como MDB pela Ditadura em 1966, para fazer oposição à Arena. Posteriormente no ano de 2017, em conveção nacional o patido volta a chamar MDB - Movimento Democrático Brasileiro viando uma recolocação da imagem do partido.

<sup>16</sup>Movimento Revolucionário 8 de Outubro: organização que participou da luta armada contra a ditadura de 64.

<sup>17</sup>Vanguarda Popular Revolucionária: organização de luta armada de esquerda contra o regime militar no Brasil.

<sup>18</sup>Vanguarda Armada Revolucionária Palmares: organização de luta armada durante a ditadura militar brasileira.

transformava-se em uma arena adequada para se promover a luta ideológica entre os trabalhadores” (KECK, 1991, p. 141). É importante destacar que, por ser um partido popular, voltado para as questões sindicais e trabalhistas, teve como principais candidatos Miguel Arraes e Luís Inácio Lula da Silva. Este último, além de ter se tornado protagonista do partido a partir dos movimentos sindicais, na década de 1980, ganhou notoriedade devido às consecutivas tentativas de se eleger à presidência da república, nos anos de 1989, 1994 e 1998, até sair vitorioso, em 2002, como será exposto mais adiante.

Nas eleições indiretas para presidente da república, em 1985, ocorreu uma divisão do PDS, devido às disputas internas entre Mario Andreazza e Paulo Maluf, ambos concorrentes à presidência. Como resultado da cisão do partido, houve a criação do Partido da Frente Liberal (PFL) e, logo após, do Partido Popular Brasileiro (PPB).

Esse ambiente pós-ditadura, ou seja, o período de redemocratização, foi marcado por trocas dos nomes dos partidos. Na época, o objetivo era desvincular as associações partidárias do período ditatorial do país. “Arena e MDB, as agremiações vigentes durante o regime autoritário, balizaram a disputa por meio de sua nova roupagem, respectivamente PDS e PMDB” (FERREIRA; BATISTA; STABLE, 2008, p. 444).

Além disso, conforme observam os autores Ferreira, Batista e Stable (2008) em relação aos dados do TSE, do período de 1982 a 1985, ocorreu um crescimento de 460% dos partidos que concorriam às eleições. Em 1989, nas primeiras eleições presidenciais diretas, houve um declínio do número de competidores. Os autores justificam essa discrepância com o fato de se tratar de:

uma eleição solteira e uma disputa cujo colégio eleitoral é todo o país. Desse modo, os muitos arranjos eleitorais que ocorrem nas vinte e sete unidades eleitorais, nas eleições seguintes não estavam presentes. No entanto, não dispomos de dados que permitam confirmar essa hipótese (FERREIRA; BATISTA; STABLE, 2008, p. 435).

Assim, como afirma Vianna (2006, p. 22), “não há síntese sem ator”, pois a transição do regime militar para a democracia fez surgir novos agentes políticos e sociais, impondo uma nova definição da identidade antiga por meio de forças e opiniões anteriormente reprimidas pelo autoritarismo e que nunca estiveram em confronto com a sociedade civil. Desse modo, para o autor, a transição brasileira não significou a defrontação aberta com a sociedade civil.

Vianna (2006) ressalta que esse processo de transição democrática desvelou a falência do Estado e da política no período militar, pois sujeitou as políticas públicas e sociais à modernização econômica, em função da repressão e do autoritarismo. Desse modo, as

estratégias que serviram como base para políticos, partidos, empresários e sindicatos não foram satisfatórias, fazendo com que as mobilizações não parassem de crescer. Enquanto o processo de democratização aumentava, diminuía as crenças nas instituições.

Durante esse período militar, predominava o autoritarismo. Os trabalhadores e a sociedade eram subordinados ao Estado acumulador de capital. A partir dos anos 1980, esse cenário muda, com o surgimento das greves originadas a partir do “novo sindicalismo”, principalmente na região do ABC paulista, sob o comando do então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (GONDIM, 2016, p. 12).

É sabido que os anos 1980 foram marcados pela transição democrática, parte de um contexto de grandes manifestações pela luta por democracia, como as Diretas Já, em 1984, e consecutivamente, pelo movimento dos Caras Pintadas. Como ressalta Gohn (2016, p. 128) “daquele período até a atualidade, organizam-se centenas de movimentos sociais que saíram às ruas em luta por direitos”.

Um dos marcos dos anos 1980 foi a reivindicação para eleições diretas para presidente da república, que levou às ruas milhares de pessoas, dentre elas partidos, sindicatos e associações profissionais (GONDIM, 2016). Em diálogo com Gondim (2016), Miguel (2002) pontua que o período de transição para a democracia não passou pela eleição direta a presidente devido à função do Colégio Eleitoral, criado para manter a perpetuação do regime militar, como explicado anteriormente. Segundo o autor, Tancredo Neves adquiriu o apoio de personalidades do regime para eleger-se e conquistar sua vitória. Com isso, tranquilizou as Forças Armadas, ao manter o espaço de poder dos integrantes do regime.

Com o clamor popular em prol da democracia, as coberturas televisivas sobre as Diretas Já revelaram a negligência e a manipulação da mídia diante do movimento. Como ressalta De Lima (2006, p. 74), o Jornal Nacional e sua emissora, a Rede Globo de Televisão, ignoraram o primeiro evento que ocorreu nas ruas de Curitiba, no dia 12 de janeiro, com aproximadamente 50 mil pessoas. Na época, outros eventos foram organizados em prol das eleições diretas, como nas cidades de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

De Lima (2006) sustenta que, após 90 dias em silêncio sobre o tema, a Rede Globo adquiriu outra postura sobre o evento, tornando-o visível ao exibir uma cobertura do fato durante todo o dia. Além disso, o autor expõe que o Jornal Nacional justificou seu posicionamento negligente em relação a essas manifestações em uma entrevista à revista *Veja*, concedida por Roberto Marinho, então proprietário do grupo Globo. Nessa entrevista, o empresário disse que a emissora teria realizado, a princípio, apenas reportagens regionais, mas

após a grande repercussão das manifestações o assunto passou a ganhar destaque em rede nacional. Como conclui Miguel (2002, p. 37) a “campanha das ‘Diretas Já’ só apareceu na Rede Globo depois que a empresa mudou de postura e passou a defender uma transição negociada para a democracia”.

A primeira eleição após o regime militar ocorreu de forma indireta entre os candidatos Tancredo Neves (PMDB), com suporte da Aliança Democrática, e Paulo Salim Maluf (PDS), apoiado por Figueiredo. Com grande parte do apoio do Colégio Eleitoral, Tancredo vence as eleições em 1985. Como pontua Gondim (2016), na época, mesmo sem a aprovação da emenda constitucional que propunha as eleições diretas, o Congresso elegeu de forma indireta o candidato Tancredo Neves.

Vale ressaltar que o Brasil que saiu do período da ditadura militar nos anos 1980 não era o mesmo dos anos 1945 a 1964, em razão de mudanças na estrutura política, econômica e cultural, além da inserção em um sistema capitalista internacional. No “Brasil redemocratizado nem se cogitou a restauração dos sistemas partidários anteriores à ditadura – uma consequência nas mudanças sofridas pela sociedade, da sobrevivência de instituições representativas” (MIGUEL, 2002, p. 27).

O cenário muda novamente. Após a vitória, ainda sem assumir a presidência Tancredo Neves vai a óbito, depois de enfrentar diversas cirurgias. O governo fica nas mãos do então vice-presidente José Sarney (PMDB), o qual assume como o primeiro presidente civil, desde 1964. No poder, Sarney assinou a emenda constitucional que estabelecia as eleições diretas para presidente. Além disso, enfrentou um contexto econômico e político instável, decorrente, entre muitos fatores, do milagre econômico do período militar. Foi durante esse período que deputados e senadores ganharam concessões de veículos de comunicação (rádio e TV). Assim, “as emissoras são consideradas importantes alavancas para a carreira política” (MIGUEL, 2002, p. 32)

Nesse período de transição de governo, o Brasil sofreu com a alta da inflação, com a recessão econômica e com escândalos financeiros, baseados em especulação no mercado. Diante desses fatos, e na tentativa de sanar a crise econômica causada pelos altos índices da inflação, o então presidente estipulou vários planos de estabilização e de ajustes econômicos, os quais geraram fortes consequências para a sua popularidade e para a credibilidade do governo. De acordo com Gondim (2016), a princípio, o presidente José Sarney obteve um grande índice de popularidade, com o sucesso do Plano Cruzado. Entretanto, a sucessão dos planos foi igualmente fracassada, marcando uma época de mobilização política.

Quanto à legislação eleitoral da época, Figueiredo e Limongi (1998) observaram que não houve mudanças significativas, pois foi mantido o princípio proporcional e a lista aberta que comandava as cadeiras legislativas. Segundo os autores, analistas ressaltam que a base institucional do sistema político do país não sofreu alterações relevantes em relação ao ano de 1946.

No entanto, os autores pontuam que, após a carta de 1988, o sistema político nacional sofreu mudanças, sem que os analistas se dessem conta, já que alguns pontos foram alterados, como a ampliação dos poderes do presidente da república e a manutenção das inovações constitucionais do período militar (ambas as mudanças com o objetivo de continuar a preponderância legislativa em relação ao executivo). Por fim, e não menos importante, ocorreu outra mudança: os recursos administrativos ficaram à disposição dos líderes partidários.

Em diálogo, Gondim (2016) pontua que a Constituição de 1988 trouxe avanços nos direitos de cidadania, principalmente no setor de políticas públicas participativas. Contudo, essas melhorias sucederam uma perda econômica, decorrente da ascensão do neoliberalismo nos anos 1990. Como afirma a autora,

[...] a década de 1990 parece ter sido um momento de “hibernação”, mas não de paralisação para os movimentos sociais. O ímpeto já não era o mesmo dos anos 1970 e 1980, inclusive porque o quadro político-institucional estimulou novos canais de representação popular (GONDIM, 2016, p. 4).

No curso do processo da constituinte de 1988, surgiu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) fração de centro-esquerda composta por membros advindos do Movimento Democrático Brasileiro, nos anos 1960, e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos anos 1980. “[...] o PSDB surgiu em 1987, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de uma cisão no PMDB e em outros partidos” (MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017, p. 257). O PSDB foi oficialmente criado em 25 de junho de 1988, com a primeira eleição direta, em 1989, ano em que lançou como candidato à presidência o senador Mario Covas, com o objetivo de reformar o país.

No ano de 1989, houve um desencanto das lutas pela democracia no país, com a primeira eleição por voto direto, depois de aproximadamente 30 anos de uma política conturbada (MIGUEL, 2002). Após os cinco anos do mandato de Sarney e das diversas tentativas de recuperação da economia, o ano de 1989 entrou para história, tendo sido a eleição marcada pela ocorrência de debates eleitorais dos presidencialistas. Entretanto, o evento não foi mantido pela democracia nos anos seguintes. Como discorre Weber e Abreu

(2010, p. 167) os “debates na televisão passaram a integrar definitivamente as campanhas eleitorais federais, estaduais e municipais, a partir de 2002”.

O pleito realizado em 15 de novembro de 1989 foi uma disputa pulverizada, que contou com a presença de 22 candidatos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Guilherme Afif (PL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS) e Ulysses Guimarães (PMDB).

Já o segundo turno da disputa presidencial direta, ocorrida em 1989, contou com a presença dos principais candidatos: Fernando Collor (PRN), que ficou conhecido como o “Caçador de Marajás”, e o então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (PT). Por meio de uma imagem jovem e moderna, Collor venceu com 42,75% dos votos válidos, contra 37,86% do seu adversário. Miguel (2004, p. 243) pontua que os dois políticos presentes no segundo turno foram os mesmos candidatos que apresentaram, na época, programas de televisão revolucionários, conforme a propaganda política do país.

Limongi e Cortez (2010) relembram que essa eleição foi diferente das outras que estavam por vir, pois os partidos lançaram os candidatos às avulsas, de forma fragmentada, sendo o único apoiado por uma coligação o PT, que se juntou ao PSB e PCdoB. Em síntese, os autores discorrem que a

[...] maioria dos partidos buscou seu lugar ao sol com suas próprias forças. O resultado é conhecido. A eleição caracterizou-se por alta fragmentação. A falta de coordenação entre forças afins contribuiu para a imprevisibilidade dos resultados. Lula ameaçou Collor na reta final do 2º turno, para o qual se qualificara por uma diferença mínima em relação ao terceiro colocado, menos de 500 mil votos, e tendo recebido meros 17,2% dos votos válidos. (LIMONGI & CORTEZ, 2010, p. 25)

Vianna (2006) menciona que a vitória de Collor contribuiu para a associação entre o moderno e o atraso produzido pela plataforma neoliberal, o que contribuiu para a caracterização de uma esquerda indiferente à necessidade de desenvolvimento, nas eleições de 1989. Desse modo, “decidiram-se as eleições de 1989, que deram a vitória a um candidato que prescrevia como ponto de ruptura com a tradição, por ele associada às raízes ibéricas do atraso burguês” (VIANA, 2006, p. 18). Para o autor, a disputa entre os projetos de americanização da direita (com foco no mercado) e da esquerda (com interesses nos direitos), proporcionou o esquecimento dos temas relacionados à tradição na política.

Miguel (2002) menciona que Collor foi a representação da midiaticização da política brasileira no período da redemocratização, pois seu crescimento na política se deu por decorrência de matérias publicadas pela revista *Veja* e em programas de rádios e na TV. Convém ressaltar que o discurso de Collor em contexto eleitoral “oscilou entre o moralismo e o anticomunismo. Mais do que tudo, sua imagem contribuiu para seu sucesso: candidato

gomalinado que aparecia no vídeo, com ar jovem, cosmopolita e dinâmico era a própria ‘modernidade’” (MIGUEL, 2002, p. 41).

Partindo dos meios de comunicação, Miguel (2002) sustenta que a edição do debate do Jornal Nacional, em 1989, serviu para esquematizar os meandros das eleições e a manipulação da mídia. Este apresentou, de um lado, a segurança de Collor ao enfrentar o seu adversário e, de outro, Lula despreparado durante o debate. Segundo o autor, o “vitorioso era um arrivista que fizera carreira na ditadura, manifestava desprezo pelos partidos e, como os brasileiros não tardariam a descobrir, via na presidência uma plataforma para negócios escusos” (MIGUEL, 2002, p. 40).

Miguel (2002) discorre ainda que, nas eleições de 1989, assim como nas seguintes (1994 e 1998), houve o monolitismo da grande mídia em relação ao apoio dos candidatos. Esse monolitismo trata-se “de uma peculiaridade brasileira, já que em outras democracias eleitorais os órgãos de comunicação costumam repartir suas simpatias entre os principais partidos” (MIGUEL, 2002, p. 39)

No poder, Fernando Collor implantou uma sequência de planos de frente neoliberal. No entanto, em meio ao seu mandato, o Presidente sofreu diversas denúncias de esquemas de corrupção, que resultaram em um grande descontentamento social e, conseqüentemente, em uma reação pública. Diante disso, Collor, com o lema de moralizar o Estado, foi acusado por corrupção, em função do uso de recursos públicos de forma indevida.

Essa insatisfação popular com os rumos políticos no país repercutiu em manifestações populares, que tiveram como principais protagonistas os jovens e a classe estudantil, que foram às ruas com suas caras pintadas, levando o então presidente ao impeachment, em 1992. Como ressalta Gondim (2016, p. 4) o processo de impeachment foi resultante de manifestações, como os “Caras Pintadas”, em referência aos rostos dos jovens pintados de verde e amarelo.

Apesar de Collor ter apresentado sua renúncia, na tentativa de não ser cassado, a manobra foi ineficaz, visto que seus direitos políticos haviam sido suspensos por um período de oito anos. Conforme rege o texto da Constituição, diante do impeachment do presidente da república, assume o vice-presidente, na ocasião, Itamar Franco (PRN).

É preciso acentuar, como cita Vianna (2006) sobre esse contexto, que a democracia política vem priorizando a legitimação do Estado, e as suas relações com a sociedade civil vêm revogando as práticas patrimoniais e clientelísticas decorrentes da modernização conservadora. Logo, o impeachment de Collor, segundo autor, ocorreu em um

cenário de aceleração dos movimentos democráticos, que se expandiram para produzir efeitos nos aparelhos legislativos e judiciários, principalmente em relação ao corpo policial.

Sendo assim, pode-se dizer que a crise de governabilidade durante a era Collor foi interrompida pelo processo de impeachment. Nesse plano de fundo, se, por um lado, o impeachment ocorreu sem explicação e sem causa relacionada à personalidade do presidente, por outro, não deixou expresso o caráter polarizado entre a ideia do moderno e do atraso, pois, conforme cita o autor, as

[...] circunstâncias dramáticas do impeachment impuseram, como tentativa de garantir governabilidade, uma constituição do novo governo em alinhamento com as forças do centro político, e, muito especialmente – o que também é devido às peculiaridades de personalidade e de trajetória política do presidente Itamar –, com as da Tradição (VIANNA, 2006, p. 19).

Na presidência, Itamar Franco continuou as ações políticas advindas do governo antecessor, como as privatizações e o controle da inflação. Tendo como Ministro da Fazenda o sociólogo e cientista político Fernando Henrique Cardoso, em 1994, foi lançado o Plano Real, um sucesso para a redução da inflação. Em decorrência dessa grande satisfação popular gerada pelo plano econômico, o PSDB indicou Fernando Henrique Cardoso ao cargo de presidente da república, com o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL). Em concordância, Lima Júnior (1999, p. 13) esclarece que “Collor de Mello teve, ademais, seus direitos políticos cassados pelo Congresso. Seu vice, Itamar Franco, concluiu o mandato e foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998”.

Na época, um dos esforços da mídia para a construção da realidade às vésperas das eleições foi relativo ao Plano Real, que contou com uma ampla campanha publicitária. Como pontua Miguel (2002), Fernando Henrique se beneficiou da propaganda eleitoral da coligação e da imprensa por meio da propaganda governamental, o que repercutiu diretamente em sua imagem como futuro candidato às eleições de 1994.

A candidatura de FHC promoveu o otimismo e o uso de conteúdos simbólicos que contribuíram para a união nacional. Um dos fatores que determinaram as eleições de 1994 foi o plano econômico anti-inflacionário, com a inserção do Real no mercado, anterior ao pleito. Fernando Henrique é posto como “pai da estabilidade monetária, herói da luta contra a inflação” (MIGUEL, 2002, p. 43).

Em relação aos partidos políticos nesse cenário, Ferreira, Batista e Stabelle (2008) salientam que, desse 1990, houve um crescimento partidário. Todavia, por volta de 1994, ocorreu uma considerável redução do número de competidores. Para os autores, foi a partir

desse instante que começou uma tendência à estabilização dos competidores, além do veto de participação dos partidos sem registro.

Logo, em 1994, tendo como adversário Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, da coligação PSDB e PFL, ganha as eleições, tomando posse em 1995. Inicia-se assim, o governo FHC, e o novo presidente encontra um Brasil marcado por pobreza, miséria, criminalidade e violência. Seu principal objetivo é a redução da inflação.

Tendo como base ideológica o PSDB, o presidente progressista Fernando Henrique continuou com o plano das privatizações de empresas estatais, fez acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e conseguiu uma Emenda Constitucional que viabilizou a sua reeleição, mantendo-se no poder até 2002. As medidas adotadas pelo novo presidente possibilitaram o crescimento de sua popularidade, pela primeira vez, vinculado a um partido da elite (SOUZA, 2016).

Conforme pontua Souza, esses fatores contribuíram para o esquecimento das classes mais pobres: a “cegueira política que pensava bastar o controle da inflação para ganhar apoio da população” (2016, p. 48). Para o autor, esse fato barrou o desenvolvimento de um projeto social de longo prazo, diminuindo a possibilidade de crescimento do PSDB como um partido inserido nas classes populares. Consequentemente, ficou favorável a abertura do cenário para o PT.

Após três tentativas de se eleger à presidência da república, o ex-metalúrgico Lula passa a ser o preferido nas pesquisas eleitorais. Para Miguel (2002), diante do risco da eleição de um presidente de esquerda, as elites brasileiras adotaram o candidato da oposição como alternativa. Se anteriormente Fernando Henrique Cardoso era pouco conhecido, a partir de 1994 ele aparece como “o sofisticado intelectual da Sorbonne, ‘príncipe dos sociólogos brasileiros’” (MIGUEL, 2002, p. 40).

Em seu segundo mandato, FHC teve que lidar com a recessão do mercado internacional e com a crise econômica. A vitória de 1998, como pontua Gondim (2016), marcou os oito anos de hegemonia do projeto neoliberal, como foco em privatizações e repressões de movimentos sociais, inflação amena e altos índices de desemprego.

A datar desse ano, o PSDB ampliou seu leque de aliados, segundo Limongi e Cortez (2010), ao incorporar o PPB (ex-PDS e ex-PPR), coligação que se dividiu em 2002. Além disso, “PSDB e PFL não conseguiram entrar em um acordo sobre o possível candidato comum à presidência” (LIMONGI & CORTEZ, 2010, p. 27).

De modo geral, para Souza (2016), a falta de um projeto social nos partidos elitizados é decorrente dos aspectos que tangem a sociedade brasileira, pois a elite econômica

não possuía um projeto social. Desse modo, o PSDB, na gestão FHC, vivia ainda a narrativa da reorganização do sistema capitalista protegido dos anos 1970 e 1980 (SOUZA, 2016).

### 3.2 GUINADA À ESQUERDA

Já no ano eleitoral de 2002, após sofrer diversas derrotas, o ex-sindicalista do ABC paulista, Luiz Inácio da Silva (PT), é eleito pela primeira vez à presidência, concorrendo com José Serra (PSDB). **Após** o fracasso do modelo neoliberal adotado durante o governo FHC, com o objetivo de garantir o crescimento e a estabilidade do país, o petista vence as eleições em razão dos anseios da maior parte dos setores da sociedade, que desejavam mudanças (PINTO *et al.*, 2016). Como ressalta o jornal Folha de S. Paulo, um dos fatores que levou o petista à presidência foi a sua nova postura, mais conservadora, adquirida em relação às eleições anteriores<sup>19</sup>.

Segundo Guarnieri (2014), a diferença está na mudança estratégica em relação às eleições anteriores (1989, 1994, 1998), nas quais o PT se aliou a partidos de esquerda (PCdoB, PSB). De forma pertinente, o autor lembra que, em 2002, o PT posicionou-se mais ao centro, ao se alinhar ao PL, em conjunto o PSB, que posteriormente rompeu a relação com o partido ao lançar como candidato Anthony Garotinho. Nesse mesmo contexto, conforme lembra Guarnieri (2014) em relação à direita, o partido da situação, o PSDB, manteve-se em sua posição absoluta, tendo como único concorrente o candidato Ciro Gomes, do PSB.

Em diálogo, Limongi e Cortez (2010) refletem que, em 2002, a chegada do PT ao poder é fruto da habilidade do partido, que estava disposto a fazer alianças com inimigos do passado e, também, a renunciar da penetração política estadual em prol da nacional. Desse modo, o PT movimentou-se em direção à presidência ao se juntar com outros partidos (GUARNIERI, 2014; LIMONGI & CORTEZ, 2010)

É observado que, ao longo dos anos, o rumo da campanha política do PT foi sofrendo alterações. Em 1994 e 1998, o partido em suas campanhas presidenciais manteve o contato com os eleitores do centro. Em consequência, a campanha sofreu mudanças e críticas foram consideradas

[...] quando os resultados das primeiras pesquisas de opinião apontavam para o insucesso da estratégia. Isto é, incapaz de ampliar seu eleitorado, o partido opta por preservar seu eleitorado tradicional. Em 2002, a moderação do discurso deu resultados e a crítica dos puristas pôde ser ignorada (LIMONGI & CORTEZ, 2010, p. 26).

---

<sup>19</sup><http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u41521.shtml>

Dada a relevância de se analisar o comportamento eleitoral e as estratégias partidárias nas eleições de 2002, Guarnieri (2014) ressalta que, de acordo com seu levantamento, o PT moderou o discurso. Segundo o autor, o modelo político com foco na ideia de maximizar votos fez com que os outros partidos adquirissem uma posição muito próxima, restando a eles (como PPS e PSB) dividir a região central ideológica. Para o autor, se

[...] o partido tivesse adotado uma atitude unicamente pragmática, buscando apenas maximizar sua proporção de votos, teria se posicionado mais ao centro do contínuo esquerda-direita. O fato de não tê-lo feito demonstra que o partido ainda se importa com sua reputação entre os eleitores ou responde às pressões internas de militantes mais ideológicos (GUARNIERI, 2014, p. 168).

Nesse sentido, as eleições de 2002 marcam o momento da chegada do PT ao poder, com a vitória de Lula. Em vista disso, como um partido de esquerda para governar o país, seria necessário muito sobressalto histórico para ganhar as eleições. Portanto, Lula e seu partido optam por uma estratégia de menor resistência aos anseios e desejos dos setores dominantes, bancário-financeiro, contrapondo assim a tradição ideológica e histórica do partido (PINTO *et al.*, 2016).

É importante destacar, como ressalta Guarnieri (2014), que Lula conquistou os votos dos que o rejeitaram anteriormente a partir do momento em que conseguiu neutralizar o seu radicalismo e despreparo. Desse modo, o “[...] PT teria vencido por que teria moderado seu discurso, sintetizado na ‘carta aos brasileiros’, e porque teria se aliado com forças mais à direita no espectro ideológico, como o Partido Liberal (PL), de José Alencar, candidato a vice na chapa de Lula” (GUARNIERI, 2014, p. 163).

Além disso, para ocupar o cargo de presidente, um dos acordos feitos pelo governo Lula foi a manutenção do regime macroeconômico do governo FHC, sendo este fator flexibilizado ao longo do mandato petista e da crise internacional de 2007 (PINTO *et al.*, 2016).

Em certa medida, para essa flexibilização, houve a

[...] ampliação do crédito, no aumento do salário mínimo, na ampliação dos programas de transferência de renda, na criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa, Minha Vida, na ampliação da atuação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em termos gerais, nas políticas anticíclicas do período do pós-crise internacional (PINTO *et al.*, 2016, p. 14).

Nessa eleição, o candidato José Serra ficou representado como a marca do passado, em alusão à crise econômica, social e política que o presidente anterior (FHC) não conseguiu alterar. Com isso, a crise advinda do governo FHC dificultou a campanha do

candidato Serra, tanto no contexto nacional quanto internacional. Além disso, “a incapacidade das políticas neoliberais resolverem os problemas sociais já estava clara antes disso, nos países onde este projeto se implantou com maior antecedência” (ALMEIDA, 2010, p. 75).

Como enfoca Almeida (2010), fatores como a anistia, as Diretas Já, a eleição de Tancredo Neves, as mobilizações decorrentes do Plano Cruzado, o impeachment de Collor, a eleição de Fernando Henrique e o Plano Real contribuíram para o apoio eleitoral a Lula, símbolo de mudança. Incluso a isso, estavam o cenário internacional, sem espaço para o projeto neoliberal, e a queda das políticas econômicas existentes desde 1994. Todos esses fatores contribuíram para a escolha do presidente (ALMEIDA, 2010).

Para Gondim (2016) essas eleições propiciaram o início de um novo projeto político no Brasil. Segundo a autora, ainda que não houvesse mudança na política monetária, o presidente Lula melhorou as condições de vida dos pobres e da classe média por meio de programas de complementação familiar e do fortalecimento da agricultura. Em conjunto a isso, ela cita que o aumento do salário mínimo gerou o aumento do consumo e, conseqüentemente, a melhora do mercado interno.

Nesse sentido, as eleições de 2002 proporcionaram um novo cenário político, no qual o candidato nordestino, camponês e operário de esquerda chega à presidência (ALMEIDA, 2010). Vários fatores do cenário nacional e internacional contribuíram para a vitória de Lula, como a “manifestação da situação política, social, econômica, cultural presente na sociedade brasileira desde a luta contra o regime militar” (ALMEIDA, 2010, p. 74).

Para Almeida, a diferença é que, nas eleições de 1989, Lula se colocou como alternativa para a população e, em 2002, caracterizou-se como uma fonte de esperança e mudança do cenário nacional. Desse modo, “os grandes momentos políticos do país antes de 2002 estiveram ligados a este anseio mudancista amplamente democrático e popular”. (ALMEIDA, 2010, p. 74)

O novo presidente de esquerda se posicionou em prol de um pacto social com todos os setores da sociedade e manteve a política administrativa do governo FHC, com foco na inflação, nos juros e nos superávits primários. Adotou ainda programas dirigidos ao combate à miséria, como o Fome Zero, e programas de política públicas.

Segundo Jessé de Souza (2016), a vitória de Lula e do seu governo ocorreu em contexto favorável e deu início ao crescimento do país, em um período de redemocratização. Houve adoção de políticas e medidas que beneficiavam setores à margem da sociedade, ricos

e também os extremamente pobres. Desse modo, a “novidade para nós era a fidelidade política dos brasileiros” (SOUZA, 2016, p. 46).

No governo Lula, os programas sociais (como o Bolsa Família) dinamizaram a economia em regiões anteriormente esquecidas, como o Norte e o Nordeste. Com isso, houve uma mudança nas estruturas sociais do país e, para Souza (2016), essas regiões contribuíram para o aumento da popularidade de Lula. Com isso, instaurou-se a continuidade do político no poder.

Segundo Santos (2017) o primeiro mandato de Lula teve como base políticas imediatas, como o Programa Bolsa Família, que contribuiu com iniciativas de médio e longo prazo. Como cita o autor, os programas sociais da era Lula, a partir de 2002, contribuíram para o início de um incômodo nas classes médias e altas, visto que esta (classe alta) tem medo do risco e aquela (classe média) é liberal conforme seus interesses. Entre “outras colateralidades das políticas do PT, classes antes distantes e mutuamente invisíveis passaram a dar esbarrões em supermercados e isso foi só o começo” (SANTOS, 2017, p. 162).

A partir do ano de 2005, emergem os escândalos de corrupção do chamado Mensalão. As denúncias tiveram como principais envolvidos políticos ligados ao presidente Lula, como José Dirceu (Ministro da Casa Civil), Roberto Jefferson (Deputado do PTB-RJ), entre outros. As consequências dessas denúncias recaíram na popularidade de Lula e de seu partido, o PT, os quais sofreram uma considerável queda de apoio político e popular.

No ano seguinte, 2006, ocorreu mais uma disputa presidencial. Agora, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha como adversário Geraldo Alckmin (PSDB). Devido ao fato de ambos os candidatos não terem obtido a maioria dos votos necessários, as eleições ocorreram em dois turnos. Nessa etapa, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, Alckmin obteve 41,6% dos votos válidos, e Lula foi eleito para seu segundo mandato com 48,6%. O fato marca o período de 1982 a 2006, no qual as agremiações partidárias mais bem-sucedidas nas urnas são as mais antigas e, portanto, apresentam uma grande representatividade no eleitorado (FERREIRA; BATISTA; STABILLE, 2008).

No segundo mandato, Lula manteve o plano de governo adotado anteriormente, com avanços nos setores sociais. Houve também redução das taxas de pobreza no país. Entretanto, o período foi marcado por mais escândalos de corrupção, decorrentes do julgamento dos 19 envolvidos na investigação do Mensalão, dos quais 12 foram absolvidos.

Souza (2016) caracteriza o Mensalão como um golpe branco, definido por uma associação entre a elite econômica brasileira, o Congresso, a mídia e o poder judiciário. Nesse sentido, como cita o autor, “o mensalão foi uma espécie de ensaio geral do golpe aplicado em

abril de 2016. A mídia conservadora foi pega de surpresa e apostou no desgaste do PT nas eleições seguintes, em 2006” (SOUZA, 2016, p. 103).

Em relação ao segundo mandato de Lula, Gondim (2016) discorre que os governos do PT priorizaram obras de infraestrutura, quando foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Para fazer frente à crise mundial de 2008, o PAC II e o Programa Minha Casa, Minha Vida foram elaborados para ‘aquecer’ a economia, favorecendo os setores imobiliários e da construção civil, mas também inflacionou os preços dos imóveis” (GONDIM, 2016, p. 5). Conforme expõe a autora, com a produção imobiliária em alta, surgiram novos conjuntos habitacionais de classe média.

Em diálogo, Souza (2016) pontua que o segundo governo Lula teve condições favoráveis durante o *boom* das commodities, sendo um dos governos que mais priorizaram as políticas de inclusão social. Os “programas de transferência de renda e [o] aumento expressivo e real do salário mínimo, aliados a uma maior facilidade de crédito, dinamizaram a economia de baixo para cima” (SOUZA, 2016, p. 62).

Quanto aos escândalos de corrupção, houve manipulação das informações em relação ao tema, com o objetivo de minimizar a influência do PT nos eleitores. De acordo com Souza (2016), essas denúncias deveriam proporcionar uma reflexão sobre a reforma política, na qual o executivo é o único que conta com o apoio popular representativo. Assim, “o legislativo é deixado à pulverização e à fragmentação dos mais variados interesses, quase sempre corporativos operados na sombra dos bastidores” (SOUZA, 2016, p. 49).

Como cita o autor, o Mensalão foi o princípio para o “golpe” de 2016, pois teve seu foco principal na ação entre as funções da mídia e o sistema jurídico-policial, em um combate contínuo anticorrupção. Isso, segundo o autor, foi viabilizado pela mídia-partido, que buscou “novelizar” a política brasileira, dividida entre os personagens, o bandido e o mocinho. Nesse caso, o PT, as classes populares e os projetos representados por ambos foram colocados em uma posição desprivilegiada (SOUZA, 2016, p. 50). Desse modo, de certa forma, essa observação do autor sobre a representação de personagens na política dialoga com este trabalho.

Em relação à queda da identificação ideológica nas Eleições 2006, Carreirão (2007) aponta que, a partir do momento em que o PT chega ao poder, e em seguida com os escândalos de corrupção relacionados ao governo, o eleitor de Lula dispôs de uma tendência reduzida à identificação ideológica e partidária, em relação ao ano anterior. Segundo Guarnieri (2014, p. 159), “embora Carreirão tenha confirmado que em 2006 a identificação

ideológica esteve pouco associada com o voto, ele constatou uma forte associação entre voto e ‘sentimento partidário’”.

De forma simples, Limongi e Cortez (2010) explicam que a flutuação do eleitorado durante as eleições tem sido decisiva nos resultados. De acordo com os autores, em 2002, boa parte do eleitorado deixou o PSDB e votou em partidos como PT e PPS. Já no ano de 2006, como mencionam os autores, o PT, ao mesmo tempo em que obteve a mesma parcela de votantes, perdeu outros eleitores de diferentes estratos, enquanto o PSDB obteve crescimento e recuperou alguns dos eleitores que havia perdido. Desse modo, autor explica a hegemonia existente entre os dois partidos da seguinte forma:

[...] sem dúvida, o PT e o PSDB têm seus eleitores. Tudo indica que o PT os tem em maior número do que o PSDB. Mas eleitores fiéis que podem ser contados como votos certos para o partido em qualquer circunstância não são a maioria do eleitorado. Desse ponto de vista, terceiras forças têm espaço para crescer e podem até desbancar os dois líderes. Se não o fazem ou têm pequeno sucesso, é porque razões de outra ordem explicam a hegemonia desses dois partidos sobre as eleições presidenciais. (LIMONGI & CORTEZ, 2010, p. 23)

Em decorrência disso, a partir do ano de 2006, houve uma alteração no recorte dos votos e das opiniões dos brasileiros em relação ao cenário político, no qual “a classe média votava nos partidos da elite, e as classes populares, mais numerosas, votavam no PT” (SOUZA, 2016, p. 47). Ainda segundo o autor, mesmo que o PSDB seja um partido de elite, inserido nos meios empresariais paulistas, tende a ser considerado um partido fraco no contexto nacional. Com isso, o autor pontua:

[...] o PSDB é regionalizado demais, enquanto os outros partidos de elite, até mesmo para cumprir seu papel de representação empresarial e de assalto ao Estado, são incapazes de produzir um discurso minimamente coerente que os permita assumir um papel de protagonistas no jogo político (SOUZA, 2016, p. 47).

Assim, Souza (2016) também ressalta que o PMDB adquire papel secundário nesse jogo político, em que cumpre o papel de lobista e usuário dos recursos do Estado, funcionando como coadjuvante.

Nessa conjuntura, Santos (2017) pontua que, desde 2009, houve uma mudança no cenário brasileiro, pois anteriormente havia uma razoável expansão econômica, favorável aos negócios empresariais, além da valorização do salário. Com a crise internacional, entre 2007 e 2008, segundo o autor, houve aumento da competição interna. No entanto,

[...] para os incomodados empresários brasileiros e grande parte das classes médias, a bancarrota se devia ao desperdício do governo petista com farmácias populares, ao populismo dos aumentos do salário real, à sandice do programa de construção de hidrelétricas, ao investimento em prospecção de petróleo em águas profundas, enfim, tudo somado à incompetência do Partido dos trabalhadores e – ah! – à corrupção. (SANTOS, 2017, p. 167)

Já nas eleições de 2010, com a impossibilidade de se reeleger, Lula dedicou seu apoio à candidata Dilma Rousseff (PT), que concorreu às eleições contra o candidato José Serra (PSDB). No primeiro turno, entretanto, nenhum dos dois candidatos obteve a metade dos votos válidos para ocupar o cargo de presidente da república.

De acordo com pesquisas do instituto Datafolha<sup>20</sup>, a sucessora de Lula, Dilma Rousseff, cresceu como preferência eleitoral ao longo da campanha. Conforme dados de 15 e 16 de abril de 2010, José Serra (PSDB) teria 54% dos votos contra o empate técnico de 18% de Marina Silva (PV)<sup>21</sup> e 15% de Dilma Rousseff (PT).

Matéria publicada pelo mesmo instituto de pesquisa noticia outra pesquisa realizada, agora em 20 e 21 de maio de 2010, e dá ênfase ao empate entre os dois candidatos da seguinte forma: com 37% dos votos “Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) estão empatados em pesquisa de intenção de voto para presidente”<sup>22</sup>. Outro levantamento<sup>23</sup> realizado pelo instituto, nos dias 23 e 24 de agosto, mostra que Dilma Rousseff (PT) cresce e lidera com 20 pontos de vantagem sobre o candidato José Serra (PSDB) na disputa.

Com crescimento gradativo das intenções de voto, no segundo turno, no dia 31 de outubro de 2010, a candidata Dilma Rousseff é a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, com aproximadamente 47.651.434 votos, 56,05% dos votos válidos, enquanto Serra obteve 33.132.283 votos.

Filha de professora e engenheiro, Dilma Rousseff foi educada sob influência católica, em Belo Horizonte, MG. Simpatizante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), alinhada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), fez faculdade de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi militante na Colina (Comando de Libertação Nacional) durante a ditadura militar. Na década de 1970, Dilma foi presa, e ficou detida na Oban (Operação Bandeirantes). Ficou livre apenas em 1973, sob redução de pena no Superior Tribunal Militar (STM). Mudou-se para Porto Alegre e terminou os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1979. Foi Secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e Secretária de Energia, Minas e Comunicações. Em 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde foi responsável pela equipe de

---

<sup>20</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/04/1131370-serra-mantem-vantagem-sobre-dilma.shtml>

<sup>21</sup>Partido Verde (PV).

<sup>22</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/05/1131363-dilma-cresce-e-empata-com-serra.shtml>

<sup>23</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/08/1131256-dilma-abre-20-pontos-de-vantagem-sobre-serra.shtml>

infraestrutura. Tornou-se responsável pelo programa de energia no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou o cargo de Ministra de Minas e Energia e, em seguida, passou a ocupar o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil.

Assim, para Gondim (2016), o pleito de 2010 deu continuidade aos programas desenvolvimentistas, em conjunto com a ampliação das políticas sociais. Nesse sentido, “apesar do perfil mais tecnocrático, a nova presidente aderiu ao ‘peemedebismo’, fazendo concessões a aliados de diversos partidos, a fim de garantir a vitória de projetos governamentais ou evitar crises políticas” (GONDIM, 2016, p. 5).

Souza (2016) sustenta que o contexto da eleição de Dilma configurou-se como um cenário de esperança para todos, e, portanto, a candidata obteve a preferência nos setores conservadores da classe média. Em quatro anos de mandato, Dilma ampliou programas sociais, como o Bolsa Família, o Brasil sem Miséria e programas educacionais, como o ProUni<sup>24</sup> do Ensino Técnico, o Pronatec<sup>25</sup> e o Ciências sem Fronteiras. Além disso, manteve o reajuste do salário mínimo acima da inflação, como o governo anterior.

Em seu primeiro mandato, Dilma Rousseff instaurou a luta do governo para a diminuição dos juros e do *spread* bancário, o que gerou um descontentamento em relação ao seu governo, culminando na perda de parte do apoio da elite econômica, devido ao aumento dos juros (SOUZA, 2016). Além disso, vale ressaltar que, nos dois primeiros anos após sua eleição, houve medidas como: demissão de ministros envolvidos em esquemas de corrupção, baixa da taxa de juros e mudanças em programas de concessões e desvalorização cambial. Assim, a política buscou enquadrar os políticos à burocracia estatal (PINTO *et al.*, 2016).

Desse modo, para Souza (2016, p. 53), “confiante na sua recém-conquistada popularidade, a presidenta lançou então sua jogada mais arriscada: romper o acordo rentista que havia possibilitado a relativa tranquilidade do segundo mandato de Lula como presidente”. Esse rompimento, para o autor, fazia parte do sonho da esquerda brasileira, com certa lógica, pois, ao submeter os brasileiros a um regime de juros relacionado ao regime mundial, promoveria mais investimentos nos setores produtivos, aumentando o número de empregos e, conseqüentemente, a produtividade e o consumo.

De acordo com a reflexão do autor, como os empregos gerados anteriormente eram derivados da baixa produtividade e de baixos salários, a proposta seria baseada no processo de inclusão, com foco na indústria e em melhores empregos. Como discorre Souza

---

<sup>24</sup>Programa Universidade para Todos: criado pelo governo federal em 2004, tem com o objetivo oferecer bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior.

<sup>25</sup>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: criado pelo governo federal, em 2011, possui a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

(2016), essa seria a estratégia utilizada em um contexto de *boom* das commodities. Mas a estratégia minou as bases do governo Dilma, “pois não apenas capital financeiro auferia lucros estratosféricos, mas também os capitalistas industriais e o agronegócio investiam seu lucro não mais na produção, mas nas gordas taxas de juros que garantiam retorno imediato e sem risco” (SOUZA, 2016, p. 54).

Em diálogo, Pinto *et al.* (2016) observam que Dilma possui um estilo contundente, diferente de Lula, que tem estilo conciliador. Desse modo, segundo os autores, no contexto da administração pública, Dilma deu passos diferentes de Lula, ao romper o acordo entre o PT e o setor bancário-financeiro, existente desde a primeira vitória de Lula, contribuindo para a insatisfação no cenário político nacional. Assim, o

[...] “acordo” entre a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) – comandada pelo ex-presidente e por José Dirceu – e o setor dominante bancário – financeiro brasileiro; e avançando na estratégia desenvolvimentista (ampliando a frente política desenvolvimentista gestada no 2º governo Lula), buscando manter elevadas taxas de crescimento do PIB com a inclusão dos segmentos mais pobres da população brasileira (PINTO *et al.*, 2016, p. 21).

Souza (2016) reforça ainda que, quando os juros voltaram a crescer, em 2013, a elite econômica voltou-se contra a presidente, em conjunto com um ataque recorrente da grande mídia. A partir disso, o cenário político, econômico e social sofreu profundas alterações. Com o reajuste das tarifas dos transportes públicos, principalmente em São Paulo, um levante de protestos tomou as ruas do país. Tiveram início também reivindicações nas áreas da educação, da saúde, da segurança, dos transportes e em outras. As manifestações evidenciaram o descontentamento populacional em relação às questões políticas do país.

De 2010 a 2014, a desaceleração econômica, em conjunto com a crise internacional, proporcionou a redução de taxas de rentabilidade do setor dominante, gerando impactos na acumulação de capital no país (PINTO *et al.*, 2016, p. 24). Nesse sentido, os protestos de junho de 2013 atingiram significativamente a popularidade da presidente, o que refletiu na eleição seguinte.

No ano de 2013, três anos após as eleições que elegeram a primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff enfrenta as primeiras manifestações de junho de 2013, durante seu governo. Esse movimento marcou o descontentamento popular em relação à política, à educação, à saúde e a outros setores da gestão pública, principalmente no que diz respeito às gestões do PT.

Pensando nisso, Neto (2016) faz uma relação entre o ano de 1994 (lançamento do Plano Real, com objetivo de acertar a hiperinflação de 1980) e o ano de 2013 (queda da popularidade da Presidente Dilma e manifestações, como as chamadas “jornadas de junho”),

para discorrer sobre a posição anteriormente ocupada pelo País, considerado o “gigante sul-americano”, devido a questões como democracia, estabilidade política, crescimento econômico, redução da pobreza e desigualdade social e reconhecimento internacional. Para o autor, o fato de o Brasil continuar sendo uma democracia, no entanto, acarretou alterações na estabilidade política, as quais afetaram outros setores, como o crescimento econômico, os indicadores de desenvolvimento social e a influência diplomática global.

Com efeito, as jornadas ou manifestações de junho de 2013 fazem parte de um cenário político que, ao longo dos anos, sofreu diversas alterações, haja vista se tratar de um país com democracia ainda recente. Gohn (2016) relembra que foi a partir dos anos 2000 que ocorreram uma série de transformações vinculadas à conjuntura política econômica interna e externa no Brasil, principalmente diante dos desdobramentos da crise de 2008, que gerou grandes manifestações na Europa (GOHN, 2016).

As jornadas de junho, de 2013, têm seu nome relacionado à “primavera árabe”: manifestações das sociedades árabes em prol da democratização e em oposição ao fundamentalismo religioso (SOUZA, 2016), posto que os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, contribuíram com a tendência de criminalizar os protestos sociais e, conseqüentemente, geraram novos contornos, à medida que os movimentos fundamentalistas ganharam repercussão.

No que tange ao cenário nacional das manifestações, Gondim (2016) explica que, a partir do ano 2000, houve diversas manifestações contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, entre elas a chamada “Revolta do Buzu”, em Salvador, no ano de 2003, a “Revolta da Catraca”, em Florianópolis, entre 2004 e 2005, as “Mobilizações em Vitória”, em 2005, e outras formas de movimentos populares.

Convém observar que o ano de 2013 foi crucial para a entrada de novos atores nesse panorama, o que mudou o cenário político do brasileiro. Como ressalta Gondim (2016), essa nova conjuntura tem como base um partido (PT) que ascendeu à presidência por meio dos movimentos sociais de esquerda, os quais se consolidaram ao longo dos anos. A autora relembra que

[...] Lula e Dilma Rousseff realizaram políticas sociais de largo alcance para minorar a pobreza, permitindo a integração de largos contingentes da população ao consumo; contudo, sua contribuição para melhorar o acesso a bens e serviços públicos de qualidade (educação, saúde, transporte, habilitação etc.) deixou a desejar (GONDIM, 2016, p. 9).

Em adesão, os escândalos do Mensalão advindo de governos anteriores e investigações mais recentes propiciaram a queda da popularidade da petista. Vale destacar a

Operação Lava Jato, que teve contribuição para a queda de popularidade do governo Dilma e para a descrença na política nacional. Como exposto no site do Ministério Público Federal<sup>26</sup>, essa investigação é considerada uma das maiores averiguações contra corrupção, tendo se iniciado em março de 2014. O desenrolar do esquema investigado se dava por meio do uso de rede de postos de combustíveis e de lava-jatos de automóveis, com o objetivo ilícito de movimentar recursos públicos para organizações criminosas.

Atualmente, ainda segundo dados do Ministério Público, os dados apontam que foram “investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras”<sup>27</sup>.

Tendo como plano de fundo os escândalos de corrupção e a queda de credibilidade política, ao fazer uma análise da participação da sociedade nas manifestações de protestos nas ruas, Gohn (2016) destaca que novos atores em cena mudaram o panorama das manifestações no país, pois as jornadas de junho de 2013 abriram caminho para que o descontentamento se transformasse em indignação, ampliada por canais institucionais de forma difusa.

Ao discorrer sobre a identidade das manifestações Gohn (2016) faz a distinção entre povo, massa e multidão para categorizar as jornadas da seguinte forma: o povo envolve as camadas médias da população, a classe trabalhadora, as camadas populares; a massa é caracterizada por um grupo amorfo; a multidão, por sua vez, se refere a múltiplas identidades, coletivos em função de determinado evento. A autora se posiciona ao afirmar que o evento de cunho político ocorrido em junho de 2013 pode ser enquadrados como protesto, pois

[...] ficou como um marco de referência na memória do país. Considero que em Junho de 2013 houve manifestações e protestos. Mas vejo-as no contexto de um movimento social – certamente completamente diferente dos movimentos clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais. (GOHN, 2016, p. 133)

A autora deixa claro que o termo manifestação também é possível, pois entrou no vocabulário da população. Gohn (2014) explica que, no Brasil, os protestos dos indignados têm sido nomeados pela mídia como manifestações, os “[...] próprios manifestantes de junho de 2013, no Brasil, autodenominam suas ações como ‘atos’. Analistas têm se referido a eles como ‘jornadas’. Eu considero que, em junho, houve algo mais que jornadas ou atos. Houve ‘protestos’” (GOHN, 2014, p. 4).

---

<sup>26</sup><http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>.

<sup>27</sup><http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>

As manifestações de junho de 2013 ocorreram em várias capitais e reuniram cerca de um milhão de pessoas, como em três contextos da história do país, já mencionados aqui: o impeachment do ex-presidente Collor, o movimento pelas Diretas Já e os protestos pré-golpe militar, no ano de 1964 (GOHN, 2014). A princípio, os protestos de junho de 2013 tiveram como atores o Movimento Passe Livre (MPL) e estudantes, tanto da classe média quanto da periferia, que expressavam o descontentamento em relação ao aumento das passagens dos transportes públicos em diversas capitais (SOUZA, 2016).

Na mesma perspectiva, Gondim (2016), ao discorrer sobre a diversidade dos integrantes que participavam das jornadas, demonstra que não se tratava apenas da classe média ou de estudantes; podia-se observar um perfil heterogêneo. Fica claro que as manifestações de junho de 2013 não tiveram como objetivo ser nominadas ou autodenominadas como parte de um coletivo, pois não havia liderança, ou seja, foram semelhantes a *instant mob*, ações específicas promovidas em redes sociais (GOHN, 2016). Assim sendo, explica-se a heterogeneidade dos temas e das ideologias dos manifestantes (GONDIM, 2016).

Gondim (2016) ainda revela que, simultaneamente aos movimentos de junho de 2013, existiram os “Comitês Populares da Copa”, compostos por estudantes, intelectuais, moradores de comunidades, ONGs e outros, que ocorreram em cidades-sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Segundo a autora, a “Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” tinha como objetivo denunciar a opacidade das informações do poder público referente aos planos, projetos, construções e orçamentos dos megaeventos.

Gohn (2014) evidencia que essa nova forma de movimento social, ocorrida em junho de 2013, foi composta por jovens escolarizados, de classe média, que interagem e se conectam por meio das redes digitais. Há de se considerar que a presença das novas tecnologias contribuía para o encontro dos manifestantes. Nessa situação, cada um leva seu cartaz e passa a fazer parte de uma “[...] organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade, especialmente partidos e sindicatos” (GOHN, 2014, p. 2).

No entanto, de acordo com Gohn (2014), não houve definições estratégicas nas jornadas, devido à grande diversidade e heterogeneidade dos blocos que constituíram o movimento, o que contribuiu para a fragilidade das causas. Torna-se evidente que as manifestações tinham como foco diversos temas, relacionados a “[...] questões locais e nacionais, além de renomearem com força demandas focadas em problemas da vida cotidiana” (GOHN, 2016, p. 130).

Assim discorre a autora, ao mencionar o político franco-alemão Cohn-Bendit (2013) a respeito das manifestações no Brasil: nos “anos 60 prevalecia a defesa dos ideais, socialismo, anarquismo, alguns lutavam em nome de Cuba, da China. Hoje não há a questão ideológica. Isso é bom: lutar por escola melhor, transporte melhor” (COHN-BENDIT, 2013 *apud* GOHN, 2014, p. 3).

Para Gondim (2016), a princípio, com o anúncio do aumento das tarifas dos transportes públicos, as manifestações foram lideradas pelo MPL em São Paulo, com os primeiros atos públicos entre os dias 3 e 11 de junho, na presença de poucos manifestantes. Já o dia 13 do mesmo mês ficou marcado pela grande repercussão dos atos de violência ocorridos no ato. Pode-se concluir que os movimentos fazem parte de um cenário de rejeição às práticas de políticas institucionais e à corrupção, somado à exaltação do nacionalismo e de valores nacionais, com o objetivo de expressar a indignação com o cenário atual (GONDIM, 2016).

A autora pontua que, ao longo do movimento, o foco no aumento das tarifas de transporte público tornou-se apenas umas das pautas, pois os manifestantes ampliaram os temas das denúncias e passaram a criticar a política de modo geral: “[...] denunciavam-se o cerceamento à liberdade de expressão, a insuficiência de recursos para a educação e saúde, a corrupção e os elevados recursos públicos destinados a grandes eventos esportivos” (GODIN, 2016, p. 7).

Um dos fatores centrais dos protestos foi a corrupção. No entanto, segundo Gohn (2016, p. 132) “como explicar esta nova conjuntura de ações coletivas em movimento: pela ação dos indivíduos (isolados ou em grupo) ou pelas questões econômicas, políticas e ideológicas colocadas pela conjuntura nacional e internacional”.

Com os desdobramentos das manifestações, diversas frações referentes a temas públicos foram abordadas, entre elas a corrupção. Souza (2016), ao pontuar sobre o papel do governo diante dos movimentos, ressalta que Dilma Rousseff reagiu de forma ambígua na época, uma vez que se, por um lado, a presidenta tentou levantar a ideia da reforma política, por outro, se deixou levar pelo discurso da oposição. Ao mencionar o foco das manifestações no tema corrupção, o autor conclui que:

[...] historicamente, apenas o tema corrupção, no Brasil, propicia a manipulação perfeita do público cativo: aquela que não toca nem de perto no acordo das elites nem nos seus privilégios e permite focar todo fogo no inimigo de classe da ocasião. Trata-se de um tema que não oferece nenhuma reflexão e compreensão real do mundo, mas que possibilita todo tipo de distorção, seletividade e manipulação emotiva de um público cativo (SOUZA, 2016, p. 89).

No que tange à relação das manifestações de junho de 2013 com os meios de comunicação, Gohn (2014, p. 7) ressalta que a grande mídia contribuiu de diversas formas para os eventos, pois os canais “ajudaram na divulgação de data, horário e local dos atos”, além de terem criminalizado os movimentos, de forma geral, e realizado a espetacularização.

Outro fator que contribuiu para a ampliação dos movimentos, em conjunto com a comunicação, foi a presença das novas tecnologias, já que, por meio delas, ocorria a integração entre os manifestantes: “o desenvolvimento e consumo das novas tecnologias, especialmente a internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil, criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil” (GOHN, 2016, p. 136). A mídia alternativa teve seu papel como principal percussora das manifestações, muitas delas convocadas pelas redes sociais. Além disso, o uso de aparelhos celulares para registro de vídeos e fotos possibilitou que as jornadas fossem acompanhadas, ainda que não divulgadas por canais televisivos populares (GONDIM, 2016).

Ao tratar dessa relação da mídia com os movimentos sociais, Souza (2016) toma como referência o Jornal Nacional, da Rede Globo, para explicar como ocorria a manipulação por parte da mídia durante o movimento. Não se pode deixar de ressaltar que o autor faz um panorama da veiculação das notícias ao longo do mês de junho para mostrar como esse jornal tratou o assunto conforme seus interesses.

De acordo com Souza, a primeira referência às manifestações ocorreu no dia 10 de junho de 2013, na qual o jornal menciona as jornadas de forma negativa “ênfatizando o ‘tumulto’, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população” (SOUZA, 2016, p. 89). Em contrapartida, como cita o autor, com o aumento dos protestos no dia 17 de junho, a cobertura adquire uma nova posição, e define o fato como protestos em prol da democracia. Assim, “os protestos eram tidos como ‘expressão democrática’ e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito” (SOUZA, 2006, p. 90).

Dias depois, conforme discorre Souza (2006), a cobertura do mesmo jornal sofre novamente uma transformação: a “federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente” (SOUZA, 2006, p. 91). Desse modo, segundo o autor, na época, o jornal frisou a queda da popularidade da presidente Dilma Rousseff com a finalidade de desconstruir a imagem da petista.

Ainda ao discorrer sobre a cobertura, o autor ressalta que, nas notícias do dia 20 de junho, as manifestações nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, com o apoio da classe média conservadora, a ênfase foi no fim da corrupção, ficando o tema das tarifas de ônibus em segundo plano. Desse modo, como discorre Souza (2016), com as manifestações,

os partidos de esquerda passam a ser vistos com desconfiança, principalmente devido aos desfechos decorrentes da Operação Lava Jato e da repercussão na mídia, que passou, “a partir de junho de 2013, a se associar às instituições do aparelho jurídico-policial no processo de deslegitimar o governo eleito” (SOUZA, 2016, p. 94).

Como enfoca Souza (2016, p. 100), as jornadas de junho tiveram como base a classe média conservadora: “é essa fração que torna as manifestações verdadeiros ‘fenômenos de massa’ a partir do dia 19 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de ‘vândalos’”. Para o autor, a novidade do novo contexto político foi a arregimentação dos setores conservadores em classes revolucionárias, diante da manipulação midiática, a partir de junho de 2013 e das eleições de 2014, após os escândalos da Operação Lava Jato.

Diante do exposto, Souza (2016) relaciona os três anos de intervalo entre as jornadas de julho de 2013 e o Impeachment 2016. Para o autor, as manifestações deram início à queda da popularidade de Dilma Rousseff e do PT, por meio de sucessivos ataques ao governo, o que conseqüentemente marcou uma virada ideológica em relação ao governo petista. Em conjunto a isso, o autor reforça seu argumento ao questionar “como protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se ‘federalizarem’ e atingirem a popularidade da presidente Dilma, que àquela altura gozava dos mais altos índices de aprovação no seu governo” (SOUZA, 2016, p. 87).

Souza (2016) torna evidente que a grande repercussão das jornadas está ligada à manipulação da mídia, em conjunto com a classe média que deu origem ao orgulho de ser de direita. Em diálogo, Gondim (2016) pontua o papel da direita nas manifestações, ao lembrar que esta não participava de movimentos sociais desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, anterior ao golpe de 1964.

Essas questões levantadas pelos autores também dialogam com os índices de popularidade de Dilma Rousseff antes, durante e depois das manifestações. De acordo com levantamento realizado pelo Datafolha, no dia 13 de dezembro de 2012, Dilma Rousseff teve seu governo avaliado como ótimo ou bom por 62% dos brasileiros. Em outra pesquisa, datada de 20 e 21 de março de 2013, “Dilma Rousseff tem seu governo avaliado como ótimo ou bom por 65% dos brasileiros, avanço de três pontos em relação ao índice de aprovação verificado pelo Datafolha em dezembro do ano passado (62%)”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml>

Já no contexto das manifestações, uma pesquisa realizada nos dias 6 e 7 de junho de 2013 pelo mesmo instituto aponta a queda de oito pontos nesse índice desde março desse mesmo ano, e ainda ressalta que a gestão da presidente é considerada ótima ou boa por 57% dos brasileiros. Dos dias 7 a 9 de agosto de 2013, após as manifestações, “O governo da presidente Dilma Rousseff (PT) recuperou parte da popularidade perdida nos últimos meses e agora é aprovada por 36%”<sup>29</sup>.

Como discorre Gohn (2016), as manifestações de junho de 2013 deram legitimação aos protestos na busca por mudanças sociais, culturais e econômicas, e geraram novos valores e pontos de vistas aos participantes. Nessa perspectiva, os protestos favoreceram o crescente descontentamento e incapacidade de gestão dos órgãos públicos e, conseqüentemente, a insatisfação popular, principalmente em relação à corrupção.

Esse conjunto de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, somado aos novos atores sociais, abriram o caminho para as disputas eleitorais de 2014 e formaram pontos-chave para o desdobramento do Impeachment 2016: “junho de 2013 afetou o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada, teve-se uma grande virada entre 2013-2015” (GONH, 2016, p. 143).

### 3.3 ELEIÇÕES DE 2014: ACIRRAMENTO POLÍTICO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO

Após as manifestações de 2013, as disputas eleitorais são vistas de forma polarizada por direita e esquerda. Essa disputa presidencial foi uma das mais acirradas da história e teve como principais candidatos: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB) e, posteriormente, Marina Silva (PSB).

Em síntese, o cenário dessas eleições sofreu uma mudança, com a fatalidade de um dos candidatos à presidência da república. No dia 31 de agosto de 2014, o economista e político Eduardo Campos, um dos três primeiros colocados na corrida presidencial, sofreu um acidente de avião em São Paulo, que culminou em sua morte, o que afetou diretamente os meandros eleitorais. Antes da fatalidade, a estratégia de Campos era a coalizão governista, na qual o político “buscou se constituir como uma alternativa política capaz de manter os avanços sociais do governo petista e avançar em áreas tidas como problemáticas, como a gestão macroeconômica e o controle da corrupção” (AMARAL E RIBEIRO, 2015, p. 110).

---

<sup>29</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/08/1325198-apos-cair-pela-metade-aprovacao-a-governo-dilma-volta-a-crescer.shtml>

É necessário sublinhar que, diante do ocorrido, a disputa eleitoral tomou um novo rumo, pois Marina Silva (anteriormente candidata a vice-presidente na chapa de Eduardo Campos) assumiu a corrida presidencial. Desse modo, o primeiro turno, realizado em 5 de outubro de 2014, contou com a participação de Dilma Rousseff, Aécio Neves e a candidata substituta, Marina Silva, além de outros<sup>30</sup>.

Conforme dados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha, antes do primeiro turno de 2014, Dilma Rousseff liderava as eleições com 44% dos votos válidos, seguida de Aécio Neves, com 26%, e Marina Silva, com 24% das intenções de votos válidos. Levando em conta os dados da pesquisa, o “empate entre Aécio e Marina, com vantagem numérica para o tucano, vinha se desenhando ao longo dos últimos dias a partir da tendência de queda contínua nas intenções de voto na candidata do PSB Marina e o crescimento gradual do tucano”<sup>31</sup>.

Assim sendo, no primeiro turno, realizado em 6 de outubro de 2014, Dilma apresentou 41,59% dos votos válidos, Aécio Neves 33,55% e Marina Silva 21,32%. No entanto, o quórum não atingiu os 50% dos votos válidos para a escolha do presidente, levando os primeiros colocados – Dilma Rousseff, da coligação “Com a força do Povo”, e Aécio Neves, da coligação “Muda Brasil” – a uma nova disputa.

Amaral e Ribeiro (2015) discorrem sobre as eleições presidenciais de 2014 da seguinte forma:

[...] as eleições presidenciais de 2014 repetiram cenário semelhante ao das duas últimas disputas. Um candidato petista tido como favorito, à frente de um amplo bloco de situação, polarizou a disputa contra uma coligação encabeçada pelo PSDB e seu candidato, o senador Aécio Neves, enquanto uma terceira candidatura competitiva tentava romper esse cenário (AMARAL & RIBEIRO, 2015, p. 110).

A partir disso, o segundo turno, realizado no dia 26 de outubro, se polarizou com a disputa os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves. De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 22 e 23 de outubro, os candidatos chegaram tecnicamente empatados no segundo turno. Conforme os dados do levantamento, a presidente Dilma Rousseff (PT) obteve 52% dos votos válidos favoráveis à eleição e seu adversário, Aécio Neves (PSDB), 48%.

De família de políticos, Aécio Neves formou-se em economia pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Iniciou sua carreira política como secretário de seu

---

<sup>30</sup>Candidatos: Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Jorge (PV), Everaldo Dias (Pastor Everaldo) (PSC), José Maria Eymael (PSDC), José Levy Fidelix (PRTB), José Maria de Almeida (Zé Maria) (PSTU), Luciana Genro (Psol), Marina Silva (PSB), Mauro Iasi (PCB) e Rui Pimenta (PCO).

<sup>31</sup><http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1527380-dilma-lidera-com-44-aecio-26-e-marina-24-empatam-por-2-turno.shtml>

avô, Tancredo Neves, nos anos 1980, e participou da constituinte. Com a morte de Tancredo, elegeu-se deputado federal e, na década de 1990, filiado ao PSDB, assumiu o segundo mandato na Câmara. No terceiro mandato como deputado federal, ocupou a posição de líder do PSDB. Em 2001, tornou-se candidato à presidência da Câmara e tomou medidas como a criação do Conselho de Ética. Foi governador de Minas Gerais e teve a maior taxa de aprovação entre os governadores. Em 2010, foi eleito senador e, em seguida, foi indicado pelo PSDB para as eleições 2014, tendo como tema de campanha o *slogan* “Vamos mudar Brasil”.

No dia 26 de outubro, os resultados do segundo turno mostravam que a chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer haviam vencido as eleições, com 54.501.118 votos, ou seja, 51,64% dos votos válidos. Já a chapa composta por Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira obteve 51.041.155 votos, 48,36% dos votos válidos. Conforme dados da prestação de contas divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em conjunto, as campanhas de ambos os candidatos custaram aproximadamente 570 milhões de reais. Na época, como tentativa de reeleição, Dilma Rousseff adotou

[...] um discurso direcionado para os segmentos mais pobres e para os movimentos sindicais, sociais e populares, propondo a continuidade do modelo que garantiu a elevação da renda do trabalho e certa inclusão social. A frente política desenvolvimentista e o “acordo” com os segmentos financeiros estavam definitivamente rompidos. Parecia que o segundo governo Dilma avançaria na direção do campo popular. (PINTO *et al.*, 2016, p. 27)

Limongi e Cortez (2010) pontuam que as eleições presidenciais no Brasil foram bipartidárias, pela grande predominância da disputa entre PT e PSDB, tendo em vista que a presidência é o ponto principal do sistema político brasileiro, ao organizar as disputas. Conforme ressaltam os autores, PT e PSDB não são partidos com enraizamento social que explique o predomínio de preferência nas eleições presidenciais, pois os dois partidos são os únicos que lançaram candidatos em todas as eleições. Desde 1994, ambos os partidos se revezaram nos dois primeiros lugares dos pleitos presidenciais. Com isso, o PT teve desempenho superior ao do partido adversário, PSDB, pois obteve a segunda colocação em 1989, ficando o PSDB na quarta colocação (LIMONGI & CORTEZ, 2010).

O PT esteve sempre inclinado a ampliar os seus apoiadores ideológicos a favor do aumento do número de votos. Para os autores, ainda que seja um partido com origem no interior da esquerda, “[...] não hesitou a se juntar a líderes populistas e comunistas que criticara quando da sua formação. Assim, quando a origem do partido é levada em conta, tais alianças não deixam de representar uma movimentação em direção ao centro” (LIMONGI & CORTEZ, 2010, p. 25).

Limongi e Cortez (2010, p. 25) afirmam que a competição eleitoral é vertebrada pelos partidos, que agem antes dos eleitores, ao decidir os candidatos e as alternativas eleitorais. Desse modo, “eleitores votam nas poucas candidaturas que lhe são oferecidas”. Para Amaral e Ribeiro (2015), as estratégias dos atores políticos nas Eleições 2014 tiveram como sustentação os índices de aprovação do governo, os escândalos de corrupção (como o Mensalão, em 2005, e os escândalos na Petrobras), a crise no cenário econômico e as incertezas da base aliada. Em consequência, “[...] esse foi o resultado mais apertado de uma eleição presidencial no Brasil, e o candidato da oposição conseguiu vencer em três das cinco regiões do país (Centro-Oeste, Sudeste e Sul)” (AMARAL & RIBEIRO, 2015, p. 110).

A ênfase do presente estudo no segundo turno tem como base o acirramento político e ideológico, sem antecedentes desde a disputa de 1989 entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello (AMARAL & RIBEIRO, 2015). Segundo esses autores, houve um diferente posicionamento de Lula na Eleição 2014, em relação aos anos de 2002, 2006 e 2010, já que se pôde perceber uma maior ênfase nas estratégias de campanha. Conforme citam os autores, nesse contexto, a presidente Dilma Rousseff defendeu os avanços sociais obtidos durante os 12 anos do PT no poder, colocando o seu adversário político como um retrocesso para o país.

Os autores destacam ainda que a recompensa dos governos, no que se refere ao desempenho (melhores condições de vidas e índices econômicos), dialoga com a literatura clássica, com foco na racionalidade do voto, em detrimento do contexto e de classes. Nesse sentido, a avaliação do governo e a “preferência partidária continuam bons produtores do voto nas eleições presidenciais” (AMARAL E RIBEIRO, 2015, p. 109). Ainda segundo os autores, soma-se a isso o fato de que nível de escolaridade e renda não são capazes de explicar a escolha dos eleitores.

Segundo estudo eleitoral brasileiro, nas eleições de 2014, houve um caráter retrospectivo (recompensando ou punindo o candidato, de acordo com a análise de seu desempenho cognitivo) em relação ao comportamento eleitoral durante as eleições presidenciais, nas quais o governo Dilma Rousseff se mostrou uma boa referência no quesito voto, nos dois turnos (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

Além disso, como reforçam os autores, o desempenho do governo Dilma Rousseff esteve desvinculado da questão econômica do país, mostrando um lado no qual as políticas públicas propiciaram uma avaliação positiva no cenário. Desse modo, a identificação partidária compôs um atalho cognitivo de importância, como, por exemplo, com o Bolsa Família, que, segundo os autores, foi relevante apenas no segundo turno.

No poder, Dilma enfrentou uma série de denúncias de empresários ligados à Petrobras sobre trocas de pagamentos de propina a políticos do PT e de outros partidos. Esses fatos geraram uma queda da popularidade da presidente. Segundo Gondim (2016) a hegemonia do PT começa a sofrer mudanças a partir do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, ou seja, após a derrota de Aécio Neves.

Para Neto (2016) o ápice dos equívocos do governo Dilma teria acontecido em 2014, quando a presidente comprometeu as contas públicas durante a reeleição, em conjunto com os problemas econômicos. Com isso,

Joaquim Levy foi encarregado de implementar um ajuste fiscal, ou seja, a proposta que fora advogada pelo principal candidato da oposição, o senador Aécio Neves, do PSDB. De maneira complementar, a polarização ideológica seria consequência direta da reversão programática, da recessão econômica e das revelações da Lava Jato (NETO, 2016, p. 45).

É sabido, que a Operação Lava Jato teve forte impacto nas eleições presidenciais de 2014. Como menciona Pinto *et al.* (2016), no plano político, o cenário de 2014 para Dilma Rousseff foi conturbado, pois o governo não conseguiu articular com as bases no congresso. Logo, o PT entrou em colapso com os avanços da Operação Lava Jato, reforçando a recorrente desconfiança dos setores dominantes e o processo de impeachment. Nessa perspectiva, para os autores, a desarticulação política durante o governo Dilma foi enorme, tendo em vista que a economia naquele momento se encontrava em recessão, em conjunto com mecanismos de acumulação do capitalismo. Para os autores, nesse momento, a crise econômica começava a aparecer com contornos alarmantes. Como pontuam:

[...] a crise econômica e política persiste sem sinais de reversão. Pelo contrário, o que se observa é um aprofundamento da crise que ganha contornos críticos com o fim da frente política desenvolvimentista (articulação entre parte da burguesia brasileira, governos do PT e movimento sindical e popular) configurada ao longo do 2º governo Lula, em decorrência da imobilidade política e econômica do governo e com os desdobramentos políticos e empresariais da ‘Operação Lava Jato’ – conduzida pelo juiz federal Sérgio Moro, que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos do governo. Pode-se dizer, ainda, que esta crise está ganhando contornos estruturais (PINTO *et al.*, 2016, p. 4).

O vínculo entre a corrupção e os setores políticos se torna cada vez mais evidente a partir de 2014, com o surgimento de novas denúncias. Convém observar que esse combate expresso pelas investigações contra corrupção, como, por exemplo, a Lava Jato, possibilitou conferir uma abordagem criminal às funções políticas, a partir de estratégias que viabilizam o uso particular de atores dos institutos jurídicos (AVRITZER & MARONA, 2017).

Desse modo, para Avritzer e Marona (2017), o custo para a democracia com esses processos é a redução da soberania, em que “o estabelecimento de um padrão de operação das instituições judiciárias, pelo menos no âmbito do controle, fundado em uma gramática de

insulamento do jurídico em relação ao político” (AVRITZER e MARONA, 2017, p. 375). Nesse sentido, para os autores, ocorre uma competição na representação política pelas instituições.

Além disso, a crise na rentabilidade das empresas afetou negativamente a política desenvolvimentista e empresários do setor industrial. Em consequência, para diminuir os danos, o governo Dilma expandiu a desoneração e o crédito subsidiado nas empresas (PINTO *et al.*, 2016). Nesse cenário, como pontua o autor, o governo perdeu gradativamente a capacidade de gestão, e a presidente mostrou-se incapaz de dialogar e, principalmente, de pautar as agendas no Congresso Nacional. Com isso, a presidenta Dilma foi perdendo apoio e legitimidade dos segmentos dominantes, devido à queda da lucratividade e de rentabilidade, à Operação Lava Jato e à inflação e seus impactos na classe média, que teve seu poder de consumo reduzido.

Pinto *et al.* (2016) expõem que a presidenta pensou que o poder estatal era advindo de sua própria força, o que proporcionaria a realização de mudanças estruturais. Desse modo, a crise é resultado dos erros durante os cinco anos da gestão de Dilma Rousseff e teve origem em outros fatos: “as excessivas e voluntaristas intervenções em vários mercados e setores produtivos, as oscilações bruscas na política econômica, o vai e vêm permanente entre a rigidez ideológica e o pragmatismo de curto prazo” (NETO, 2016, p. 45).

Como explica Neto (2016), a queda dos valores de bens primários, decorrente de estímulos monetários oferecidos pelo Banco Central dos Estados Unidos desde 2008, refletiu na desvalorização do Real. Esse cenário fez com que a presidenta recuasse em algumas medidas adotadas durante seu primeiro mandato e durante a ampliação da Operação Lava Jato, fatores que aumentaram a pressão sobre o governo (PINTO *et al.*, 2016)

Desse modo, o “projeto lulista – entendido como um modelo socioeconômico de desenvolvimento de centro-esquerda que buscou a coalizão de interesses entre a burguesia e o movimento sindical e popular – findava-se. As condições históricas hoje não permitem mais esse tipo de pactuação” (PINTO *et al.*, 2016, p. 26).

### 3.4 A CRONOLOGIA DOS FATOS: O ARRANJO POLÍTICO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

O ano de 2015 foi aberto com atos antigoverno Dilma Rousseff, que propunham o fim da corrupção e o impeachment da presidente. Entre os meses de abril e março, mais de 24 estados do país registraram os protestos, principalmente em capitais como Rio de Janeiro e

São Paulo. As “manifestações aconteceram precisamente no dia 15 de março de 2015, em todo o país, com o tema específico do *impeachment* da Presidenta Dilma. As manifestações do dia 15 foram as maiores em número de pessoas presentes até então” (PINTO, 2017, p. 2).

Em entrevista ao site G1<sup>32</sup> no dia 12 de maio, o representante do movimento “Vem pra rua” em São Paulo, Rogerio Chequer, afirmou que, em relação aos protestos realizados em março e em abril do mesmo ano, a princípio, os objetivos dos manifestantes não eram “[...] a favor [do impeachment] naquele momento porque não achávamos que havia argumento jurídico suficiente ainda. [...] De lá para cá várias teorias jurídicas novas surgiram, inclusive algumas usando a ação de crime comum para investigação da presidente”<sup>33</sup>.

Para Pinto (2017), é difícil estabelecer uma relação entre os manifestantes de junho de 2013 e do impeachment de Dilma, em 2015. Como discorre, certamente havia pessoas em 2013 que não participaram de grupos específicos, que haviam ido às ruas devido aos escândalos de corrupção, sendo “[...] muitas dessas pessoas interpeladas pelo discurso com tendências claramente conservadoras, anti-PT” (PINTO, 2017, p. 10). A partir disso, o autor pontua que é provável que os participantes de 2015 fossem novatos em manifestações de rua com discurso articulado à política.

O cenário de insatisfações contra a corrupção se intensificou em 16 de abril, diante da prisão de João Vaccari Neto, tesoureiro do PT e investigado pela Operação Lava Jato. Vaccari foi condenado pelo Tribunal Federal da 4ª Região por receber propina em esquema de corrupção da Petrobras. Com isso, os escândalos expostos pela mídia contribuíram para que Dilma Rousseff sofresse cada vez mais com a rejeição dos eleitores.

Ainda no ano de 2015, Dilma enfrentou sérias crises que reforçaram o cenário de insatisfação do país, como: retração de aproximadamente 3,8%, déficit público nominal, maior de 10,38% do PIB, altas taxas de desemprego (11,3% em 2016), protestos e polarização ideológica (NETO, 2016). Somado a isso, Dilma foi questionada sobre sua gestão em junho de 2015, o que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a prorrogar a análise das contas do governo, dando a presidente um prazo de 30 dias para explicar supostas irregularidades fiscais em repasses para bancos públicos. Em entrevista concedida ao G1<sup>34</sup>, o Ministro do TCU, Augusto Nardes, ressaltou que “As contas do governo referentes ao exercício de 2014 [...] não estão, no momento, em condições de serem apreciadas por este tribunal, em razão dos indícios de irregularidades”.

---

<sup>32</sup>Portal de notícias do grupo Globo de Televisão.

<sup>33</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/estados-e-o-df-tem-atos-pro-dilma-e-contra-o-impeachment.html>

<sup>34</sup><http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/ministro-vota-por-dar-prazo-de-30-dias-para-dilma-explicar-pedaladas.html>

O cenário ficou mais conturbado, de acordo com levantamento do G1, quando 13 ministros questionaram os atrasos nos repasses de verbas para os bancos públicos no período de 2010 a 2014. Em adesão a esses fatores, em 15 de junho, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então Presidente da Câmara, anunciou o rompimento com o governo, devido a denúncias feitas contra ele na Operação Lava Jato, aumentando a instabilidade política. Conforme disse Cunha “Eu, formalmente, estou rompido com o governo. Politicamente estou rompido”<sup>35</sup>.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>36</sup>, em 30 de junho, houve um dos piores resultados do semestre, decorrente do déficit de R\$1,59 bilhão. Esse indicador de baixo nível das atividades econômicas e de desoneração de tributo contribuiu para a queda da popularidade do governo federal.

No mês de agosto, outro político ligado ao PT é preso pela Operação Lava Jato, o ex-ministro da fazenda, José Dirceu, suspeito de crimes de corrupção, como lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. O político já havia sido condenado à prisão em regime domiciliar no processo do Mensalão, no ano de 2014. Devido à proximidade do ex-ministro da fazenda com o governo Lula e ao envolvimento de Dirceu nesses escândalos de corrupção, a imagem e as estruturas do PT se definharam e, principalmente, o governo vigente.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha<sup>37</sup> nos dias 4 e 5 de agosto expõe que, na época, 71% dos entrevistados reprovavam o governo Dilma, contra 8% que apoiavam. Em conjunto a isso, no mesmo mês, a inflação aumentou e os protestos contra o governo tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Em 11 de setembro, o governo respondeu ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a suspeita de improbidade administrativa. Conforme levantamento da Advocacia Geral da União (AGU), não houve ilegalidade em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Em meio a esse cenário, a presidente Dilma anunciou em rede nacional uma reforma ministerial, que contou com a eliminação de oito pastas, com a supressão de ministérios. Com isso, Dilma faz uma tentativa de garantir a governabilidade, a partir de uma base para adquirir maioria parlamentar. Em anúncio, a Presidente afirmou que:

[Tivemos o propósito de] de atualizar a base política do governo buscando uma maioria que amplie nossa governabilidade. Ao alterar alguns dos dirigentes dos ministérios, nós estamos tornando nossa coalizão de governo mais equilibrada, fortalecendo as relações com os partidos e com os parlamentares que nos dão sustentação política. Trata-se de uma ação legítima, de um governo de coalizão e, por isso, tudo tem sido feito às claras. Trata-se de articulação política para construir

<sup>35</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>

<sup>36</sup><http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/246449/NimNov2014.pdf/8622bd85-6e9d-4220-aa75-dae6c1ada973>

<sup>37</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>

um ambiente de diálogo, um ambiente de coesão parlamentar. Trata-se de articulação política que respeita os partidos que fizeram parte da coalizão que me elegeu e que tem direito e dever de governar comigo<sup>38</sup>.

A chapa Dilma e Temer também saiu prejudicada diante desse contexto, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impugnar o mandato dos políticos por abuso de poder nas eleições de 2014. No mesmo mês, ocorreram os desdobramentos das “pedaladas fiscais”. O TCU propôs ao Congresso a reprovação das contas referentes ao governo Dilma de 2014. Ressalta-se aqui que, em 2014, o governo Dilma Rousseff foi eleito com uma pequena diferença de votos (3,6%), e sua coligação eleitoral obteve 59% e 65,9% dos assentos da Câmara dos Deputados, ou seja, na época, o governo detinha maioria nítida no Congresso (NETO, 2016).

No dia 21 de outubro, os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior entregam o pedido de impeachment ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). No pedido de impeachment, Dilma é acusada de três crimes relacionados à categoria de crimes de responsabilidade. A alegação foi de que ela estaria ciente da corrupção na Petrobras, investigada pela Operação Lava Jato; que teria emitido créditos não autorizados, desrespeitando as metas orçamentárias; e realizado pedaladas fiscais, que teriam ferido a Lei Orçamentária Anual (LOA). Foi assim marcado o início do processo de impeachment.

Concomitantemente, outros escândalos de corrupção surgiram. Eduardo Cunha passa a ser investigado por decoro parlamentar e Delcídio do Amaral (PT) é suspeito de obstruir a justiça durante a investigação da Operação Lava Jato.

A partir do mês de dezembro de 2015, foi dado início à decisão de Eduardo Cunha de abrir o processo de impeachment. Segundo o então Presidente da Câmara, em entrevista à Câmara dos Deputados, “[...] proferi a decisão com o acolhimento da denúncia. Ele traz a edição de decretos editados em descumprimento com a lei. Consequentemente, mesmo a votação do PLN 5 [projeto de revisão da meta fiscal de 2015] não supre a irregularidade”<sup>39</sup>. Com isso, o pedido foi aceito em plenário em 2 de dezembro, período no qual também foi convocada a comissão do impeachment, com base na Lei do Impeachment 1.079/1950, a qual define os crimes de responsabilidade de um presidente.

Em meio a isso, houve uma tentativa de formar uma comissão, composta por 65 membros, para analisar os trâmites do pedido aceito pelo Presidente da Câmara. Após a análise, no dia 17 de dezembro, os Ministros do STF decidiram anular a chapa alternativa

---

<sup>38</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>

<sup>39</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>

criada para a comissão especial do processo. Visto que os ministros propuseram que não ocorresse a candidatura avulsa, e sim a escolha aberta, um dos fatores que levou à anulação da chapa foi a reunião ter ocorrido de forma secreta por uma chapa avulsa.

Em decorrência disso, na época, o Ministro do Superior Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, suspendeu a comissão do impeachment que iria analisar o processo da Presidente, até que o Supremo tomasse uma posição. Essa decisão foi feita simultaneamente à votação na Câmara que elegeu a chapa alternativa de deputados para a comissão especial, por 272 votos a 199.

A partir disso, o Superior Tribunal Federal expôs que o Senado tinha como função fazer uma abertura de inquérito, em seguida da votação na Câmara. Na sequência, foi elaborada uma nova comissão de deputados, conforme as normas do STF. Essa comissão teria aproximadamente um mês para emitir o parecer a favor ou contra o impeachment. Com isso, o mês de dezembro de 2015 foi finalizado com o segundo ano de déficit fiscal primário, de R\$114,9 bilhões.

Diante das investigações de esquemas de corrupção, como a Lava Jato, o Mensalão e o Petrolão<sup>40</sup>, para Oliveira (2016), no impeachment de Dilma Rousseff, os atores mais influentes foram os órgãos do legislativo, ou seja, o sistema judiciário. Foi diante desse contexto que ocorreu a expansão do poder judiciário às instituições representativas, como o ambiente político, ou seja, a judicialização da política. Como relembra a autora, no Brasil, desde a década de 1990, os temas ligados à política, moral, sociais e economias estão sendo cada vez mais decididos pelos órgãos judiciários, tornando-os protagonistas do jogo político.

Em influente artigo, Vianna (2008, p. 4) menciona que, no contexto de crise da representação política, a constituição passa a orientar as transformações do sistema, a qual “pressupõe um Judiciário, na medida em que é compreendido a serviço do ideal da igualdade, como instrumento de concretização dos direitos fundamentais”. Nesse sentido, o autor aponta que a judicialização da política não tem sua origem no complexo de orientação dos juízes, e sim, na trama institucional da sociedade moderna capitalista, a qual colocou o direito no ápice da vida pública, tornando-o parte das democracias contemporâneas, ou seja,

[...] deriva de um eventual sistema de orientação dos juízes, mas da nova trama institucional trazida pela moderna sociedade capitalista, que pôs o direito, seus procedimentos e instituições no centro da vida pública, e, neste preciso sentido, ela já é parte constitutiva das democracias contemporâneas (VIANNA, 2008, p. 4).

---

<sup>40</sup>Escândalo de corrupção na Petrobras, no qual os envolvidos foram delatados por Paulo Roberto Costa, por desvios nos cofres públicos.

Na mesma perspectiva, Neto (2009) afirma que o frequente aumento da intervenção do poder judiciário está vinculado ao fato de a sociedade buscar esse poder como forma da solução dos problemas estruturais do Estado. Desse modo, ao resenhar a obra de Vianna (1999), Neto (2009, p. 83) discorre que o

Direito moderno tem invadido todas as relações, cabendo ao Judiciário esta tarefa de aplicar o Direito em cada vez mais âmbitos. Assim, os julgadores são chamados a concretizar as diretrizes constitucionais e os princípios fundamentais quando da aplicação da lei, o que acaba por abarrotar de trabalho o Poder Judiciário.

Ao discorrer sobre a expropriação constitucional do voto, Santos (2017) pontua que a Ação Penal (AP)<sup>41</sup>, advinda da iniciativa conservadora, tinha como objetivo finalizar por meio não eleitoral a longa liderança do PT no poder. Segundo o autor, o país perpassou um conjunto de sucessivos golpes, como em 1954, 1955, 1961 e 1964, todos com o apoio passivo do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir disso, conforme cita o autor, a AP 470 deu início a uma série de intervenções jurídicas espetaculares: “aproveitou pretexto sem fundamento real e instaurou o primeiro processo político de degradação, além do de punição penal, com o apoio midiático e apelo classista” (SANTOS, 2017, p. 159).

Logo, para Santos (2017, p. 160), a partir de 2006, houve o início da fundamentação dos golpes parlamentares de violação constitucional. Assim, um “ano, sete meses e onze dias depois, com a conclusão de todas as etapas das AP 470, em 13 de março de 2014, 24 dos 40 denunciados em 2006 haviam sido condenados”. Essas condenações, apenas alguns meses antes das eleições, abordavam os seguintes crimes: corrupção passiva, lavagem de dinheiro formação de quadrilha, peculato e fraude.

Retomando a cronologia do impeachment, o mês de março de 2016 foi marcado com um dos maiores protestos nacionais em prol do impeachment. O evento ocorreu em aproximadamente 300 municípios, com cerca de 3,6 milhões de pessoas, segundo dados da Polícia Militar. Simultaneamente, também foram realizados protestos de apoio ao governo. De acordo com reportagem do G1, “As manifestações foram pacíficas, com poucos incidentes isolados em algumas cidades. Grande parte dos manifestantes vestia verde e amarelo e levava cartazes contra a corrupção, o governo federal e o PT”<sup>42</sup>.

Santos (2017, p. 33) considera que em 2016 houve um golpe. Ao fazer uma comparação com 1964, o autor pontua que talvez o “mais assustador para os progressistas, no contexto imediato, tenha sido o relativo sucesso do recrutamento ideológico e de mobilização

---

<sup>41</sup>Ação Penal 470: crimes de corrupção passiva, conhecidos como “mensalão”.

<sup>42</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/manifestacoes-por-impeachment-de-dilma-sao-registradas-pelo-brasil.html>

de inesperados segmentos da população contra a pauta de um governo que buscava reduzir as desigualdades”.

O acirramento da crise política se deu a partir de abril de 2016, com a aprovação do parecer pela comissão especial, a qual votou a favor do impeachment, que contou com 38 votos a favor e 27 contra. Após a decisão, e seguindo o texto da Constituição, a votação foi encaminhada para o plenário da Câmara. Com o crescimento das manifestações pró e contra o impeachment, em 13 de abril, o PSD e os partidos da base Dilma passam a se posicionar a favor do rito.

No dia 17 de abril de 2016, iniciou-se a abertura do inquérito. Nesse ponto, foram necessários dois terços do plenário, ou seja, 342 votos dos 513 deputados. Essa votação na casa legislativa concluiu que 71,5% dos deputados escolheram o envio do processo de crime de responsabilidade ao Senado e 26,7% se colocaram contra o rito, dando sequência ao trâmite (NETO, 2016).

Logo, a sessão foi aberta com 367 deputados a favor do inquérito, mais da metade dos votos estipulados pela Carta Magna. A partir disso, o processo seguiu para o Senado, onde foi decidido se ocorreria ou não a regularização da denúncia.

Convém ressaltar um interessante fenômeno observado por Prandi e Carneiro (2018). Ao analisarem a porcentagem de votos a favor do impeachment na Câmara de Deputados, em abril de 2016, os autores concluíram que a bancada evangélica<sup>43</sup> votante justificou seus votos a favor do impeachment por meio do universo da tradição, ou seja, pondo de lado questões do âmbito dos valores democráticos. Composta por 81 deputados, a bancada evangélica teve 75 deputados votando a favor do rito. Como parte considerável dos deputados votantes, os autores reforçam que, no

[...] conjunto dos demais 432 deputados, que não fazem parte desse grupo evangélico, o número de votos favoráveis ao processo de impeachment foi de 292, com uma ausência registrada. Em termos relativos, o encaminhamento do processo de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma pelos votantes foi de 93,8% entre os evangélicos e de 67,7% entre os não evangélicos; no total, 71,8%. Com uma porcentagem tão expressiva, os evangélicos marcaram sua diferença (PRANDI e CARNEIRO, 2017, p. 2).

Logo, é pertinente observar que existe uma tendência conservadora quando se trata da moralidade da vida pública (PRANDI & CARNEIRO, 2017). Conforme discorrem os autores, os ideais republicanos são substituídos por interesses e alianças partidárias, dos quais

---

<sup>43</sup>A Bancada Evangélica reúne congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuariam em conjunto para aprovar ou rejeitar legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica” (PRANDI e CARNEIRO, 2017, p. 2).

conchavos pessoais e promessas de postos e carreira, que podem usar a ideia de crime de responsabilidade como disparador de um processo em que provas e contraprovas têm pouco valor além do espetáculo do rito, incapaz de alterar decisões previamente assumidas (PRANDI & CARNEIRO, 2017, p. 15).

Desse modo, para Prandi e Carneiro (2017), a discussão da existência ou não de pedaladas fiscais e os méritos que levaram à aprovação do rito não foram foco dos debates durante a votação, visto que as razões de instauração do processo foram deixadas para trás, em detrimento de valores de ordem moral “[...] sobretudo a defesa da moral tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff” (PRANDI & CARNEIRO 2017, p. 15).

Para os autores, a maior parte dos deputados que votaram em prol do impeachment reuniram suas justificativas sobre o propósito da tradição, sentimentos à família, região (cidade e estado), base eleitoral, corrupção e avaliação do governo. Já os que votaram contra o prosseguimento do rito, usaram como justificativas a democracia e a legalidade do processo político (PRANDI e CARNEIRO, 2017, p. 16).

Em meio a esse conturbado cenário, a população se dividiu entre os favoráveis e os contrários ao processo. Manifestações organizadas pela oposição e pannels contra a presidente (“Fora Dilma”) foram vistos em vários pontos do país. Além disso, a inflação e o desemprego alcançaram altos índices, tornando o governo ainda mais susceptível às críticas.

Após a abertura pelo plenário da Câmara, em 6 de maio, a comissão começou a julgar as acusações contra a então Presidente. O julgamento a favor do impeachment contou com 15 votos a favor e 5 contra. Essa comissão teve a presença de 21 senadores, entre eles o relator do Senado, Antônio Anastasia. No relatório do parecer de 2016, Anastasia nega que o impeachment tenha sido um golpe, pois estaria de acordo com a Constituição, conforme menciona no trecho:

[...] preliminarmente às considerações finais deste Relatório, cabe refutar as insistentes e irresponsáveis alegações, por parte da denunciada, de que este processo de impeachment configuraria um “golpe”. Em primeiro lugar, nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF<sup>44</sup>.

Em 11 de maio, foi dada continuidade ao inquérito em Plenário no Senado. A votação confirmou a abertura do rito contra Dilma com 55 votos, que levaram à continuidade do feito, contra 22. Conforme prevê a Constituição, o processo foi instaurado e a Presidente,

---

<sup>44</sup>Comissão Especial do Impeachment, sobre a admissibilidade da DEN nº 1, de 2016 [DCR nº 1, de 2015, na origem] – Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma V. Rousseff, por abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item 2); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).

temporariamente afastada do seu cargo. Assumiu a presidência o vice, Michel Temer, por um período de 180 dias.

Nesse parecer do relatório do impeachment, a acusação ressaltou que “Não se trata, por fim, de ‘criminalização da política fiscal’, como registrou a denunciada em sua defesa escrita apresentada a esta Comissão, mas da forma como a política foi executada, mediante o uso irresponsável de instrumentos orçamentário-financeiros”.

Enquanto em defesa, o advogado José Eduardo Cardozo, em entrevista transmitida pelo G1, pontuou que

“Para que exista impeachment, é necessário que nós tenhamos um atentado à Constituição, portanto uma situação de gravidade extrema por parte do presidente [...] Tem que ser um atentado doloso”, afirmou Cardozo. O ministro também disse que sem que haja a afronta grave à Constituição o processo de impeachment é um “golpe”<sup>45</sup>.

Em face desses acontecimentos, Neto (2016) evidencia que, para entender o impacto da fragmentação e da heterogeneidade da coligação governamental de Dilma, deve-se compreender a política partidária e o ajuste fiscal. Os problemas e as dificuldades do governo são passados de um partido para outro, tornando o jogo político instável. Em fevereiro de 2015 e na “queda de Dilma em maio de 2016, assistiu-se a essa angustiante disputa entre os vários díspares partidos que integravam a base do governo, mas sobretudo entre o PT e o PMDB” (NETO, 2016, p. 47).

Ao longo desse período de 180 dias, coube à comissão especial julgar a oitiva de testemunhas, a perícia e ouvir as alegações de Dilma Rousseff. Em 29 de junho do mesmo ano, a Comissão Especial do Impeachment finaliza os depoimentos da defesa de Dilma Rousseff, sendo que a oitiva das testemunhas foi composta por um total de 40 pessoas. Simultaneamente, mas em outro contexto, o vice-presidente Michel Temer, ao assumir como presidente interino, anunciou os 22 integrantes da nova equipe de ministros, composta por PMDB, PP, PSD, PSDB, DEM, PPS, entre outros.

Com o desfecho do prazo de 180 dias, a Comissão Especial aprovou o impeachment por 14 votos contra 5. A partir disso, o documento que afirma que a presidente cometeu improbidade foi levado a julgamento final, dando fim aos pareceres da Comissão de Impeachment.

Na sequência, o parecer passa a ser votado em plenário do Senado, onde a maioria dos senadores também aprovou o relatório. Dessa forma, com 59 votos a favor e 21 contra, Dilma foi levada a julgamento. Ressalta-se aqui que essa Comissão foi formada por líderes de

---

<sup>45</sup><http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/para-impeachment-e-necessario-atentado-constituicao-diz-cardozo.html>

cada partido, entre eles o ex-candidato à presidência, senador Aécio Neves (PSDB), adversário político de Dilma Rousseff nas Eleições 2014.

Seguindo as normas da Constituição, o impeachment foi finalizado com o julgamento em sessão do plenário do Senado, em conjunto com o presidente do STF, nos dias 26 a 31 de agosto. O período marcou o julgamento de Dilma Rousseff e contou com diversas manifestações, tanto de acusação, quanto em defesa da presidente.

De acordo com Oliveira (2016), a atuação do poder judiciário tem suas variáveis, como as ferramentas do judiciário, e suas consequências nas decisões políticas influencia de forma ideológica, política e filosófica o setor judiciário, a opinião pública e o posicionamento dos demais poderes. Assim, como pontua a autora,

[...] observando os interesses que dominaram a agenda decisória do Supremo, podemos afirmar que, quando se fala em judicialização da política no Brasil, no que se refere à atuação do Supremo Tribunal Federal, mais do que papel de mediador de disputas entre diferentes órgãos do governo, de instância de implementação de direitos sociais e coletivos ou ainda instituição contramajoritária, o tribunal desempenhou o papel de instituição de deliberação corporativa. (OLIVIERA, 2016, p. 17)

Já no dia 29 de agosto, Dilma Rousseff faz o seu último pronunciamento de defesa, com a duração de 46 minutos, no qual a petista defende-se do impeachment e afirma ser vítima de um golpe de estado. “Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de estado. Do que eu fui acusada? Quais os crimes hediondos que eu pratiquei?”<sup>46</sup>.

Por fim, no dia 31, os senadores, entre eles Aécio Neves, foram convocados para manifestar o parecer, ou seja, para informar se Dilma cometeu, ou não, crime de responsabilidade. Para aprovação, eram necessários dois terços dos votos. Como resultado: 61 senadores se mostraram favoráveis à condenação de Dilma e 20 contra. Desse modo, 73% optaram pela suspensão definitiva de Dilma Rousseff, contra 27,7% que a apoiaram (NETO, 2016).

A partir disso, Dilma perde seu mandato e Michel Temer assume até 2018. Logo, a crise que levou o Brasil ao impeachment é traçada por fatores da condição INUS<sup>47</sup>, como a fragmentação política e a heterogeneidade da coligação do governo, a personalidade da ex-presidente, a Operação Lava Jato e o presidencialismo (NETO, 2016).

<sup>46</sup><http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-discursa-no-julgamento-final-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>

<sup>47</sup>A condição INUS é formada por: “componentes insuficientes, mas não redundantes, de uma combinação de condições que é desnecessária, mas suficiente [...] Em outras palavras, as condições INUS são componentes individuais essenciais de um pacote de fatores que é suficiente (mas não necessário)” (MOHONEY Y VANDERPOEL, 2014 *apud* NETO, 2016, p. 47).

Em relação à fragmentação partidária e à rigidez orçamentária entre os anos de 2015 e 2016, Neto (2016) discorre que, desde 1994, o Brasil tem um histórico de legislaturas fragmentadas. Na atualidade, são 29 partidos na Câmara dos Deputados, sendo o maior deles o PMDB, que possui 13% dos assentos. Nesse sentido, como pontua o autor, essa fragmentação legislativa corrobora para a construção de coligações heterogêneas, como as que ocorreram durante o governo Dilma.

Outro fator que, segundo Neto (2016), corroborou para a crise foi a personalidade de Dilma Rousseff, marcada por não se comprometer com os arranjos políticos, mesmo com o fim do seu apoio político e com sua estremecida relação com o PMDB e Cunha. Para o autor, como líder de esquerda com posição ideológica, Dilma gostava de usar os poderes constitucionais para dirigir o governo. Assim, essas características refletiram nas coligações partidárias que formavam a base de sustentação do PT. Com isso,

[...] o governo era de coligação, mas, na prática, a presidente o conduzia como se fosse monopartidário. Além disso, houve a tentativa de enfraquecer o PMDB ao dar-lhe ministérios de escasso valor político e estimular a criação de um partido aliado maior do que aquela sigla. Nesse sentido, a atuação de Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara dos Deputados não pode ser considerada um fator explicativo da crise. Esse deputado foi apenas mais uma expressão do conflito entre Dilma e o PMDB (NETO, 2016, p. 48).

Em relação à Operação Lava Jato, o autor afirma que a investigação foi mais um dos fatores da crise do país, sendo também uma das condições INUS, pois colocou em prova diversos atores políticos e, conseqüentemente, fez com que deputados e senadores adotassem uma postura defensiva. Outro fator de condição INUS apontado pelo autor é o sistema de governo presidencial, a rigidez do presidencialismo, que não possui um mecanismo para solucionar conflitos. Assim, a deposição da presidente foi feita por um conjunto de fatores, que contaram com o aval de várias instituições e com o contexto histórico da política brasileira (BRAZ, 2017; NETO, 2016).

Para Braz (2017), apesar de a gestão Dilma ter seguido os traços dos governos petistas desde 2003, ligados aos interesses do grande capital, e a partir de 2015 ter adotado um programa de governo semelhante ao proposto por seu adversário nas Eleições 2014 (Aécio Neves), esses fatores não foram capazes de garantir a permanência da presidente no poder, pois, na visão política, era necessária uma gestão burguesa. Desse modo, como cita Braz (2017, p. 2) o impeachment de Dilma Rousseff foi considerado um “golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial”, que gerou uma crise no sistema político e econômico do país.

Comparando o impeachment da presidente com as deposições de governantes latino-americanos, Braz (2017, p. 3) ressalta que o impeachment vem se formulando

recentemente na América Latina como uma forma “democrática” de depor governos, os quais já serviram aos interesses do grande capital, no entanto, não servem mais ou contrariam alguns interesses.

Logo, o autor considera o impeachment um “[...] golpe democrático realizado por meio da democracia burguesa em movimento”. Em vista disso, ao olhar para o passado, o autor afirma que há um *modus operandi* das classes dominantes, que mantém a democracia de forma instrumental: “ela é útil quando favorece (ou não a trabalha) os interesses de classe dos dominantes” (BRAZ, 2017, p. 3).

Com base nessas premissas, diferente do contexto do segundo turno das Eleições 2014, o período do Impeachment 2016 marca o fim do ciclo da trajetória política de competição entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. No impeachment, os dois políticos foram colocados frente a frente, no foco da mídia e em disputa, sendo que a então presidente buscava provar sua inocência e o senador focava na estratégia de acusar a concorrente, na tentativa de obter um melhor posicionamento no ano eleitoral de 2018.

Assim, o cenário muda, e os políticos continuam representando papéis conforme o contexto, para conquistar a população. Vale ressaltar que, de modo geral, “todos os acontecimentos se deram em situações em que a democracia foi posta em questão, parcial ou inteiramente” (BRAZ, 2017, p. 2).

Com o desdobramento do impeachment, o governo de Michel Temer mantém a aliança com um dos partidos de sustentação, o PSDB, e o senador Aécio Neves passa a ser um dos fiadores centrais da nova gestão. Como presidente, Michel Temer, assume uma postura conservadora e adota uma série de medidas impopulares, como reformas trabalhistas e na previdência, tendência à privatização e cortes na área da educação e saúde.

Em seu primeiro pronunciamento, realizado no dia 31 de agosto de 2016, em rede nacional, após o impeachment de Dilma Rousseff, o peemedebista deixa claro a impossibilidade de o governo pagar as aposentadorias. Segundo ele, seria necessária uma reforma da Previdência Social e possíveis transformações nas Leis Trabalhistas. Além disso, o político menciona o resgate da confiança no país, a fim de beneficiar empresários e investidores, contribuindo assim para a geração de empregos. Em vídeo<sup>48</sup> divulgado pelo site G1, que faz parte do grupo Globo, ele afirma: “O Estado brasileiro precisa ser ágil. Precisa

---

<sup>48</sup>Em 1ª fala na TV, Temer defende reforma previdenciária e trabalhista. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/temer-faz-pronunciamento-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv.html>.

apoiar o trabalhador, o empreendedor e o produtor rural. Temos de adotar medidas que melhorem a qualidade dos serviços públicos e agilizem sua estrutura”.

Além disso, uma das primeiras preocupações do governo do PMDB foi a sanção da Lei 13.332/2016, de origem no projeto do Congresso Nacional (PLN 3/16), que possibilita a abertura de créditos suplementares, sem a aprovação do Congresso. Esse fato tem como pano de fundo o impeachment de Dilma Rousseff, devido às chamadas “pedaladas fiscais”.

Anteriormente ao resultado do impeachment, segundo pesquisa Datafolha, dois meses após Michel Temer assumir como interino (em julho), 14% da população considerava sua gestão ótima ou boa; os indicadores de reprovação, como ruim ou péssimo, foram citados por 31% da população. Já em dezembro 2016, o novo governo foi avaliado como ruim ou péssimo por 51% dos brasileiros, de acordo com o mesmo instituto, ou seja, 20 pontos acima do registrado em junho, quando a gestão peemedebista possuía 31% de opinião negativa. Outro levantamento, realizado um ano após o impeachment e publicado pelo Datafolha<sup>49</sup> em dezembro de 2017, aponta que 71% dos brasileiros consideram a gestão peemedebista ruim ou péssima.

É necessário compreender o cenário histórico, desde a abertura política, após o período militar, até o julgamento do Impeachment em 2016, para o compreender do jogo político contemporâneo, tendo em vista que estratégias são traçadas e *personas* são assumidas por Dilma Rousseff e Aécio Neves com o objetivo de conquistar e ludibriar a população em dois momentos tênues da história política. Além disso, tanto as Eleições 2014 e quanto o Impeachment 2016 são a soma dos fatores da democracia atual.

---

<sup>49</sup>“O governo do presidente Michel Temer (PMDB) é considerado ruim ou péssimo por 71% dos brasileiros, índice próximo do verificado em setembro (73%) e que ainda o posiciona ao lado de Dilma Rousseff como o presidente com o índice mais alto de reprovação do país desde a redemocratização. O índice de aprovação de Temer é de 5%, igual ao verificado no levantamento anterior (5%), e há 23% que o consideram regular (em setembro, 20%).”. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/12/1940412-para-maioria-governo-de-michel-temer-e-pior-que-o-de-dilma-rousseff.shtml>> Acesso em: 17 nov. 2017.

#### **4 A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES**

A construção da imagem está associada com o que é dito e com o que se faz, ou seja: “forma-se a imagem de alguém a partir do que ele diz ou do que é dito sobre ele, do que ele faz, da sua capacidade reconhecida de fazer e do que dele é feito” (GOMES, 2004, p. 268). Sendo assim, este capítulo traça os dados quantitativos e qualitativos sobre a construção da imagem de Dilma Rousseff e Aécio Neves, com ênfase no cenário político, a partir das narrativas que emergem dos discursos e pronunciamentos dos dois políticos. O recorte amostral é o segundo turno das Eleições 2014 e os pronunciamentos realizados no período do Impeachment 2016.

O capítulo 4 se inicia com “Percurso da pesquisa: a estrutura do *locus* investigado” (4.1) a partir da exposição da metodologia utilizada, tendo como base os conceitos da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009). Em seguida, o subcapítulo “Análise comparativa dos segmentos acionados nos debates e pronunciamentos” (4.2) e o subcapítulo “Ataque ao adversário como principal estratégia da construção da imagem” (4.3) são compostos pelo levantamento geral da análise comparativa do conjunto de dados coletados nos debates do segundo turno das Eleições 2014 e nos pronunciamentos e entrevistas do momento do Impeachment 2016.

Logo após, parte-se para a análise em cada um dos contextos. Em relação a 2014, é apresentada a comparação categorial entre os debates de Dilma Rousseff e Aécio Neves, no segundo turno do pleito de 2014, tendo como objetivo a exposição das estratégias utilizadas e das *personas* acionadas pelos dois candidatos conforme o subcapítulo “Eleições 2014: estudo comparativo das estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nos debates” (4.4), em seguida é apresentado a análise de cada debate e emissora de modo individual.

Da mesma forma, a seção destinada ao segundo contexto “Impeachment 2016: estudo comparativo das estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante pronunciamentos e entrevista” (4.5) é primeiramente apresentado o confronto das estratégias narrativas dos dois políticos durante pronunciamentos e entrevistas veiculados em rede nacional, de modo geral. Na sequência, é feito um estudo minucioso e individual das estratégias semânticas empregadas por Dilma Rousseff e Aécio Neves nos canais do YouTube durante o rito de 2016.

#### 4.1 PERCURSOS DA PESQUISA: A ESTRUTURA DO *LOCUS* INVESTIGADO

Este item apresenta a abordagem qualitativa e quantitativa da análise, a partir de caminhos e decisões tomadas ao longo da investigação, e os procedimentos de coleta de dados. Para a execução deste trabalho, foram utilizados dois métodos: pesquisa bibliográfica, estruturada pela revisão da literatura; e pesquisa documental, composta pela Análise de Conteúdo dos vídeos coletados dos debates e dos pronunciamentos. Assim, o presente subcapítulo discorre sobre a abordagem quantitativa e qualitativa presente nesta pesquisa, sobre os percursos metodológicos seguidos ao longo da investigação e sobre os procedimentos adotados para análise do material.

Partindo da proposta de Bogdan e Biklen (1994), esta pesquisa parte da abordagem qualitativa, tendo como princípio: a) a investigação como um ambiente natural, em conjunto com a inserção do investigador no meio; b) a descrição a partir de palavras e imagens, colaborando assim para o enriquecimento da pesquisa; c) a interação como um dos fatores mais importantes dos resultados; d) o fator indutivo, a partir da construção dos dados; e) os significados e suas construções.

Em diálogo, Chizzotti (2003, p. 221) afirma que o termo qualitativo se sobressai ao expor um conjunto denso de pessoas, fatos e locais que formam o objeto de uma pesquisa, tendo como objetivo extrair significados que são percebidos a partir de uma atenção eficiente, na qual o “autor interpreta e traduz em seu texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos dos seus objetos de pesquisa”. Desse modo, para o autor, os sujeitos tornam-se parte do processo e da apropriação do conhecimento com a extração de significados, sejam eles opacos ou evidentes, de forma que atuam e se relacionam com os sujeitos em determinados contextos.

A partir de uma apuração inicial do material a ser investigado, foi estabelecido, no primeiro semestre de 2016, que o trabalho teria como objeto de pesquisa vídeos de pronunciamentos e debates de Dilma Rousseff e Aécio Neves em dois momentos: nas Eleições 2014 e no Impeachment 2016. A escolha por esses dois momentos tem como fundamento a ideia de ciclo político, que, nesse caso, se inicia com o ápice das eleições e se finaliza com o impeachment da então presidente da república, dois anos depois da eleição.

#### 4.1.1 Elaboração documental

Para a realização da pesquisa, foram coletados por meio da análise documental os vídeos (material audiovisual) de debates e pronunciamentos de Dilma Rousseff e Aécio Neves, durante o segundo turno das Eleições 2014 e o julgamento do Impeachment 2016, na tentativa de quantificar a frequência de ocorrências relacionadas às estratégias da construção da imagem de ambos os políticos.

Tanto os vídeos do primeiro momento (segundo turno das Eleições 2014) quanto do segundo (Impeachment 2016), apesar de terem sido veiculados em emissoras nacionais, foram coletados em outros veículos de comunicação, como sites e canais do YouTube, obedecendo a ordem em que foram transmitidos na televisão, portanto, não há nenhum vínculo entre eles. Essa escolha teve como base questões técnicas, pois só foram selecionados vídeos que continham os debates na íntegra, ou seja, todos os blocos transmitidos pelas emissoras, do início ao fim.

Como já mencionado, os vídeos dos debates do segundo turno das Eleições 2014 foram exibidos em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão (Quadro 1). No entanto, para uma melhor organização técnica da pesquisa, foram retirados de canais do YouTube e dos sites das próprias emissoras que fizeram a transmissão.

Essa primeira parte do material apresenta o confronto direto entre os candidatos, com regras acertadas previamente entre a produção dos debates e os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves. Desse modo, não há nos debates uma regra no modo de produção e no tempo de pronunciamento de cada candidato, já que isso depende de cada emissora. Ressalta-se que esse fator é irrelevante para a pesquisa, visto que o foco da análise é a narrativa dos políticos.

Quadro 1 – Vídeos analisados: Eleições 2014 – segundo turno

Nome do Vídeo / Canal	Data	Tempo de duração	Link
BAND – Debate 2014 Presidente 2º turno Aécio Neves vs Dilma HD / Este alguém	14/10/2014	1h24'	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=cwN8p9wjs9w">https://www.youtube.com/watch?v=cwN8p9wjs9w</a>
Debate Presidencial SBT 2º Turno 16-10-2014 completo / Brazilian Voters	16/10/2014	1h17'	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ">https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ</a>
Debate Record – Dilma x Aécio – 19/10/14 – Presenciáveis 2º turno / Vejalogo	19/10/2014	1h21'	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=GZXulGfiWjs">https://www.youtube.com/watch?v=GZXulGfiWjs</a>
Leia e veja a íntegra do debate da Globo no 2º turno / G1	24/10/2014	1h37''	<a href="http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html">http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html</a>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que os debates políticos são divididos em blocos, conforme o modo de produção das emissoras, sendo: Band (4 blocos), SBT (3 blocos), Record (3 blocos), Globo (4 blocos). Cada um dos blocos foi subdividido com as perguntas, respostas, réplicas e tréplicas, mantendo assim a organização de cada debate, conforme as regras definidas de cada emissora. No entanto, para esse trabalho as regras de divisão das perguntas e respostas de cada bloco e emissora foram desconsideradas pelo fato do objetivo da análise ser a análise de conteúdo das narrativas dos políticos.

A segunda parte da análise corresponde aos pronunciamentos individuais dos dois ex-candidatos. Os vídeos coletados nesta parte da pesquisa, veiculados por emissoras de televisão e retirados do YouTube, apresentam como homogeneidade temporal o período do impeachment. Desse modo, expõe os pronunciamentos individuais e as entrevistas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, consecutivamente, sobre o julgamento da presidente, contando discursos e pronunciamentos individuais de cada candidato (Quadro 2).

Quadro 2 – Vídeos analisados: Impeachment 2016

Políticos	Nome do Vídeo	Data	Tempo de duração	Link
Dilma Rousseff	Dilma Rousseff discursa após ser afastada / TNBR	12/05/2016	37'43''	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=V9m22irYlcE">https://www.youtube.com/watch?v=V9m22irYlcE</a>
Dilma Rousseff	Dilma Rousseff concede entrevista coletiva sobre resultado de votação de processo de impeachment	18/05/2016	38'54''	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Q_AZFlejQRg">https://www.youtube.com/watch?v=Q_AZFlejQRg</a>
Dilma Rousseff	Impeachment - Sessão Extraordinária – 29/08/2016 (PARTE 01)	29/08/2016	30'	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk&amp;t=69s">https://www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk&amp;t=69s</a>
Aécio Neves	Aécio Neves – Pronunciamento na Votação do impeachment da presidente da República – 11/05/2016 / Aécio Neves	11/05/2016	3'22''	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=5nTArD-pnhg">https://www.youtube.com/watch?v=5nTArD-pnhg</a>
Aécio Neves	Aécio Neves – Pronunciamento no Julgamento do Impeachment – 30/08/2016 / Aécio Neves	30/08/2016	10'48''	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=FD6KP0rTvjo">https://www.youtube.com/watch?v=FD6KP0rTvjo</a>
Aécio Neves	Aécio Neves – Entrevista após o julgamento do impeachment – 31/08/2016 / Aécio Neves	31/08/2016	1'57''	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=kQufvJMTLhw">https://www.youtube.com/watch?v=kQufvJMTLhw</a>

Fonte: Elaboração própria

Como se observa nos quadros, os vídeos selecionados apresentam linearidade cronológica, conforme o pronunciamento de cada político, e possuem em comum o equilíbrio temporal (contexto do processo do Impeachment 2016). No entanto, possuem formas de narrativas diferentes, já que se trata de debates e pronunciamentos. Convém destacar que essa variável entre debates e pronunciamentos foi posta de lado, visto que o foco principal da pesquisa é a construção da imagem.

Isso ocorre porque o objetivo da pesquisa não é apresentar um equilíbrio dos pronunciamentos e debates nos dois momentos, e sim identificar as *personas* e estratégias utilizadas, independente das formas de narrativas dos políticos, tendo em vista que os materiais analisados se referem a contextos distintos. Diante desse fato, consideramos inadequado levar em consideração a diferença de minutos entre os vídeos e a variável entre debate e pronunciamentos nos dois cenários.

Vale ressaltar também que os dados obtidos em porcentagem são aproximados dos valores numéricos, já que muitas das categorias analisadas apresentaram dízimas periódicas.

#### **4.1.2 Construção dos dados: metodologia de análise**

Conforme Bardin (2009), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas composto por métodos sistemáticos, que têm o objetivo de descrever os conteúdos das mensagens. Assim, a “intenção da análise de conteúdo é a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), interferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2009, p. 38). Como discorre a autora, a organização da análise dos dados é composta pelos seguintes itens: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Segundo Bardin (2009), na pré-análise, é feita a identificação e a sistematização do objeto utilizado pelo pesquisador. Sendo assim, nesta pesquisa, foi justamente na fase de pré-análise que os vídeos foram selecionados para construção do *corpus* empírico, a partir dos seguintes princípios: exaustividade, que corresponde ao tipo de delimitação (no caso, todos os vídeos são do segundo turno das Eleições 2014 e do julgamento do Impeachment 2016); representatividade da amostragem do universo investigado; homogeneidade (critérios de escolhas, fatores que ligam os materiais); e pertinência (relacionada ao objetivo da pesquisa).

Por se tratar de uma pesquisa quantitativa categorial, parte-se do recorte das unidades temáticas que compõe as categorias, compostas por inferências, de acordo com os índices temáticos. O método é descrito como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o objetivo de levantar procedimentos sistemáticos na descrição do conteúdo, por meio de indicadores, sendo eles quantitativos ou não, de acordo com as inferências de conhecimentos relativos às mensagens (BARDIN, 2009).

Ainda de acordo com a autora, os índices decorrentes da análise funcionam como descritores, os quais dão menção e inferências, de acordo com as categorias. Logo, o método proposto tem como origem a sistematização (organização), a exploração do objeto compreendido pelo pesquisador e, assim, a formulação de categorias a partir de inferências expostas durante a catalogação, que correspondem à “menção explícita de um tema numa mensagem” (BARDIN, 2009, p. 126).

Após a elaboração dos indicadores, o pré-teste, como proposto por Bardin (2009), foi feito com a apuração, a partir da transcrição dos vídeos, verificando, assim, a pertinência dos indicadores levantados (Quadro 3).

Em seguida, com a exploração do material por meio da leitura das transcrições e uma nova análise dos vídeos, foram inseridos os indicadores às categorias. De acordo com a autora, para realizar os recortes no material, deve-se obter uma unidade de significação que corresponda ao segmento de conteúdo, tendo como relevância a unidade de base, “visando à categorização e a contagem frequência” (BARDIN, 2009, p.130). Assim, busca-se desvendar as categorias através dos temas mais presentes nas falas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, com o objetivo de apurar quais foram os assuntos mais recorrentes e de que modo esses conteúdos foram tratados para personalização política.

Portanto, após a exploração dos dados foi feito o tratamento inferência e interpretação, dos quais foram definidas as categorias mais presentes, em função das evidências que aparecerem nas narrativas, durante os dois contextos: a) construção da imagem do político; b) ataque a adversários; c) construção da imagem do país; d) (des)construção da imagem do país; e) construção da imagem do partido e/ou da coligação; e) (des)construção da imagem do partido e/ou da coligação; f) temáticas políticas (Quadro 3).

Quadro 3 – Categorias de construção da análise

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
a) Construção da imagem do político	Construção da imagem pessoal, valores, atributos e características do político.
b) Ataque a adversários	Desconstrução da imagem do adversário e de sua gestão.
c) Construção da imagem do país	Pontos positivos do país, melhorias sociais políticas e econômicas.
d) (Des)construção da imagem do país	Pontos negativos do Brasil, redução de índices sociais e econômicos, problemas políticos, pontos negativos para a sociedade brasileira.
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	Valorização de partidos ou coligações, menção ao PT, PSDB, PMDB.
f) (Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação	Desvalorização de partidos ou coligações, menção ao PT, PSDB, PMDB.

g) Temáticas políticas	1) Mudança de classe, 2) Salário, 3) Aposentadoria, 4) Questões trabalhistas – emprego, 5) LGBT, 6) Mulheres, 7) Negros, 8) Privatização, 9) Recursos naturais, 10) Saneamento básico, 11) Saúde, 12) Impeachment trâmites, 13) Casa própria – Habitação (Minha casa, Minha vida), 14) Pré-sal, 15) Educação – universidades – cotas – (PROUNI – FIES – PRONATEC), 16) Proteção às crianças), 17) Programa de assistência, 18) (Creches – Bolsa Família), 19) Manifestações democráticas, 20) Infraestrutura (portos – aeroportos – trens), 21) Inflação, 22) Crise, 23) Corrupção, 24) Deficientes, 25) Água, 26) Reeleição, 27) Financiamento de campanha, 28) Agricultura, 29) Mensalão, 30) Saneamento básico, 31) Segurança, 32) Petrobrás, entre outros.
------------------------	--

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Com a categorização, realizada a partir dos agrupamentos de elementos em comum, foram estabelecidas categorias, com o propósito de direcionar e guiar a pesquisa. Isso porque a análise de conteúdo tem como objetivo a “crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados bruto”. (BARDIN, 2009, p. 147).

Por fim, a partir do método previamente exposto, espera-se responder às questões objetivas levantadas por esta pesquisa, com a finalidade de expor as estratégias de construção da imagem política durante o segundo turno das Eleições 2014 e no período do Impeachment 2016.

#### 4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS SEGMENTOS ACIONADOS NOS DEBATES E PRONUNCIAMENTOS

Como exposto anteriormente, as estratégias de construção da imagem foram elaboradas por meio de categorias semânticas, a partir da análise das falas de Dilma Rousseff e Aécio Neves nos debates do período do segundo turno do pleito de 2014 e dos pronunciamentos da época do Impeachment 2016. Desse modo, este item expõe a análise comparativa dos dados qualitativos e quantitativos, com o objetivo de responder aos questionamentos levantados neste trabalho, tendo como plano de fundo o papel da imagem política para a tomada de decisão eleitoral.

A partir da base de dados quantitativos do período do segundo turno das Eleições 2014 e do Impeachment 2016, foi possível observar que os categorias mais acionadas, de forma conjunta, foram: ataque a adversário (36,42%), construção da imagem política (26,13%), construção da imagem do país (14,42%), temas políticos (42,5%), (des)construção

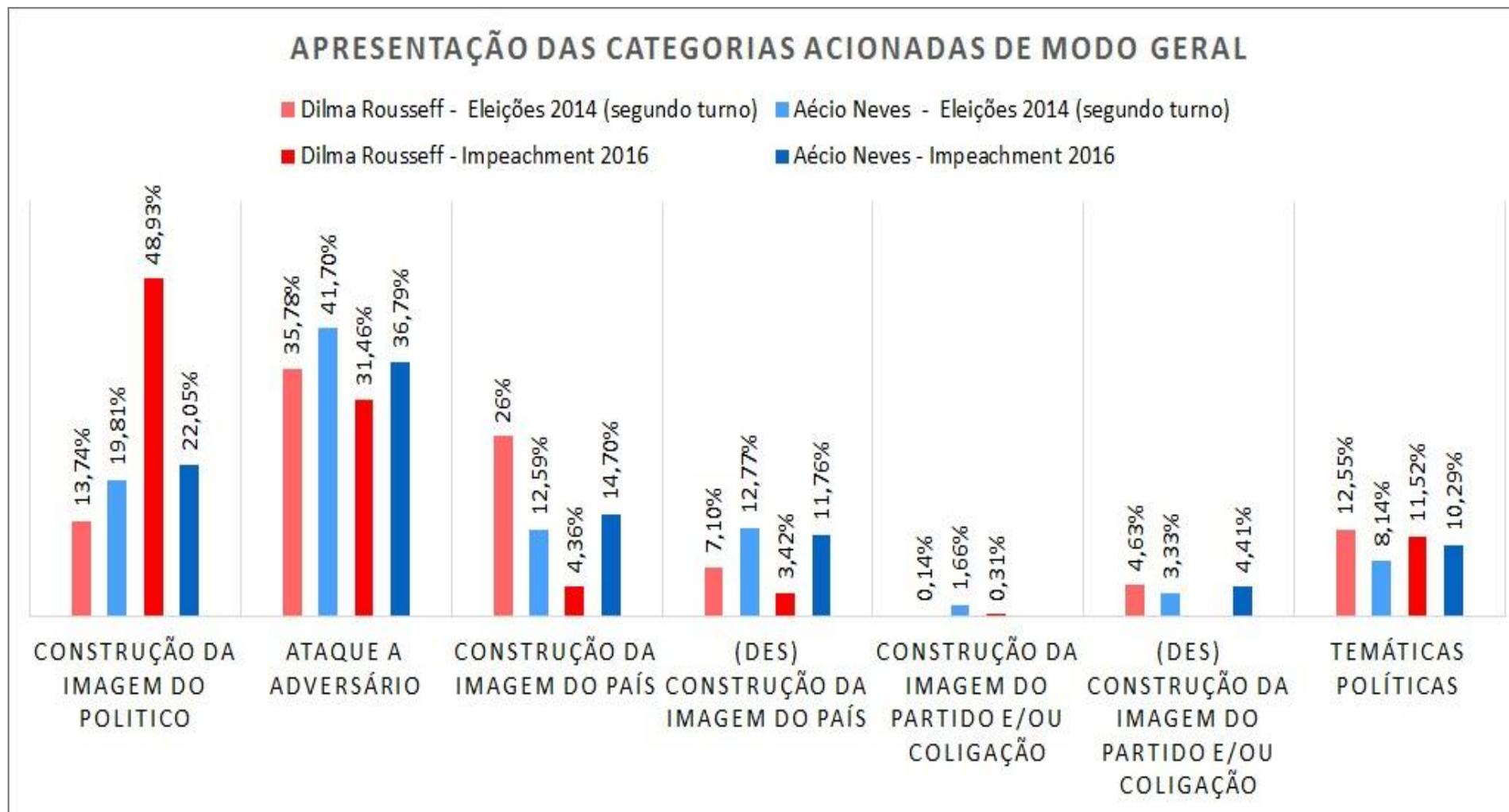
da imagem do país (8,76%), (des)construção da imagem do partido (3,09%) e construção da imagem do partido (0,52%), temáticas políticas (10,62%) conforme organizado no Quadro 4 e na Gráfico 1, apresentados a seguir.

Quadro 4 – Apresentação das categorias acionadas – modo geral

Categorias	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016		Total acionado das categorias (Dilma Rousseff e Aécio Neves) - em 400%	Total acionado das categorias (Dilma Rousseff e Aécio Neves) - em 100%	Disposição geral (ranking)
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves			
Construção da imagem política	13,74%	19,81%	48,93%	22,05%	104,53%	<b>26,23%</b>	2°
Ataque a adversários	35,78%	41,7%	31,46%	36,79%	145,69%	<b>36,42%</b>	1°
Construção da imagem do país	26,06%	12,59%	4,36%	14,70%	57,71%	<b>14,42%</b>	3°
(Des)construção da imagem do país	7,10%	12,77%	3,42%	11,76%	35,05%	<b>8,76%</b>	5°
Construção da imagem do partido	0,14%	1,66%	0,31%	-	2,11%	<b>0,52%</b>	7°
(Des)construção da imagem do partido	4,63%	3,33%	-	4,41%	12,37%	<b>3,09%</b>	6°
Temáticas políticas	12,55%	8,14%	11,52%	10,29%	42,50%	<b>10,62%</b>	4°
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	400%	<b><u>100%</u></b>	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 1 - Apresentação das categorias acionadas – modo geral



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Como constatado na análise categorial feita nesta pesquisa, somados, Dilma e Aécio, em suas narrativas, deram ênfase a duas principais categorias: (1º) “ataque a adversários” e (2º) “construção da imagem política”. Logo, torna-se oportuno frisar que essas duas categorias expressam a ênfase dada aos próprios candidatos pelos candidatos (si mesmos), pois coloca o político como personagem central, conforme ressalta Wattenberg (1991) ao abordar a política centrada no candidato.

Nessa perspectiva, a partir da comparação semântica das categorias nos dois momentos pesquisados, foi verificada uma grande preocupação, tanto por parte de Dilma Rousseff quanto do senador Aécio Neves em relação à categoria<sup>50</sup> “ataque a adversários”, que corresponde ao primeiro lugar na disposição geral (ranking). Essa categoria tem como finalidade a desconstrução da imagem do oponente, ou seja, a desqualificação do adversário, configurando-se como uma forma de ataque.

Por meio da análise comparativa entre os dois momentos, observou-se que Dilma Rousseff diminuiu sua ênfase semântica em “ataque ao adversário” do primeiro momento para o segundo, assumindo, assim, um novo posicionamento durante a crise política de 2016. Por outro lado, na posição de ataque, Aécio Neves lidera a categoria nos dois contextos, ao ressaltar os pontos contraproducentes do governo petista, como mostra o quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Análise comparativa: ataque a adversário

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>Ataque a adversário</b>	35,78%	41,7%	31,46%	36,79%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Assim como nas Eleições 2014, durante o impeachment, Dilma e Aécio travaram disputas pelas relações de poder, configurando, assim, a concorrência incidente entre o campo da comunicação e o político (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, em ambos os contextos analisados, os políticos edificam os instrumentos de conhecimento e de comunicação, ao expor a percepção do contexto político em relação ao adversário.

<sup>50</sup>A análise apresentada neste subcapítulo “4.2 Análise comparativa dos segmentos acionados nos debates e pronunciamentos de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante o segundo turno das Eleições 2014 e Impeachment 2016” obedece à ordem do ranking das categorias apresentadas no Quadro 4.

O ano eleitoral de 2014 corresponde a um período de instabilidade política, advindo dos escândalos de corrupção, da crise internacional e, principalmente, do descontentamento da população em relação às políticas adotadas naquela época, com destaque para a insatisfação em relação ao primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Sendo assim, a apresentação da desconstrução do adversário serve de base para o direcionamento da opinião pública, pois é durante o período eleitoral que o impacto da mídia nas decisões dos eleitores se torna mais evidente (MIGUEL & BIROLI, 2010).

Em função disso, o foco dos candidatos no ataque ao adversário dialoga com o cenário de disputa do período eleitoral, no qual a imagem do candidato, centro da disputa política, é posta em jogo diante do eleitorado, confirmando a tese de que a política é a arte de compor representações (GOMES, 2004). Sendo assim, é por meio da mídia que se reforça a continuidade da campanha eleitoral, pois os eleitores “rejeitam ou acolhem informações a partir de premissas previamente definidas ou para nutrir suas expectativas” (SAMPAIO, 2016, p. 3).

Já no cenário de 2016, Aécio Neves mantém a predominância na categoria, destinando maior parte de sua narrativa à desconstrução da imagem de Dilma Rousseff, que ocupava posição de ré diante de um processo judicial. Diferentemente das Eleições 2014, o fato de a petista enfrentar um processo de cassação de seu mandato contribuiu para o ataque do peessedebista de forma recorrente. Com isso, o senador aproveita o momento para apresentar os dados contraproducentes do governo Rousseff. Inclusive, o político sai em defesa da moral tradicional, que estaria posta em perigo com a continuidade da gestão petista (PRANDI & CARNEIRO, 2017).

Os escândalos de corrupção e as acusações elencadas por Dilma Rousseff e Aécio Neves nos dois momentos da pesquisa dialogam com a quebra da moral e da reputação diante do conceito da visibilidade. Dessa forma, esses escândalos políticos atingem de certa forma o “capital individual dos sujeitos” (WEBER, 2007, p. 4; THOMPSON, 1998). Com isso, ocorre a queda de popularidade e, conseqüentemente, a perda de apoio.

Wattenberg (1991) sustenta que os escândalos e ataques sobre a vida pessoal dos candidatos têm sido recorrentes desde os anos 1990. Logo, em certo sentido, há boas razões para se esperar que o foco em atributos negativos do candidato adversário, como no caso de Dilma, atue como importante componente para o declínio de sua popularidade e, conseqüentemente, de modo indireto e em forma de *feedback*, contribua para a construção da imagem positiva de Aécio Neves diante do seu eleitorado.

Ao traçar a comparação da categoria “construção da imagem política” no primeiro momento, o segundo turno da disputa de 2014, nota-se que Dilma Rousseff destina apenas 13,74% de sua narrativa semântica a esse aspecto, e Aécio Neves expõe seus atributos pessoais em somente 19,81% de sua narrativa, em contraste com o percentual acionado durante o rito do processo em 2016 (Quadro 6).

Quadro 6 – Análise comparativa: construção da imagem política

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>Construção da imagem política</b>	13,74%	19,81%	48,93%	22,05%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Ao decifrar a mensagem de um debate ou de um pronunciamento, como feito nesta pesquisa, observa-se a possibilidade de o eleitorado agregar valores pessoais aos candidatos, o que faz com que um sujeito se sobressaia em relação ao outro. Esses valores se concentram na construção da imagem do político (em que os candidatos dão foco às características pessoais). Desse modo, ocorre uma relação subjetiva entre os eleitores, por meio dos personagens e do público (ALDÉ, 2001).

Já no cenário do Impeachment 2016, a categoria sofre uma mudança emergente para Dilma Rousseff, que dá destaque aos seus atributos pessoais, em contraste com sua posição de ré no rito do processo. Enquanto isso, Aécio Neves mantém a narrativa na construção da imagem política, de certo modo constante, com crescimento de apenas 2,24% em relação ao segundo turno.

Observa-se que a construção da imagem política a partir do personalismo, nos dois cenários, tende a ser um fator considerável de decisão eleitoral. O personalismo na política é promovido por meio da escolha de pessoas, no lugar dos partidos ou programas sociais, com foco em estereótipos e valores existentes (LEAL, 2002).

Sendo essa a segunda categoria mais recorrente, na qual o foco central dos políticos é a exposição da imagem de si mesmo, por meio de seus atributos pessoais, torna-se evidente que, ao se tratar de imagens públicas, não temos o contato com a pessoa real, e sim com máscaras formadas a partir do processo psicológico social (GOMES, 2004).

Sendo assim, no pleito de 2014, Aécio Neves destina 19,81% (segundo lugar) à construção de sua imagem. Essa preocupação do candidato em expor os seus atributos pessoais está relacionada com o fato de a disputa ter sido sua primeira candidatura como presidente. Nesse caso, ao concorrer a um segundo turno, Aécio buscou evidenciar aquelas que seriam suas características positivas, como honestidade, integridade, maturidade e eficiência.

Em relação a Dilma Rousseff, convém destacar as eleições de 2010, período em que a petista construiu uma imagem associada ao ex-presidente Lula, “mulher do Lula”, no vocabulário popular. Já na campanha eleitoral de 2014, isso muda, pois a candidata dá destaque ao seu papel individual, como gestora honesta, mulher, efetiva e competente.

Conforme o levantamento dos dados, pode-se afirmar que a mudança contrastante de construção de imagem por parte de Dilma ocorre durante o Impeachment 2016. Nesse contexto, o destaque está na exaltação dos atributos pessoais, uma vez que a petista procurou apresentar uma imagem forte, de gestora e vítima, sem se deixar abalar pelo momento. Essa estratégia de Dilma corrobora a imposição de uma imagem com a finalidade de conquistar a atenção do público (SCHWARTZENBERG, 1977). Como exposto (Quadro 6), a ex-presidente destina aproximadamente 48,93% de sua narrativa semântica àqueles que seriam seus atributos pessoais, como honestidade, integridade, responsabilidade e inocência, com o objetivo de se defender do processo de seu afastamento.

Sendo assim, os dados mostram a preocupação da ex-presidente com a construção de sua imagem, além da estratégia de tentar inverter a sua posição de ré no rito do processo. Logo, é possível notar que as imagens dos candidatos durante as campanhas eleitorais são vistas como fator de importância na decisão eleitoral (LEAL & VIEIRA, 2009). Como observado nos dados, essa relevância adquire um caráter percentualmente mais elevado ao se tratar de Dilma Rousseff, no contexto de crise política.

Por outro lado, os dados mostram que Aécio Neves aumenta sua narrativa na construção da própria imagem, se comparado o primeiro momento temporal da análise com o segundo, o Impeachment 2016. Em 2014, o senador se posiciona como o candidato do futuro, ao tratar da mudança e da revolução que sua imagem representa no contexto político. Somado a isso, o político expõe características e valores que ele considera possuir, como honestidade, vínculo familiar (avó e irmã), responsabilidade e eficiência, fazendo assim um contraponto com a imagem do passado, representada pela candidata concorrente. Esses diversos atributos ligados à imagem do candidato o tornam um político cada vez mais híbrido (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016).

Em adesão, a preocupação dos dois candidatos em expor aquelas que consideram suas características pessoais, como honestidade, responsabilidade e integridade, nos dois cenários trabalhados nesta pesquisa, dialoga com o cenário de investigação contra corrupção, especificamente Mensalão e Lava Jato. Com isso, esses políticos, de modo geral, buscam adotar uma imagem de honestidade, integridade e contra a corrupção, com a finalidade de passar confiança para o eleitorado.

É necessário ressaltar que para Wattenberg (1991) os atributos pessoais de um candidato podem ser divididos em cinco categorias gerais, sendo elas: integridade, confiança, competência, carisma, aparência, além das características demográficas do candidato. Segundo o autor, a primeira categoria citada, integridade, confere ao candidato o posto de confiável ou não confiável, em adesão à possibilidade de incorporar comentários que visem transmitir características como honestidade e sinceridade e se desvincular de qualquer referência à corrupção no governo. Essas características dialogam fielmente com a construção da imagem de ambos os candidatos analisados.

De modo similar, na visão de Wattenberg (1991), a segunda categoria, confiança, é semelhante à primeira, com algumas distinções importantes, pois a confiabilidade expõe o fato de o candidato ser confiável, forte, decisivo, agressivo, estável ou o inverso disso. Nesse sentido, Wattenberg (1991, p. 81) afirma que a confiabilidade pode ser vista como um vínculo entre os atributos de integridade e competência: “Reliability can be seen as a bridge between the integrity and competence attributes. Perhaps the best definition it would be: trust in the sense of ‘capability’ rather than in the sense of ‘honest’”<sup>51</sup>.

Sendo assim, para o autor, a própria competência, terceira categoria, se refere à experiência política que o candidato busca transmitir, a habilidade que possui como estadista, além da compreensão de questões políticas e da capacidade de realismo e inteligência, como exposto nos dois momentos. Em contrapartida, como cita o autor, o carisma envolve considerações menos tangíveis, como habilidades de liderança de um candidato, dignidade, humildade, patriotismo e capacidade de se dar bem ao se comunicar com as pessoas, além da boa aparência.

Além disso, convém ressaltar que o posicionamento formal e diplomático dos candidatos faz parte da relação de poder do espetáculo político por meio da organização social do agir humano (DEBORD, 2003; RUBIM, 2002). Assim, tanto Dilma Rousseff, quanto

---

<sup>51</sup>“A confiabilidade pode ser vista como uma ponte entre os atributos de integridade e competência. Talvez a melhor definição seja: confiar no sentido de ‘capacidade’ e não no sentido de ‘honesto’” (WATTENBERG, 1991, p. 81, tradução da autora)

Aécio Neves, ao narrarem a experiência da vida política, dialogam com a lógica do espetáculo, conforme os conceitos de Debord (2003), que relaciona o fazer-ver, ou seja, a apresentação das relações sociais e do capital.

Voltando às categorias elencadas nesta pesquisa, a terceira mais recorrente, conforme a visão geral dos dados, é construção da imagem do país. É possível observar que os políticos fazem uso da imagem do Brasil para traçar narrativas sobre administrações passadas que, de certo modo, os beneficiem.

Desse modo, no segundo turno das Eleições 2014, no quesito “construção da imagem do país”, Dilma Rousseff destina uma maior porcentagem da sua narrativa a essa categoria em relação a Aécio Neves (Quadro 7). Em contraste, durante o Impeachment 2016, Dilma reduz 21,7% o foco na construção da imagem do país em sua narrativa. Em contrapartida, Aécio Neves aumenta em apenas 2% o uso dessa categoria.

Quadro 7 – Análise comparativa: construção da imagem do país

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>Construção da imagem do país</b>	26,06%	12,59%	4,36%	14,70%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que Dilma Rousseff usa a vantagem de ser presidente para adquirir um melhor posicionamento em relação à construção do país. É necessário ressaltar que, ao tratar da imagem do país de forma positiva, é a presidente que dispõe das informações sobre seu governo, e não a oposição, os adversários e os cidadãos. Esse fato torna mais fácil a exposição de dados governamentais aos cidadãos, pois cabe ao presidente expor ou omitir determinadas informações, conforme seus interesses (SAMPAIO, 2016, p. 2).

No período eleitoral de 2014, a preocupação central da petista em relação à construção da imagem do país esteve ligada às melhorias obtidas em seu governo durante o seu primeiro mandato, em conjunto à menção de políticas públicas do governo Lula. Assim, Dilma formula a imagem de um país construído para os brasileiros, dando ênfase à qualidade de vida dos setores desfavorecidos, à educação e ao desenvolvimento, principalmente no período posterior a 2002. Vale ressaltar que tanto os governos Lula, como o governo Dilma

Rousseff deram ênfase às políticas sociais de amplo alcance, com o objetivo de diminuir a pobreza e permitir o acesso da população ao consumo, e à melhora de bens e serviços públicos (GONDIM, 2016).

De outro ponto de vista, Aécio Neves constrói a imagem do país a partir da exaltação do seu governo em Minas Gerais, além da menção ao governo FHC, ou seja, a um período anterior a 2002. Desse modo, observou-se que a construção da imagem do país por ambos os políticos tem como viés os interesses e ideologias de cada candidato. Com isso, os políticos projetam uma imagem do país com a finalidade de se autobeneficiar.

Tanto Dilma Rousseff, que arquiteta a imagem do país durante seu primeiro mandato, quanto Aécio Neves, que recorre à imagem de seu governo em Minas Gerais, utilizam a construção da imagem do Brasil para autoprojeção. Isso demonstra a relação entre o personagem e o Estado, visto que a gestão de determinado político está intrinsecamente ligada à sua figura, sendo possivelmente usada como forma de autopromoção ou desconstrução. Nessa perspectiva, a imagem política da mídia direciona o fazer político, por meio da valorização de carreiras políticas e partidos (CARVALHO JUNIOR, 2013).

Sendo assim, os dados do período do impeachment revelam que Dilma Rousseff recorre menos à construção da imagem do país em relação ao primeiro momento, a eleição. Presume-se que essa estratégia adotada por ela em um contexto conturbado tenha como finalidade o deslocamento do foco do seu país e do seu primeiro e segundo mandatos, devido às inconstâncias do cenário nacional, ou seja, às acusações de corrupção e à crise política e econômica.

Somada a isso, a retenção narrativa em relação a essa categoria direciona a fala da ex-presidente à priorização de outras categorias, como “ataque ao adversário” e “construção da imagem política”. Dessa forma, pontua fatos e ações que, de certa forma, contribuem positivamente para a imagem política.

Aécio Neves, no cenário do impeachment, revela um pequeno aumento do seu discurso no que tange à construção da imagem do país. O político foca a semântica de sua narrativa no Brasil do futuro, ou seja, após a ex-presidente perder por definitivo o seu mandato. Além disso, o político menciona melhorias administrativas do período do PSDB em Minha Gerais, em especial do seu governo no estado, de 2003 a 2010. Essa associação recorrente está relacionada à contínua necessidade de que os líderes e funcionários políticos têm, diante dos meios de comunicação, de estarem sempre aptos a dar respostas às questões destacadas na mídia (MIGUEL & BIROLI, 2010). O espetáculo político passa a ser vinculado

à sensibilização em um ambiente de disputa pelo poder e, conseqüentemente, aparece como forma de despertar e legitimar o fazer político (RUBIM, 2002).

Aécio Neves deixa claro que seu objetivo de edificar um país melhor, mais desenvolvido, com economia estável e sem inflação, está conectado ao processo de impeachment. Com isso, na construção da narrativa semântica por parte do político, há o predomínio do discurso persuasivo, o qual atua como semente no conteúdo construído por meio da comunicação (FIGUEREDO & ALDÉ, 2010)

A quarta categoria mais presente é “temáticas políticas”, por meio da qual os políticos enfatizam temas do contexto nacional, como políticas públicas, economia, educação, saúde, entre outros. Essa categoria se destina à apresentação de projetos e de posicionamentos políticos.

Nos vídeos analisados, Dilma Rousseff e Aécio Neves mantêm a categoria “temáticas políticas” praticamente estável, tanto no período Eleições 2014 quanto no Impeachment 2016, oscilando apenas alguns décimos (Quadro 8). Observa-se que Dilma Rousseff dedicou-se mais que Aécio Neves em seu discurso a temáticas políticas, apresentando o índice de 12,55% nas Eleições 2014 e 11,52% no Impeachment 2016.

Quadro 8 – Análise comparativa: temáticas políticas

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>Temáticas políticas</b>	12,55%	8,14%	11,52%	10,29%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Dada a relevância de se discutir temas políticos, tanto durante um momento eleitoral, como as Eleições 2014, quanto em contextos de crise política, permite-se afirmar que os temas abordados pelos políticos são associados a questões decisivas na vida do brasileiro, como salário, inflação, desemprego, impeachment, entre outros, ou seja, são abordados assuntos do cotidiano, os quais muitas vezes direcionam a opinião do eleitor em prol ou contra determinado político.

Conforme dados levantados nas Eleições 2014, Dilma Rousseff foca sua narrativa em temas de praxe de seu governo, como o Pronatec<sup>52</sup>, FIES<sup>53</sup>, SISU, ENEM<sup>54</sup>, ProUni<sup>55</sup>,

<sup>52</sup>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e corrupção. Seguindo a mesma linha, o candidato Aécio Neves retoma os mesmos temas, deixando claro o seu interesse em dar continuidade e melhorar muitos dos programas citados.

Um ponto fundamental observado é que as temáticas levantadas pelos candidatos fazem parte do agendamento político, assim, as exposições feitas em campanhas buscam atender aos anseios do eleitorado. Aécio Neves reforça a desarticulação do governo Dilma Rousseff (PINTO *et al.*, 2016). A partir disso, observa-se o vínculo entre a comunicação e as decisões eleitorais, ou melhor, a relação de interação entre o resultado eleitoral e as estratégias da comunicação e da política (FIGUEIREDO *et al.*, 1997).

Os vídeos do cenário Impeachment 2016 se contrastam. Diante da busca por apoio político, Dilma Rousseff ressalta em sua narrativa os grupos LGBT, as mulheres, os negros, os recursos naturais, os programas na área da educação e da saúde, os trâmites do rito do processo e as manifestações de 2013. Assim, Dilma faz menção a temáticas-base de seu primeiro mandato e ao apoio do seu governo aos desfavorecidos. Por outro lado, Aécio Neves recorre aos programas da casa própria e de assistência, à inflação e às manifestações populares.

Além disso, os dois políticos apresentam dados *accountability* em suas narrativas, para expressar a eficiência de seus governos e também a frágil relação entre os meandros da comunicação governamental e o pleito de 2014 (HECLO, 2000; FERNANDES *et al.*, 2016). Desse modo, a partir da apresentação dos dados estatísticos, as campanhas buscam evidenciar as responsabilidades dos políticos. Conforme Heclo (2000), as campanhas deveriam esclarecer a escolha e impor a responsabilidade por parte dos responsáveis.

Dilma e Aécio Neves fazem uso da categoria “(des)construção da imagem do país” para tratar de aspectos negativos do Brasil em épocas de governos adversários. Observou-se um decréscimo de ênfase nessa categoria, tanto de Dilma Rousseff, quanto de Aécio Neves, do primeiro momento analisado para o segundo (Quadro 9).

---

<sup>53</sup>Fundo de Financiamento Estudantil.

<sup>54</sup>Sistema de Seleção Unificada.

<sup>55</sup>Programa Universidade para Todos.

Quadro 9 – Análise comparativa: (des)construção da imagem do país

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
(Des)construção da imagem do país	7,10%	12,77%	3,42%	11,76%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

É oportuno frisar que o ataque ao adversário se diferencia pela desconstrução da imagem em função da presença física do adversário. Nesse sentido, ao expor as úlceras do país em determinada área, sem responsabilizar alguém de forma direta, ocorre a desconstrução da imagem do país ou do estado (FIGUEIREDO & ALDÉ, 2010).

Dilma Rousseff, ao desconstruir a imagem do Brasil, relembra o governo mineiro do seu adversário político e a era FHC, de 1995 a 2003. Da mesma forma, ao citar governos anteriores, o candidato Aécio Neves recorre ao primeiro e ao segundo mandato da ex-presidente, apontando mazelas do país, como desemprego, inflação e, em especial, escândalos de corrupção.

Torna-se evidente, de acordo com o levantamento da pesquisa, a coerência entre a desconstrução da imagem do país e a exposição de falhas, erros ou problemas estruturais das gestões públicas anteriores, os quais, de certa maneira, envolvem o partido ou o candidato adversário. Após as políticas desenvolvimentistas do governo petista, no decorrer do governo Lula, a crise econômica e política é reforçada, devido à imobilidade política e econômica, somada aos meandros das investigações contra corrupção (PINTO *et al.*, 2016). Assim, de forma simples, essa categoria expressa períodos em que alguns governos ou gestões foram postos em dúvida, por não atenderem aos anseios políticos e da população.

No momento do impeachment, a desconstrução do Brasil por parte de Dilma Rousseff sofre uma retenção, já que esta passou a focar apenas no presente. Isso condiz com o cenário em que a petista se encontrava. Como ré de um processo de impeachment, a ex-presidente procurava nesse momento expor as dificuldades e privações que estariam por vir, caso o rito viesse a se concretizar.

Apesar de Dilma seguir a mesma gestão do governo petista anterior, dando atenção ao grande capital, a partir de 2015, ela adota um programa de governo similar ao de seu adversário político em 2014 (PSDB), o que não foi suficiente para a manutenção de sua

governabilidade, tendo em vista a necessidade de alguns setores da população de uma gestão burguesa (BRAZ, 2017).

O senador reduziu apenas 1% o uso dessa categoria (praticamente estável), ao apresentar, mais uma vez, os pontos negativos da gestão do PT, com ênfase nos problemas do Brasil durante o governo de Dilma Rousseff.

A sexta categoria mais acionada é “(des)construção da imagem do partido político e/ou da coligação”. Do primeiro momento, Eleições 2014, para o segundo, Impeachment, Aécio Neves se mantém praticamente estável em relação a esse aspecto, oscilando alguns décimos percentuais, enquanto Dilma Rousseff só fez uso da categoria durante o segundo turno do pleito de 2014 (Quadro 10).

Quadro 10 – Análise comparativa: (des)construção da imagem do partido e/ou coligação

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>(Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação</b>	4,63%	3,33%	-	4,41%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Se, por um lado, existe a ausência de um sistema partidário brasileiro sólido, por outro, não há evidências do declínio partidário, além do fato de os meios de comunicação se tornarem mais evidentes (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002). Nota-se a partir dos dados dessa pesquisa que a (des)construção dos partidos políticos não assume uma das lideranças entre as categorias.

Assim, a menção a partidos é pouco acionada por ambos os políticos. Logo, pode-se concluir que a instável lealdade aos partidos corrobora para que haja foco nos valores e atributos do político, centrando o candidato como personagem principal do jogo político (WATTENBERG, 1991; KINZO, 2005).

Nas Eleições 2014 – segundo turno, a candidata Dilma Rousseff aponta os escândalos de corrupção que envolvem o nome do PSDB. Simultaneamente, Aécio Neves adquire a mesma posição, ao relembrar presos políticos filiados ao PT. Ambos os candidatos trabalham a imagem dos partidos adversários associando-os à corrupção, como forma de desestruturar a base de apoio dos candidatos.

Durante o rito de 2016, apenas Aécio Neves faz uso da categoria, com o objetivo de desconstruir o PT, ao citar mais uma vez o envolvimento do partido com a corrupção,

como na Operação Lava Jato. Sendo assim, em um cenário complicado, Dilma busca não fazer uso da categoria, dando maior destaque a outras, como “construção da imagem”, “ataques ao adversário” e “construção da imagem do país” durante seu primeiro mandato.

Por fim, a menor categoria com recorrência semântica nas narrativas dos políticos foi “construção da imagem do partido e/ou da coligação”. No primeiro momento, esta apareceu em apenas 0,14% da narrativa de Dilma Rousseff e em 1,66% das falas de Aécio Neves. Já no período do impeachment, somente a ex-presidente acionou a categoria (Quadro 11).

Quadro 11 – Análise comparativa: construção da imagem do partido e/ou da coligação

Categoria	Eleições 2014 – segundo turno		Impeachment 2016	
	Dilma Rousseff	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Aécio Neves
<b>Construção da imagem do partido e/ou da coligação</b>	0,14%	1,66%	0,31%	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Apesar de o segundo turno do pleito envolver apenas dois partidos, o fato de as categorias “construção da imagem do partido e/ou da coligação” e “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” estar relacionada a menções ao PT e PSDB, esse fato sustenta a ideia de Limongi e Cortez (2010), que ressaltam a bipolaridade da disputa, tendo em vista que as eleições têm como base os partidos políticos.

Percebe-se, que o menor uso da categoria “construção da imagem do partido e/ou coligação” está associado à crescente queda de popularidade dos principais partidos envolvidos nessa pesquisa. PT, o partido de Dilma Rousseff, e PSDB, de Aécio Neves, são pouco mencionados pelos candidatos. Essa estratégia está ligada ao objetivo dos candidatos de se manterem afastados dos escândalos de corrupção que envolveram ambos os partidos durante o período eleitoral. Já no momento do impeachment, apenas Dilma Rousseff menciona de forma positiva o PT.

Sendo assim, de forma positiva ou negativa, os partidos atuam como atalhos cognitivos efetivos, com o objetivo de direcionar a opinião do público (ALDÉ, 2001). Desse modo, a redução das menções nos partidos e a crescente ênfase nas características pessoais dialogam com a suposição de Leal (2012), o qual discorre sobre a redução da menção a ideologias partidárias em relação ao aumento do foco nos atributos dos candidatos.

#### 4.3 ATAQUE AO ADVERSÁRIO COMO PRINCIPAL ESTRATÉGIA DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM

O espetáculo político é empregado por meio da visibilidade, tendo como objetivo a obtenção do apoio político e dos cidadãos (GOMES, 2004). Assim, o espetáculo político de Dilma Rousseff e de Aécio Neves tem como base a desconstrução da imagem do adversário político.

A partir da análise dos debates exibidos pelas emissoras SBT, Record, Globo e Bandeirantes, no período do segundo turno das Eleições 2014, observou-se que a categoria mais recorrente no discurso de Dilma Rousseff foi “ataque ao adversário”. Já no segundo momento, Impeachment 2016, a “construção da imagem do político” foi a categoria mais utilizada, constatando-se assim uma mudança contrastante na representação de Dilma Rousseff (Quadro 12).

Quadro 12 – Principal categoria acionada por Dilma Rousseff

<b>Emissora/ Data</b>	<b>Categoria mais recorrente</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
SBT	Ataque a adversários	49	47,57%
Record	Construção da imagem do país	37	33,06%
Globo	Ataque a adversários	34	36,59%
Bandeirantes	Ataque a adversários	42	36,54%
18/04/2016	Construção da imagem do político	40	64,52%
12/05/2016	Construção da imagem do político	26	59,11%
29/08/2016	Construção da imagem do político	91	42,32%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Essa mudança estratégica da petista dialoga com os dois períodos temporais analisados neste trabalho. No primeiro, Dilma Rousseff está inserida em um contexto de clímax político, após a sua primeira gestão (2010 – 2014) e a vitória do primeiro turno das Eleições 2014.

Diante desse cenário, Dilma após as jornadas de 2013 investe suas fichas na desconstrução da imagem do adversário, Aécio Neves, tornando a categoria mais recorrente nesse momento. A ideia é que esse ambiente de escândalos, insatisfação popular e incerteza contribuem para o acirramento da disputa política (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

A desconstrução é configurada a partir da exposição dos pontos negativos do concorrente, uma vez que Dilma expõe as falhas cometidas pelo tucano na gestão de Minas Gerais, no que se refere ao endividamento do estado, às investigações contra corrupção – como as da era FHC (Pasta Rosa<sup>56</sup> e Sivam<sup>57</sup>) e o Mensalão Tucano<sup>58</sup> –, às obras ilícitas, como as do aeroporto da cidade de Cláudio, MG, e ao nepotismo.

No segundo momento, no qual a ex-presidente é acusada de crime de responsabilidade, por ter praticado as chamadas pedaladas fiscais e ter editado decretos de suplementação sem autorização legislativa, Dilma adquire uma postura defensiva. Nesse sentido, o escândalo contribui para a fragmentação dos valores e da moral, principalmente pela quebra da reputação (THOMPSON, 1998).

Desse modo, a petista usa seus supostos atributos pessoais, como honestidade, responsabilidade e o fato de ter lutado em prol da democracia, como heroína, e de ser uma gestora responsável, para garantir a elaboração de uma *persona* íntegra. Com isso, o papel desempenhado por Dilma compõe a função dos papéis exercidos conforme a contextualização da representação social (GOFFMAN, 2011).

Por outro lado, Aécio Neves, nos debates do segundo turno das Eleições 2014 e nos pronunciamentos do Impeachment 2016, mantém a estratégia de desconstrução da imagem de Dilma Rousseff, por meio da categoria “ataque ao adversário”, que assume a liderança. No segundo momento, esta lidera o ranking, mas empata com “construção da imagem do político” e “(des)construção da imagem do país” (Quadro 13).

---

<sup>56</sup>Escândalo de corrupção envolvendo o Banco Central e Banco Econômico no governo FHC.

<sup>57</sup>Escândalo de corrupção envolvendo o Sistema de Vigilância da Amazônia.

<sup>58</sup>Peculato e lavagem de dinheiro durante a campanha de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em 1998.

Quadro 13 – Principal categoria acionada por Aécio Neves

Emissora/Data	Categoria	Número de ocorrências	(%)
SBT	Ataque a adversários	70	53,84%
Record	Ataque a adversários	55	37,67%
Globo	Ataque a adversários	48	36,09%
Bandeirantes	Ataque a adversários	52	39,69%
11/05/2016	Construção da imagem do político	3	25%
	Ataque a adversários	3	25%
	(Des) construção da imagem do país	3	25%
30/08/2016	Ataque a adversários	20	42,56%
31/08/2016	Desconstrução da imagem do país	2	33,33%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Durante o segundo turno das Eleições 2014, com o objetivo de enfraquecer sua concorrente, o senador destina boa parte de sua narrativa à exposição dos pontos negativos da gestão de Dilma Rousseff. Nessa lógica, o político menciona o descontentamento popular, a crise econômica, a inflação, as políticas sociais e os escândalos de corrupção das gestões petistas, fazendo referência ao Mensalão. Diante disso, convém recordar que o escândalo político contribui para o rompimento da moral, agindo sob a reputação, visto que a repercussão de um escândalo está vinculada à visibilidade política (THOMPSON, 1998).

Já no cenário do impeachment de Dilma Rousseff, o senador dá continuidade à estratégia “ataque ao adversário”, com especial foco na corrupção durante a gestão da petista. No entanto, por não ser um cenário de disputa, como o das eleições, o político abre suas narrativas para outras categorias, com “construção da imagem política” e “(des)construção da imagem do país”. Assim, a espetacularização da política é definida pela mídia (RUBIM, 2002), ao abrir espaço para os pontos negativos do Brasil e para a ênfase nos atributos pessoais do político.

Nessa categoria, o político apresenta seus atributos pessoais, em contraste com o papel de ré ocupado pela adversária. Assim, o Senador menciona o respeito, a honestidade, a responsabilidade, a maturidade e também a integridade como suas principais características. Nessa perspectiva, o político dá ênfase ao espetáculo político, o qual passa a ser vinculado à

sensibilização em um ambiente de disputa pelo poder e, conseqüentemente, age como forma de despertar e legitimar o fazer político (RUBIM, 2002).

Observa-se também que o político faz uso de modo recorrente da categoria “(des)construção da imagem do país” para apresentar as úlceras do país a partir dos aspectos negativos do cenário de 2016, mas advindos de gestões passadas, como os altos índices de desemprego, o baixo salário, a crise política econômica e a corrupção, como um dos destaques dessa categoria.

#### 4.4 ELEIÇÕES 2014: ESTUDO COMPARATIVO DAS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES NOS DEBATES

Como apresentado anteriormente, as Eleições 2014 ocorreram em um contexto singular do país, marcado por um momento de crise política composta por escândalos de corrupção e manifestações populares, que colocaram em dúvida as gestões anteriores e, principalmente, a administração petista, após 12 anos. Com essa série de mudança no cenário brasileiro, a situação política entrou em crise, somada à queda da popularidade da presidente e de seu partido, colocando em questão o futuro da presidência do Brasil.

Segundo dados do Ibope<sup>59</sup> divulgados pelo G1, em novembro de 2013, o governo Dilma possuía 43% de aprovação; em fevereiro de 2014, 39%; em março, 36% – o que evidencia o declive do apoio popular à ex-presidente. Em um contexto de decisão política, a popularidade representa um dos “troféus” para determinar a imposição à rejeição de um político e de seu partido diante da formação de alianças (GOMES, 2004). Em face disso, se comparada às eleições de 2010, a Eleição 2014 se consolidou como uma das mais disputadas da história.

Conforme os dados levantados nos vídeos analisados<sup>60</sup> durante o período do segundo turno do pleito de 2014, Dilma Rousseff dedica 13,74% de seu discurso à “construção da imagem do político”, 35,78% ao “ataque ao adversário”, 26,06% à “construção da imagem do país”, 7,10% à “(des)construção da imagem do país”, 0,14% à “construção da imagem do partido e/ou da coligação”, 4,63% à “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” e 12,55% a “temáticas políticas”. Observa-se que as três

---

<sup>59</sup><http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/aprovacao-ao-governo-dilma-cai-sete-pontos-diz-cni-ibope.html>. Aprovação ao governo Dilma é de 36%, informa pesquisa Ibope.

<sup>60</sup>Nesse primeiro momento da análise, os subcapítulos seguintes (4.4 a 4.4.8) trabalham a análise detalhada das transcrições referente aos vídeos do segundo turno das eleições de 2014.

principais preocupações da petista durante o pleito são: desconstrução da imagem de seu adversário, construção de sua imagem e construção da imagem do país.

Por outro lado, o candidato da oposição, Aécio Neves, nos debates, divide sua narrativa semântica assim: 19,81%, “construção da imagem do político”; 41,7%, “ataque ao adversário”; 12,59%, “construção da imagem do país”; 12,77%, (des)construção da imagem do país”; 1,66%, “construção da imagem do partido e/ou da coligação”, 3,33%, “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação”; 8,14%, “temáticas políticas”. Logo, o candidato tem como principais objetivos semânticos: o ataque ao adversário, a construção da imagem do político e a (des)construção da imagem do país (Quadro 14).

Quadro 14 – Comparação das categorias do debate de Dilma Rousseff e Aécio Neves durante o segundo turno das Eleições 2014

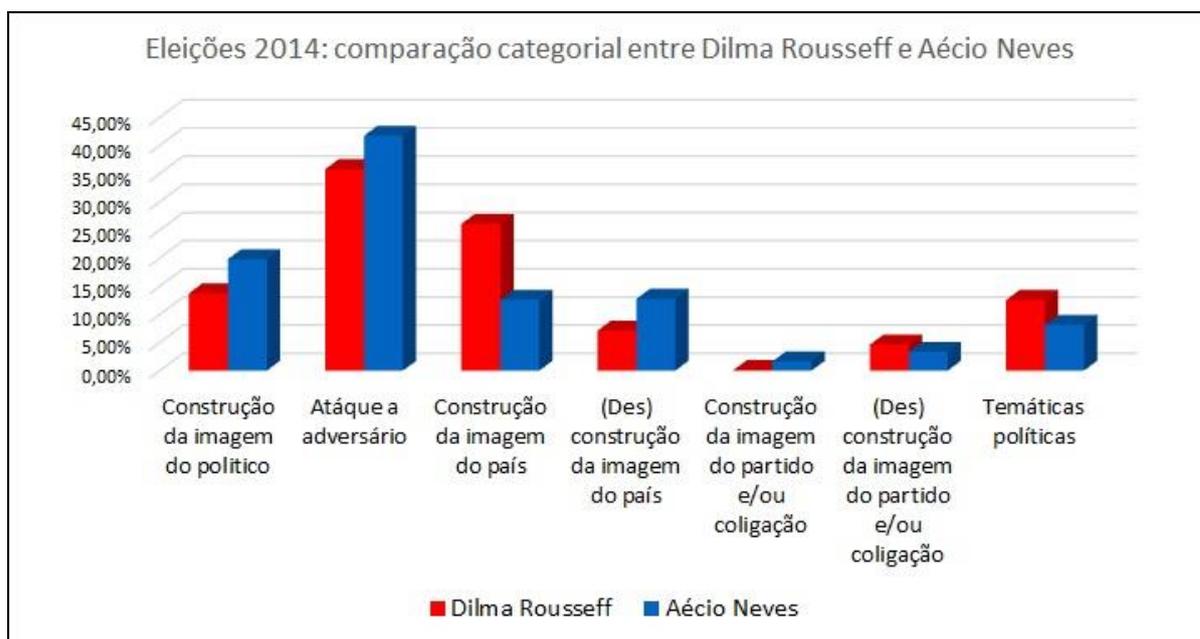
<b>Categorias</b>	<b>Dilma Rousseff</b>	<b>Aécio Neves</b>
Construção da imagem do político	13,74%	19,81%
Ataque à adversário	35,78%	41,70%
Construção da imagem do país	26,06%	12,59%
(Des)construção da imagem do país	7,10%	12,77%
Construção da imagem do partido e/ou da coligação	0,14%	1,66%
(Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação	4,63%	3,33%
Temáticas políticas	12,55%	8,14%
Total:	100%	100%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa

A partir dos dados levantados, é evidente a preocupação dos dois candidatos com a representação da imagem política, uma vez que as categorias<sup>61</sup> “construção da imagem do político” e “ataque ao adversário” são as mais recorrentes nesse contexto. Em conjunto a isso, nota-se que as categorias que colocam o partido no centro, como “construção da imagem do partido e/ou da coligação” e “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” aparece em menor recorrência. Em consequência, o levantamento mostra que Dilma Rousseff e Aécio Neves são colocados no centro do jogo político (Gráfico 2).

<sup>61</sup>A exposição comparativa desse subcapítulo “4.3 Eleições 2014: estudo comparativo das estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nos debates” obedece à ordem do ranking das categorias apresentadas no Quadro 14.

Gráfico 2 - Eleições 2014: comparação categorial – Dilma Rousseff e Aécio Neves



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

A opção por focar nessas duas categorias durante o segundo turno das eleições de 2014 põe em evidência o fato de a ciência dos candidatos estar mais voltada à exposição das conquistas pessoais ou de derrotas do adversário, em prol das questões relacionadas ao partido. Desse modo, diante de um contexto eleitoral, a vitória pessoal dos candidatos se coloca à frente dos partidos, tendo em vista as escolhas eleitorais (WATTENBERG, 1991; LEAL & VIEIRA, 2009).

A categoria “construção da imagem do político”, por meio da qual os candidatos constroem a imagem de si diante dos eleitores, oscilou entre o segundo lugar (Aécio) e terceiro lugar (Dilma) no ranking da composição das categorias acionadas na narrativa dos políticos. A categoria esteve entre as três primeiras colocadas nos quatro debates, evidenciando assim sua importância.

Foi observado que 13,74% de sua fala Dilma dedica à construção da imagem de si, dando foco à honestidade, ao orgulho, à responsabilidade e ao seu papel de heroína, como defensora da democracia, além de se mostrar como vítima da ditadura militar e dotada de virtuosidade. Somado a isso, a identidade mineira também recebe ênfase na construção da imagem política, tendo em vista que ambos os candidatos têm vínculos com o estado de Minas Gerais.

Com isso, o tema da “mineiridade”, citado por De Oliveira e Leal (2016, p. 30) torna-se importante foco de discussão na construção do personalismo durante os debates

eleitorais de 2014. Nesse sentido, ao assumir uma diversidade de posições de identificação, os políticos tornam-se híbridos (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016; HALL, 2006), tendo em vista que Weber (1991) define a hibridação como estratégia conjunta da comunicação.

Diante dos escândalos de corrupção do cenário brasileiro e da perda da credibilidade política, Dilma Rousseff assume uma posição defensiva ao construir sua imagem embasada na honestidade de forma recorrente nos quatro debates analisados (SBT, Band, Globo e Record). Desse modo, a petista calca sua imagem em papéis sociais.

A ex-presidente destaca a sua honestidade com a gestão do dinheiro público e trata da corrupção na Petrobrás ao frisar o seu papel efetivo e imparcial nas investigações da multinacional. Desse modo, a política afirma sua virtuosidade e se isenta de atos ilícitos, pois a honestidade e a transparência são critérios republicanos. Em diálogo, esses atributos pessoais fazem parte das categorias definidas por Wattenberg (1991), sendo a honestidade e a integridade as principais.

Nesse sentido, a então candidata pontua seu orgulho em relação à própria ética e afirma que nenhum cidadão está acima de qualquer suspeita, colocando-se em paridade com os demais políticos e os eleitores. Dilma pontua que todos os dias precisa provar sua integridade, pois exerce uma função pública, e reforça, mais uma vez, seu empenho e responsabilidade diante das denúncias das investigações, mesmo com os atentados de calúnia e difamação que vinha sofrendo.

Dilma destaca seu papel de heroína da democracia ao dizer que sempre foi a favor da democracia, tanto nos meios de comunicação (imprensa livre), quanto ao tratar da ditadura militar. A imagem do herói transvestida pela candidata dialoga com os papéis sociais assumidos de forma teatral pelos políticos (SCHWARTZENBERG, 1977). Assim, a candidata recorre ao período da ditadura e reforça o seu papel de heroína da democracia para mencionar o seu respeito à liberdade, e pontua que saiu de Minas Gerais porque foi perseguida, apesar de gostar muito do estado. Nesse sentido, além de se posicionar como vítima da ditadura, a política reforça a sua identidade mineira, buscando construir laços com o estado, que possui aproximadamente 10,6% do total dos votantes no Brasil, tendo sido o estado com mais eleitores a favor da sua eleição, segundo o TSE.

Por outro lado, o candidato Aécio Neves prioriza seus valores e direciona 19,81% do seu pronunciamento à categoria “construção da imagem política”, por meio da qual reforça sua posição de “candidato do futuro”, exaltando características pessoais, como honra, identidade mineira, laços familiares, respeito e responsabilidade. Como citada por De

Carvalho Júnior (2013), essa hierarquia de valores e critérios organiza as representações feitas diante do campo midiático de forma simbólica, atuando por meio da visibilidade.

Nesse sentido, os temas e características destacados pelo político (honestidade, competência, respeito, família, mulher, herói, entre outras) corroboram para que os eleitores, ao fazerem suas escolhas, tenham como base um contexto social que estrutura suas decisões, a partir desses atributos do rendimento cognitivo do eleitor, valorizando determinadas fontes em detrimento de outras (ALDÉ, 2001).

Para o senador, a mudança proposta por ele dialoga com esses atributos, principalmente em relação à generosidade, pois, segundo ele, os brasileiros querem falar de futuro. Frequentemente, o político ressalta o seu papel, ao chamar o eleitor para falar disso: “vamos falar de futuro”.

Da mesma forma, o político se mostra agradecido em relação ao apoio que recebe de seus pares, mencionando cumprimentos e agradecendo políticos de forma recorrente, em todos dos debates. Cita, por exemplo, o governador de São Paulo, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, e outros da sua base aliada. Além disso, se posiciona como honrado, ao mencionar a presença de sua família e da população durante a campanha pelo país. Com isso, os elementos da construção da imagem favorecem o desenvolvimento da personalização (ALDÉ, 2001).

Ao destacar a sua honra, Aécio Neves menciona a comparação que é feita dele com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como cita, um forte aliado. No entanto, ao mesmo tempo, o candidato se posiciona como único. Outra associação feita de si mesmo é quando exalta o laço familiar, comparando a si mesmo com seu avô e ex-presidente do País, Tancredo Neves, o qual conduziu o Brasil à democracia com generosidade, de acordo com o então candidato. De forma carinhosa, o político também menciona a irmã, Andréia Neves, como neta preferida de seu avô e querida pelos mineiros. Desse modo, Aécio recorre à questão da “mineiridade” para conquistar o apoio dos simpatizantes do estado (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016).

Além disso, Aécio menciona sua trajetória política honrada e respeitada ao reforçar sua vida pública. Diz que começou a vida política muito cedo e cita de forma recorrente a sua participação na Constituinte de 1988 e na elaboração do Plano Real, tentando demonstrar, assim, seus atributos e sua maturidade política. Dessa forma, nota-se que a construção da mineiridade embasa todos os debates (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016).

Aécio, com disso, tenta demonstrar seus laços afetivos e a honra de ter sido governador de Minas Gerais. Ao assumir o papel de ex-governador de Minas, o político se

autoprojeta como possível presidente do País, pois afirma estar ciente da gestão do estado. Além disso, menciona que tem autoridade “para fazer”, se colocando em posição de referência, ou seja, no centro político (WATTENBERG, 1991).

Foi observado que tanto Dilma Rousseff quanto Aécio Neves destinam parte dos debates à categoria “ataque ao adversário”. Essa categoria busca desconstruir a imagem da oposição, a partir de provocações feitas ao candidato em relação à gestão da corrupção, advinda dos escândalos políticos com as investigações dos chamados Petrolão e Mensalão. Assim, os escândalos políticos são compostos por uma série de eventos revelados por meio da mídia, com atividades moralmente desonrosas (DE LIMA, 2006).

Dilma Rousseff dedica 35,78% de sua fala ao “ataque ao adversário”, Aécio Neves, dando foco de forma recorrente à gestão tucana em Minas Gerais, ao suposto controle da imprensa, ao nepotismo e ao Mensalão Mineiro. Com isso, é possível pontuar que o ataque ao adversário por Dilma, grosso modo, tem a função de desmascarar o candidato oponente com a exposição de índices sociais da gestão tucana e de articulações políticas feitas ao longo da trajetória do PSDB. Sendo assim, pode-se afirmar que a descoberta de ações indevidas pode, em muitos casos, ser devastadora para um político, tendo em vista que o fato revelado pode punir de forma escandalosa ações secretas, pois a população não gosta de negociações feitas às escondidas (GOMES, 2004).

De forma frequente, em todos os debates, ao atacar Aécio Neves, Dilma recorda a gestão de seu oponente como governador de Minas Gerais, durante o período de 2003 a 2010. Com isso, as percepções emitidas nessas narrativas dialogam com a ressonância da rejeição da população, a partir das deduções e formas de entendimento (WEBER, 2007).

A ex-presidente menciona que o candidato deixou o estado endividado e não cumpriu o mínimo constitucional direcionado à educação e à saúde. Além disso, Dilma afirma que durante o governo do então senador houve um ajustamento de gestão, conforme dados expostos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Com objetivo de desconstruir a imagem de Aécio, Dilma cita o superfaturamento de obras durante a gestão do PSDB em Minas Gerais e questiona o político sobre o aeroporto de Cláudio e de Montezuma, Minas Gerais, para o favorecimento pessoal, visto que as obras feitas nesses locais teriam beneficiado não só os habitantes das cidades mineiras, mas também a família Neves. Além disso, ela relembra que, segundo informações de jornais da época, as chaves do aeroporto de Cláudio estavam nas mãos do tio do candidato.

No decorrer dos debates, Dilma Rousseff destaca o controle dos meios de comunicação e a questão dos recursos destinados pelo candidato a esses veículos. A ex-

presidente acusa o senador de usar os jornais e as rádios da família Neves para fazer campanha. Destaca-se aqui que, conforme informações do jornal Folha de S. Paulo<sup>62</sup> a família Neves controla a rádio Arco Íris, retransmissora da Jovem Pan em Belo Horizonte, e as rádios São João, Colonial e o jornal Gazeta de São João del Rei, entre outras mídias.

Outra questão levantada por Dilma de forma recorrente, nos quatro debates, é o nepotismo, ou seja, quando um agente político emprega ou favorece parentes em cargos públicos, em detrimento da qualificação de outros. De forma habitual, ela aponta Andréia Neves, irmã mais velha do senador, como exemplo de ente familiar que exerce cargo público na gestão do PSDB.

Ao acusar seu concorrente, Dilma cita esquemas de corrupção referentes ao Mensalão Tucano, ocorrido em Minas Gerais, durante o mandato de Eduardo Azeredo como governador. Esse esquema contou com a administração do empresário Marcos Valério, sendo considerado pela legislação peculato e lavagem de dinheiro. A petista faz uso desse escândalo de corrupção para questionar Aécio Neves do porquê, até aquela época, não ter havido julgamento dos políticos envolvidos. Em conjunto a isso, a política acusa o candidato da oposição de engavetar processos, o que, segundo ela, impede o combate à corrupção. Nesse sentido, o escândalo político proporciona risco de exposição negativa (GOMES, 2004).

O “ataque ao adversário” também é o tema mais recorrente no discurso de Aécio Neves nos quatro debates do segundo turno das eleições, já que o candidato destina 41,7% da sua narrativa a essa categoria. Com isso, Aécio aborda a campanha política da petista, o aparelhamento das mídias sociais ao governo, a gestão petista, a corrupção na Petrobrás e o Mensalão<sup>63</sup>, e o fato de Dilma não se considerar mineira. Assim como ocorre com a candidata, o foco de Aécio se sustenta nos períodos de escândalos políticos, o que tem a ver com a tentativa de desmascarar a oposição, por meio da exibição de ações negativas do político. Como cita Leal (2002), ao discorrer sobre as ideias de Thomas Holbrook (1996), as campanhas eleitorais tendem a corroborar para ressaltar as diferenças dos candidatos. Com isso, há um “ponto de equilíbrio” que sustenta a disputa, tendo como base previsões de fatores nacionais e variáveis, como exemplifica o autor sobre as questões econômicas (LEAL, 2002, p. 42).

---

<sup>62</sup><http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1531982-governo-mineiro-nao-divulga-gastos-com-radios-de-aecio.shtml>

<sup>63</sup>Mensalão” e “petrolão” são palavras e esquemas de corrupção da narrativa midiática em tempo de crise, as quais buscam reduzir um leque de significados a um único; por serem palavras complexas, podem gerar ambiguidade (DE LIMA, 2006).

Aécio Neves ressalta a corrupção durante o governo petista. O político relembra o escândalo do Mensalão e o envolvimento do ex-ministro da Fazenda do governo Rousseff com corrupção. Somado a isso, o candidato cita políticos da base de apoio da candidata que tiveram seus nomes envolvidos em esquema de corrupção: ex-ministro Walfrido Mares Guia; o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto; o então ministro Paulo Bernardo; José Dirceu; e a senadora Gleisi Hoffmann. Dessa maneira, ao pautar os nomes dos políticos em esquemas de corrupção, estrategicamente, o então candidato materializa o tema, dando uma noção de quantidade.

Visto que é nesse contexto que o público forma, em certa medida, os conceitos sobre determinado político, a partir da intermediação dos meios de comunicação, a imagem possibilita a compreensão dos personagens emitidos por cada político através de narrativa (ALDÉ, 2001).

Para Aécio, Dilma Rousseff fez uso de mídias sociais, como os blogs, para fazer propaganda do seu governo, por meio do emparelhamento da comunicação. O político acusa as redes vinculadas à Dilma Rousseff de fazer uma contra-campanha de forma inadequada a ele à sua família. Além disso, o político acusa a candidata de fazer a mais baixa campanha da história do Brasil e “terrorismo aos eleitores”, ao supostamente dizer que os programas sociais iriam terminar, caso ele ganhasse. Isso contribui narrativamente para a desconstrução da imagem de sua oponente, pois o público constrói um determinado conceito sobre o candidato.

Em diversos momentos, na soma de todos os debates, o candidato Aécio Neves desconstrói a imagem de Dilma, dizendo que ela deveria elevar o nível do debate. Da mesma forma, o candidato faz uso de sinônimos da palavra “fracassou”, demasiadamente utilizada por ele com a finalidade de desconstruir a imagem da petista e de seu governo: “fracassou, candidata”, “o seu governo fracassou”, “incapacidade”. Isso contribuiu narrativamente para a desconstrução da imagem de sua oponente, pois isso ajudou o público a construir determinado conceito sobre a candidata.

A gestão de Dilma Rousseff é usada como forma de ataque, uma vez que o político diz que a candidata, em seu primeiro mandato, não realizou as melhorias necessárias para o país. Ele critica a presidente com frequência, trata da origem dos programas sociais e a responsabiliza pelo aumento da inflação. O senador afirma que o Bolsa Família tem sua origem no governo de Fernando Henrique Cardoso, portanto, não pertence ao governo Dilma e ao PT, e acrescenta que os programas sociais são imperfeitos e, por isso, necessitam ser melhorados.

No que diz respeito à “construção da imagem do país”, por meio da qual os candidatos expõem os pontos positivos do Brasil, apresentando, assim, questões voltadas ao presente, passado e futuro, que estruturam os temas nacionais contemporâneas, observou-se uma pequena discrepância entre a ênfase dada pelos candidatos. Dilma Rousseff se mostrou preocupada com a imagem do país durante o seu primeiro mandato e também quanto à gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A concepção do país no olhar de Aécio Neves é focada no futuro, diante da possibilidade de vitória nas eleições, e no passado, anterior à gestão petista, ou seja, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com isso, nota-se que, apesar de os dois candidatos tratarem da construção do país, cada um exalta o período que os favorece, de forma a ressaltar a construção política que melhor os interessa – tendo em vista que em 2014 houve uma eleição com foco na retrospectiva, o que de certa forma contribuiu positivamente ou negativamente para a análise cognitiva do comportamento eleitoral (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

Dilma Rousseff aborda a construção da imagem do país em 26,06% do seu pronunciamento, tendo como base a ideia de que o Brasil vem sendo construído ao longo dos anos para a população. Se por um lado, para a política, o país cresce por ter melhores indicadores sociais na área da educação, da saúde, da infraestrutura e do auxílio por meio dos programas sociais, por outro, ao tratar do passado, antes de 2001, afirma que havia uma negligência do governo em relação às minorias, incluindo a alta inflação, o desemprego e o baixo investimento nas principais áreas.

Nessa perspectiva, nos debates, Dilma dá destaque aos programas sociais e à melhor condição de vida dos brasileiros menos favorecidos, com destaque para taxa de desemprego, que, segundo ela, era de 4,6%. Também enfatiza o aumento de 71% do salário mínimo, um maior investimento na área da educação, por meio de programas de integração no sistema de ensino (como o ProUni, FIES, Pronatec) e a maior possibilidade acadêmica da população, com o ENEM e o SISU. Além disso, cita as creches espalhadas por todo o território nacional e destaca o destino de 75% dos *royalties* e de 50% do fundo social para a educação.

Dilma menciona com frequência o fato de o país ter saído do Mapa da Fome<sup>64</sup> ao longo dos anos, por resgatar 36 milhões de brasileiros da pobreza, conforme informações da Organização das Nações Unidas (ONU). A ex-presidente, de forma recorrente, constrói a

---

<sup>64</sup><http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brasil-retira-36-milhoes-da-miseria-extrema-e-bate-meta-da-onu-para-mortalidade-infantil-1>

imagem de um país seguro, com a integração entre a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Civil durante a Copa do Mundo de 2014, e destaca que, apesar de o governo federal não ter constitucionalmente responsabilidade sobre a segurança, a sua gestão destinou 177 milhões de reais para essa área. Nessa perspectiva, Dilma mostra que coloca de lado a questão da responsabilidade constitucional, com o objetivo de melhorar os índices de segurança e violência do país.

A imagem do país também é tratada de forma positiva quando ela cita as obras de infraestrutura realizadas, como a criação de um porto em Cuba, que gerou 156 mil empregos, e das usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Ainda reforça um conjunto de obras de mobilidade e melhoria do transporte público de qualidade, dando ênfase à construção de metrô, como as obras no Rio de Janeiro. Isso reforça a suposição de que o desempenho do governo Dilma Rousseff esteve desvinculado às questões econômicas, visto que as políticas públicas apresentam índices positivos (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

Para Dilma, o Brasil está mudando para melhor e se tornando um país mais moderno, competitivo e produtivo. Assim a ex-presidente sustenta a defesa de um Brasil melhor em prol dos 12 anos do PT no poder e coloca Aécio Neves como um símbolo do retrocesso (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

Já Aécio Neves destina 12,59% de suas narrativas à “construção da imagem do país”, por meio das quais dá foco ao futuro e aos avanços a serem feitos para melhorar a vida dos brasileiros. O senador desenvolve em sua narrativa a construção de uma nova realidade para os brasileiros, reforçando seu planejamento em investimento, educação, saúde e segurança pública, assim como em sua gestão em Minas Gerais.

Para construir a imagem do país, o político usa como referência seu governo em Minas Gerais, colocando o estado em uma posição singular, ao dizer que Minas possui o melhor desempenho em educação e saúde do Brasil. Ao espelhar o país em seu governo mineiro, afirma que vai fundar a escola brasileira, visto que Minas é referência em educação fundamental.

Para o senador, o futuro do país é promissor, com empregos, redução da inflação e investimentos em setores sociais, sob o olhar de seu generoso projeto de integração nacional. O objetivo seria resgatar a credibilidade e a confiança de investimento, fortalecer os bancos públicos e criar concursos por meritocracia, evitando a corrupção. Além do destaque para programas sociais já existentes, o então candidato dá ênfase aos que, segundo ele, precisam ser melhorados, como o Bolsa Família e o Pronatec, além da política de fronteira com os

países vizinhos, principalmente em relação aos países produtores de matéria-prima para a fabricação de drogas.

A categoria “(des)construção da imagem do país” tem como ênfase os pontos negativos do Brasil, a partir das narrativas semânticas dos candidatos. Com isso, os debates políticos, ao tratarem da desconstrução da imagem do país, têm uma tendência em mostrar os problemas do cenário brasileiros para os eleitores, tendo em vista que uma campanha eleitoral tem como objetivo de ajudar os eleitores a identificarem os candidatos ou partidos por meio da capacidade desses agentes oferecerem respostas para os problemas existentes na sociedade (LEAL, 2002).

Por meio da análise, observou-se um contraste percentual: a desconstrução da imagem do país feita pela ex-presidente Dilma Rousseff esteve presente em apenas 7,10% de seu discurso, enquanto seu concorrente, Aécio Neves, utilizou dessa estratégia o dobro de vezes, 12,77%. A partir desses dados, o segmento expressa o que já vinha sendo esperado, assim como na categoria “construção da imagem do país” (anteriormente apresentada), em que os candidatos dão ênfase a seus interesses.

Dilma Rousseff, estrategicamente, dedica uma menor parte de sua narrativa à desconstrução da imagem do país, pelo fato de, na época, estar em processo de conclusão de seu primeiro mandato (2010-2014), após as duas gestões do ex-presidente Lula. Desse modo, a petista foca apenas em pontos de seu interesse, como a gestão de Minas Gerais e o governo anterior à era petista. Em contrapartida, Aécio Neves destina essa seção à desconstrução do país, em decorrência das gestões da candidata da oposição e dos governos anteriores de Lula, abstendo-se, conseqüentemente, de mencionar o período anterior a 2001, da gestão FHC, por exemplo.

A candidata Dilma Rousseff relembra o passado, com o objetivo de desconstruir a imagem do país, a partir da criação do Plano Real, durante o governo do ex-presidente Itamar Franco, para afirmar que, na época, a inflação era de 12% ao ano. Ao tratar do período, de FHC e de sua posição sobre a inflação, Dilma recorre a Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, à recessão e à criação do fator previdenciário durante a gestão tucana. Com base nisso, a ex-presidente menciona também que, anterior a 2001, a taxa de desemprego no país era exorbitante, chegando a aproximadamente 11,4 milhões de pessoas.

Assim como Aécio Neves faz uso do seu governo em Minas para construir a imagem do Brasil, Dilma Rousseff associa a gestão tucana no governo de Minas à desconstrução da imagem do país. Desse modo, a candidata pontua pontos negativos do

estado, durante a gestão do senador, como o aumento no número de homicídios em 52% e o fato de Minas ter se tornado um dos estados da federação mais endividado do país.

Em contrapartida, Aécio Neves foca na desconstrução da imagem do país nos últimos anos da gestão de Dilma Rousseff, mencionando que, atualmente, o país possui baixo investimento em logística, alta inflação, desemprego e carência na área da educação e de condições sociais e humanas. Como exemplo, o político, ressalta o fato de, na atualidade, os domicílios da população não possuírem esgotamento sanitário e a falta de serviços de proteção para idosos.

De forma frequente, o político questiona a situação atual do país em relação à inflação, e diz ao eleitor que os brasileiros não compram hoje com o mesmo valor que compravam há seis meses. Para o então candidato, a inflação voltou a atormentar a população na atualidade, assim como o desemprego. O político ressalta que o setor industrial do país está sucateado e reforça a queda de investimento na Petrobras e a estagnação do Produto Interno Bruto (PIB), o qual, segundo o político, cresceu apenas 13%.

Aécio afirma que o país tem problemas em todas as áreas: saúde, educação, segurança, investimento e infraestrutura. Desse modo, o desconstrói a imagem do Brasil, ao dizer que é um “cemitério de obras inacabadas”. A partir disso, o político cita como exemplo obras como a transposição do rio São Francisco e a Transnordestina. Assim, Aécio deixa claro a perda de controle do governo. Como menciona Pinto *et al.* (2016), a administração Rousseff perdeu gradativamente a capacidade de gestão e de diálogo, principalmente com os setores políticos.

Por meio da “construção da imagem do partido e/ou da coligação”, os candidatos recorrem durante o debate aos pontos positivos de seus partidos, sendo esta a penúltima categoria mais recorrente nos discursos de ambos os candidatos. Com isso, a categoria contribui para que a escolha entre PT e PSDB se volte para projetos sociais e ideologias políticas. Apesar da pequena recorrência dessa categoria, é necessário pontuar a sua importância, visto que a filiação a um partido tem como plano de fundo os projetos que contribuem para a representação de interesses da sociedade, propiciando propósitos orientados conforme a ideologia política (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002).

Dilma Rousseff utiliza apenas 0,14% do seu pronunciamento para construir a imagem do seu partido, o PT, eminente apenas no debate da emissora Globo, disponibilizado no G1. Nessa categoria, Dilma menciona que os políticos do seu partido foram julgados, condenados e presos pelos atos que cometeram, isentando assim o PT de parcialidade ou jogo de influências diante da acusação do Mensalão. Em influente artigo, Prandi e Carneiro (2017)

mencionam que o contexto partidário tende a priorizar interesses e alianças, acordos pessoais, promessas e trocas de favores, que podem ser usados como crime de responsabilidade.

Já Aécio Neves destina 1,66% à construção da imagem do partido, dando ênfase ao PSDB, a partir de propostas e projetos do passado, e apresentando como plano de fundo a gestão FHC. Sobre esquemas de corrupção, o político afirma que não há nada ilícito no partido e por isso a oposição, durante o tempo no poder, nunca investigou o seu partido. Ele acrescenta que o PSDB foi o primeiro a investir em mobilidade urbana e o primeiro colocar em prática a experiência do ProUni.

Essa pequena porcentagem vinculada à categoria ao fazer relação com os partidos retoma a ideia de que as decisões políticas tomadas por meio da personalização, tendem a estar vinculadas à redução da identificação partidária (LEAL, 2005; MANIN, 1995). No entanto, como observado, é possível a coexistência tanto de partidos quanto da política personalista (ALBUQUERQUE, 2002).

Os partidos são um vínculo entre os que governam e os governados (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002). A categoria “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação”, em que os políticos citam de forma negativa o partido da oposição, deixa a desejar, por ser a categoria menos abordada. Nessa perspectiva, de forma geral, a categoria sustenta os escândalos de corrupção, com ênfase nos filiados ao partido que tiveram envolvidos em desvio de dinheiro público, na efetivação de projetos sociais e nas gestões anteriores dos partidos.

Em conjunto, o menor destaque nos partidos dialoga com as questões democráticas do Brasil, em um ambiente marcado por alta competição, diante das tomadas de decisões eleitorais a partir do agendamento da mídia. Nesse sentido, as disputas políticas ajudam a eliminar a lealdade nos partidos, tendo em vista que o ambiente de disputa prioriza os atributos individuais dos políticos (KINZO, 2005).

Ao tratar da (des)construção da imagem do partido e/ou da coligação, Dilma busca em 4,63% de sua fala desconstruir o PSDB. Ao mencionar esquemas de corrupção, ela sustenta que, anteriormente ao governo do PT, não havia no país uma investigação correta contra a corrupção, pois os membros da Polícia Federal eram filiados ao partido da oposição. A partir disso, como forma de expor o lado negativo da oposição, a petista cita escândalos de corrupção também vinculados ao PSDB, como, por exemplo, a Pasta Rosa e o Sivam, ambos escândalos de corrupção do período FHC. Além disso, Dilma menciona o envolvimento de Sérgio Guerra, ex-presidente do PSDB, na corrupção da Petrobras.

Por outro lado, Aécio Neves foca na desconstrução da imagem do PT em 3,33% do pronunciamento. O político afirma que as gestões anteriores do partido fracassaram a economia e aparelharam os bancos públicos, pois têm 37 filiados. Desse modo, o senador afirma que, em 12 anos no governo, não houve nenhuma ação do PT para que suas propostas, citadas na campanha de Dilma, pudessem melhorar.

Em relação à corrupção, principal ponto de desconstrução do partido, Aécio menciona João Vaccari Neto e seu envolvimento na CPI da Petrobrás<sup>65</sup>. Segundo ele, o partido contribuiu para que o acusado (Vaccari) não explicasse à comissão sobre o destino dos recursos e repasses de dinheiro público. Além disso, assim como acusa Dilma Rousseff, o político também menciona que o PT tem o hábito de terceirizar responsabilidades. Com isso, o termo corrupção passa a fazer parte do ambiente político e social a partir da construção da narrativa, atuando de forma simbólica a fim de influenciar ações, crenças e tradições (DE LIMA, 2006).

As temáticas políticas abordadas por cada candidato são sobre as preocupações mais recorrentes dos brasileiros em 2014, mas também fazem parte do projeto político de cada candidato, pois cada um recorre a certo tema com o objetivo de se posicionar para os eleitores, mostrando assim suas credenciais. Desse modo, em síntese, os temas debatidos pelos políticos nas quatro emissoras perpassam desde políticas públicas, programas sociais e questões de infraestrutura até corrupção, criando um agendamento dos assuntos abordados nos debates. Assim, de certa forma, a construção das atitudes políticas por meio dos meios de comunicação contribui para arquitetar o agendamento político no país (CARVALHO JUNIOR, 2013).

Dilma Rousseff destina 12,55% de seu pronunciamento às temáticas políticas, de forma pontuada e didática. A candidata com frequência faz explicações sobre a questão dos programas educacionais, como Pronatec, FIES, SISU, ENEM, ProUni e Ciências Sem Fronteiras, além dos programas sociais, como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Outros programas mencionados por ela são Mais Médicos, Farmácia Popular e Mais Especialidades, na área da saúde.

Sobre a Petrobras, Dilma pontua a questão da privatização, mencionado uma possível troca do nome da multinacional. Em conjunto a isso, cita os escândalos de corrupção, a questão da propina e a importância das investigações. Além disso, aborda temas recorrentes, como infraestrutura, inflação, água, segurança, violência, drogas, homicídios, entre outros.

---

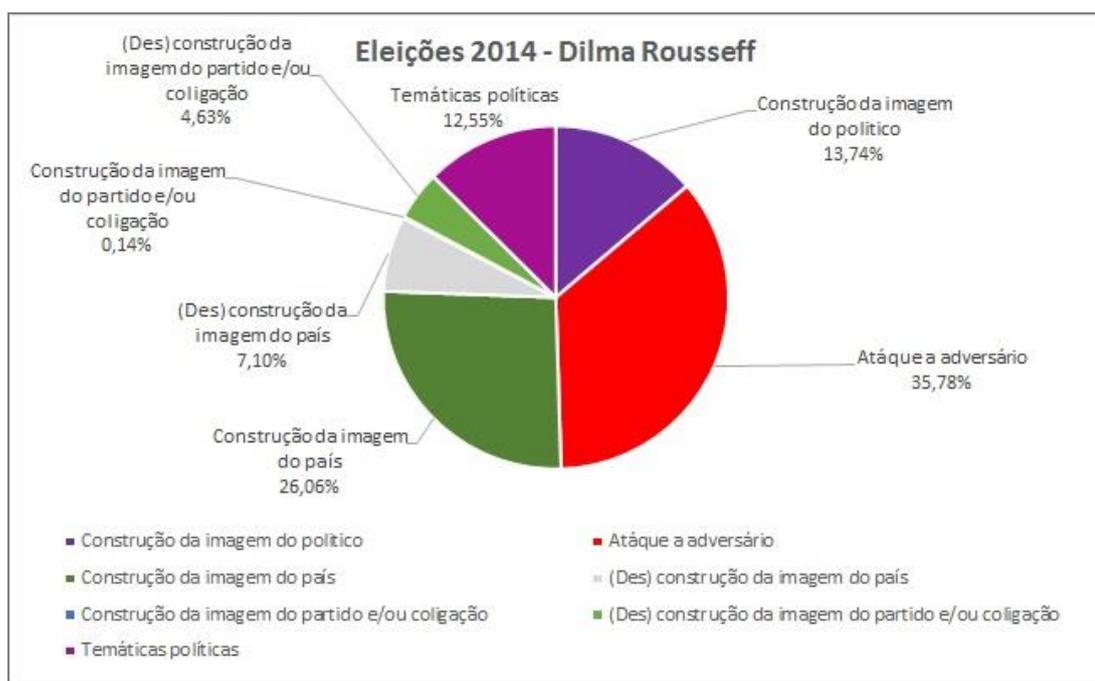
<sup>65</sup>Criada em 2009 para investigar corrupção na Petrobras pela Operação Lava Jato.

Aécio Neves, em 8,14% dos debates aborda as temáticas políticas, sendo alguns temas recorrentes: educação, corrupção, segurança, programas sociais, desemprego e inflação. Desse modo, o político menciona Ztecs, Pronaf, SISU, Pronatec, e explica de forma didática para o eleitorado sobre nepotismo e inflação.

Tendo também os olhos voltados para a corrupção, o candidato recorre à CPI da Petrobras, explicando a sistemática do desvio de dinheiro da empresa. Junto a isso, o senador menciona a questão da continuidade dos programas sociais, a integração entre governo, estado e município, as políticas para os idosos e a questão da ausência de água em algumas regiões do país.

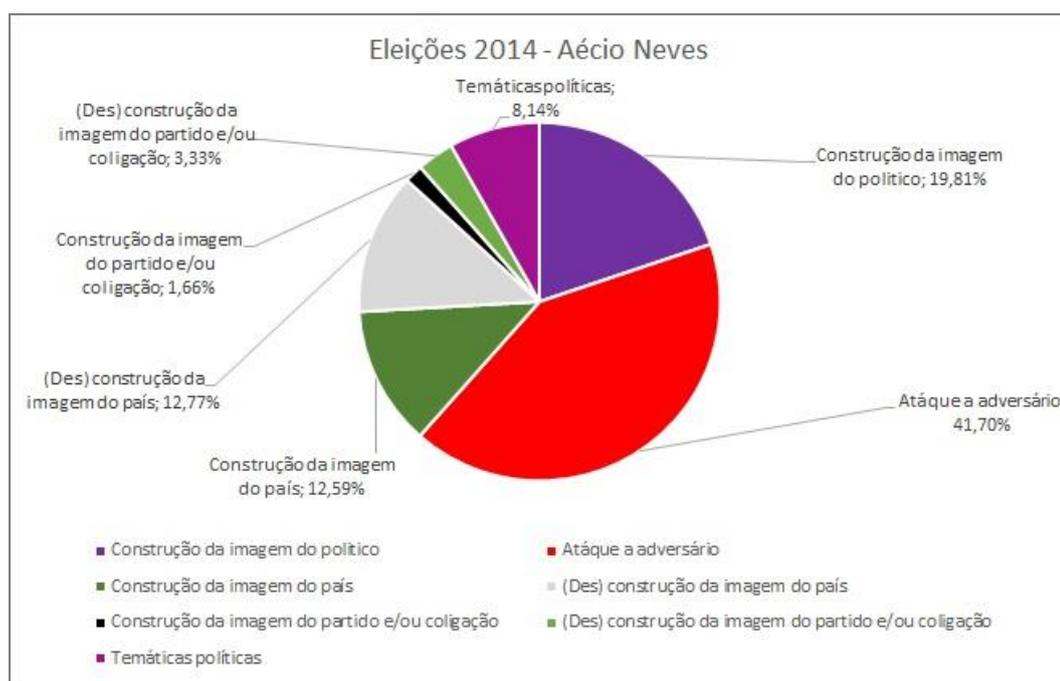
Para uma melhor compreensão da análise, a seguir, são apresentados os gráficos da comparação quantitativa dos debates entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, durante o primeiro momento da análise, o segundo turno das Eleições 2014 (Gráfico 3 e Gráfico 4).

Gráfico 3 – Eleições 2014: categorias utilizadas por Dilma Rousseff



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 4 - Eleições 2014: categorias utilizadas por Aécio Neves



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Tendo em vista uma melhor organização do conteúdo apresentado, nos seguintes subcapítulos, é apresentada uma análise das transcrições mais detalhada dos quadros e dados apresentados anteriormente e as demais categorias trabalhadas na seção destinada à comparação.

Visando a uma melhor exposição dos dados, os vídeos foram divididos em dois momentos: Debates Eleições 2014 e Impeachment 2016, obedecendo à separação dos candidatos (Dilma Rousseff e Aécio Neves) e a sequência cronológica, a fim de contribuir para a compreensão dos dados. A exposição a seguir obedece à lógica cronológica dos debates e pronunciamentos, de forma a expor as narrativas semânticas de cada político, analisadas a partir de transcrições originais e de sua categorização.

Convém ressaltar que os trechos utilizados para esta exposição se encontram sob transcrição literal, ou seja, mantêm as marcas de oralidade de Dilma Rousseff e Aécio Neves, já que a ocorrência de transgressões da gramática não comprometeu a análise, por se tratar de narrativas semânticas.

#### 4.4.1 Debate Eleições 2014: Dilma na Band – 14 de outubro 2014

No primeiro debate do segundo turno exibido em rede nacional, na emissora Bandeirantes, no dia 14 de outubro de 2014, Dilma Rousseff dá ênfase às categorias “construção da imagem do país” e “ataque ao adversário”. Essa postura está relacionada ao objetivo de apresentar aos eleitores os pontos positivos do Brasil durante sua primeira gestão e no período da gestão do ex-presidente Lula. Além disso, tem a finalidade de desconstruir a imagem de seu concorrente, Aécio Neves, que na época estava crescendo nas intenções de votos (Quadro 15).

Quadro 15 – Eleições 2014: Dilma na Band

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	15	13,04%
b) Ataque a adversários	42	36,54%
c) Construção da imagem do país	33	28,69%
d) (Des)construção da imagem do país	11	9,56%
e) Construção da imagem do partido e/ou as coligação	-	
f) (Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	
g) Temáticas Políticas	14	12,17%
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Pensando nessa estratégia, Dilma ataca o adversário em 36,54%, usando como base o governo de Aécio Neves em Minas Gerais. Ela afirma que o ex-governador do estado não destinou o mínimo necessário para a saúde e desviou cerca de R\$7,6 bilhões de reais, conforme informações do Tribunal de Contas do Estado. A ex-presidente ainda desconstrói a imagem do adversário ao dizer: “a segunda maior dívida dos estados brasileiros é a do estado de Minas Gerais, governado pelo senhor”<sup>66</sup>.

Em seguida, Dilma menciona o descaso do peessedebista em relação às propostas sociais, ao afirmar: “as únicas propostas sociais que o senhor apresenta é a continuidade dos

<sup>66</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora Band, em 14 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cwN8p9wjs9w>>. Acesso em: 20/01/2018.

meus projetos”<sup>67</sup>. A partir disso, Dilma diz que Aécio Neves e seus aliados não dão atenção devida ao Programa Bolsa Família e pontua, de forma jocosa: “o povo brasileiro jamais vai acreditar nessa história que o pai do Bolsa Família, o senhor me desculpe, aí passou de todos os limites, chegamos à fabulação, nós estamos no perigoso terreno da lenda, é impossível”.

Sobre as propostas do governo adversário, Dilma Rousseff acusa Aécio Neves de apressar uma plataforma de gestão semelhante à de Fernando Henrique Cardoso. Assim, pontua que o adversário não propôs nenhuma melhoria na vida dos brasileiros e que seguiu o mesmo método do governo FGC, conforme o trecho: “candidato, eu não escolhi o candidato a ministro da fazenda que o senhor escolheu, como é que o senhor quer que eu acredite que com a mesma receita, o mesmo cozinheiro, vocês vão entregar um prato diferente do que já entregaram ao Brasil?”.

Dilma acusa o candidato adversário de corrupção e relembra os meandros da Pasta Rosa, os envolvidos no caso SIVAN, a construção do aeroporto de Cláudio e o mensalão tucano:

Além disso, candidato, eu me pergunto: onde estão todos os envolvidos com o caso da SIVAN? Todos soltos; onde estão todos os envolvidos na compra de votos durante a reeleição? Todos soltos. Onde estão os envolvidos na pasta Rosa? Todos soltos. Onde estão aqueles envolvidos no mensalão Tucano Mineiro? Todos soltos.

Dilma Rousseff destina 28,69% da sua narrativa à construção da imagem do país, ressaltando aspectos do presente e do futuro, como as melhorias nas condições de vida dos brasileiros e o desenvolvimento do Brasil. No que diz respeito ao futuro, Dilma Rousseff menciona que acredita ter capacidade para garantir as conquistas e avanços adquiridos ao longo dos anos e, com isso, reforça a continuidade da projeção do país no cenário internacional.

Nesse sentido, para a ex-presidente, esses fatores possibilitariam a conquista de um “país mais moderno, mais inclusivo, mais produtivo e mais competitivo”. A partir disso, a petista diz que o fundamento para a melhoria do país no futuro é a educação e o estímulo à ciência, tecnologia e inovação, que garantiriam empregos e salários melhores. Ela reforça que o cenário futuro vai priorizar as áreas da educação e saúde.

Em relação ao passado, a ex-presidente menciona a criação de um grande mercado de consumo, o qual beneficiou a economia, criando um cenário positivo para o país, com o

---

<sup>67</sup>As transcrições do *corpus* realizadas para a pesquisa foram feitas de forma literal, mantendo-se as marcas de oralidade. Por esse motivo, é possível observar, nas falas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, a ocorrência de transgressões da gramática normativa, as quais são toleradas na modalidade falada da língua. Partiu-se do pressuposto de que tais ocorrências não comprometem a análise, uma vez que a pesquisa é focada no conteúdo do discurso, e não em sua forma.

qual todos ganharam. Convém ressaltar que Dilma apresenta um país com queda na taxa de desemprego, principalmente em relação ao ano 2000. Segundo ela, “nós criamos no mesmo período 5 milhões e 600 mil empregos, essa é uma realidade”. Ela continua ressaltando a criação de empregos e a valorização do salário, o que teria possibilitado a estabilidade do país: “diminuindo a dívida, garantido que o povo brasileiro tivesse novas oportunidades diante de uma grave crise, candidato, nós mantivemos emprego, nós mantivemos salário e nós continuamos investindo”.

Dilma menciona a extensa construção de escolas técnicas durante seu governo (mais de 208, segundo ela) e pontua que, devido às escolas técnicas, houve um aumento das oportunidades para os jovens e adultos. Com as “escolas técnicas que nós podemos dar oportunidade para os jovens de fazer um curso técnico, os adultos também, o Pronatec é isso, é baseado nessas escolas em parceria”. No ramo industrial, Dilma menciona os avanços na área de engenharia e especialmente exportação: o “Brasil precisa avançar”.

Ao tratar da construção da imagem do país em relação a esquemas de corrupção, Dilma recorre à independência dada aos delegados, devido à Lei 11.830, e à regulamentação da delação premiada, dois fatores consolidados com a gestão petista. Outro assunto jurídico apresentado por ela e que promove a construção da imagem do país é a aprovação da Lei Maria da Penha, durante o governo Lula. Dilma Rousseff ressalta as conquistas alcançadas pelas mulheres no cenário nacional, devido a programas sociais e educacionais, os quais colocaram as mulheres na liderança.

A terceira categoria mais recorrente é “construção da imagem do político”, com 13,04%, por meio da qual a política menciona a importância dos valores fundamentais, principalmente a igualdade de oportunidades, o combate à corrupção, responsabilidade, integridade e honestidade. Nessa seção, a honestidade é apresentada de forma recorrente, assim como durante os outros debates, momento em que a política reforça sua eficiência e compromisso com as mulheres.

Dilma menciona a corrupção na Petrobras para pontuar sua indignação em relação ao escândalo, e se coloca como juíza da causa, ao pontuar sua determinação para punir os culpados, ou seja, “os corruptos e os corruptores é total”. Nesse contexto, ao afirmar seus valores, a ex-presidente frisa sua dedicação e eficiência para achar e punir os colaboradores. Além disso, ressalta que, durante toda a vida, combateu esse tipo de crime.

Dilma consolida o seu papel de mineira, ressaltando que saiu do estado devido ao golpe militar: “Eu de fato saí de Minas Gerais, mas eu não saí a passeio, viu Senador? Eu saí porque fui perseguida pela ditadura militar, que, posteriormente, me deteve por três anos”.

Nesse sentido, Dilma expõe seus laços com o estado e relembra, mais uma vez, o período em que foi vítima da ditadura, construindo a imagem de combatente de regimes contrários à democracia, o que expõe seus atributos de luta.

A categoria “temáticas políticas” esteve presente em 12,17% da narrativa. Dilma Rousseff menciona o setor agrícola, a saúde, o financiamento dos Bancos do Brasil e da Caixa Econômica, os programas do setor habitacional, a crise, as políticas voltadas para educação, a violência contra a mulher, a segurança e a inflação com controle dentro do limite da meta.

Em relação à área da saúde, a candidata menciona o Programa Mais Médicos e a nova proposta feita durante seu segundo mandato do Programa Mais Especialidades. Além disso, cita o SAMU, que tem o objetivo de fazer atendimento de urgência nas ruas.

Políticas sociais voltadas à violência contra a mulher também são abordadas. Dilma aponta sua preocupação com a extinção da secretaria que corrobora a proteção ao gênero feminino, vítima de abuso e violência.

Em relação ao setor agrícola, a ex-presidente menciona o crédito destinado à agricultura familiar e ao agronegócio. Dilma frisa a relação desses setores com o BNDS e frisa: “o BNDS é o terceiro maior banco público do Brasil; o BNDS só está atrás do banco alemão e do chinês; o BNDS empresta para indústria e para infraestrutura; das mil maiores empresas, 753 são empresas em que o BNDS investe”.

A educação é outro tema abordado de forma recorrente, com ênfase ao Pronatec. A política explica, de forma clara: “tem 8 milhões de matrículas realizadas, 8 milhões, os programas a que se refere são pequenos programas-piloto, não tem escala, e mais – muitos, deles não eram sequer gratuitos”.

A “(des)construção a imagem do país” aparece em 9,56%. Dilma associa os pontos negativos do país às gestões peessedebistas de Aécio Neves, em Minas Gerais, e à era da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Nessa categoria, a ex-presidente menciona a inflação e os problemas da área da saúde como pontos de desconstrução da imagem do país.

A partir disso, recorre ao governo FHC para expor os pontos negativos do Brasil, como a inflação naquele período. Ela relembra que, durante a gestão peessedebista, o ministro da fazenda indicado deixou a inflação superar a meta no primeiro ano, que foi de 7,7%, e, no segundo ano, de 12,5%. Além disso, também recorda a alta taxa de desemprego do período anterior a 2002.

Ao tratar do governo de Aécio em Minas, a petista cita a decadência do estado na área da saúde, em especial o SAMU, o terceiro pior da nação: “Você tem dois pesos, duas medidas. Nunca fizeram programas sociais quando puderam, sempre deixava a desejar, é o

caso da saúde de Minas, que vocês devem 7,6 milhões para a saúde”. Ainda usando a imagem de Minas para desconstruir a imagem do país, a política menciona que o “Ministério Público, em 2009, disse que Minas têm o terceiro pior índice de solução de inquéritos, 2,9% dos jogos internos eram resolvidos”.

#### 4.4.2 Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Band – 14 de outubro 2014

Aécio Neves destina boa parte de sua narrativa à categoria “ataque a adversários”, com a qual o político desconstrói a imagem da concorrente, Dilma Rousseff. Em segundo lugar, o político destina praticamente a mesma porcentagem à “construção da imagem do político” e “construção da imagem do país”, empatando as categorias. Com isso, observa-se que, nesse debate, o principal objetivo do político foi o de tirar o crédito da imagem da petista (Quadro 16).

Quadro 16 – Eleições 2014: Aécio Neves na Band

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	26	19,84%
b) Ataque a adversários	52	39,73%
c) Construção da imagem do país	25	19,08%
d) (Des) construção da imagem do país	11	8,39%
e) Construção da imagem do partido e/ou coligação	02	1,52%
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou coligação	04	3,05%
g) Temáticas Políticas	11	8,39%
Total	131	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

39,73% do debate Aécio Neves destina à desconstrução da imagem da concorrente, ao mencionar as falhas existentes durante a primeira gestão da candidata, principalmente no que se refere aos esquemas de corrupção quem envolve Dilma Rousseff e seus aliados e aos problemas relativos ao país. Desse modo, como forma de ataque, o político afirma que, por meio da eleição, os brasileiros podem dizer de forma clara o que querem para o futuro do Brasil.

Já no início do debate, o senador acusa Dilma Rousseff de fazer uma das campanhas mais sórdidas da história, marcada por ofensas e mentiras, direcionadas tanto a ele quanto a seus colegas Eduardo Campos e Marina Silva. Nesse sentido, o candidato acusa Dilma Rousseff dizendo: “a senhora não se arrepende, candidata, de ter feito uma campanha com ataques tão violentos e tão cruéis no primeiro turno contra seus adversários?”<sup>68</sup>.

O político acusa Dilma Rousseff de fazer terrorismo e de dizer que o possível futuro governo, peessedebista, não dará continuidade a programas como o Bolsa Família. Em conjunto a isso, Aécio afirma que o fato de serem candidatos de oposição prejudica os projetos futuros do país, e lamenta o fato de Dilma não ter dado devida atenção às questões sociais e aos programas de governo:

Na verdade, a impressão que eu tenho, candidata, é que nós temos aqui dois candidatos de oposição. Nós não temos um candidato de continuidade. Quem vê a sua campanha acha que a senhora não governou o Brasil ao longo de todos esses anos. Lamento que não tenha feito ao longo do seu mandato aquilo que se propõe a fazer agora.

A inflação é outro fator usado como forma de ataque por Aécio Neves, que afirma que é necessário que Dilma Rousseff reconheça suas falhas:

Não é vergonhoso alguém resolver admitir os erros, mostrar que falhou, falhou na condução da economia, falhou porque não conseguiu fazer o Brasil crescer e falhou porque não conseguiu controlar a inflação. Qual a proposta do seu governo para que nós possamos ter menos inflação no Brasil, candidata?

Para Aécio, o governo Dilma é um conjunto de fracassos na área da economia, do desenvolvimento industrial e da saúde, como menciona:

O seu governo chega ao final, a meu ver, de forma melancólica. A grande verdade é essa, porque fracassou na condução da economia: inflação alta, crescimento baixo. Fracassou na melhoria dos nossos indicadores sociais e nós estamos aí com essas denúncias de corrupção que assustam e trazem indignação a todos os brasileiros.

Além disso, o político acusa o governo Dilma Rousseff de pagar o Bolsa Família com os recursos da Caixa Econômica Federal e também de não ter avançado na questão do financiamento do Minha Casa, Minha Vida, para mais de três salários mínimos. Lamenta também que a candidata não tenha dado atenção à saúde.

Ao tratar da corrupção, o político cita a demissão do ministro da fazenda de Dilma Rousseff para mencionar a perda de credibilidade na honestidade. E diz à candidata que é preciso ter honestidade para admitir os erros cometidos durante seu primeiro mandato.

---

<sup>68</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora Band em 14 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cwN8p9wjs9w> >. Acessado em: 20/01/2018.

As segundas categorias mais recorrentes foram “construção da imagem do político” e “construção da imagem do país”, que apresentaram 19,08%, cada, da narrativa do candidato. Na primeira categoria, Aécio Neves constrói sua imagem dando ênfase ao seu bom relacionamento político e com a sociedade brasileira, pedindo que os brasileiros olhem para o futuro.

Aécio menciona sua formação política, a qual levou 30 anos para construir, como menciona: “a herança será muito ruim para o próximo sucessor, por isso, eu me sinto mais preparado para enfrentá-la”, e afirma que tem “coragem para manter o Brasil numa rota de crescimento, resgatando a credibilidade que nós perdemos”.

O senador alerta sobre sua previsão de que mais um ano vem dando atenção à volta da inflação. Ao tratar do assunto, o candidato também agradece a comparação com Fernando Henrique Cardoso e afirma se sentir honrado por isso.

Assim como em outros momentos, Aécio constrói sua imagem associada a Minas Gerais – como pontua, um estado com uma das melhores educação fundamental do Brasil. Além disso, o político expressa sua dignidade e integridade da seguinte forma: “a minha vida pública é uma vida honrada, candidata, é uma vida digna; eu deixei o governo de Minas com 92% de aprovação porque nós transformamos o estado com ética e com eficiência, candidata”.

Já em “construção da imagem do país”, Aécio Neves faz uso de seu governo mineiro e da estabilidade econômica do período FHC para traçar os pontos positivos do Brasil, como no trecho: “vamos ser honestos, quando o presidente Fernando Henrique assumiu o governo, a inflação era de 916% ao ano. A senhora quer enganar quem?” O senador constrói a imagem do país a partir do governo FHC, principalmente em relação à origem dos programas sociais, como o Bolsa Família: “o pai será o presidente Fernando Henrique e a mãe será a Dona Ruth Cardoso porque foi com ele que nós mudamos a compreensão em relação às necessidades das pessoas”.

Aécio diz que o estado de Minas tem a melhor qualidade de saúde de toda a região sudeste, além de propostas de lei na área de segurança pública, que visam beneficiar o futuro dos brasileiros. Ele cita a necessidade de tirar os olhos do passado para que o Brasil cresça: “tire os olhos do retrovisor, vamos falar para o futuro, vamos falar para quem está em casa até essa hora nos ouvindo, vamos falar de um Brasil que pode crescer muito mais do que está crescendo”.

As categorias “(des)construção da imagem do país” e “temática políticas” empatam, com 8,39% cada. Ao tratar da desconstrução da imagem do país, o político faz

menção às gestões do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff e do presidente Lula. Com isso, menciona a recessão econômica e a crescente perda de credibilidade da política.

O senador frisa a pouca atenção do governo federal à área da saúde, apresentando os pontos negativos da imagem do país. Para Aécio, o descrédito gerado durante o governo Dilma afeta negativamente a imagem do Brasil: “o seu governo, candidata, infelizmente perdeu a capacidade de atrair investimentos; perdeu, perdeu a confiança dos mercados, quando eu falo em mercados é porque esses investimentos é que vão gerar empregos para os brasileiros, os empregos de boa qualidade; estou indo embora, candidata”.

Já em relação a temáticas políticas, Aécio menciona a educação, dando ênfase ao aperfeiçoamento do Pronatec. Segundo o político: “a grande maioria dos alunos do Pronatec tem uma carga horária muito pequena, até 120 horas; nós precisamos fazer curso técnico de maior duração, porque muitos que estão se formando no Pronatec não estão encontrando uma colocação adequada”.

Outra temática abordada por Aécio é a violência contra a mulher, quando o político relembra a importância do Disque Denúncia e reforça que: “tenho absoluta convicção de que nós temos como avançar muito no que diz respeito à proteção à mulher”; “as mulheres terão salário mais justo, mais próximo daqueles que têm os homens”.

Em “desconstrução da imagem do partido e/ou da coligação”, Aécio desconstrói a imagem do PT em 3,05% da narrativa, abordando as falhas de investimentos nos setores da saúde – menores que 45% – e na educação. Já a categoria “construção da imagem do partido e/ou da coligação” esteve presente em apenas 1,52% da narrativa, quando o político faz uma pequena menção ao PSDB.

#### **4.4.3 Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff no SBT – 16 de outubro de 2014**

Dilma Rousseff dedica maior parte do debate transmitido pelo SBT, em 16 de outubro de 2014, ao ataque ao adversário político, buscando desconstruir a imagem do seu concorrente e deixando em segundo plano as demais categorias. Observou-se que as categorias “construção da imagem do político” e “construção da imagem do país” apareceram aproximadamente 18%, cada. Esse novo posicionamento de Dilma Rousseff, no segundo debate após as eleições em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão, reflete a preocupação da candidata em relação à crescente ameaça de vitória de seu concorrente, Aécio Neves (Quadro 17).

Quadro 17 – Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff no SBT

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	19	18,44%
b) Ataque a adversários	49	47,57%
c) Construção da imagem do país	19	18,44%
d) (Des)construção da imagem do país	04	3,88%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação	05	4,85%
g) Temáticas Políticas	07	6,79%
Total	103	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

No debate do SBT, a desconstrução da imagem de Aécio Neves corresponde a 47,57% da narrativa da ex-presidente. A candidata destina seus ataques a acusações de corrupção, a problemas observados no governo mineiro, ao nepotismo e a episódios envolvendo tráfico de drogas, numa tentativa de desconstruir a imagem do oponente.

Como forma de ataque, Dilma acusa Aécio de estar mal informado em relação aos dados de seu governo, como pontua ao questionar seu concorrente: “está usando números incorretos”<sup>69</sup>. Em outro momento, para atacar o candidato e assumir posição defensiva, ela responde: “antes de elevar o nível do debate, já que você o abaixou”.

A então presidente ataca a gestão de Minas Gerais como forma de destruir a imagem de Aécio Neves, ex-governador do estado: “Minas Gerais não é do senhor; o senhor é um dos mineiros”. Ela diz que o candidato fala para os mineiros e que isso não significa que “possa falar em nome de toda Minas Gerais”.

A relação de Aécio Neves com os meios de comunicação também é motivo de ataque. A candidata questiona: “qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornais mineiros que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação”. Dilma afirma ainda que a diferença entre ela e o candidato da oposição é que ela investiga, fazendo menção aos escândalos de corrupção.

Ao longo do debate, a candidata esclarece que as acusações feitas por Aécio à sua ex-ministra da casa civil, Erenice Guerra, são semelhantes às do político, associadas ao

<sup>69</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora SBT em 16 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ> >. Acessado em: 20/01/2018.

“emprego de parentes, ou seja, nepotismo”. Destaca-se aqui que, em 2010, Erenice Guerra abandonou o cargo que ocupava no planalto. Dilma alega que não empregou irmã e primos, e usa isso como forma de ataque, para desconstruir a imagem política de seu oponente.

A ex-presidente pontua que tanto seu irmão, Igor Rousseff, quanto a irmã do político, Andreia Neves, são “[...] regidos pela mesma lei. Eles não podem, candidato, estar no governo que nós estamos”. Dessa forma, a candidata reforça que nepotismo é crime, conforme o Supremo Tribunal Federal, e ainda o acusa, dizendo ao ex-governador de Minas que no seu governo “[...] não pode ter um irmão e uma irmã, um tio, três primos e três primas. O senhor tem que dar conta de todos, não só da sua irmã”. Assim, a ex-presidente menciona os emparelhados à gestão do estado, segundo a candidata.

Ademais, de forma consciente, a política responsabiliza Andreia Neves, irmã do senador, de ser responsável pelo repasse de verbas destinadas a propaganda e menciona não estar claro quanto é gasto pelo candidato com publicidade nas três rádios e nos jornais da família Neves.

Dilma denuncia que os envolvidos com corrupção e não condenados não se tornaram réus porque não houve uma investigação. Segundo ela, esses políticos não “[...] foram condenados porque são inocentes, não, candidato. Não foram investigados. É diferente! ”. A partir disso, a ela ataca o candidato de forma recorrente, ao dizer que ele e sua base de apoio têm o costume de engavetar processos, se referindo ao fato de os políticos não serem condenados porque os processos ficam parados, ou seja, são arquivados (engavetados).

A candidata pontua ao senador a importância de se investigar todos os envolvidos em denúncias de corrupção, e diz que não procede como Aécio e seus aliados faziam: “quando um delegado chegava perto de uma investigação, ele era despachado para outra cidade; quando o engavetador via um processo complicado, ele engavetava”. Em seguida, Dilma diz que o estado de Minas Gerais nunca foi devidamente investigado, pois os processos são engavetados, fazendo menção às gestões do adversário político.

Dilma responsabiliza Aécio Neves por não assumir seu compromisso diante do escândalo de corrupção, e lembra que a Suíça mandou para o Brasil dados para o processo de desvio do dinheiro dos trens e do metrô de São Paulo. Por isso, segundo ela, na época, alguns políticos aliados a Aécio estavam sendo chamados para depor na justiça.

Dilma diz ainda que o governo de Aécio em Minas Gerais não gastou o necessário nem com educação, nem com saúde: “O governo do senhor deixou de investir 7,8 milhões, bilhões, desculpa bilhões, na saúde e 8 bilhões na educação”. A partir disso, de acordo com a petista, Aécio se furta a responder às questões do Ajustamento de Conduta do Governo:

“você foram obrigados a assinar um termo de ajustamento de Conduta, melhor dizendo, não, termos de ajustamento de gestão, que foi uma variante, e o Tribunal de Contas do Estado de Minas usou para fazer um acordo com vocês, acordo esse que era para vocês cumprirem a partir daí”. Dilma relembra ainda que esse termo seria para o candidato explicar as verbas destinadas à saúde e à educação, fazendo menção às contas do governo de Minas Gerais de 2006 a 2012, publicadas no Tribunal de Contas do Estado.

Ainda em forma de disputa eleitoral, a candidata pergunta ao político sobre a Lei seca: “Candidato, eu queria saber o que o senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca, e se todo cidadão que for acionado, que for solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga”. Com isso, a ex-presidente remete ao fato de o político ter se recusado a fazer o teste do bafômetro, no Rio de Janeiro, em 2011. A partir disso, Dilma culpabiliza o senador da seguinte forma: “Eu acho que a gente tem que tratar esse assunto com mais cuidado e com mais seriedade, porque depende dele muitas vezes a vida ou a morte dos nossos jovens. Por isso, candidato, não é uma coisa que o senhor por que passou por uma experiência personalize”.

Em outro momento, Dilma cita que não está clara a questão do aeroporto de Cláudio, no estado de Minas Gerais, construído na fazenda do tio de Aécio Neves. Dilma explica que a gestão do seu oponente: “construiu um aeroporto dentro de uma propriedade, expropriou um pedaço, mas construiu, e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave, a chave estava guardada com um parente seu”. E imputa que “uma das coisas mais importantes do país é que nós não podemos mais tolerar o uso de bens públicos para beneficiar a, b ou c privadamente”. Nessa perspectiva, ela deixa a entender que o aeroporto em Cláudio beneficia Aécio e seus familiares.

Dilma cita ainda que não vai combater a inflação da mesma forma que o político, por meio do desemprego: “eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor, que é desemprego, arrochar o salário e não investir”. Somado a isso, Dilma reforça que é importante de dizer à dona de casa como funciona a relação dos preços com a inflação.

A candidata também acusa Aécio de se apropriar dos programas sociais, e afirma: “[quando] eu digo que um determinado programa está acontecendo, o senhor fala, não, eu vou fazer vou fazer melhor”.

A ex-presidente dedica 18,44% do seu pronunciamento à construção de sua imagem, focando em suas características pessoais para edificar sua personagem política. Assim, ao longo do debate, Dilma aciona *personas*, com o objetivo de cumprir seu papel como política, dialogando com os anseios da população. Nesse sentido, a candidata menciona

a sua responsabilidade, honestidade, virtuosidade, identidade mineira, entre outras características.

Dilma foca a construção de sua *persona* na honestidade, e ressalta que um político, ao assumir uma vida pública, deve estar preparado para ser honesto e, principalmente, para provar para a sociedade a sua virtuosidade. A ex-presidente se defende das acusações dirigidas a ela, em relação à gestão do dinheiro público. Para ela, a honestidade e a transparência são critérios republicanos, e menciona sua virtuosidade ao dizer que: “nós temos, como homens públicos e mulheres públicas, que provar a cada dia, candidato, que nós temos respeito pela coisa pública, e que nós não mexemos, não mexemos com dinheiro público”.

Desse modo, a honestidade faz parte dos valores acionados na *persona* de Dilma Rousseff. Em conjunto a isso, a candidata, ao pontuar seu orgulho, reforça que tem uma vida sem envolvimento com corrupção, nepotismo e atos ilícitos, conforme o trecho: “candidato, eu tenho orgulho de ter uma vida sem nenhum parente empregado, sem nenhum uso indevido do dinheiro público em propriedade minha ou da minha família”.

Além disso, menciona que nenhum cidadão está “acima de qualquer suspeita”, e se iguala aos outros políticos, ao dizer que todos os candidatos são iguais perante a lei. Logo, é necessário “provar, candidato, que nós não estamos além da suspeita”. De forma consciente, Dilma Rousseff ainda afirma que todos os dias sua integridade é provada, pois exerce uma atividade pública: “honra, honradez candidato, essa é uma questão exigida dos homens e das mulheres públicas”.

Ao ser questionada sobre sua identidade mineira, a candidata diz que nasceu na região antes mesmo de Aécio Neves. Ela pontua sua história, dizendo que teve que se afastar do estado devido ao período ditatorial: “Eu saí de Minas, candidato, não foi para passear no Rio de Janeiro. Eu saí de Minas, candidato, porque fui perseguida, e por isso que eu passei uma parte da minha juventude fora de Minas”.

A ex-presidente pontua que teria a honra em ser candidata ao governo do estado, e faz menção a Belo Horizonte, mostrando seu vínculo com a capital mineira “Um estado, uma cidade que eu gosto muito, porque foi lá que eu nasci”. Nesse sentido, a candidata assume sua identidade mineira, ao mesmo tempo em que retoma o período militar, que gerou diversas mudanças em sua vida. Com isso, arquiteta a imagem de uma das vítimas da ditadura.

A política marca em sua narrativa a sua responsabilidade em punir os investigados pela polícia federal e denunciados pelo ministério público ou judiciário, expondo, assim, sua índole. Novamente, afirma que não está acima de ninguém, mesmo exercendo a função de

presidente da república, como exemplifica no seguinte trecho: “Eu estaria numa situação que não é a correta achando que eu estou acima do governo. Não, eu, eu, eu represento o governo”. Além disso, diz que “ninguém está acima de qualquer coisa”, fazendo menção às investigações contra corrupção.

Ao narrar a sua relação com aliados, adversários e oposição em um contexto de denúncias de corrupção e investigação, a petista assume sua honestidade e responsabilidade, e afirma que não tem constrangimento em punir quem for contra as regras. Com isso, de forma indireta, faz menção aos réus nos processos de corrupção, como o Petrolão e o Mensalão, os quais tiveram o envolvimento de membros da base de sustentação do governo. Assim, confronta a sua base aliada em prol da honestidade e, conseqüentemente, aciona seu papel de juíza da causa para construir sua imagem de pessoa honesta e de juíza (no sentido de que emprega punição).

Dilma destina 18,44% do seu pronunciamento à construção da imagem do país. Para a candidata, o “Brasil está mudando, eu tenho certeza que o Brasil está mudando para melhor”. Com isso, ela constrói a imagem de um país que resgatou 36 milhões de brasileiros da pobreza e os tirou do “mapa da fome”, elevando a classe da população e construindo, assim, a base para um país moderno, competitivo, produtivo, com educação no centro de tudo: “um projeto que não vê a não ser na justiça social as condições para união nacional; um projeto que quer levar avanço, segurança, saúde e transporte de qualidade”. Em conjunto, a petista faz referência ao Bolsa Família, tema de destaque durante todos os debates.

A política menciona que, na época das Eleições 2014, o país possuía quase 1 milhão de empregos e juros em 25%. Segundo a candidata, “ninguém nunca mais vai comprar a prazo nesse país”. Dilma reforça que o Brasil “hoje tem alternativas que nunca teve antes, no que se refere a emprego, no que se refere a oportunidade de estudo, de educação, no que se refere à construção de uma vida melhor”.

Ao relembrar a Copa do Mundo de 2014, Dilma afirma que, na época, diziam que o país não estava organizado para o evento, no entanto: “estava muito bem preparado, os aeroportos funcionaram”. A política constrói a imagem do país, dizendo que, durante o evento, a operação articulada entre as polícias possibilitou a sistematização do controle do crime, reforçando que para construir no Brasil é necessário uma política de “combate ao crime organizado, de combate às drogas e de combate à violência, isso passa necessariamente por essa relação integrada, candidato, entre as forças armadas e as polícias”.

Em relação à infraestrutura na construção da imagem do país, a candidata alega ter obras de mobilidade por todo o país, conforme o trecho: “no Brasil inteiro nós temos um

conjunto de obras de mobilidade urbana extremamente significativo”. Em conjunto a isso, a política mostra o engajamento na edificação do país, ao dizer que “as obras estão andando, e eu digo outra coisa, tem muitas obras ainda no papel hoje”. Desse modo, a imagem do Brasil em relação a obras e infraestrutura aparece da seguinte forma: “estou retomando todos os investimentos, estamos ampliando esses investimentos em aeroportos e portos”.

A política expõe que, nos últimos anos, o governo dela foi o único que “fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens”. Ainda reforça o gasto na área de segurança, com a operação conjunta entre as Forças Armadas, a Polícia Rodoviária e a Polícia Federal. A ex-presidente cita que as “forças armadas participaram ativamente, impedindo e garantindo um nível de repressão nas nossas fronteiras”.

A construção da imagem do país para a petista também se dá pela punição dos réus envolvidos em escândalos de corrupção. Com isso, Dilma reforça que, no futuro, “o Brasil, pela primeira vez, vai ter, de fato, um combate sistemático à corrupção”. Nesse sentido, menciona que “nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto”. E ainda cita que, vai “garantir a todos os brasileiros educação de qualidade, saúde de qualidade, e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda e melhorar vida de todos os brasileiros”.

As temáticas políticas aparecem em 6,79% do debate, sendo um dos temas mais abordados a corrupção na Petrobras, no qual a candidata pontua a importância das investigações para desvendar escândalos de corrupção. Os temas violência e segurança também foram recorrentes. A política também ressaltou o tema da Copa do Mundo, seguido de desemprego e corrupção. Dilma afirma que sua gestão buscou não atrapalhar as investigações por meio de influência.

Em relação à educação, a candidata ressalta a importância de programas como ENEM, FIES, ProUni e Ciências Sem Fronteiras como forma de escolha democrática de seleção unificada, e pontua a importância dos programas sociais de sua gestão, como o Bolsa Família.

A mobilidade e a infraestrutura também foram temáticas abordadas por Dilma Rousseff. Ela menciona a questão dos metrô nas cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e frisa as parcerias com município, cidade e estado: “as obras de mobilidade são em parceria, parceria com governo e governadores, todas as obras de mobilidade”. Ainda trata das questões dos aeroportos, com foco na cidade de Cláudio.

A candidata cita a violência entre os jovens nos últimos anos, o combate às drogas e programas de apoio. Dilma afirma que “é fundamental que o governo coloque, e coloque na

pauta, toda uma questão relativa ao combate à violência e às drogas, e que faça com que os jovens não sejam objeto, e não sejam objeto fácil do tóxico, da violência e das formas pelas quais o crime se infiltra”.

A questão da energia aparece como preocupação ao longo do debate. Ao tratar do assunto, Dilma afirma não submeter a população ao racionamento, pois o Brasil possuía energia térmica para despachar a demanda. A Lei Seca<sup>70</sup>, sancionada em 2012 pela presidente, também tem seu espaço, quando Dilma define que “punia com dureza todos aqueles que causassem ferimentos ou morte”.

À “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” Dilma dedica 4,85%. O foco desse segmento são os pontos negativos do partido da oposição, o PSDB. Para a ex-presidente, anteriormente ao governo do PT não havia uma investigação correta: “a polícia federal que foi levada a investigar e, ao contrário do passado, não era dirigida por filiados ao PSDB”.

A petista lista escândalos de corrupção que têm envolvidos políticos do PSDB e seus aliados, com o objetivo de desconstruir a imagem do partido e envolvê-lo com o ato ilícito. Dilma questiona:

Onde estão os corruptos da eleição da compra dos votos para reeleição? Todos soltos. Onde estão os corruptos do metrô de São Paulo e dos trens? Todos soltos. Onde estão os corruptos da pasta Rosa? Todos soltos. Onde estão os corruptos do processo Sivam? Todos soltos. Ou onde estão os corruptos da privataria tucana, aquela do limite da responsabilidade? Todos soltos.

Outra tentativa de desconstruir a imagem do PSDB foi a menção à notícia sobre o ex-diretor da Petrobras: a qual “afirmou ao ministério público federal que o presidente do PSDB, ex-presidente do PSDB, Sérgio Guerra, recebeu propina para esvaziar uma CPI da Petrobras”. Em conjunto a isso, a petista concluiu que foi observado que o PSDB recebeu propina para desviar a CPI: como ressalta no seguinte trecho “A gente verifica que o PSDB recebeu propina para esvaziar uma CPI. O que que importa, candidato? Importa investigar”.

A “(des)construção da imagem do país” está presente em 3,88% da fala de Dilma, sendo que a petista recorre ao período anterior a 2002 para ressaltar a desconstrução da imagem do Brasil em relação ao desemprego, à exclusão social e à desigualdade, como cita: “um Brasil que não foi governado para todos”. Dilma menciona que, nos últimos anos, foi feita uma tentativa de criar no país um clima instável, ou seja, um “clima de quanto pior melhor”.

---

<sup>70</sup> Lei 11.705.

#### 4.4.4 Debate Eleições 2014: Aécio Neves no SBT – 16 de outubro de 2014

Assim como sua adversária, no debate do SBT, no dia 16 de outubro de 2014, Aécio Neves dedica maior parte (54,83%) de seu pronunciamento à categoria “ataque ao adversário”, enfatizando apenas 23,07% à construção de sua imagem e o restante às outras categorias. Logo, a necessidade do político em atacar a adversária dialoga com o clima acirrado do segundo turno das eleições presidenciais. Incluso a isso, por essa ter sido a primeira candidatura de Aécio à presidência, a construção de sua imagem política está sempre presente (Quadro 18).

Quadro 18 – Debate Eleições 2014: Aécio Neves no SBT

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	30	23,07 %
b) Ataque ao adversário	70	53,84%
c) Construção da imagem do país	9	6,92%
d) (Des)construção da imagem do país	11	8,46%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	02	1,53%
f) (Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação	03	2,30%
g) Temáticas Políticas	05	3,84%
Total	130	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Como dito, boa parte do debate de Aécio Neves é destinado ao ataque a adversários. O político desconstrói a imagem da oponente em 53,84% de sua fala. Aécio começa o debate dizendo que o governo Rousseff fracassou na condução da economia, pois vai deixar um legado de inflação, baixo crescimento, perda de instabilidade, desemprego, entre outros.

Aécio culpabiliza Dilma Rousseff por fazer a “campanha da mentira”, baseada em informações falsas. Segundo ele: “é muito triste ver uma presidente da república mentindo”<sup>71</sup>. O ex-governador pontua ainda que a gestão Rousseff: “[...] é o governo das promessas vazias, candidata”, e “a senhora não permitiu que os brasileiros tivessem um programa de governo

<sup>71</sup> As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora SBT em 16 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

para analisar, para avaliar. A senhora prefere a campanha da mentira”. E, ainda, ataca a candidata com a seguinte frase: “vamos elevar o nível do debate, candidata”.

Observa-se que, de forma recorrente, o senador faz uso do termo “fracassou”, como maneira de desconstruir a concorrente: “fracassou candidata” e “o seu governo fracassou e a senhora caminha para perder essas eleições pela incapacidade que demonstrou, inclusive de respeitar os seus adversários, candidata”.

Aécio reforça seu ataque ao dizer que a candidata Dilma Rousseff deseja fazer nos quatro anos seguintes tudo o que não fez em seu último mandato, e a responsabiliza da seguinte forma: “[a] senhora será a primeira presidente da república a deixar o governo com uma inflação maior do que aquela que recebeu”.

Ao entrar no assunto corrupção, um dos principais focos de desconstrução da imagem da oposição, Aécio Neves menciona denúncias da época, como mostra o trecho:

Virou quase uma rotina dos nossos debates. A cada debate, uma nova denúncia, e a denúncia de hoje nos jornais diz respeito a COMPERJ<sup>72</sup>, no Rio de Janeiro. Segundo o Tribunal de Contas da União, foram encontradas irregularidades em contratos no valor de 18 bilhões de reais com pastor Pasadena.

O candidato afirma que Dilma não tomou nenhuma providência para afastar o tesoureiro de seu partido devido às denúncias de organização criminosa na Petrobras, e a acusa, questionando:

Por que pelo menos 4 milhões de reais foram transferidos com assinatura do seu Vaccari nesta campanha eleitoral para sua conta de campanha? De onde veio esse recurso, candidata? Vamos investigar logo. Eu acho que os brasileiros que estão nos ouvindo devem saber antes das eleições, inclusive quem são os responsáveis por transferir o dinheiro e quem recebeu esse dinheiro, independentemente de partido político, tem que ser punido.

Com isso, o político expõe a importância das investigações, e afirma que, em 12 anos, as denúncias não foram devidamente investigadas, pois o governo “prevaricou”. De forma consciente, questiona qual providência a adversária irá tomar para acabar com a corrupção: “a senhora terceiriza sempre as responsabilidades”. Somado a isso, o político pede para Dilma tomar providências e dizer ao povo o que aconteceu na Petrobras. Com isso, o senador reforça que a política conduzia a gestão do Brasil com “mão de ferro”.

Ao tratar da Petrobras, ao fazer uma relação com escândalos de corrupção, Aécio menciona: “durante 12 anos, essa empresa vem colocando sobrepreço nas obras públicas para beneficiar sua base de sustentação, candidata”.

O político relembra Abreu e Lima, orçado em 4 bilhões, que, segundo ele, foi feito com mais de 30 bilhões, relacionando esse fato com o superfaturamento para pagar

---

<sup>72</sup>Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

propina à base aliada de Dilma. E pergunta: “ora, candidata, de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobras?”. O senador afirma ainda que “não é possível que a senhora não se sinta responsável”.

Aécio afirma que Dilma Rousseff teve um governo de desvios por toda parte, pois foram, segundo o candidato, seis ministros demitidos por desvios de dinheiro público.

O político ataca a presidente em relação à inflação, questionando a oponente da seguinte forma: “o que a senhora pretende fazer, já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer?”. Logo em seguida, o senador diz que dá à candidata uma oportunidade de dizer aos brasileiros como ela vai controlar a inflação. Por fim, afirma: “como nós vimos, a candidata não tem justificativa, mas não tem nenhuma solução”. Aécio Neves reforça que a candidata Dilma Rousseff terceiriza responsabilidades, e diz mais uma vez: “[a senhora] se dispõe a fazer tudo que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi presidente”.

De forma competitiva, Aécio pergunta a Dilma Rousseff se ela conhece o Sr. Igor Rousseff, irmão da candidata, que, segundo Aécio, foi nomeado pelo ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, em 2003, e nunca apareceu para trabalhar. A partir disso, o político compara o irmão de Dilma à sua irmã, Andréia Neves, e acusa a candidata de troca de favores: “a senhora pediu que os seus aliados o fizessem”.

O político acusa Dilma Rousseff de desrespeitar o estado de Minas Gerais e de fazer acusações falsas. O candidato cita a campanha de Fernando Collor como forma de ataque: “a senhora infelizmente tem permitido ao Brasil virar mais baixa campanha da sua história democrática a partir da primeira eleição que tivemos Fernando Collor”.

O político acusa Dilma Rousseff de aparelhar as mídias sociais ao estado, fazendo menção aos blogs que apoiam a candidata. Segundo Aécio, “esses blogs aparelhados recebem recursos para atacar a honra dos seus adversários, para colocar infâmia na rede, financiados com dinheiro público”. Com isso, o candidato acusa Dilma de fazer campanha política de forma inadequada: “é possível que a senhora queira fazer a mais baixa das campanhas eleitorais até aqui, não é possível, candidata, que esse mar de lama que se transformaram as redes onde se ofende a mim, onde sua campanha ofende a minha família”. Ele conclui que Dilma Rousseff não teve outra oportunidade de fazer campanha, pois foi eleita por ter um vínculo com o ex-presidente Lula: “A senhora infelizmente, por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas, foi ungida a presidente da república por um presidente muito popular. Acha que é dona da verdade, não é a candidata?”.

Por fim, Aécio ressalta de forma recorrente que Dilma o trata como inimigo: “[uma] presidente que não trate o adversário como inimigo a ser abatido a qualquer custo”; e ainda: “não é possível uma eleição dessa importância ter se perdido tanto tempo em tantas ofensas, as mesmas ofensas”.

O senador Aécio Neves destina 23,07% do debate à categoria “construção da imagem do político”. Nessa categoria, o político evoca as seguintes características: papel mineiro, honestidade, qualidade de “candidato do futuro”, responsabilidade e respeito, como cita no trecho: “Eu sempre tive um cuidado muito grande em respeitar as pessoas, candidata, respeitar os adversários”.

Ao se apresentar como o candidato do futuro, Aécio recorre ao fator tempo para fazer oposição à imagem antiga de Dilma Rousseff e de seu mandato, se colocando como o candidato da mudança. Com isso, o senador expõe a sua responsabilidade com a gestão pública, ao dizer que deseja partilhar o poder com pessoas competentes: “nós precisamos é qualificar a gestão pública, colocar gente séria, gente honrada, para que os resultados atinjam as pessoas”; e “honestidade, responsabilidade para com os nossos atos”.

Como nos outros debates, Aécio Neves constrói sua imagem mostrando seu bom relacionamento com figuras políticas da sua base de apoio, como, por exemplo, o momento em que o político agradece ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por acompanhá-lo, e faz menção à sua vitória em São Paulo. Nesse sentido, o político dá ênfase ao estado.

Assim como em outros momentos, de forma recorrente, o político chama o telespectador para participar, com as seguintes falas: “vamos falar aqui para o telespectador, para a telespectadora, as boas coisas que têm que continuar”; “vamos falar daquilo que interessa”; “o trabalhador que está, se conseguir, já chegando em casa do trabalho, provavelmente muitos estão nos ouvindo agora”; “vamos falar agora de futuro, daquilo que interessa às pessoas”. Ainda sobre o futuro, o candidato enfatiza: “Candidata, vamos tentar novamente falar de futuro em homenagem, respeito ao telespectador que aqui nos acompanha a essa hora”. Essa intervenção pública faz parte da lógica do espetáculo, tendo como ênfase o palco, o autor e o público (SCHARTEZEMBERG, 1977).

Aécio se posiciona como o grande presidente da integração nacional, mencionando a sua honra de forma frequente durante o debate: “governei Minas Gerais, candidata, com honradez. E reforça o seu compromisso com a segurança nacional como presidente, caso seja eleito: “Eu vou liderar pessoalmente uma política nacional de segurança”. Assim, como pontua Schwartzberg (1977) na década de 70, o político aciona

seu papel de herói, ao dizer: “eu serei o condutor do da política nacional de segurança pública”. Nesse sentido, o senador afirma se colocar em função da nação.

Como governador de Minas entre os anos de 2003 e 2010, o político assume seu papel de mineiro de forma recorrente, como no trecho: “candidata, a senhora ofende Minas Gerais todos os instantes, em todos os debates”. Desse modo, o candidato reforça que Minas é um estado respeitado nacionalmente e internacionalmente, colocando seu papel de mineiro em primeiro plano (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016, p. 30).

Com isso, ao ser questionado sobre o estado, o candidato ressalta sua honra, e faz um paralelo, dizendo que “eu sou candidato a presidente do Brasil, Brasil, candidata Dilma, uma vida pública honrada, respeitada”. O político apresenta indicadores do estado de Minas Gerais, tirando a atenção do estado e pautando sua preocupação com o país, como afirma: “vamos deixar os mineiros em paz, candidata, os mineiros sabem o que fazem, vamos discutir o Brasil”, mais uma vez fazendo referência à questão da mineiridade (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016, p. 30).

Em relação à família, Aécio ressalta a ajuda de sua “irmã querida”, Andréia Neves, durante sua gestão. Também dá ênfase à família ao relembrar seu avô Tancredo Neves, como se observa no trecho: “Figura extraordinária. Todos achavam que eu sou neto preferido de Tancredo, era ela”. Ao retornar aos laços com a irmã, o político adverte Dilma que Andreia Neves assumiu como voluntária a coordenação na área de comunicação no estado de Minas Gerais. A partir disso, o candidato refere-se ao respeito que tem pela irmã e ao carinho que os mineiros teriam por ela, e afirma: “Se conhecesse um pouco, ia saber o respeito que Minas têm por ela. Nas enchentes, nas catástrofes, é ela que mobiliza os empresários, mobiliza as igrejas para resolver o problema das pessoas mais simples”.

Mais uma vez, Aécio usa a associação que Dilma Rousseff faz dele com o ex-presidente da república Fernando Henrique para construir sua imagem: “Em primeiro lugar, mais uma vez, agradeço a homenagem que a senhora faz, o presidente Fernando Henrique, eu tenho certeza que a senhora tem um apreço muito grande”.

Ao ser perguntado sobre a Lei Seca, o senador constrói sua imagem sobre o fato de ter se recusado a fazer o teste do bafômetro em uma blitz no Rio de Janeiro e se posiciona, dizendo estar arrependido: “Eu tive um episódio em que parei em uma Lei Seca porque minha carteira estava vencida” e pontua “me desculpei, me arrependi”. Assim, o político se coloca na posição de arrependido, inocente e honesto ao contar o fato.

O político investe 8,46% do debate à categoria “(des)construção da imagem do país”, por meio da qual menciona as consequências da gestão de Dilma Rousseff e dos 12

anos da esquerda no poder. A partir disso, o senador afirma que o país se transformou em um “cemitério de obras inacabadas com sobrepreço e com denúncias, a todo momento, de irregularidades na sua condução”. Ainda afirma que os indicadores sociais e educacionais pioraram e que a criminalidade aumentou ao longo dos anos.

O político questiona os eleitores sobre a situação do país a respeito da inflação: “Eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora. Você compra com o mesmo dinheiro, hoje, o que comprava há seis meses atrás? Ou há um ano atrás?”. O político mostra que o poder aquisitivo dos brasileiros diminuiu ao longo dos anos. Para o candidato: “hoje, infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e das brasileiras”. Além disso, cita o aumento do desemprego, pois o país seria o segundo maior em quantidade de desempregados: “só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim”.

A desconstrução do país também é reforçada em relação à corrupção, principalmente no que se refere à Petrobras “[nos últimos] 12 anos em que os cofres da Petrobras foram assaltados”. Assim, afirma que o país não pode viver mais em um desgoverno. Essa relação entre a desconstrução do país e a corrupção é intensa ao se tratar das narrativas de Aécio Neves.

O político mostra que hoje “87% de tudo que se gasta em segurança pública vem dos estados e municípios, apenas 13% da união. E a união, que mais tem, a união que se apropria da maior parte da receita dos tributos dos brasileiros”. Em relação às obras de mobilidade, o político menciona: “[das] 200 obras de mobilidade anunciadas pela senhora, 28 apenas foram entregues”. Desse modo, o político mostra a carência do país em relação às questões de deslocamento e transporte.

Aécio afirma que “56 mil pessoas estão morrendo assassinadas a cada ano no Brasil, infelizmente” e que as verbas para segurança não são usadas, nem executadas. Em conjunto a isso, o candidato ressalta o fato de a Polícia Federal ter o “menor orçamento de investimento dos últimos cinco anos” e “nós temos que fortalecer também está sucateada, as Forças Armadas não têm tido atenção do seu governo”.

Por fim, o senador trata da relação entre o Brasil e os países que produzem drogas. Segundo ele, essa relação deve ser alterada no futuro, pois muitos: “governos vizinhos fazem vista grossa para produção de drogas ou de matéria-prima de droga no seu território, e não há nenhuma ação do nosso governo”.

Aécio Neves usa 6,92% do debate à categoria “construção da imagem do país”, sendo essa uma das categorias menos utilizada pelo político. Nesse segmento, o senador

constrói a imagem do Brasil dando foco ao futuro e tendo como uma das vertentes a educação, pois afirma que iria fundar a escola brasileira, caso fosse eleito.

Assim como em outros momentos, o candidato recorre à imagem de Minas Gerais, estado em que foi governador, para espelhar a imagem do Brasil no futuro. Segundo o político, esse estado “tem a melhor saúde pública de toda a região Sudeste”.

Aécio ressalta que construiu um projeto para o Brasil do futuro, um projeto: “generoso, um projeto de união, de integração nacional, um projeto que vai combater a inflação com extrema firmeza e determinação”. Desse modo, o político constrói uma imagem do país do futuro, com empregos, investimentos e educação para os filhos dos eleitores. Como menciona, um país que: “olhe para o futuro, tire os olhos do retrovisor passado”.

A categoria “temáticas políticas” corresponde a 3,84% da sua fala no debate, sendo que o político foca seu discurso no cenário do país no ano de 2014. O senador trata da corrupção, da educação, da segurança, de programas sociais, de drogas, de desemprego e de inflação, temática notadamente elencada pelo agendamento midiático.

Em relação à educação, o político menciona o Pronatec, que segundo ele “é [um] programa de ensino profissionalizante que foi ampliado. Nós temos que reconhecer que precisa melhorar muito, foi inspirado nas Ztecs aqui de São Paulo”.

E menciona o homicídio de jovens no país, afirmando: “eu propus, sim, uma revisão no nosso código penal, em nosso código de processo penal, para que essa sensação de impunidade não continue a prevalecer no país”.

O político aborda a corrupção e a CPI da Petrobras e afirma, mais uma vez, a necessidade de investigação. Em conjunto a isso, também aborda o nepotismo, emprego de familiares na gestão pública. Aécio levanta a questão da mobilidade urbana e pontua sobre as obras dos metrô no país: “quando vou a Porto Alegre, por exemplo, onde é que está o metrô?”.

Ele ainda debate sobre a questão da inflação e sobre o destino das verbas com campanhas publicitárias. O político também aborda a Lei Seca, implementada pelo Congresso Nacional: “é uma iniciativa extraordinária”.

Em “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” o político destina apenas 2,30% do debate a desconstruir a imagem do partido da oposição. Aécio observa: “o PT tem uma mania, candidata, infelizmente, a senhora tem de achar que é dona dos programas”.

Em adesão, o político ressalta que, na mesma semana do debate, o PT impediu que João Vaccari Neto fosse à CPI depor, como cita: “o seu partido, PT, e alguns aliados

impediram que ele fosse lá explicar, explicar o que foi feito com esse recurso”. Na época, João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, era acusado de pagar propina em esquema de corrupção na Petrobras.

Aécio ainda menciona que o PT barrou um projeto dele próprio, que visava uma parceria com os estados:

Eu tenho um projeto, candidata, que tramita desde 2011 no Congresso Nacional, que o seu partido infelizmente não permitiu que fosse aprovado, que garante que aquilo que é aprovado no orçamento para segurança pública seja efetivamente gasto em parceria com os estados, transferido mensalmente.

Por fim, ao construir a imagem do partido e/ou da coligação, o candidato destina 1,53% do foco do debate ao PSDB. Nessa seção, Aécio Neves menciona que, em relação ao seu partido, não há nada a ser investigado, e justifica isso com o fato de o PT estar no poder há 12 anos e nunca ter investigado o PSDB.

Em outro momento, o político relembra que a primeira experiência do ProUni foi feita pelo PSDB, em Goiás, o que, segundo o candidato: “permitiu que ampliasse oportunidade de vagas nas universidades”. Somado a isso, o senador reforça que o seu partido é o primeiro a investir em mobilidade urbana.

#### **4.4.5 Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff na Record – 19 de outubro de 2014**

No penúltimo debate, realizado na Record, no dia 19 de outubro de 2014, a candidata Dilma Rousseff destinou 33,06% da sua fala à “construção da imagem do país”, adquirindo, assim, um posicionamento diferente dos debates anteriores, realizados na Band e no SBT, os quais tiveram maior foco na categoria “ataque a adversários” (segunda categoria mais recorrente no debate da Record). Observou-se que a categoria “construção da imagem política” foi a terceira mais recorrente, com apenas e 10,71%, perdendo também para “(des)construção da imagem do país” e “temáticas políticas” (Quadro 19).

Quadro 19 – Eleições 2014: Dilma Rousseff na Record

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	12	10,71%
b) Ataque a adversários	26	23,21%
c) Construção da imagem do país	37	33,06%
d) (Des) construção da imagem do país	14	12,50%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	06	5,35%
g) Temáticas Políticas	17	15,17%
Total	112	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Dilma Rousseff prioriza 33,06% de sua fala à categoria “construção da imagem do país”, para evidenciar os pontos positivos das gestões dos últimos anos e, principalmente, para expor os meandros positivos de sua gestão, do governo Lula e da construção do futuro, após às Eleições. A petista reforça que, nos últimos 12 anos, o foco havia sido “garantir duas coisas: a distribuição de renda, a melhoria dos empregos e dos salários, e garantir que o país tivesse um outro padrão, inclusive melhorando a vida de todos”<sup>73</sup>.

Dilma ressalta as oportunidades e melhorias possíveis no cenário atual do Brasil ao, por exemplo, citar o apoio ao microempreendedor e a Lei do Simples, por meio da qual houve um crescimento de 111%: “hoje são 9 milhões de microempreendedores individuais e de Micro e Pequenas Empresas e os benefícios alcançados por eles”.

Trata também do reconhecimento internacional pelo país ter saído do Mapa da Fome ao longo dos anos. Segundo ela, o “Brasil pela primeira vez na sua história saiu do mapa da fome, o que significa um grande ganho para nós, que é o reconhecimento da ONU”. Em adesão, a candidata reforça que, no ano de 2014, a nação atingiu as “menores taxas de desemprego da história, 5%” e, com isso, o país adquiriu uma posição de respeito, pois, “vai ter que ser comparado, candidato, com os grandes países do mundo”.

Dilma faz um contraponto ao dizer que algumas das responsabilidades cabem ao estado, para mostrar os investimentos em segurança feitos durante o seu governo, construindo, assim, uma imagem de um país seguro, a partir da possibilidade de auxílio do Governo

<sup>73</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora Record em 19 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GZXulGfiWjs> >. Acessado em: 20/01/2018.

Federal. Como afirma a candidata: “todo mundo sabe que o governo federal não tem a responsabilidade constitucional da segurança, nós queremos ter essas responsabilidades, tanto é assim que, mesmo não tendo, gastamos do nosso orçamento 177 milhões de reais”.

Em relação ao Governo Federal, Dilma reforça a integração entre as polícias, o que contribuiu para a melhoria da segurança do Brasil nos últimos anos. A ex-presidente cita a Copa do Mundo de 2014 como exemplo bem-sucedido dessa integração.

A petista menciona a saúde como uma área de melhoria durante sua gestão para construir do país. Segundo ela, houve um aumento em relação ao orçamento da saúde, se comparado com o passado, durante a gestão de Fernando Henrique. Assim, ao construir a imagem do país no futuro, Dilma ressalta a criação do Mais Especialidades<sup>74</sup>, a partir dos recursos da Lei dos Royalties<sup>75</sup>, que, segundo ela: “atribui 25% dos royalties e 50% do Fundo Social para a saúde”.

Sobre a Petrobrás, Dilma pontua que o nível de produção teve um aumento do número de barris, o que elevou, conseqüentemente, o número de investimento na multinacional, devido ao valor crescente: “todos os que investiram na Petrobras vão ganhar muito dinheiro”. A política também pontua os benefícios do pré-sal para o país, tendo em vista que “o Brasil levou 30 anos para extrair e agora em menos de 8 anos conseguiu extrair do fundo do mar”.

Dilma recorre ao governo do presidente Lula para pontuar que foram construídas, naquela época, 214 escolas técnicas, enquanto que o governo dela construiu 208. Cita, ainda, que o governo possibilitou o acesso às universidades por meio do Enem, contribuindo para a entrada de jovens nas universidades e crianças nas creches. Com isso, a política ressalta a construção de um país com “melhor educação melhor segurança e melhor emprego”.

Em relação à infraestrutura, Dilma constrói a imagem de um país engajado com ferrovias e hidrovias, como cita: “nós concluimos, candidato, a ferrovia norte-sul, nós entregamos as usinas de Santo Antônio e Jirau agora, parcialmente, mas todas estão em andamento, fizemos a usina de Belo Monte”

Além disso, a candidata menciona a construção de aeroportos em 12 capitais. Também trata do investimento em mobilidade urbana, com apoio de bancos como BNDS, e ressalta o seguinte em relação à infraestrutura urbana, social, logística, de saneamento de e recursos hídricos: “nós investimos, no meu governo, 200 bilhões, sem falar na infraestrutura

---

<sup>74</sup>Promessa de campanha de Dilma Rousseff na área de saúde.

<sup>75</sup>Lei dos *Royalties*: tem como objetivo destinar os recursos dos *royalties* para educação e saúde; prevê que 50% do Fundo Social do Pré-Sal também devem ser destinados para as áreas da educação e saúde.

de energia”. Nesse sentido, a ex-presidente menciona ter feito duas vezes mais que o governo FHC.

Ademais, Dilma constrói a imagem do seu projeto como uma garantia dos avanços e conquistas dos últimos anos, e afirma que a vitória dessas melhorias foi na vida dos eleitores, como menciona no trecho: “você cresceu porque o Brasil mudou, e o Brasil mudou porque o governo tomou providências para ampliar e criar oportunidades. Você cresceu, então, por que o Brasil mudou”.

Em segundo lugar, com a categoria “ataque ao adversário” em 23,21% do debate, Dilma Rousseff critica a gestão adversária e faz acusações sobre a corrupção que teria existido durante a gestão do candidato da oposição em Minas Gerais. Assim, a petista demonstra a tentativa de desconstruir a imagem do seu adversário político, como no trecho em que critica Aécio Neves, dizendo que o candidato “ouviu cantar o galo e não sabe aonde é, isso é terrível quando acontece com uma pessoa”.

De forma recorrente, Dilma afirma que o candidato da oposição está mal informado quanto aos assuntos políticos no Brasil, e usa expressões como: “o senhor está errando na questão do gasto com segurança pública”, e também quando pontua que acha melhor o candidato “rever suas contas”, expressando a desconstrução da imagem do oponente.

Em sequência, ao mencionar os programas sociais existentes durante a gestão do PSDB, Dilma crítica: “engraçado, quando nós que fizemos não nos pertence, agora, quando é o senhor que quer copiar de nós, pertence ao senhor, é dois pesos e duas medidas estranhíssimos que o senhor usa”. Assim, Dilma ataca o candidato sobre a origem dos programas sociais e acusa Aécio Neves de adotar medidas impopulares durante seu governo, como adverte: “essas medidas podem ser consideradas impopulares”.

Somado a isso, a petista também acusa a oposição de proibir a construção de escolas técnicas durante a implementação do Pronatec, como cita: “proibiram o governo federal de construir escolas”. Em relação à educação, Dilma também acusa Aécio Neves e seu partido de ter ido contra a implantação do ProUni e ter entrado na justiça para barrar o programa, e afirma: “candidato, assim não é possível tratar a educação”.

Além da gestão adversária, a candidata recorre a escândalos de corrupção como forma de ataque ao candidato, ao mencionar que Aécio Neves tem fama de “engavetador” de processos judiciais, como cita: “eu fico estarecida do senhor falar de governança com aquela lista imensa nunca investigada, sempre engavetava”.

Assim, ao acusar o candidato de corrupção, Dilma recorre ao seu governo em Minas Gerais e à construção do Centro Administrativo na capital mineira, com o objetivo de desconstruir a imagem de Aécio Neves com relação aos altos preços da obra: “pelo que eu saiba, os recursos para construir o Centro Administrativo estavam orçados em 550 milhões e o Centro acabou custando pelo menos, em construção, um milhão e 100, e dizem que mais 500 milhões custaram outras obras no entorno”. A candidata faz menção a uma das maiores obras do governo de Aécio Neves em Belo Horizonte, a Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, inaugurada em 2010, uma das últimas obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Além disso, Dilma acusa o ex-governador de Minas Gerais de não prezar pelo compromisso de direcionar o mínimo Constitucional<sup>76</sup> de investimentos à área da saúde: “vocês não cumpriram o mínimo constitucional da área da saúde”. A partir disso, menciona que o governo mineiro desviou aproximadamente 7 bilhões de reais dos cofres públicos, conforme palavras do Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e relembra que o político mencionou também durante a acusação de corrupção que “não ia confiar na palavra de um delator”.

No que se diz respeito aos bancos públicos, Dilma acusa o candidato da oposição de terrorismo: “escutei várias falas do senhor seu candidato à Ministro da Fazenda que ele ia reduzir o papel dos bancos públicos” e “eu acho lamentável esse tipo de fala, candidato, terrorismo em relação aos bancos públicos”. E ainda afirma: “se fosse funcionário do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDS eu ficava com a pulga atrás da orelha”, fazendo referência às dúvidas sobre a gestão do político.

Já a categoria “temáticas políticas” corresponde a 15,17%, e com ela são abordados temas como saúde, segurança, educação, corrupção, que fazem parte do contexto do país. Desse modo, Dilma aborda temas como controle da inflação, investigações e engavetamento e a questão dos bancos públicos e o direito trabalhista. A candidata diz se preocupa especialmente com a “flexibilização dos Direitos Trabalhistas”.

Ao tratar dos empresários, Dilma Rousseff menciona a universalização da Lei do Simples: “nós reduzimos os impostos, unificamos impostos, formalizamos esses microempreendedores individuais e os micro e pequenos empresários, garantindo cobertura a todos previdenciários”.

---

<sup>76</sup>Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sobre a questão da saúde, com foco em Minas Gerais, Dilma menciona a criação do SAMU, do Programa Mais Médicos, da Farmácia Popular e de outros projetos que contribuíram, segundo a petista, para a melhoria de qualidade de vida do país.

Na educação, a candidata aborda os programas sociais como ProUni, FIES e SISU ao explicar que: “através do Enem, você acessa ao ProUni ao próprio FIES e ao Ciências sem Fronteiras. O que o senhor acha do acesso amplo à universidade” e “o Pronatec candidato, ele é um programa e foi introduzido no Brasil porque nós tivemos condições para fazer”. Quanto às creches, a ex-presidente diz que: “Eu penso em primeiro lugar na creche porque não há nada que atenda mais à mulher hoje do que ter creche para deixar seus filhos”.

Escândalos de corrupção, como a CPI da Petrobras e questões de propina, também fazem parte dos temas levantados na discussão, além da questão da privatização da empresa. Ainda é tratada a responsabilidade dos estados e do governo federal com a segurança e o número de homicídios em Minas Gerais. A responsabilidade sobre a questão da segurança, segundo Dilma: “[é] aquela velha história que a União não tem responsabilidade constitucional pela segurança”.

A categoria “(des)construção da imagem do país” esteve presente em 12,5% de sua fala no debate. A candidata recorre ao passado do país durante o governo FHC e à gestão de Minas Gerais para criar uma imagem negativa do Brasil. A partir disso, a petista dá ênfase aos governos anteriores do PT como gestão que “condenou o povo brasileiro ao desemprego e o arrocho salarial”.

Sobre o passado, a petista relembra a criação do Plano Real durante o governo de Itamar Franco, em 1994, e menciona que na época a “inflação estava em 12,5%, no ano anterior estava em 7,7”. Em conjunto a isso, critica a venda de 30% da Petrobras no mercado como forma de fazer um contraponto entre a multinacional antigamente e agora. Recorda que o governo anterior à gestão petista precisou recorrer ao Fundo Monetário Internacional para solucionar os problemas do país. Segundo a política: “você sempre recorreram a ele quando precisaram”.

Como forma de ataque à gestão adversária, a política faz uma comparação entre os gastos do Bolsa Família e do Bolsa Escola durante dois momentos: sua gestão e a época FHC. De forma crítica, coloca que “gastou 4,2 milhões de reais, sabe quanto 4,2 bilhões de reais equivale ao meu Bolsa Família, candidato? A dois meses. Vocês gastaram em oito anos o que nós gastamos em 2 meses”. Nesse sentido, a candidata compara as gestões do PT e o governo FHC.

Ao tratar da segurança pública, Dilma recorre ao governo de Minas Gerais para desconstruir a imagem do Brasil no passado, durante a gestão do seu concorrente, dos anos de 2002 a 2012. Com isso, alega que, na época, houve um crescimento do número de homicídios no estado, o que contrapõe ao seguinte fato: no “Sudeste, como um todo, houve uma queda de 37% dos homicídios”. Dilma menciona ainda o Brasil de forma negativa ao afirmar que, dos 853 municípios do estado, apenas 443 possuem delegacia, por isso, o “Sudeste teve uma queda dos homicídios em 37% e em Minas um aumento de 52%”. Mencionando, assim, o que seria um incentivo à impunidade na região.

A petista desconstrói a imagem do país em relação à taxa de desemprego, ao afirmar que “em 2001 estava extremamente elevado o desemprego no Brasil”. Assim, mais uma vez, recorrendo à gestão tucana como referência para a desconstrução do país, relembra o ano citado, durante a gestão de Lula, em que teria sido enterrado o projeto “que trocava os direitos consolidados na CLT por um simples acordo trabalhista.

Ao tratar da inflação, ela desconstrói a imagem do país do futuro, com a ideia de uma possível vitória da oposição. Assim, Dilma faz um paralelo ao lembrar de Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a possibilidade de triplicar o desemprego, de acordo com a proposta do seu concorrente, e faz a seguinte colocação:

Eu considero muito grave a proposta de 3% de taxa de inflação porque vai repetir a velha história de sempre. Para ter 3% de inflação, o senhor vai triplicar o desemprego, ele vai para 15%, e o senhor vai elevar a taxa de juros, como já fizeram antes, a 25%, porque esse é o receituário. O cozinheiro é o mesmo, Armínio Fraga, a receita é a mesma, recessão, recessão, recessão. O resultado é o mesmo, desemprego arrocho salarial e altas taxas de juros.

Nesse sentido, Dilma acusa a oposição de ir contra as melhorias do país e da vida dos brasileiros, ao afirmar que a oposição joga o “quanto pior melhor”, e coloca: “não lave suas mãos, o senhor tem responsabilidades no Brasil e tem de responder por elas”. Sendo esses termos usados pela candidata de forma recorrente.

Assim, Dilma dedica apenas 10,71% do seu pronunciamento à categoria “construção da imagem política”, que ocupa a penúltima posição da análise do debate na emissora Record. Nessa seção, a candidata pontua sua honestidade, eficiência, responsabilidade, inocência e assuntos relacionados ao tema da corrupção, como, por exemplo, o escândalo da Petrobrás, e afirma ter sido “presidente do conselho da Petrobras até 2010”.

Dilma pontua sua diferença em relação ao candidato da oposição ao destacar sua honestidade e inocência ao tratar das investigações na multinacional. Nesse sentido, Dilma

frisa o seu papel de destaque nas investigações contra a corrupção, dizendo que, ao contrário da oposição, mandou investigar os supostos desvios de dinheiro, na tentativa de encontrar os culpados: “eu disse que eu iria investigar assim que o ministério público e o Supremo Tribunal Federal divulgassem as suas conclusões, eu ia divulgar, irei punir e procurar investigar todos os que cometeram delitos”.

A candidata faz menção às denúncias de corrupção e do desvio de recursos públicos na Petrobras, feitas por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da empresa. Somado a isso, a política destaca seus valores, como honestidade, responsabilidade e respeito, como nos trechos: “eu tenho um compromisso” e “eu sou a favor da punição, doa a quem doer”, os quais reforçam sua integridade.

A “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” corresponde a 5,35% do debate político de Dilma Rousseff. Nesse sentido, dá foco aos pontos negativos do partido do seu oponente, o PSDB, como, por exemplo, ao pautar o projeto de lei 5873 e mencionar que é um projeto de iniciativa do PSDB, a fim de suspender algumas melhorias trabalhistas.

Uma das principais formas de desconstruir a imagem do partido utilizada por Dilma Rousseff é a corrupção. Desse modo, a política relembra seu oponente que as mesmas fontes que acusam Vaccari Neto dizem que o PSDB e o seu ex-presidente (falecido) “recebeu recursos para acabar com a CPI”, recordando o ex-tesoureiro do PT, acusado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo Ministério Público Federal.

Dilma ainda acrescenta que, na questão dos trens em São Paulo, também um delator denunciou o PSDB, e pontua que “no caso específico dos que estavam envolvidos no recebimento de propina pelo ex-presidente morto do PSDB, ele recebeu propina para acabar com uma CPI, essa é a prática sistemática”. Dilma menciona o esquema de verba por meio do qual Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, afirmou ter repassado propina para Sergio Guerra, ex-presidente do PSDB, para ludibriar a Comissão Parlamentar de Inquérito, em 2009. Esse Deputado Federal veio a falecer em março de 2014.

Diante disso, Dilma Rousseff acusa a oposição de prevaricação nas investigações, devido ao fato de a Polícia Federal ser dirigida por pessoas filiadas ao PSDB. Segundo a ex-presidente, isso contribui para o engavetamento das investigações:

O senhor acredita que essa não investigação é porque eles eram inocentes, ou por que houve prevaricação? De fato, houve incapacidade da Polícia Federal, que era dirigida por pessoas filiadas ao PSDB, em dois momentos, e pelo engavetador geral da República. Eles cometeram, portanto, então, prevaricação, não investigando. O que que o senhor acha disso?

#### 4.4.6 Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Record – 19 de outubro 2014

Como se observa no quadro comparativo do penúltimo debate da Record, no dia 19 de outubro 2014, Aécio Neves dedica maior parte de seu pronunciamento à categoria “ataque a adversários”. Em seguida, empatado com apenas 16,43%, o político aciona as categorias “construção da imagem do político”, “construção da imagem do país” e “(des)construção da imagem do país” (Quadro 20). Nesse ponto da disputa, Aécio desconstrói a imagem de Dilma Rousseff, a qual passa crescer nas pesquisas de opinião.

Quadro 20 – Eleições 2014: Aécio Neves na Record

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	24	16,43%
b) Ataque a adversários	55	37,72%
c) Construção da imagem do país	24	16,43%
d) (Des)construção da imagem do país	24	16,43%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	03	2,05%
f) (Des)construção da imagem do partido e/ou da coligação**	02	1,36%
g) Temáticas Políticas	14	9,58%
Total	146	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

37,72% do debate o político destina à categoria “ataque a adversários” e menciona a gestão adversária, a corrupção e os escândalos vinculados a Dilma Rousseff. Ao tratar da gestão da candidata e de suas propostas, o candidato pontua sobre o governo: “Lamento que não tenha feito ao longo desses últimos anos” afirmando também que a gestão da ex-presidente é “apenas um *slogan*”<sup>77</sup>.

Para Aécio, Dilma Rousseff está distante da realidade do Brasil e por isso, de forma recorrente, ele coloca: “[ela] vai fazer agora aquilo que não fez até aqui”, “a senhora

<sup>77</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela emissora Record em 19 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GZXulGfiWjs> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

poderia ter feito aquilo que propôs há quatro anos atrás”, “a senhora disse que vai fazer algo que já poderia ter sido feito, a senhora poderia ter executado”.

O candidato critica a ex-presidente sobre a origem dos programas sociais do país e ataca ao dizer que esses programas não pertencem a nenhum partido e, sim, à população. Sobre esse assunto, o senador ataca sua concorrente ao se posicionar da seguinte forma: “não temos que ter essa preocupação em sermos donos de determinado o programa; os programas são das pessoas, são dos brasileiros”. Somado a isso, Aécio diz: “eu não consigo, entender essa obsessão para ter os programas chamados de meu, todos os programas são evolução”. Desse modo, o político ressalta a importância de aprimorar a essência da administração pública, e afirma não existir nenhum programa acabado.

Para o senador, as denúncias nos jornais são a prova da perda de controle da gestão de Dilma Rousseff como grande marca de seu governo, e pontua que falta nesse governo composição da base, foco e eficiência. O político ressalta algumas obras do governo da ex-presidente que estavam paradas e foram promessas à população, como o Trem-bala e Abreu e Lima, conforme o trecho: “com grave sobrepreço, Abreu e Lima, em Pernambuco, é o mais dramático exemplo uma obra forçada”. Além disso, como forma de rejeição em relação à comparação do país com outros países da América Latina, questiona de forma crítica: “onde está o erro, candidata?”.

Ao dizer de forma jocosa: “A candidata afirma que o seu governo gerou mais empregos do que o meu, eu não governo o Brasil, candidata, apenas para que fique aqui muito claro, pelo menos não ainda”. O senador faz uma crítica a Dilma Rousseff, pontuando que até o momento ele só governou Minas Gerais e não o Brasil, portanto, nas entrelinhas, o político deixa claro que a comparação não é viável.

Para atacar a adversária, o político menciona o jornal O Globo, na tentativa de criticar a gestão da ex-presidente em relação à inflação, como afirma:

A verdade, candidata, é que as pessoas estão apavoradas. O jornal O Globo desse final de semana mostra as pessoas no supermercado enchendo os carrinhos, fazendo de novo a compra do mês, o que existia há 15 anos atrás, a inflação está aí, é importante que você saiba. Para a Presidente da República não existe inflação, ela está sob controle inequívoco, segundo ela. Para mim, não.

O candidato acusa o governo de Dilma Rousseff de passar à população dados não confiáveis, e cita que o Diretor do Ipea pediu demissão “porque não foi a ele dada a oportunidade de discutir e debater, de divulgar números que mostram que houve, ao contrário, o aumento da pobreza extrema no Brasil nesse último período, candidata”. O Diretor do

Ipea<sup>78</sup>, Herton Ellery Araújo, deixou o cargo em 2014, após o Ipea proibir a divulgação de dados públicos antes do segundo turno da eleição. A análise de estatísticas foi realizada com base nos dados da Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Aécio menciona também o IBGE<sup>79</sup>, dizendo que “não houve a liberação de determinados dados”. Com isso, o político diz que “essa é uma outra herança perversa deste governo”. E, por fim, cita que os dados estatísticos são de grande importância para Dilma, ao contrário dele.

Ao se lembrar do período como governador de Minas Gerais, Aécio menciona que a petista “busca alterar ou busca trazer informações que não correspondem efetivamente ao que aconteceu no estado”. Em adição a isso, ao formular a imagem da candidata como autoritária, o peessedebista pontua que o governo Rousseff tem o hábito de fazer terrorismo pré-eleitoral, dizendo que o programa vai acabar, caso sua concorrente vença as eleições.

O senador cita o escândalo de corrupção na Petrobras, que envolveu o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, para atacar e questionar a candidata da seguinte forma:

A senhora reconhece agora que houve desvio. A pergunta é a seguinte: aquele que é denunciado como instrumento do seu partido para o recebimento desta propina, o tesoureiro João Vaccari Neto, continuará como tesoureiro do partido? E, continuará também, candidata, como membro do Conselho de Itaipu? A senhora confia nele, candidata?

Ainda ao continuar o debate, o candidato ataca a ex-presidente novamente sobre o assunto: “se eu entendi bem, houve aqui um recuo; a senhora já não acha mais como a imprensa noticiou que houve desvios, a senhora acha que houve indícios de desvios?”.

Assim, Aécio afirma que Dilma Rousseff não respondeu à sua questão sobre o desvio, e acusa a ex-presidente de acreditar na palavra do delator, ao mencionar um possível envolvimento de Vaccari Neto em suposta propina também em Itaipu. Ele abre o questionamento: “eu lhe pergunto: a senhora confia no tesoureiro do seu partido? Porque, se na Petrobras, onde ele não tinha pelo menos qualquer acesso formal, dois terços da propina, segundo o delator, eram transferidas para ele, eu fico imaginando em Itaipu, onde ele tem um crachá, onde ele assina documentos. O que pode estar acontecendo lá?”. João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, foi citado na Operação Lava Jato, sendo exonerado em 2015, após as eleições.

---

<sup>78</sup>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

<sup>79</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O candidato ainda mostra a negligência da petista diante da questão, mencionando que “a questão que fica para todos nós, candidata, é por que ao longo de todos esses anos não se tomou nenhuma providência”.

Sendo a corrupção a principal forma de ataque, Aécio Neves relembra o episódio em que a então Chefe da casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann, da base aliada, por meio do ministro Paulo Bernardo, recebeu recursos ilegais. Para o candidato, é muito triste um país em que a presidente da república manda investigar determinadas denúncias e menciona que “isso pode funcionar em algumas ditaduras amigas do seu governo, mas não no Brasil”.

O candidato pontua a necessidade de profissionalizar as empresas e tirá-las do agendamento político, pondo em cheque o modo como os servidores são nomeados, visto que “as pessoas estão sendo nomeadas para prestar serviço”. Assim, o político dialoga, mais uma vez, com a investigação da Petrobras e com os desvios criminosos feitos na empresa. Como questiona: “o tesoureiro do seu partido, hoje, ocupando um cargo em Itaipu, nomeado quando a senhora era ministra das Minas e Energia, ele tem a sua confiança para continuar ocupando esse cargo, não lhe preocupa, candidata?”.

Ainda ao tratar da corrupção como forma de desconstrução da imagem do candidato, Aécio ironiza: “mas fica tranqüila, não é sobre corrupção, é sobre gestão” e estrategicamente retoma ao tema da corrupção ao tratar dos trabalhadores e da suspensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), culpando a gestão do governo da seguinte forma: “esse é o lado perverso, candidata, do aparelhamento da máquina pública, dos desvios e da má gestão”.

O político ataca Dilma Rousseff com relação ao seu orçamento na área de segurança, dizendo que os recursos são poucos, se comparado com a complexidade do tema, e questiona: “onde falhou o seu governo no enfrentamento da criminalidade e do avanço das drogas no Brasil?”. O político faz uma crítica ao governo Dilma Rousseff, ao dizer que ela deu ênfase à publicidade e não à gestão, ou seja: “criou um grande marketing de um programa chamado ‘Crack, é possível vencer’, gastou 40% dos recursos previstos, candidata”.

De forma direta, o candidato Aécio Neves pergunta a Dilma Rousseff como estão sendo administrados, junto aos bancos e o Tesouro Nacional, o crédito agrícola:

Pergunto à senhora: é justo, por exemplo, que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil estejam recebendo atrasado, deixando de receber recursos do Tesouro, por exemplo, para garantir o pagamento em dia do crédito agrícola, no caso do Banco do Brasil, 8 milhões de reais, ou no caso da Caixa Econômica Federal, para pagar em dia os benefícios, por exemplo, do Bolsa Família, cerca de 10 milhões de reais, ou mesmo do seguro-desemprego, candidata?.

Em seguida, o político menciona que a ex-presidente faz um terrorismo com os funcionários dos bancos, ao abordar o enfraquecimento dos mesmos, e menciona que em seu governo não haverá Pizzolato administrando o Banco do Brasil. Nesse sentido, o político faz referência a Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil e filiado ao PT, acusado de esquemas de corrupção no Mensalão.

Aécio diz que “Não podemos continuar a ter uma educação de tão baixa qualidade. Nós somos um país com potencialidades econômicas extraordinárias, e não podemos ver a nossa indústria e os nossos empregos na indústria indo embora”. Além de corrigir Dilma Rousseff da seguinte forma: “candidata, eu queria nem corrigi-la, mas vou corrigir mais uma vez”.

Em relação ao passado brasileiro, Aécio lembra a junção dos programas sociais que deram origem ao Bolsa Família, um dos maiores projetos sociais contemporâneos, sendo muitas vezes vinculado à imagem do PT. Assim, o candidato pontua não querer ser dono de projetos, pois eles pertencem aos brasileiros.

Em “construção da imagem do político”, Aécio Neves destina 16,43% de seu pronunciamento à sua própria imagem. Assim como nos outros debates, logo no início de seu discurso, o político foca nos agradecimentos, no apoio e nos cumprimentos à candidata da oposição. Logo após, aborda a sua honra, o governo FHC, a transformação, a mudança e o respeito, como forma de mostrar sua imagem à sociedade. O candidato menciona que, se obtiver a honra de vencer as eleições, “ter a maioria do voto dos brasileiros”, irá honrar a credibilidade e os valores do país, e pontua: “podem ter certeza, é algo que eu levarei comigo para sempre”.

Assim, o político se apresenta como candidato da mudança: “eu sou candidato à presidência da república para mudar de verdade o Brasil”, e reforça que “o Brasil quer mudança, eu não sou mais o candidato do partido político”. Desse modo, Aécio assume a responsabilidade de conduzir a mudança “com altivez, com responsabilidade, com enorme amor ao Brasil”.

De forma periódica em sua narrativa, o menciona o apoio que recebe por meio de cumprimentos e agradecimentos, como, por exemplo, os seguintes trechos: “aproveito para mandar um abraço para o meu amigo Sartori, que disputa com ele nas eleições” e “eu quero aqui me dirigir ao telespectador, à telespectadora e agradecer”. Esse apoio assume um sentimento familiar de apoio, conforme no trecho: “o que eu vi hoje pela manhã no Rio de Janeiro, ao lado da minha mãe, da minha filha e da minha esposa, com mais de 20 mil pessoas nas ruas”.

Na construção de sua imagem diante dos eleitores, o político, a todo tempo, convida os eleitores, com expressões como: “eu a convido, vamos debater o presente”, “vamos aprontar caminhos para o futuro”. E reforça, habitualmente, seu desejo de ir além, pontuando a sua responsabilidade com os trabalhadores do Brasil, conforme os trechos “e quero ir além” e “eu quero muito mais do que isso, eu quero mais saúde”.

Sobre Minas Gerais, o político tenta mostrar seu conhecimento sobre o estado, ao expressar o seu orgulho, sendo essa uma característica bem recorrente ao longo do debate, como pode ser exemplificado com trecho: “eu me orgulho muito de ter levado Minas”, assumindo o discurso da mineiridade (DE OLIVEIRA & LEAL, 2016, p. 30).

Ao ser questionado sobre a administração do estado mineiro, em que o político assume uma grande referência para a construção da sua imagem, o peessedebista expõe o seu papel de candidato da república: “sou candidato à presidência da república, candidata”. E ressalta a necessidade de haver um político eficiente, como ele: “nós precisamos é que a mesma eficiência que teve em Minas Gerais chegue ao governo federal”.

Ao tratar da sua história no meio político, Aécio Neves reforça que sua vida pública começou há muito tempo, dando uma ideia de maturidade política. E relembra que participou da Constituinte de 1988. Com isso, o senador reforça o seu papel de honrado e orgulhoso ao dizer que “eu fui constituinte, muito novo, fui eleito como é a votação, extremamente expressiva no meu estado, e participei da elaboração de todo o capítulo que garantiu o direito aos trabalhadores, por isso, sou absolutamente fiel a eles”. Observa-se que o político relembra a Assembleia Nacional Constituinte, de 1987 a 1988, instalada no Congresso Nacional, com o objetivo de construir sua imagem valorizando a democracia após o período militar.

Da mesma forma, o candidato reforça o seu orgulho e honra por ter participado da aprovação do Plano Real, como cita: em “primeiro lugar, eu tenho um orgulho enorme de ter podido participar de um momento transformador da vida nacional”. Nessa perspectiva, o político relembra um período de estabilização econômica do Brasil, tendo como principal plano de fundo o governo de seu filiado político, Fernando Henrique Cardoso.

A partir disso, Aécio faz elogios à gestão do ex-presidente FHC, classificando-a como extraordinária, ao tratar da Lei do Simples. Assim, além do político usar a imagem de FHC como referência associativa, ele mostra a sua responsabilidade ao tratar da gestão passada do ex-presidente e de seus projetos, e reforça sua responsabilidade: “fazer as boas ideias, aquelas que melhoram a vida das pessoas, elas têm que avançar”.

Sobre as investigações de corrupção, Aécio Neves indiretamente constrói sua imagem de inocente, e não réu, ao afirmar que no Brasil as investigações funcionam da seguinte forma: “se não for comprovada a culpa, as pessoas são inocentadas, candidata”. Desse modo, o político faz menção às acusações de corrupção feitas a ele.

16,43% de sua fala no debate corresponde à categoria “construção da imagem do país”, na qual o político arquiteta o Brasil de forma positiva. Com ênfase no futuro, o candidato afirma que “o que eu acredito é que é possível avançarmos ainda mais, principalmente no momento em que nós conseguimos fazer o Brasil voltar”. O senador afirma a necessidade de “um governo que respeita o dinheiro público, que melhore os nossos indicadores sociais, que una o Brasil em torno de um grande e ousado projeto, nós somos uma nação maravilhosa” e “um governo, candidata, que gostaria de fazer no Brasil honrado respeitando direitos”.

Com visão no futuro, logo no início do debate, Aécio narra a construção do país durante o seu governo. Para o político, caso vencesse as eleições, iria adotar no país medidas como a simplificação do sistema tributário para os micro e pequenos empresários. Desse modo, o político afirma que tem a necessidade de resgatar a credibilidade da economia brasileira.

Para construir o país de forma mais concisa, o político recorre ao seu governo de 2010 a 2013, em Minas Gerais, para traçar a imagem do Brasil, como mostram nos seguintes trechos: “Minas foi o que mais gastou em segurança pública”, “Minas Gerais tem a melhor educação fundamental do Brasil, a melhor saúde de toda a região Sudeste” e “Minas foi um dos estados que mais cresceu durante todo aquele período”. Além de relembrar o seu diálogo com as centrais sindicais, as quais o teriam ajudado no desenvolvimento do estado, projetando, assim, a imagem de um país como futuro conciliador, a partir do estado mineiro.

Ao usar Minas Gerais como exemplo para o Brasil, o político menciona que, nesse estado, todas as áreas são avaliadas por desempenho, e pontua que, apesar de Minas não ser o estado mais rico, nem mais homogêneo, os professores foram valorizados e qualificados, para que crianças e jovens fossem estimulados a concluir a escola.

O senador afirma que apresentou uma “proposta, candidata, de resgate de cerca de 20 milhões de brasileiros que não concluíram o ensino fundamental ou não concluíram o ensino médio, para que possam fazê-lo; é o único caminho para se integrarem no processo de desenvolvimento do país, inclusive o desenvolvimento social, e vamos avançar”.

Aécio arquiteta o país do futuro com empregos, com confiança, crescendo. O político cria uma imagem do Brasil do futuro que valoriza os funcionários da Petrobras,

composta por bons profissionais: “nós vamos permitir que a Petrobras volte a ser o orgulho nacional”.

Aécio menciona seu plano para o futuro na área da segurança pública e o fortalecimento da Política Federal e pontua: “eu não vou terceirizar responsabilidade, eu vou conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança integrada com os estados e os municípios, com investimentos e com inteligência”. Com isso, o político também menciona a adoção de uma política diferente com os países vizinhos, principalmente os que produzem droga ou matéria-prima para drogas.

O senador afirma que, em seu governo, os bancos públicos serão fortalecidos, pois são essenciais para o crescimento da economia, principalmente nos setores dos avanços sociais, como cita: a necessidade de “profissionalizar os nossos bancos, prestigiar os funcionários”.

Ao construir o país, o político menciona a manutenção do Pronatec, segundo ele, inspiração do PEP<sup>80</sup>, em Minas Gerais, como diz: o “Pronatec, portanto, vai ser aprimorado, candidata, mas nós temos que ampliar as horas dos cursos até 160 horas, não adianta, porque o aluno aprende o suficiente que precisaria aprender para enfrentar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo”.

De forma coesa e preocupada, Aécio mostra a sua importância com o futuro, ao dizer a Dilma Rousseff: “as pessoas estão extremamente preocupadas com o futuro, candidata; não vamos fazer uma campanha olhando para o retrovisor da história, vou fazer uma campanha olhando para o futuro dos brasileiros”. Desse modo, o político também mostra indiretamente sua intenção de trocar de assunto.

Aécio destina 16,43% do debate à “(des)construção da imagem do país”, por meio da qual o político recorre à gestão petista para formar uma imagem negativa do Brasil. Nessa categoria, o candidato cita a corrupção, a inflação, as gestões passadas e a atual, e afirma: “infelizmente, com o crescimento que nós teremos esse ano, praticamente o nulo”.

O candidato mostra-se extremamente preocupado com a situação do país na época, devido aos decréscimos na geração de empregos, como cita: “até setembro do ano passado, foram 418 mil postos de trabalho a menos gerados no Brasil”, e ainda afirma que “a qualidade da educação do Brasil está nos últimos lugares”.

O político afirma que a indústria brasileira está sucateada, devido à queda de investimentos: o “PIB com algo em torno de apenas 13%, o que acontecia há 60 anos atrás,

---

<sup>80</sup>Programa de Educação Permanente (PEP).

por que tivemos nos últimos seis meses os piores meses da década de geração de empregos, candidata”. Na época, mais precisamente em 2014, o Produto Interno Bruto havia fechado o ano com variação de 0,1%, bem abaixo da média esperada, conforme os dados do IBGE<sup>81</sup>, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O político questiona os dados das instituições que não concordam com a realidade do país. Aécio Neves afirma que os dados não vêm melhorando, conforme exposto, desde a estabilidade da moeda: “a inflação voltando a atormentar a vida do trabalhador e os nossos indicadores sociais piorando a cada ano”.

Para o candidato, o Brasil possui carência em infraestrutura, pois por quase “10 anos seu governo demonizou as parcerias com o setor privado”, gerando um atraso enorme hoje em relação às concessões e privatizações de aeroportos e obras. O político exemplifica uma série de obras, segundo ele, inacabadas, como a “Transnordestina, como a transposição do São Francisco; poderia falar de várias outras, infelizmente, candidata, a sobra do seu governo não termina nunca elas”.

Em seguida, o senador volta seu olhar para o nordeste e, a partir daí, desconstrói a imagem do país, ao dizer: “infelizmente, os nordestinos não receberam ainda uma gota da água da transposição, que deveria ter ficado pronta há 4 anos atrás. A Transnordestina está no meio do caminho, candidata, basta viajar pelo Brasil”, e acrescenta que “o famoso Trem Bala já gastou cerca de 2 bilhões de reais do dinheiro dos brasileiros com ele, ninguém sabe aonde foi, nem para onde vai”.

Aécio destaca que, em 2010, o governo fez uma campanha para que os trabalhadores investissem seu FGTS na Petrobras, no entanto, “quem investiu mil reais naquele setembro de 2010 agora, ao final do seu governo, tem 600 reais apenas, candidata”, pois a multinacional “vai muito mal”, pois perdeu seu valor de mercado ao deixar as “páginas econômicas para frequentar as páginas policiais”, logo, perdeu credibilidade e, conseqüentemente, “aquele trabalhador que investiu na Petrobras perdeu o dinheiro”.

Ao tratar do caso das drogas, que, segundo o político, “vêm matar no Brasil”, o senador menciona que é necessário rediscutir o Código de Processo Penal, visto que morrem aproximadamente “56 mil pessoas a cada ano, muito mais que o conjunto das guerras em curso no país vem matando”. Em conjunto, ao mencionar a violência, Aécio recorre ao documento da Unicef, o qual mostra que aproximadamente 24 jovens são mortos todos os dias

---

<sup>81</sup>Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pib-vol-val\\_201701caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201701caderno.pdf)

no Brasil. Ao relembrar a segurança durante a Copa do Mundo, o político afirma que a integração entre as polícias só durou durante o evento.

O senador afirma que os problemas do país perpassam todas as áreas, e cita a área da saúde, por exemplo: “não há um brasileiro e uma brasileira em qualquer parte desse país que não reclame da baixa qualidade do serviço de saúde”. Ele afirma que, em relação à saúde, o país não apresentou “avanços muito importantes no seu período de governo” e que a “participação do governo federal no financiamento da saúde vem diminuindo, chegou alguma coisa de 56%, de 45%”.

O político afirma que, das 6 mil creches prometidas há quatro anos, não foram construídas nem 2 mil: “na verdade, pelo Governo Federal, um pouco mais de 400, mas em parceria com os municípios, um terço daquilo que foi entregue”.

A categoria “temática política” está presente em 9,58% de sua fala nesse debate, por meio da qual o político aborda os principais temas do país: saúde, educação, inflação, corrupção, segurança, homicídios, empregos, sendo que a inflação apreço como um dos temas mais importantes.

Ao tratar do Mais Médicos, o político defende que o programam proporcione os mesmos salários aos médicos cubanos e a valorização dos médicos brasileiros. Aécio destaca seu projeto de “integrar as polícias Federais, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, as polícias civis e militares, com as forças armadas, e agir em conjunto”.

O político aborda a questão do investimento no microempreendedorismo e no empreendedor individual, sendo possível devido a um “conjunto de forças no Congresso Nacional que discutiram essa proposta e permitiram aqui que milhões de brasileiros pudessem ter desburocratizada sua vida fiscal”, se referindo à Lei do Simples.

Em relação à Petrobras se destaca tanto em assuntos relacionados à multinacional, quanto na questão da privatização: “fizemos as privatizações que precisavam ser feitas”, como também, em relação à corrupção. O político também destaca o fortalecimento dos bancos públicos.

Sobre o Pronatec e as novas formas de medir os dados estatísticos do programa, o político avalia que é necessária a participação efetiva dos alunos. Também aborda a questão da creche para as crianças.

Aécio foca 2,05% do debate na categoria “construção da imagem do partido e/ou da coligação”, em que constrói a imagem do seu partido, o PSDB, a partir de propostas e projetos passado. Para isso, político relembra do governo de Fernando Henrique, ao dizer que,

a partir dele, houve um aprimoramento, com o apoio do Congresso e dos programas sociais: “governar é você aprimorar as boas ideias”.

O candidato menciona que micro e pequenos empresários receberam um olhar especial do PSDB no Congresso Nacional, com a ampliação do Simples e do Super Simples<sup>82</sup>, do Deputado Mendes Thame, do estado de São Paulo.

Ao tratar da “(des)construção da imagem do partido”, o político desconstrói a imagem do PT, da oposição, em 1,36% do discurso. Com isso, menciona que “uma marca perversa do PT” é acreditar que os programas sociais pertencem, unicamente, ao partido. Em outro momento, o político culpabiliza o PT por fazer a terceirização de responsabilidades, quando afirma: “a terceirização de responsabilidades foi a principal marca do governo do PT ao longo de todos esses últimos 12 anos”.

#### 4.4.7 Debate Eleições 2014: Dilma Rousseff na Globo – 24 de outubro 2014

Conforme o levantamento do debate do dia 24 de outubro, exibido pela Rede Globo de Televisão, a ex-presidente se dedicou à categoria “ataque a adversário”; em seguida, à “construção da imagem do país”, expressando, assim, suas duas principais preocupações na reta final do segundo turno das eleições. Nota-se que a categoria “construção da imagem política” fica na terceira posição, o que reforça a nova postura adotada pela petista (Quadro 21). Ressalta-se que a transcrição referente a essa seção foi disponibilizada no G1.

Quadro 21 – Eleições 2014: Dilma Rousseff na Globo

<b>Categoria</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	12	12,90%
b) Ataque a adversários	34	36,59%
c) Construção da imagem do país	21	22,58%
d) (Des) construção da imagem do país	01	1,07%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	01	1,07%
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	09	9,67%
g) Temáticas Políticas	15	16,12%
Total	93	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

<sup>82</sup> Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006)

A categoria “ataque a adversários”, por meio da qual Dilma tenta desconstruir a imagem dos seus adversários políticos, esteve presente em 36,59% do debate. Nessa seção, a candidata acusa Aécio Neves de controle da imprensa, administração ineficiente, dando ênfase ao governo tucano em Minas Gerais e à corrupção.

A ex-presidente diz a Aécio Neves: “o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação no domingo, votando e derrotando essa proposta que o senhor representa, que é o retrocesso no Brasil.”. Em outro momento, a política afirma não acreditar nas explicações que o candidato da oposição faz: “eu não acredito nisso candidato”<sup>83</sup>.

Para Dilma, a gestão tucana jogou a crise nas costas do povo brasileiro, como cita ao atacar Aécio Neves: “candidato, me desculpa, mas o senhor falou, falou e não apresentou nada de concreto. Nem no presente, agora, tampouco para o futuro”.

Ao atacar o governo de Aécio Neves com o tema da corrupção, Dilma ressalta o mensalão tucano, em Minas Gerais, e cita políticos que apoiam o peessedebista, como mostra o seguinte trecho: “se o senhor me responder por que é que o chamado mensalão tucano mineiro até hoje não foi julgado, por que é que o senhor Renato Azeredo, aliás, Eduardo Azeredo, pediu, pediu renúncia do seu cargo para o processo voltar para a primeira instância”. E ainda a política pontua que o candidato “adota uma estratégia nesse debate que é uma estratégia estranhíssima”.

Ao tratar do assunto corrupção, Dilma Rousseff diz a Aécio Neves: “Candidato, o senhor precisa estudar mais, sabe”, ao citar os processos arquivados e encerrados dos apoiadores de Aécio Neves. Segundo Dilma, o candidato e seus aliados têm muitos processos engavetados, o que impede o combate à corrupção, como cita no trecho: “só o Ministério Público abre processos engavetados e processos arquivados, e vocês arquivaram todos os processos, inclusive, o do seu candidato a ministro ia ser, ia ser julgado por improbidade”. Desse modo, a política ressalta que a impunidade durante o governo do político deu certo.

No que se refere ao ataque à gestão de Aécio Neves, Dilma afirma que o peessedebista gastou o mínimo constitucional com saúde quando era governador, por volta de 8 bilhões de reais. Em relação à inflação, ela pontua que “vocês deixaram o Banco do Brasil com uma grave dívida”

---

<sup>83</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela Globo em 24 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html>> Acesso em: 20/01/2017.

Ao atacar a gestão do candidato, Dilma recorre ao governo de Fernando Henrique Cardoso para citar a questão de empréstimos relacionados ao BNDES e ao Porto, em Cuba, e por fim pontua que tal concessão teve como objetivo beneficiar brasileiros. Com isso, a política faz referência à questão dos grampos do governo de Fernando Henrique junto com o BNDS.

O ataque à gestão do adversário também é posto em xeque. Ao tratar da questão dos bancos públicos, Dilma acusa Aécio Neves e seus aliados de tê-los quebrado: “Eu quero reiterar que vocês quebraram os bancos públicos do Brasil.” A política também acusa o peessedebista de ser contra fazer política social em relação ao subsídio, mas, no entanto, durante a campanha, o político afirma fazer isso, conforme cita: “Agora o senhor vem para mim com esta conversa de que vão fazer política social.”. Dilma acusa a gestão de Aécio de transformar o estado de Minas Gerais no segundo mais endividado do país e afirma que: “Eu acreditei, candidato, que o senhor investia em saúde e educação, até ler um parecer do TCU em que fica claro que o senhor não cumpriu o mínimo constitucional, nem em saúde, nem em educação”.

Em relação ao controle de informação do governo de Aécio Neves em Minas Gerais a candidata ataca: “Eu queria também que o senhor tivesse tanto zelo pela liberdade de informação no caso das empresas que o senhor tem em Minas”. Somado a isso, Dilma acusa Aécio Neves de estar fazendo uma campanha agressiva durante as eleições, e o vincula ao hábito de, por meio dos meios de comunicação, tentar dar um golpe nos resultados das eleições: o “povo sabe que está sendo manipulada essa informação porque não foi apresentada nenhuma prova.”. A candidata acusa as revistas de fazerem campanha para Aécio Neves: “o senhor cita duas revistas candidato, que nós sabemos para quem fazem campanha”.

Como forma de ataque ao adversário, Dilma menciona que uma das maiores questões para combater o fim da corrupção é o fim do financiamento empresarial de campanha, pois, com ele, segundo ela: “nós acabaremos com a influência do poder econômico sobre as eleições brasileiras. Isto, candidato, é que é uma vergonha!”. Dessa forma, mais uma vez, a política retoma ao gasto com publicidade da oposição.

A campanha política de Aécio Neves também é objeto de ataque, pois a petista acusa o senador de esconder os gastos relativos à publicidade, mais uma vez, ligando o político aos meios de comunicação. A política pontua que a “televisão da sua família” fazendo menção ao suposto controle da mídia pela família de Neves.

Dilma pontua que o candidato Aécio Neves não tem interesse nenhum em reforma política, pois, segundo ela, o candidato só se preocupa com eleição. Com isso, a ex-presidente

Dilma afirma: “já que o senhor perguntou, eu quero dizer que a sua máquina de propaganda, candidato, é muito eficiente”, fazendo menção ao modo como o político da oposição lida com a imprensa e a propaganda.

A categoria “construção da imagem do país” esteve presente em 22,58% de sua fala nesse debate, por meio da qual a candidata foca no passado, ou seja, em um Brasil que estava sendo construído para o povo, fazendo referência à sua gestão: “um país que cresce e que faz todas as pessoas crescerem, mas com um olhar especial para as mulheres, para os negros e para os jovens”.

Dilma aborda em sua fala um Brasil livre de preconceitos e afirma que o povo adquiriu ao longo dos anos uma melhor condição de vida, devido às gestões petistas. Desse modo, a política se dirige à maioria dos desfavorecidos, dando destaque a programas e melhorias sociais, conciliando ao mesmo tempo as gestões anteriores do PT com a sua imagem, a partir da construção da imagem do país.

Com isso, a candidata evita, em sua narrativa, questões que atingem negativamente o seu segundo mandato, abstendo-se de assuntos que desconstruíssem sua imagem ao se tratar do Brasil, em especial do primeiro mandato. Sendo assim, nessa categoria Dilma dá ênfase à sua continuidade e destaca que “hoje uma taxa de desemprego de 4,9%, ele queira ou não”.

Assim, a candidata constrói uma perspectiva de um governo melhor no futuro, caso seja eleita: “eu quero deixar claro que eu tenho certeza que eu neste próximo mandato farei um governo muito melhor se for eleita”, e pontua o esforço que tem feito para levar educação para deficientes ao longo de sua gestão.

A candidata reforça: “Nós conseguimos um avanço nos últimos quatro anos, mas esse avanço ainda não é suficiente porque durante muitos anos nesse país não investiu em esgoto tratado”. Ela relembra pontos-chave de sua gestão no combate às drogas, como a apreensão de “640 toneladas de droga, além de apreendermos armas, prendermos pessoas e de determos veículos”. E pontua que no presente o combate estava sendo realizado na “favela da Maré. Nós já tivemos lá na Bahia, também fazendo essa operação de garantia da lei e da ordem” recorda também a união entre as políticas.

A ex-presidente pontua que a sua gestão favoreceu os gastos com o Bolsa Família em comparação ao governo FHC, conforme ressalta: “Enquanto vocês no Bolsa Família por todos os oito anos do governo Fernando Henrique gastaram R\$ 4,2 bilhões, nós gastamos R\$ 4,2 bilhões em apenas dois meses de pagamento do Bolsa Família. Não tem a menor dimensão, nem comparativa, com o governo que vocês fizeram”.

Ainda usando dados estatísticos, ressalta a importância da agricultura no país, ao afirmar que “Em 2002, tiveram um financiamento de 30 bilhões, hoje nós temos um financiamento para a agricultura de 180 bilhões”.

Em relação às questões trabalhistas, Dilma ressalta o aumento do número de empregos. Segundo ela, durante setembro de 2014, chegou a 1,5% real. Em conjunto a isso, a política ressalta também o aumento do salário mínimo em 71%.

Ao ser abordada sobre a temática da infraestrutura, precisamente sobre a criação do porto em Cuba, Dilma também pontua a questão da criação de empregos a partir do financiamento de uma empresa brasileira, a qual: “gerou empregos que foram dos 800 milhões contratados, nós conseguimos gerar quase 156 mil empregos”.

Em relação ao futuro, Dilma pontua a melhora dos índices de vida dos brasileiros ao longo dos anos, em sua gestão, como afirma: “Eu vi numa reportagem da Globo News que todas as pessoas que participaram do debate de 2010 disseram que melhoraram de vida”, mencionando assim o seu primeiro mandato.

A candidata menciona “o Brasil do amor, da esperança e da união, o Brasil da solidariedade, o Brasil das oportunidades, o Brasil que valoriza o trabalho e a energia empreendedora, o Brasil que quer crescer” construindo, assim, uma imagem positiva em relação ao desenvolvimento do país. Segundo a candidata é um país que permite que todos os brasileiros cresçam: “É o Brasil da educação, da cultura. É o Brasil da inovação e da ciência. É um Brasil que quer crescer e garantir que todos, todos os brasileiros, cresçam com ele”.

A ex-presidente menciona que não vai permitir a retirada do que já foi conquistado: “nós não vamos permitir que nada nem ninguém, nem crise nem pessimismo, tire de você o que você conquistou”, garantindo, assim, a esperança e a unidade nacional. E relembra uma Lei no Congresso que destina “75% dos royalties e 50% do fundo social do pré-sal para educação”, tendo como principal objetivo o pagamento dos professores e uma educação de qualidade.

A política pontua que já construiu 4 mil creches e reforça que, se ganhar as eleições, serão construídas mais de “6 mil creches”. Em relação aos programas de casa própria, os índices são maiores: “hoje, temos 1 milhão e 800 mil casas entregues. E tem 1 milhão e 800 mil em construção.” Além disso, a política recorda as gestões anteriores, dando foco à sua gestão na construção do país: “Vocês em oito anos fizeram onze escolas técnicas federais. Nós, candidato, fizemos 422. O Lula, 214, e eu, 208. O meu número é só 1.600% maior do que vocês fizeram em oito anos”.

Dilma assume, assim, na sua retórica, o seu compromisso com o futuro: “Eu tenho um compromisso com o futuro”. Somado a isso, Dilma ressalta o seu compromisso com a população ao dizer “Eu quero que também com vocês aqui que cheguem aqui e digam que melhoraram de vida se eu for eleita, ficarei muito feliz”.

A categoria “construção da imagem do político” esteve presente em 12,90% da narrativa de Dilma Rousseff, com a qual a política constrói sua autoimagem. Nessa categoria, a ex-presidente aciona características e valores como honestidade, sobrevivência à ditadura e intolerância à corrupção. Com isso, ela apresenta dados estatísticos ao longo de todo o debate, com o objetivo de mostrar a sua eficiência como gestora, e assumindo o papel de uma candidata eficaz e ativa.

A honestidade e o orgulho são ressaltados pela ex-presidente em relação ao combate à corrupção. Assim, expõe a sua integridade e de sua gestão, negando envolvimento com corrupção, como mostra nos seguintes trechos: “eu tenho na minha vida um orgulho. Eu nunca compactuei com corrupto ou corrupção” e “E vou te dizer, doa a quem doer, eu vou condenar corruptos e corruptores”.

Dilma reforça sua honestidade, ao tratar da punição de corruptos, como pontua: “Eu acredito que hoje nós sabemos que, se não for investigado e se não for punido, o crime de corrupção vai se reproduzir”. Dilma Rousseff deixa claro seu papel de gestora responsável, ressaltando o seu compromisso como presidente, conforme o trecho: “é meu compromisso o controle da inflação”. Ela menciona a eficácia da responsabilidade de sua gestão e mostra que está sempre empenhada, ao dizer que “eu governo o Brasil e governo sistemática e diuturnamente, candidato”.

O orgulho é umas das características ressaltadas pela *persona* de Dilma Rousseff, que afirma ter honradez em relação à autonomia dada à polícia federal: “Eu tenho orgulho de ter dado inteira autonomia, que não era dada nos governos anteriores, porque nomeavam filiados de partidos para dirigir a Polícia Federal”.

A política ressalta seu papel como defensora da democracia, ao dizer que em sua vida política nunca perseguiu jornalista ou reprimiu a imprensa, ressaltando que ela tem respeito à liberdade de imprensa, pois viveu o período da ditadura militar.

A questão dos gêneros é levantada como uma forma da construção da imagem da política, ao se posicionar sobre a disparidade entre homens e mulheres e a representação feminina. Enquanto mulher e presidente, Dilma coloca em evidência seu papel de mulher na política e outras questões legislativas, conforme se observa no trecho: “Além disso, candidato,

eu sou a favor da paridade homens e mulheres, e aqui tem as mulheres indecisas que sabem a importância da representação feminina”.

Humanizada, a petista inicia o debate reforçando sua imagem, ao citar os atentados de calúnia e difamação que sofreu ao longo de sua gestão e principalmente durante a campanha. A ex-presidente se coloca em uma posição de vítima ao citar as notícias publicadas sobre ela nos meios de comunicação como, por exemplo, na Revista Veja e na Revista Época. Dilma se diz indignada com a calúnia e a difamação e afirma ser a campanha de 2014 extremamente agressiva a ela, conforme o trecho: “Agora essa revista que fez e que faz sistematicamente oposição a mim, faz uma calúnia e uma difamação do porte que ela fez hoje”.

Ao construir a própria imagem, Dilma pontua: “Quando eu falo para o futuro eu mostro as minhas credenciais”. Com isso, usa a imagem de si para expor suas credenciais, ou seja, seus valores, compromissos, responsabilidades e principalmente ações ligadas à gestão.

As temáticas políticas acionadas pelos candidatos e pelos eleitores totalizaram 16,12% de sua fala no debate, sendo que a candidata aborda o tema relacionando o seu governo e às perspectivas futuras.

Habitação e a questão da casa própria também fazem parte dos temas acionados. Segundo a candidata, o Minha Casa, Minha Vida é um dos maiores programas habitacionais do país, conforme diz: “o foco desse programa é em quem ganha uma renda até R\$ 1.600, mas ele abrange também quem ganha até R\$ 5.000”.

A inflação também é um dos temas mais abordados, e é quando a política pontua a relação de lucro com o Banco do Brasil. Ela afirma em relação à crise: “Nós enfrentamos a crise, não deixamos que a diminuição de salário recaísse na conta do povo brasileiro”.

Sobre a educação, a política reforça que o Enem é uma forma de acesso democrática às universidades e o ProUni garante o acesso a universidades privadas, assim como o FIES. Sobre a questão das creches e pré-escola, a política pontua: “Por que eu acredito que creche e pré-escola é o futuro do país”.

Ao ser questionada sobre sua relação com países como Cuba, a candidata relembra que o governo FHC fez o mesmo tipo de financiamento ao colocar produtos tanto em Cuba quanto na Venezuela. Dilma vai além, ao explicar que: “As garantias, são elas, quem dá não é Cuba, quem dá a garantia é a empresa brasileira para o BNDES”.

Ainda ao tratar da temática habitacional, ela pontua os diversos níveis de subsídio, e menciona tópicos para participar do programa Minha Casa, Minha Vida, o qual para a candidata, é o único programa dessa dimensão, e ressalta: “é um processo bastante

democrático, para impedir que haja uso político e manipulação”. Por fim, a política relembra aos brasileiros a origem da construção do programa “por que que eu acho que eu tenho condições de fazer. Por que nós construímos o programa. Não é que ele seja monopólio, é que nós fizemos”.

Ao ser abordada sobre a questão da água, a ex-presidente faz a seguinte colocação: “o fato é que a água é responsabilidade do estado”, sendo o governo parceiro. A política reforça seu plano de ação em conjunto entre a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, com as Forças Armadas para o combate às drogas.

No que se refere à aposentadoria, Dilma Rousseff explica a importância de se abrir uma discussão sobre o tema e pontua que quase há “um acordo de 85 para a mulher, 95 para os homens”. Está presente também o tema saneamento básico, no qual a política reforça a importância da parceria entre estados e municípios.

A educação é um dos pontos fortes dos temas abordados, recebendo a menção da política o Pronatec. Ela também reafirma a importância das escolas técnicas. Desse modo, a Dilma argumenta que o Pronatec é “um ensino gratuito e ele comporta tanto ensino técnico de nível médio quanto qualificação profissional”.

A política menciona a deficiência da lei no que se trata de corrupção: “Quando a lei é branda, você investiga, você identifica e, na hora de punir o criminoso, o corrupto se evade”. No que diz respeito ao Mensalão, a política pontua que os seus aliados que foram julgados, foram punidos: “É necessário dizer que eles foram condenados e foram para a cadeia”.

A categoria “(des)construção da imagem do país”, emerge em 1,07% de sua fala no debate, sendo que a candidata foca na tentativa de expor os pontos negativos da gestão de seu oponente, Aécio Neves. Ela ressalta: “o senhor tinha conseguido transformar o estado de Minas no segundo mais endividado do país”.

Dilma afirma que o senador e sua base de apoio deixaram o país no passado assolado em desemprego: “vocês deixaram o país com 11,4 milhões de pessoas desempregadas. Candidato, era a maior taxa, só perdia para a Índia, que tinha 41 milhões. Vocês bateram recordes de desemprego, recordes de baixos salários, e quando o senhor se refere à inflação, estou falando do governo Itamar, e não do Fernando Henrique”.

Observou-se que a categoria “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação”, na qual se trata das menções a partidos adversários e/ou à coligação, obteve 9,67% das narrativas do debate, momento em que a candidata cita o PSDB.

Nesse sentido, para desconstruir a imagem do PSDB, Dilma Rousseff menciona que o governo tucano, de Fernando Henrique Cardoso, deixou o país com uma inflação exorbitante. Como ressalta a petista, o PSDB tinha o costume de “engavetar todas as investigações”, o que levou o país a ter “um conjunto de julgamentos que ninguém nunca viu e nem deu fé. Foram todos soltos”. Além disso, a ex-presidente reforça que foi o PSDB que criou o fator previdenciário, o que dificultou a vida dos brasileiros: “quem criou o fator previdenciário? Criou o fator previdenciário o governo PSDB, sendo líder o senador, na época eu acho que ele era deputado”.

Ao tratar do Mensalão, Dilma observa que os membros dos partidos dela foram punidos pela investigação, no entanto, os políticos do PSDB não tiveram o mesmo tratamento, visto que muitos continuam soltos, conforme relembra: “eu posso enumerar todos os processos de vocês que nunca foram julgados e as pessoas estão soltas. O processo do Sivam, todos soltos. O processo da Pasta Rosa, todos soltos. O processo dos trens de São Paulo, todos soltos”. Foi observado que a política profere a mesma fala em outros debates.

#### **4.4.8 Debate Eleições 2014: Aécio Neves na Globo – 24 de outubro 2014**

No último debate do segundo turno eleitoral, assim como nos demais debates do período eleitoral, Aécio Neves direcionou a maior parte de sua narrativa ao “ataque a adversários”, colocando a candidata Dilma Rousseff na berlinda, ao tratar da corrupção na gestão da petista. Outra categoria acionada de forma recorrente é a “construção da imagem política” que aparece, segundo a análise quantitativa, em segundo lugar no debate da Globo, realizado no dia 24 de outubro de 2016, cuja transcrição foi posteriormente disponibilizada no site G1 (Quadro 22).

Quadro 22 – Eleições 2014: Aécio Neves na Globo

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	27	20,30%
b) Ataque a adversários	48	36,12%
c) Construção da imagem do país	10	7,51%
d) (Des) construção da imagem do país	23	17,29%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	02	1,50%
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	09	6,76%
g) Temáticas Políticas	14	10,52%
Total	133	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

O político destina 36,12% do seu debate à categoria “ataque a adversários”, por meio da qual aborda a crise econômica do país, a ineficaz administração dos governos anteriores, a corrupção, entre outros temas. Aécio frisa os principais pontos que abalaram a estabilidade do governo Dilma ao longo dos anos, apresentando-se como um candidato da mudança, da transformação necessária, e frisa: “eu não vou terceirizar responsabilidades”.

Aécio Neves conscientemente adverte a candidata Dilma Rousseff em alguns momentos durante o debate, como no trecho: “Eu não devia lhe corrigir em público, mas eu era líder do PSDB, mas vamos passar isso”<sup>84</sup>, “Vamos manter as regras?” Em outro momento o político acusa a política de estar mal informada: “lamento, candidata, que a senhora esteja tão mal informada em relação ao seu governo” e também pontua “vamos aguardar o eleitor decidir se a senhora vai ter o próximo mandato candidata”.

Como forma de ataque, o senador se refere ao Mensalão e questiona a petista sobre a prisão de José Dirceu. De forma crítica, pergunta se foi um ato heroico ou uma punição. Logo após, Aécio acusa a política de não responder a sua pergunta, conforme mostra o trecho: “Candidata, a senhora traz agora, além da negação da resposta do que eu perguntei, acho o que Brasil merece saber o que a cidadã, o que a candidata Dilma acha em relação à condenação do Mensalão”. O político ainda reforça seu questionamento ao dizer: “Candidata, não posso deixar de retornar à pergunta anterior, dizer que infelizmente nós vamos às urnas,

<sup>84</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido pela Globo em 24 de outubro de 2014, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html>> Acesso em: 20/01/2017.

todos nós brasileiros, sem que saibamos o que a candidata e o que a cidadã Dilma Rousseff acha em relação ao Mensalão”.

Sobre a campanha de 2014, o candidato afirma que foi a mais sórdida da história, pois houve muita calúnia, infâmia e acusações. Com isso, cita algumas revistas que publicaram matérias a respeito de escândalos de corrupção. A partir disso, o político faz um ataque à imagem de Dilma Rousseff e seus aliados em relação ao tema. Com pontua o candidato: “A revista hoje publica que o delator, um dos delatores do “petrolão”, disse que a senhora e o ex-presidente Lula tinham conhecimento da corrupção na Petrobras, uma oportunidade da senhora responder aos brasileiros. A senhora sabia, candidata, da corrupção na Petrobras?”.

Nesse sentido, o tema corrupção é recorrente assunto como forma de ataque à então presidente. Ao tratar do tema delação premiada, o político explica que a “delação premiada traz ao réu o benefício de ele obviamente apresentar provas, caminhos que levem à comprovação das acusações e nós temos que aguardar que isso ocorra”.

Aécio pontua que Dilma Rousseff parece ter vergonha do Ministro da Fazenda de seu governo, já que ele foi demitido. O candidato levanta questões relacionadas a escândalos de corrupção e ao aparelhamento da máquina pública em prol do governo ao atacar a sua oponente, lembrando que seu “vice-presidente está preso na Itália e o presidente atual é alvo de gravíssimas denúncias”.

O Mensalão acaba sendo um assunto de ataque referente à corrupção. Ao falar do processo em Minas Gerais, o político lembra a candidata: “o senhor Walfrido dos Mares Guia, que voou no avião presidencial com a senhora”. Além disso, o senador também acusa Dilma Rousseff de ter passado a vida longe de Minas Gerais “candidata, nem o fato de ter passado toda a sua vida longe de Minas Gerais justifica ofender tanto a realidade de Minas Gerais, candidata”.

Desse modo, o peessedebista ressalta que os brasileiros não aguentam mais abrir o jornal e se deparar com escândalos de corrupção. Além disso, o político cita informações sobre corrupção publicadas em uma determinada revista, e acusa a candidata e o partido da tentativa de tirá-la de circulação. O político usa os meios de comunicação para desconstruir a imagem da oponente durante a campanha: “Uma outra revista, para ver que não há um complô contra a senhora, lança hoje na sua capa, a revista Isto É, fala da campanha da mentira, da campanha da infâmia”.

Ao relacionar Dilma a esquemas de corrupção durante a campanha, o político diz que na sede do partido da oponente “foram apreendidos boletins apócrifos contra a minha

candidatura”. E ainda menciona que, no Nordeste brasileiro, carros de som estariam circulando dizendo que, se o eleitor votasse no 45, ele estaria automaticamente desligado do Bolsa Família. Assim, afirma que o retrato do Brasil na campanha de Dilma Rousseff é diferente: “o retrato do Brasil da propaganda do seu marqueteiro”, como tentativa de atacar a campanha política e publicitária da concorrente.

Ainda ao tratar da campanha de Dilma Rousseff, o senador afirma que, “às vésperas do segundo turno, o seu coordenador financeiro da campanha pediu para aumentar o teto de gastos, porque não tinha mais onde colocar dinheiro, candidata.”. Em seguida o candidato critica a proposta de reforma política: “a senhora apresenta uma proposta que eu gostaria de conhecê-la, porque não sei como funcionaria, dois turnos de eleição proporcional, essa é a primeira vez que ouço”.

O peessedebista acusa a gestão adversária de ter afugentado os investimentos, o que gerou danos na inflação, e acusa: “a senhora será a primeira presidente da República pós-plano real que deixará o país com uma inflação maior do que aquela que recebeu”. Ao qualificar a política como “confusa” durante uma explicação, o candidato retoma a questão da inflação e acusa Dilma Rousseff de dever os bancos.

Em seguida, o político ataca a candidata, ao dizer que seu governo é das estatísticas favoráveis, fazendo menção ao controle dos índices governamentais. Ainda em meio ao debate, Aécio diz: “candidata, acho que mais do que esses números decorados, essas estatísticas, vamos falar de educação, que é o essencial”.

Ao atacar Dilma Rousseff, Aécio Neves observa que sempre são feitas as mesmas promessas, os mesmos compromissos, assim como nos últimos 12 anos não teria sido feito nada: “Infelizmente, o candidato oficial não apresentou um programa de governo para que nós pudéssemos saber quais são as metas, quais são as prioridades que ela tem”. Ele ataca Dilma Rousseff, ao ressaltar que o governo da presidente optou por um alinhamento ideológico ao governo dele, impossibilitando a abertura de um novo mercado ao país. Aécio acusa o governo de Dilma de ter perdido a capacidade de recuperar o crescimento do país e de gerar confiança nos investidores.

A partir disso, Aécio acusa Dilma de ausência de planejamento: “é uma vergonha em todas as regiões do Brasil, e essa é a marca do seu governo, candidata”. Ao acusar a candidata de ausência de planejamento, o político pontua as obras da transposição do rio São Francisco, a Transnordestina e a Abreu e Lima.

O político ainda retoma a ideia da máquina pública, na gestão adversária, pontuando que, no governo de Dilma Rousseff, “técnicos foram substituídos por apadrinhados políticos”.

O candidato Aécio Neves dedica 20,30% da sua fala nesse debate à categoria “construção da imagem do político”, por meio da qual o político arquiteta sua *persona*. O senador e ex-governador de Minas Gerais constrói a sua narrativa exaltando valores como honra, respeito, futuro e as lembranças do avô, como no trecho: “eu, Presidente da República, vou cumprir o meu papel”, mostrando assim sua responsabilidade.

Aécio se coloca como o candidato da mudança e da revolução, opondo-se a um possível segundo mandato de Dilma Rousseff, como no trecho: “Eu não sou hoje mais o candidato de um partido político, eu sou o candidato da mudança, essa mudança que você e sua família querem ver no país, mudança de valores, mudança na eficiência do estado e, principalmente, na generosidade com que o governante deve tratar os brasileiros”. E pontua que os brasileiros querem que ele fale de futuro.

O candidato afirma ser honrado, ao ser comparado com Fernando Henrique Cardoso, mas observa que: “eu me chamo Aécio Neves. Eu disputo a Presidência da República para governar a partir de 1º de janeiro de 2015”. Ao mesmo tempo em que faz uma associação com FHC, o político se posiciona como único, e afirma ainda que “quero ser lembrado como o presidente que revolucionou a educação no Brasil”. Além disso, reforça com a seguinte frase: “eu tenho uma honra e um orgulho enorme de ter hoje como um aliado muito forte, o presidente Fernando Henrique”.

Logo, o político se diz honrado também por ter caminhado pelo país. Segundo ele, isso é “uma coisa nova surgindo, uma emoção nova, uma confiança nova”; “Eu chego ao final dessa campanha de pé, honrado, pelo apoio, pelas manifestações de carinho e de confiança no nosso projeto”.

O político posiciona-se a favor da limitação do financiamento de campanha, tentando mostrar, assim, sua honestidade: “Eu não, eu sempre defendi limitações no financiamento privado e defendi o voto distrital misto, e defendi a cláusula de desempenho, algo, inclusive, que foi aprovado no tempo em que eu estava na Câmara dos Deputados”.

Em outro trecho, o peessedebista também tenta mostrar sua honestidade, dizendo que, mesmo diante de uma campanha, é sincero, e ainda sustenta seus argumentos com o fato de ter sua gestão elogiada pela presidente: “Em relação a mim, ao meu governo, candidata, eu fico sempre com os enormes elogios que a senhora me fez, até constrangido, porque eram elogios realmente muito fortes, que nem correligionários costumeiramente me faziam”.

Ao recorrer à imagem do avô, Tancredo Neves, para construir a sua imagem, o político ressalta que: “há 30 anos atrás, acompanhando meu avô Tancredo, eu fiz essa mesma caminhada pelo Brasil”, e diz que infelizmente o avô não pode assumir a presidência, mas: “esteja certo que subirei a rampa do Palácio do Planalto com a mesma coragem, com a mesma determinação, com o mesmo amor ao Brasil, com a mesma generosidade com que ele nos conduziu à democracia”.

O candidato faz uso da sua gestão em Minas Gerais para construir a sua imagem, como mostra o trecho no qual o candidato, mais uma vez, elogia o estado: “Minas Gerais é um estado extraordinário, candidata. É o estado que só cresce. Tem a melhor educação fundamental do Brasil. A melhor saúde da região Sudeste, é o que teve um governador muito correto”.

Ainda ao citar seu orgulho, o político diz se sentir honrado com a sua gestão em Minas Gerais: “Eu governei Minas com um orgulho enorme, candidata, por oito anos, e levei Minas Gerais, que não é o mais rico dos estados brasileiros, é o segundo mais populoso”. Assim, o político mostra também as qualificações de sua gestão no estado, principalmente ao dizer em seguida a seguinte frase: “E quem fez, candidata, tem mais autoridade para dizer que vai fazer”.

Ao responder a uma pergunta de uma mineira, o candidato diz: “Minha querida conterrânea”. Em outro momento, ao responder outra pergunta, o político diz: “eu vou lhe dizer aqui olhando nos seus olhos”.

À categoria “(des)construção da imagem do país”, Aécio Neves foca 17,29% do seu debate. Nesse segmento, o político aciona os pontos negativos do Brasil nos últimos anos, dando ênfase ao governo Dilma. O candidato menciona o fato de, na atualidade, o país possuir um custo-Brasil altíssimo e com baixo investimento em logística, tendo como consequência a punição dos brasileiros.

Ao tecer a imagem do país no passado, Aécio recorre à imagem do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que, em 1994 a “inflação era de 916% ao ano. O plano real que o seu governo, que o seu partido votou contra, permitiu que ela chegasse a 7,5% e depois, com a eleição do presidente Lula, a 12,5%”.

Aécio Neves ressalta que o Brasil é visto pela comunidade internacional como o país que menos cresce na região, pois tem uma taxa de investimento de 16,5%, segundo o político. Logo, é “preciso que o seu governo reconheça isso, porque os mercados, outros países, os brasileiros já reconhecem”. O político reforça que: “Em qualquer ranking

internacional, candidata, é vergonhosa a posição do Brasil. Inclusive, em relação a nossos vizinhos”.

O candidato menciona que o país parou de crescer e, com isso, parou de gerar emprego. Segundo o político, nesses “últimos anos, nesses últimos quatro anos, mais de um milhão de empregos na indústria deixaram de existir”. Assim, o político reforça que, no futuro, o país necessita voltar a crescer, pois a taxa de investimento na época era de 16,5% do PIB.

O político observa que o país é um cemitério de obras inacabadas, em conjunto com as denúncias de desvio e fracasso dos indicadores sociais. Segundo o senador: “vamos mal na segurança pública, uma omissão criminosa do governo federal e vamos muito mal na educação”.

O político reforça que, na atualidade, 52% dos domicílios brasileiros não têm esgotamento sanitário adequado: “sete milhões dos domicílios brasileiros não têm sequer um banheiro em casa”, e observa a dificuldade dos brasileiros em pagar aluguel no país.

Quanto às creches, o político pontua que, se as creches prometidas há quatro anos tivessem sido construídas: “seu filho, ou seu sobrinho, ou o neto de tantas pessoas que estão aqui nos ouvindo estariam tendo a tranquilidade de onde deixar seu filho”. Em conjunto a isso, o candidato menciona que o Brasil envelhece e “não tem hoje serviços e nem mesmo a proteção necessária aos idosos”.

Além disso, o político pontua que o governo atual permitiu que o etanol fosse destruído, pois “cerca de 70 usinas deixaram de moer, o desemprego chega, candidata, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres que fornecem a cana-de-açúcar”.

Sobre os bancos, o político pontua que “o seu governo deve à Caixa Econômica Federal mais de R\$ 10 bilhões, deve ao Banco do Brasil R\$ 8 bilhões no crédito safra, porque seu governo descontrolou a economia do país, candidata, essa é a realidade incontestável”.

Assim, levando o país ao tema futuro, o candidato diz que deseja debater o Brasil “daqui pra frente”. Nessa perspectiva, Aécio recorre à crise do país que, segundo ele, assola todos os setores: “país extremamente produtivo da porteira para dentro, da porteira para fora falta tudo, candidata, falta ferrovias, faltam hidrovias, faltam rodovias, portos, já que os recursos estão indo para portos fora do Brasil e é preciso que haja planejamento” Com isso, o país, segundo o político, teria mais competitividade em relação ao exterior.

Como presidente do futuro, Aécio diz que a “história a gente não reescreve presidente, o futuro, sim. Esses nós podemos escrever de forma diferente do que está sendo

escrito pelo seu governo”, na tentativa de traçar uma nova visão da transformação e mudança representada por ele.

O político destina 10,52% da sua fala às “temáticas políticas”, que englobam os temas referências do Brasil, como emprego, corrupção, impunidade, a questão agrária, entre outras melhorias agrárias e sociais.

Para Aécio, existem duas formas de ver a questão do emprego, que estão vinculadas à política econômica, ou seja: “o que vem acontecendo com os investidores impacta na condição dos trabalhadores”. Sobre o tema da educação, o político cita o Pronaf e afirma sua ênfase às escolas técnicas, como cita: “nós não vamos ter uma educação de qualidade se os professores não forem bem remunerados”.

Em relação aos programas de assistência e aos programas habitacionais, o político afirma que daria continuidade: “programas sociais que têm alcance na vida real, na vida das pessoas.” Ele ainda menciona que caso eleito iria “ampliar esses programas habitacionais com parcerias mais efetivas”. Em conjunto a isso, o peessedebista se coloca como favorável à questão da integração entre estado e município para tratar a questão do saneamento básico: “É sim fundamental que nós resgatemos a capacidade de fazer parceria com os municípios”.

O candidato se posiciona contra a corrupção e em prol da investigação do Mensalão, pontuando a importância do fim do desvio de verba pública. Ao abordar o tema segurança e drogas, o político afirma a necessidade de rever as leis, para que a impunidade não continue. O político ressalta sua preocupação com a questão da agricultura, da água em São Paulo e da ação específica aos idosos, como no trecho: “Nós vamos cuidar dessas pessoas, encontrar formas para que elas possam se aposentar”.

Aécio gasta 7,51% do seu debate com a “construção da imagem do país”, abordando o passado de sua gestão em Minas Gerais, a época do governo FHC, e o futuro do Brasil. O candidato afirma que, se ele tiver o privilégio de governar o país, daqui a quatro anos os brasileiros irão ter uma nova realidade.

Em relação ao passado, o ex-governador faz uso de Minas Gerais para construir a imagem do país, a partir das benfeitorias no estado, conforme mostra o trecho: “Minas Gerais, que é o estado que tem o maior número de municípios do Brasil, são 853, é um estado muito heterogêneo, por que nós temos lá, para muito orgulho nosso, um Nordeste encostado no nosso território, conseguimos fazer com que Minas tivesse a melhor educação do Brasil”. Além disso, ao construir a imagem do país em relação ao passado, Aécio Neves ressalta o controle da inflação com o Plano Real.

O político recorre à construção do seu governo em Minas Gerais para fazer um paralelo do país no futuro. Desse modo, o candidato menciona que sua maior preocupação será a “proibição de que os recursos aprovados no orçamento da União para a segurança pública sejam represados para o governo fazer superávit primário, como vem acontecendo com grande parte dos recursos até aqui”.

Com o olhar para o futuro, o candidato ressalta que seu compromisso com o agronegócio é desde sua formação em Minas Gerais. A partir disso, o candidato constrói a imagem futurística do Brasil, ao afirmar que “nós vamos ter uma política agrícola baseada no crédito, no seguro e no respeito, na segurança jurídica no campo, candidata”. Aécio Neves afirma que irá criar um “superministério” da agricultura. Segundo o candidato: “um ministério criado no meu governo para definir os investimentos em logística que garantam maior competitividade a quem produz no Brasil”.

Ainda em relação ao futuro, o candidato diz que anunciou uma política de fronteira diferente da que vem sendo implantada no país, e diz: “[o] Brasil que nós queremos construir, o Brasil do futuro”.

Em 6,76% do debate, Aécio foca na (des)construção da imagem do PT, momento em que o candidato pontua que o partido da ex-presidente fracassou na condução da economia, pois a inflação teria saído do controle. Aécio Neves diz que os bancos públicos são aparelhados ao governo, e relembra: em “2003, o Banco do Brasil tinha três diretorias, entre presidência, vice-presidência e diretorias. Hoje tem, candidata, talvez a senhora nem saiba, 37, um terço delas ocupadas por filiados do PT”.

O senador afirma que, durante os doze anos do PT no poder, nada melhorou, pois “não houve qualquer ação do PT, ou do governo do PT, para que algumas dessas propostas pudessem avançar”. Em sequência, o político exclama: “vamos tirar o PT do poder”. Somado a isso, o candidato destaca que o partido “recebeu 80 milhões de reais em doações empresariais”.

Por fim, destina apenas 1,5% à “construção da imagem do partido e/ou da coligação”, quando faz uma breve menção ao PSDB.

#### 4.5 IMPEACHMENT 2016: ESTUDO COMPARATIVO DAS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES DURANTE OS PRONUNCIAMENTOS E ENTREVISTA

A partir das análises realizadas, observou-se que as narrativas acionadas por Dilma Rousseff e Aécio Neves durante o Impeachment 2016 destoam das narrativas apresentadas nos debates das Eleições 2014. Essa nova postura dos atores políticos está relacionada ao contexto de crise política decorrente do processo do impeachment, que gerou, tanto na população, quanto no ambiente político, incertezas sobre o futuro do país. Como discorre Aldé, sendo o processo de construção das atitudes políticas um processo comunicacional, os candidatos, em seus discursos, recorrem a determinados quadros de referência (ALDÉ, 2001).

Vale ressaltar que os pronunciamentos de Dilma Rousseff e Aécio Neves, assim como os dos senadores e demais políticos durante o período do impeachment, adquirem, de certo modo, a forma de espetáculo. Em alguns momentos do contexto político brasileiro, a deposição da presidente assumiu a forma de alegoria, ou seja, de um teatro na mídia. Esse fato, por estar ligado à visualização, remete à alegoria das relações de poder em contextos de cerimônias políticas, diante dos campos políticos e da comunicação (WEBER, 2007).

Diante disso, os pronunciamentos dos políticos organizam o cenário do impeachment à medida que o processo acontece. Fica evidente por meio das narrativas que Dilma Rousseff prioriza a construção de sua imagem e Aécio Neves foca na categoria<sup>85</sup> ataque à adversário. Nesse contexto, a mídia atua como gestora dos fatos políticos e da sistematização da vida pública (ALBUQUERQUE, 1994; RUBIM, 2002).

A partir disso, de acordo com os dados levantados, foi observado que, no segundo momento da análise, o processo de impeachment, Dilma Rousseff dedica maior parte de sua fala à construção da imagem do político e às categorias “ataque ao adversário”, “construção da imagem do país”, “desconstrução da imagem do país” e “temáticas políticas”.

Em contrapartida, Aécio destina seu discurso à construção da imagem do político, ao ataque ao adversário (maioria), à “construção da imagem do país”, à “(des)construção da imagem do país”, à “(des)construção da imagem do partido e/ou da coligação” e a “temáticas

---

<sup>85</sup>Para uma organização melhor da análise apresentada, a exposição comparativa deste subcapítulo obedece à ordem do ranking das categorias apresentadas no Quadro 15, mesma ordem de dados do subcapítulo 4.4 sobre o período eleitoral de 2014, no entanto, esse subcapítulo (4.5) faz a análise do segundo momento, período do impeachment 2016.

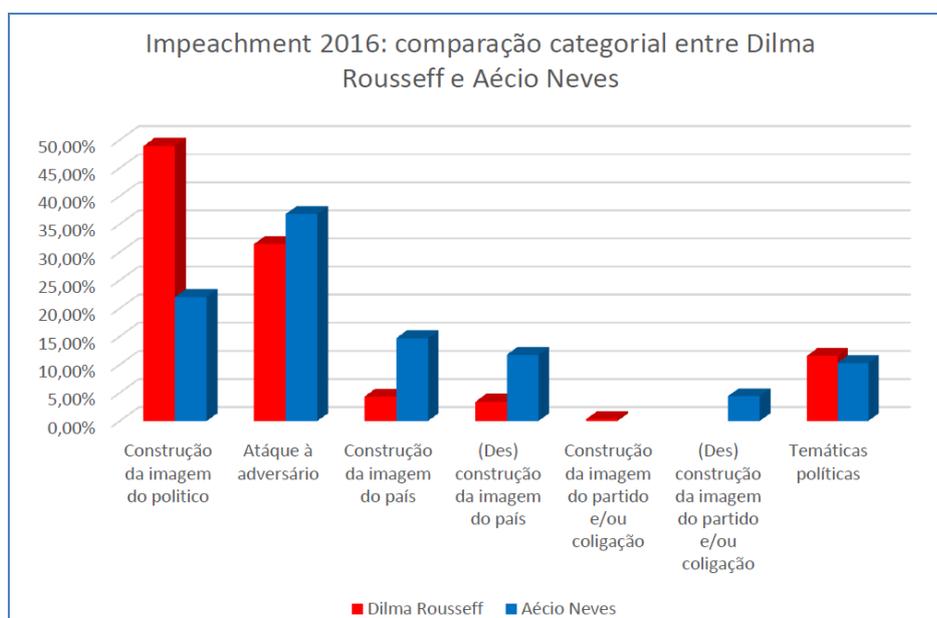
políticas” (Quadro 23). Em seguida, apresenta-se Gráfico 5, em que os mesmos dados estão em forma de gráfico.

Quadro 23 – Comparação das categorias do pronunciamento de Dilma Rousseff e Aécio Neves, durante o Impeachment 2016, em ordem decrescente

<b>Categorias</b>	<b>Dilma Rousseff</b>	<b>Aécio Neves</b>
a) Construção da imagem do político	48,93%	22,05%
b) Ataque à adversário	31,46%	36,79%
c) Construção da imagem do país	4,36%	14,70%
d) (Des) construção da imagem do país	3,42%	11,76%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	0,32%	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	4,41%
g) Temáticas políticas	11,52%	10,29%
Total:	100%	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados levantados pela pesquisa

Gráfico 5 - Impeachment 2016: comparação categorial – Dilma Rousseff e Aécio Neves



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Vale ressaltar que os pronunciamentos e entrevistas concedidas em rede nacional fazem parte do poder simbólico exercido por meio da reputação, um dos principais valores

acionados em um ambiente marcado por escândalos políticos. Em um momento de decisão, como durante o processo de impeachment e crise política, os meios de comunicação tornam-se veículos para a produção do espetáculo político. Essa observação dialoga com o fato de a mídia e os meios de comunicação terem o poder de construir, destruir e manter as competências dos campos políticos (DE LIMA, 2006).

Em um ambiente marcado por dúvidas e incertezas, tanto Dilma Rousseff quanto Aécio Neves focaram boa parte de seus discursos na construção da imagem política, na tentativa de estruturar e reposicionar o papel político diante da crise. Observou-se que ambos os políticos recorrem à categoria, principalmente Dilma Rousseff, que destinou 48,93% de suas narrativas a essa categoria, enquanto Aécio utilizou 22,05%. (Quadro 23)

Convém destacar que, ao construir uma imagem (personagem), o ator político tem como objetivo construir uma imagem e conseqüentemente gerar uma identificação, a qual está vinculada a um personagem que simboliza os anseios da nação, formando o poder com face, sendo que o político representa a imagem de si e formula atribuições, valores e características de si (SCHWARTZEMBERG, 1977).

Nessa etapa de análise, observou-se que Dilma Rousseff faz uso de atributos que compõe sua *persona*, como sua maturidade, do papel da mulher e de um sentimento de tristeza, que a comove. Além disso, estão presentes em seu discurso: honra, orgulho, sentimento de injustiça em relação ao processo (mártir), esperança, honestidade, responsabilidade, inocência e tranquilidade. Ela também explicita que foi escolhida pela população (heroína), que enfrenta desafios, que passou por períodos difíceis, como a tortura na época da ditadura, que venceu o câncer, que deu continuidade à gestão de Lula.

Reforça, ainda, que é agradecida pelo apoio da população, que é defensora da democracia (heroína) e que se mantém em constante luta política. Esses recursos, como pontua Rubim (2002), compõem o cenário do espetáculo ao apresentar características como a sensibilidade, a emoção e a encenação, que fazem parte do ritual político. Convém ressaltar ainda que essa recorrência na categoria “construção da imagem do político”, ao mesmo tempo que aproxima os cidadãos, os distanciam dos debates relativos a projetos e metas políticas (ALDÉ, 2001).

Seguindo a linha de pensamento de Manin (1995), as características dos políticos com base nas atitudes individuais são mais lembradas do que projetos políticos e partidos. No cenário político brasileiro, ao analisarmos o Impeachment 2016, é possível nos lembrarmos do impeachment de Collor, nos anos 1990, e de sua posterior eleição para senador, anos

depois, como forma de exemplificar a ideia do autor, o que gerar uma possível candidatura futura de Dilma Rousseff.

Da mesma forma, Aécio Neves foca sua narrativa na honra e no orgulho. Ele se mostra defensor da democracia, diz que está tranquilo em relação à sua gestão e ao seu posicionamento, se assume perdedor das eleições e, como um juiz do impeachment, coloca o respeito acima de tudo. Mostra-se previsor do futuro e herdeiro do legado de Tancredo Neves. Com isso, os papéis dos representantes políticos são assumidos de maneira teatral pelo ator político (GOMES, 2004; SCHWARTZENBERG, 1977).

A segunda categoria mais recorrente foi “ataque ao adversário”, na qual os dois políticos focam na desconstrução da imagem dos políticos, levantando questões polêmicas e escândalos de corrupção. Dilma utilizou 31,46% do seu discurso a essa categoria, e Aécio recorreu a 36,79%. Nota-se que a fórmula de ataque aos atributos pessoais e ao governo adversário muitas vezes se dá como estratégia retórica eficaz, na qual o político põe de lado questões ligadas ao seu projeto ou à sua visão de mundo para pôr em xeque a gestão ou o posicionamento do seu concorrente, lançando assim as dúvidas e incertezas.

Nessa parte, de forma decrescente, Dilma Rousseff: foca seu discurso primeiramente na tentativa de golpe, na qual ressalta o rito do processo de impeachment; apresenta as lacunas relacionadas ao rito de impeachment, expondo as negligências do processo. Expõe também a suposta traição de Michel Temer (na época vice-presidente); pontua as questões de corrupção relacionadas ao governo adversário; menciona Eduardo Cunha e as falhas da gestão de seus adversários políticos. Para Santos (2016), nesse contexto houve um golpe contra um governo que visava às minorias, de certo modo semelhante ao golpe militar realizado em 1964.

Já Aécio Neves ressalta em seu discurso, em primeiro lugar, a gestão adversária, focando na desconstrução da imagem de Dilma Rousseff e de seus aliados. Em seguida, o político narra as lacunas do rito do impeachment, quando menciona o posicionamento dos adversários em relação ao rito e à corrupção dos adversários políticos, como durante a gestão da presidente. Isso posto, a menção da palavra “golpe” contribui para sustentar a tese do uso criminal do fazer político, a partir da abordagem criminosa das funções políticas e de meios que possibilitam o uso particular dos atores e institutos ligados ao setor judiciário (AVRITZER & MORONA, 2017).

Vale ressaltar que, como menciona Prandi e Carneiro (2017), durante a admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, foram apresentadas justificativas voltadas a ideias de valores e moral, principalmente em defesa da tradição, da

família, da religião e da base eleitoral dos deputados. O mesmo foi observado nas narrativas de Aécio Neves, nas quais as razões judiciais da instauração do processo foram postas em segundo plano diante da desconstrução da imagem da ex-presidente.

Torna-se evidente que o ritual político dialoga com o funcionamento da sociedade com origem no período monárquico, o qual relacionava deuses *versus* leis para que os sistemas sociais exercessem sua função (ABÉLÈS, 1995). O período do processo do impeachment dialoga com essa visão do autor, ao colocar Dilma Rousseff em constante posição de ré, e fazendo a relação entre bem e mal, certo e errado.

No que diz respeito à “construção da imagem do país”, os candidatos pontuam as questões positivas do Brasil. Em 4,36% de sua fala, Dilma Rousseff pontua as características das gestões de seu primeiro e segundo mandato e as melhorias advindas do cenário nacional a partir da eleição do PT.

Diante disso, convêm mencionar que as políticas eficientes não estão diretamente relacionadas às elevadas aprovações do público, pois os fatores de interpretação eleitoral são subjetivos e tendem a inviabilizar a análise concreta das tendências e preferências eleitorais, portanto, um governo bem avaliado, nem sempre é um bom governo (SAMPAIO, 2016).

Quanto a isso, Aécio Neves recorre em 14,70% ao futuro, na tentativa de construir a imagem do país, mostrando assim os benefícios do processo do impeachment. Nesse sentido, a manutenção de crenças de um país melhor tende a negar as participações de determinados agentes sociais e, assim, contribui para o ambiente de dominação das estruturas sociais e transformações democráticas da sociedade (CORREIA, 2004). Desse modo, assim como nas eleições 2014, o político dá ênfase ao Brasil do futuro e às suas possibilidades, fazendo, de forma indireta, um contraponto entre a imagem do desenvolvimentista do futuro e do passado, ou seja, aos mandatos anteriores do PT.

Diante disso, convêm mencionar que políticas eficientes não estão diretamente relacionadas às elevadas aprovações do público, pois os fatores de interpretação eleitoral são subjetivos e tendem a inviabilizar a análise concreta das tendências e preferências eleitorais, visto que um governo bem avaliado, nem sempre é um bom governo (SAMPAIO, 2016).

Na categoria “(des)construção da imagem do país”, Dilma Rousseff foca 3,42% de sua narrativa nos aspectos do passado, relacionando melhorias ocorridas no Brasil após o mandato do PT. O cenário atual do impeachment é abordado nos pontos negativos do rito no presente, e a política enfatiza que a perda de credibilidade do país em crise está vinculada aos trâmites do processo.

Além disso, Dilma ressalta o futuro na construção de sua narrativa, apontando as consequências para o país, caso o impeachment se concretizasse na época. Nesse sentido, a categoria contribuiu para que a manutenção de crenças tendesse a negar a participação de determinados agentes sociais e, assim, contribuiu para o ambiente de dominação das estruturas sociais e transformações democráticas da sociedade (CORREIA, 2004).

Já Aécio Neves utiliza 11,76% de sua narrativa para a (des)construção da imagem do país. Esse dado contribui para afirmar a tese da ênfase no candidato em um ambiente de disputa. Ele reforça o cenário atual, ou seja, a crise política do país e os pontos negativos que levaram ao rito e ao passado, ressaltando de forma negativa a perda da credibilidade do país nos últimos anos.

A categoria “construção da imagem do partido e/ou da coligação” é acionada apenas por Dilma Rousseff, em 0,31% de sua fala. Como reforça Kinzo (2005) o clima de competição no ambiente eleitoral estimula a personalização e propicia uma indistinta disputa partidária.

Já a categoria “(des)construção da imagem do partido” é utilizada apenas pelo candidato Aécio Neves, em 4,41% de sua narrativa. Nesse momento, ele evoca partidos como PSB e PMDB, além de Michel Temer. Nessa perspectiva, as individualidades dos políticos assumem a posição de primeiro plano diante da perda de menção das plataformas políticas (MANIN, 1995).

Esses dados reforçam a suposição que a identidade partidária e o personalismo são coexistentes em um ambiente com o suporte dos meios de comunicação, no qual o político com melhor visibilidade adquire um melhor posicionamento partidário, o que conseqüentemente, reforça o modelo representativo de governo (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002).

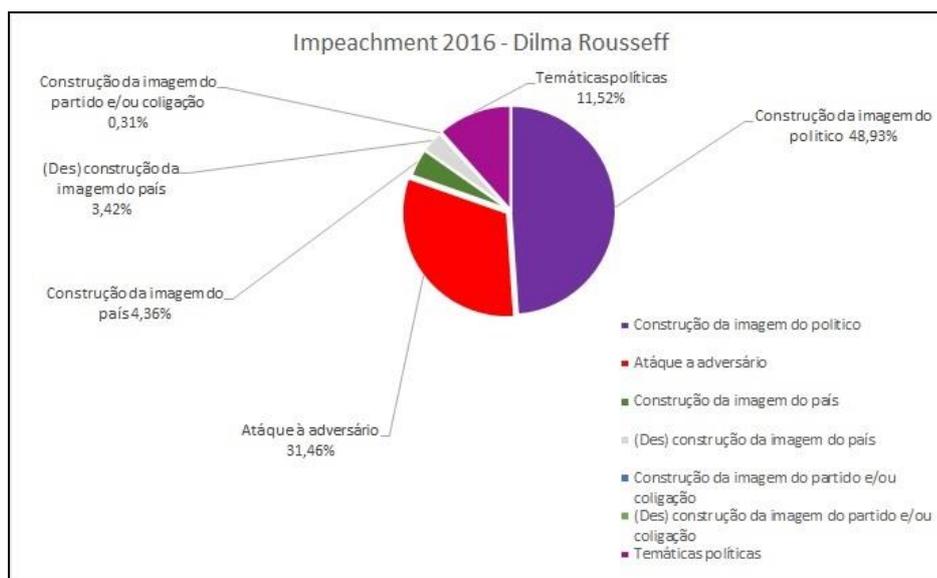
Por fim, a categoria “temáticas políticas”, aparece em 11,52% das falas de Dilma Rousseff, que aborda questões relacionadas aos projetos e programas políticos dos últimos anos, como mudança de classe, salário mínimo e aposentadoria, questão trabalhista, políticas voltadas para o público LGBT, mulheres e negros, privatização, recursos naturais, programas de saneamento básico, saúde, educação, habitação, proteção às crianças, programa de assistência, inflação, manifestações e tramites do impeachment. Em contrapartida, Aécio Neves recorre às temáticas políticas em 10,29% de sua fala, abordando apenas mudança de classe, programas da casa própria e de assistência, inflação e manifestações populares.

Sobre o cenário das manifestações políticas de 2013 em prol do Impeachment 2016, vale lembrar que os eventos de cunho político são construídos a partir da encenação

de ritos sociais. Essa encenação está relacionada a ritos políticos que promovem a espetacularização (RUBIM, 2002).

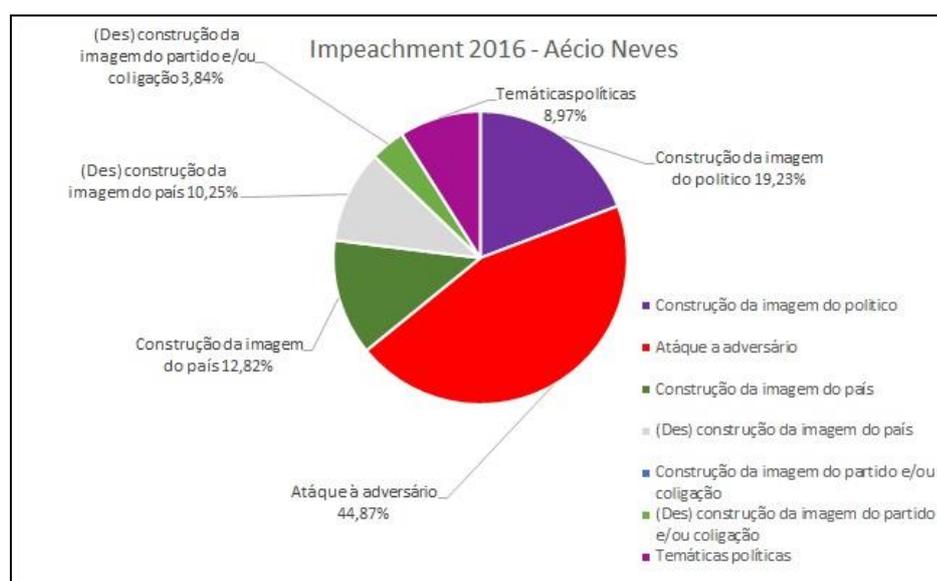
Os gráficos 6 e 7, a seguir, expõem os dados da análise de conteúdo comparativo das narrativas de Dilma Rousseff e Aécio Neves no segundo momento (Impeachment 2016), traçados a partir dos seis vídeos analisados no período do Impeachment.

Gráfico 6 - Impeachment 2016: categorias utilizadas por Dilma Rousseff



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 7 - Impeachment 2016: categorias utilizadas por Aécio Neves



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Nos próximos subcapítulos é feito a análise de cada um dos vídeos do segundo momento da pesquisa, o Impeachment 2016, obedecendo à divisão dos candidatos (Dilma

Rousseff e Aécio Neves) com a finalidade de contribuir para a compreensão dos dados expostos anteriormente. Os trechos das narrativas dos políticos utilizados a seguir encontram-se sob transcrição literal, ou seja, com a ocorrência de transgressões gramaticais que não comprometem a análise, a qual se trata de narrativas semânticas.

#### **4.5.1 Impeachment 2016: primeira declaração após a abertura do processo, pronunciamento de Dilma Rousseff – 18/04/2016**

Esse pronunciamento destinado à nação é o primeiro vídeo do período dos três vídeos de Dilma Rousseff, do período do impeachment, analisados nesta pesquisa. Ressalta-se que o dia 17 de abril de 2016 foi marcado pela conturbada sessão de votação dos Deputados Federais durante a abertura do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. No dia 18 de abril, Dilma Rousseff faz sua primeira declaração após a abertura do rito.

A política dedica mais de 64% de sua narrativa à construção da imagem de si, na tentativa de expor a sua honestidade, eficiência e integridade diante de sua posição de ré em um processo contra corrupção. Destoando dos debates do segundo turno de 2014, expostos anteriormente, nesse segundo momento, a ex-candidata adota uma estratégia defensiva, expondo os pontos positivos de sua imagem como gestão, anticorrupção e o papel da mulher (Quadro 24).

Quadro 24 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 18/04/2016

<b>Categoria</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	40	64,52%
b) Ataque a adversários	18	29,03%
c) Construção da imagem do país	-	-
d) (Des) construção da imagem do país	01	1,61%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido da e/ou coligação	-	-
g) Temáticas Políticas	03	4,83%
Total	62	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Conforme a análise semântica do pronunciamento, Dilma Rousseff destina a maior parte de sua narrativa, 64,52%, à categoria “construção da imagem do político”. Nessa seção, a ex-presidente assume um papel de injustiçada com a abertura do processo de impeachment, pois acredita que o processo não tem base de sustentação e afirma: “a injustiça sempre ocorre quando se esmaga o processo de defesa”.<sup>86</sup>

Ao se posicionar como indignada em relação à injustiça da continuidade do processo de impeachment, Dilma adverte que, para ela, restou um tratamento diferenciado, não visto em outras gestões, caracterizando, assim, a injustiça. A política reforça a questão da injustiça, ao dizer que nos últimos quinze meses estava governando o país em um clima de instabilidade política, o que tem provocado nela uma “imensa sensação de injustiça”.

Para Dilma, houve injustiça a partir do momento que ocorreu abuso de poder em relação às instituições, com as práticas imorais somadas à traição, pois “cada um de nós sabe também a injustiça e a dor que sente quando se vê a traição”. Com isso, a petista faz menção à traição de sua base de apoio e de políticos, como seu vice-presidente na época, Michel Temer, que apoiaram o processo impeachment. Mesmo assim, a política ressalta que tem “ânimo força e coragem suficiente para enfrentar, apesar e com um sentimento de muita tristeza essa injustiça”.

Ao construir a sua imagem de forma semântica, Dilma ressalta a sua honestidade, contrapondo, assim, a acusação do rito do impeachment, e também ao justificá-la, da seguinte forma: “os atos que me acusaram foram praticados baseados em pareceres técnicos, nenhum deles beneficiam a mim”.

Nesse sentido, Dilma deixa clara a inexistência de um ato ilícito, ao assumir a sua honestidade: “porque não há contra mim nenhuma acusação de desvio de dinheiro público acusação de enriquecimento ilícito”. Desse modo, a política afirma ter a consciência tranquila em relação ao rito do processo de impeachment.

Dilma Rousseff relembra do período ditatorial para construir sua imagem, relacionada à sua juventude, na qual enfrentou o regime militar, e à sua maturidade, período atual, no qual enfrenta um processo para o impedimento de seu mandato: “eu no passado, na minha juventude, enfrentei por convicção a ditadura e agora eu também enfrento, por convicção, um golpe de estado”.

---

<sup>86</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional retirada do Youtube em 18 de abril de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=Q\\_AZFIejQRg](https://www.youtube.com/watch?v=Q_AZFIejQRg)>. Acessado em: 20/01/2018.

A partir disso, a ex-presidente ressalta que, uma vez já torturada, não vai perder as esperanças, dando a entender que o pior já passou, pois agora vive na “democracia, de uma certa forma, eu estou tendo meus sonhos torturados”. Ainda sobre esse período, a política ressalta o perigo que enfrentou, pois “era a época da ditadura aberta escancarada, aquela que torturava fisicamente e que matava e tirava a vida de pessoas companheiros teus”.

Com isso, a relação entre o período ditatorial levantada pela *persona* de Dilma Rousseff semanticamente expõe as dificuldades vivenciadas pela política no período militar, dentre eles a tortura, a perda de companheiros, o descrédito e o medo.

A ex-presidente reforça a ideia de ser a escolhida pela população, pois recebeu votos de parte majoritária, como cita “eu recebi 54 milhões de votos e me sinto indignada com a decisão que recepcionou a questão da apreciação da admissibilidade do meu impeachment”, e também no trecho “o meu mandato não é por mim, mas é pelos 54 milhões de votos que eu tive”.

Desse modo, com os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória, a política assume o papel de defensora da democracia, ao levantar a questão: “o que é possível fazer com o cidadão e cidadã brasileira, que são na verdade os grandes os grandes personagens protagonistas da história da Democracia”

Observou-se que 29,03% desse pronunciamento nacional foram destinados à categoria “ataque a adversários”, por meio da qual Dilma Rousseff busca desconstruir a imagem de seus adversários políticos, principalmente os que se posicionaram a favor do impedimento de sua gestão. Com isso, a ex-presidente foca na desconstrução do adversário ao mencionar a tentativa de golpe. Segundo ela, essa estratégia tem como base a ideia do “quanto pior melhor, assim, pior para o governo, melhor para oposição”.

Nesse sentido, a ex-presidente explica que essa tentativa de golpe para derrubá-la foi embasada por pautas-bomba, enviadas desde o ano anterior, as quais contribuíram para a instabilidade de seu governo a partir de problemas fiscais que inviabilizaram a sua gestão. A partir disso, a política faz menção a Projetos de Decreto Legislativo que visam transformar a dívida dos estados em correções a juros simples das finanças do país.

Dilma menciona que a tentativa de golpe baseada em pautas-bomba consiste em ter levado em crédito o lado bom de sua gestão, pois “em todas as circunstâncias, projetos importantes que eram necessários ser votados, para que o Brasil de forma mais rápida retomasse o crescimento, ou eram postergados ou não eram votados”.

Com isso, a política ressalta a violência do golpe em relação à democracia, a partir do momento que se usa a legislação para criar um ambiente propício para um golpe a uma inocente. Para a ex-presidente, por se tratar de um golpe:

nenhum governo eu tenho certeza disso será legítimo, será um governo em que o povo pode se reconhecer nele como sendo produto da sua democracia, sem ser por obra do voto secreto direto, numa eleição convocada previamente para este fim, da qual todos os cidadãos e cidadãs brasileiras participem.

Sendo assim, de forma clara e segura, Dilma ressalta que o impeachment não deve ser chamado assim, pois é uma tentativa de eleição indireta de seus adversários, visto que eles querem fazer parte do governo, mas não têm o apoio do povo, por meio do voto. Com essa perspectiva, a política faz menção indireta aos seus adversários políticos, dentre eles Aécio Neves, o qual perdeu as eleições em 2014, conforme o trecho: “é uma tentativa de eleição indireta, essa tentativa de eleição indireta ela se dá porque aqueles que querem ascender ao poder não tem votos para tal”.

Outra forma de ataque da ex-presidente aos adversários são as lacunas do processo, já que, de acordo com Dilma, outros presidentes praticaram os mesmos atos e não sofreram um processo de admissibilidade de seus mandatos: “os atos pelos quais eles me acusam foram praticados por outros presidentes da república antes de mim e não se caracterizaram como sendo atos ilegais ou atos criminosos; foram considerados legais”.

Assim, a política cita as gestões dos presidentes anteriores a ela, como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva que também praticaram as mesmas ações, mas não sofreram um rito de impeachment. A petista ainda diz que a os atos praticados por ela foram feitos de acordo com uma cadeia de procedimentos de ações administrativas: “essa cadeia de decisão implica em pareceres técnicos e análises, avaliações jurídicas, a partir daí o presidente assina”. Segundo Dilma, em relação ao processo de impeachment, houve a posição contra o rito de diversos juristas consultados.

Outra lacuna citada como forma de desconstruir os adversários foi o papel da mídia durante o processo. Para a política, os jornais foram um grande canal de comunicação da desconstrução de sua imagem, tornando-a ré, e caracterizou o processo como uma forma de vingança pois o seu governo não aceitou negociar os votos dentro da comissão de ética (fazendo referência a Eduardo Cunha).

Por fim, Dilma ressalta o ataque a adversário ao mencionar a traição de seu vice-presidente, durante o exercício de seu mandato. Segundo ela, Michel Temer se posicionou a favor do impeachment, sendo para ela uma conspiração, como diz: “a sociedade humana ela

não gosta de traidor”. A ex-presidente também usa a corrupção como forma de ataque aos adversários ao mencionar: “aqueles que praticaram atos ilícitos e tem contas no exterior”.

Em seguida, a categoria mais acionada corresponde às temáticas políticas, presente em 4,83% do pronunciamento. Nessa seção, Dilma Rousseff menciona os programas de habitação como, o Minha Casa, Minha Vida; a educação, relacionando com o FIES e o PROUNI; e os programas de assistência social, como o Bolsa Família, conforme exemplifica no trecho: “sem democracia não há nem haverá a capacidade da gente retomar o crescimento, criar empregos e continuar com as políticas de inclusão social, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, ProUni /FIES”.

Também a ex-presidente recorre 1,61% do discurso à categoria “(des)construção da imagem do país”, na qual ela ressalta que é muito ruim para o Brasil que o mundo veja a situação atual, o impeachment, pois “a nossa jovem democracia enfrenta um processo com essa baixa qualidade, baixa qualidade”.

#### **4.5.2 Impeachment 2016: após os meandros da votação do Senado, discurso de Dilma - 12/05/2016**

Após o resultado da votação no Senado Federal, Dilma Rousseff discursa na área externa do Palácio do Planalto, no dia 12 de maio de 2016. Essa votação marca o período em que a Presidente ficou afastada do seu cargo por um período de 180 dias, até a conclusão da investigação da acusação do processo, assumindo o vice-presidente, Michel Temer, como presidente interino. A política afirma que a decisão do Senado não iria impedi-la de lutar para legitimar sua honestidade, até o fim do rito, e agradece os setores da população que a apoiaram.

Nesse pronunciamento, Dilma dedica maior parte de sua narrativa a construção de sua imagem política. Em seguida, a categoria mais recorrente é ataque a adversários, na qual a candidata ataca seus adversários políticos, culpando-os de tentativa de golpe (Quadro 25).

Quadro 25 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 12/05/2016

<b>Categoria</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	26	59,11%
b) Ataque a adversários	09	20,45%
c) Construção da imagem do país	01	2,27%
d) (Des) construção da imagem do país	02	4,54%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	01	2,27%
f) (Des) construção da imagem do partido da e/ou coligação	-	-
g) Temáticas Políticas	05	11,36%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

A ex-presidente dedica 59,11% do pronunciamento à categoria “construção da imagem política”, na qual dá ênfase aos valores, sentimentos e características pessoais que marcaram a sua vida e sua gestão. Dilma inicia seu discurso fazendo um agradecimento ao apoio da população e expressa seu sentimento de tristeza com a votação no Senado da seguinte forma: “hoje, para mim, é um dia muito triste, mas vocês, vocês conseguem fazer com que a tristeza diminua”<sup>87</sup>. Assim como ao final do discurso, em que diz: “agradeço nesse momento triste, muito triste da minha vida, esse momento de alegria dado pelo calor, pelo amor, pela emoção de vocês”.

Boa parte dessa categoria é dedicada ao papel das mulheres, na qual Dilma Rousseff espelha o seu papel de mulher, gestora, independente, forte e trabalhadora. Como cita: a “primeira mulher eleita presidenta da república”. Nesse sentido, a política dá ênfase ao fato de ter ocupado, até aquele momento, uma posição sem precedentes, quando se trata da questão de gênero.

A petista diz fazer jus ao gênero feminino, como menciona: “eu honrei as mulheres”. E lembra as políticas sociais para mulheres adotadas durante seu governo, como ressalta no seguinte trecho:

honrei as mulheres desse país, as mulheres que são determinadas, esforçada trabalhadoras, que vivem o seu cotidiano desafiando todas as dificuldades, as mulheres mães, as mulheres que são hoje mulheres que querem a sua independência,

<sup>87</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional retirada do Youtube em 12 de maio de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=V9m22irYlcE>>. Acessado em: 20/01/2018.

sua autonomia, o controle de si mesmas, essas mulheres eu tenho consciência de que eu honrei.

Além disso, a ex-presidente faz uma relação entre a independência das mulheres e as dificuldades enfrentadas por elas diante da demanda de uma sociedade patriarcal. Com isso, a ex-presidente faz um paralelo relativo à questão da representatividade feminina com a dificuldade enfrentada no processo de perda de seu mandato, tendo em vista que a comissão era composta majoritariamente por homens.

Ainda ao tratar do impeachment, em diálogo com o papel das mulheres honestas, coloca: “porque as mulheres, nós mulheres, temos uma coisa em comum, nós somos dignas”, como forma de levantar a questão do gênero feminino e da dignidade. Da mesma forma, em: “eu não sou mulher para aceitar esse tipo de chantagem”. Em todo o discurso, ao mencionar o papel das mulheres, Dilma faz uma relação com a crise e com as dificuldades enfrentadas em seu governo, principalmente com o rito.

No seguinte trecho, Dilma constrói o papel das mulheres que enfrentam dificuldades: “quero dizer a vocês que ao longo da minha vida eu sempre, como todas as mulheres, enfrentei desafios”. Desse modo, a batalha das mulheres em uma sociedade política majoritariamente composta pelo sexo masculino é mais uma vez travada durante o rito e gera consequências em projetos sociais que tendem a reforçar o papel feminino na sociedade.

Ao personificar o papel das mulheres, Dilma Rousseff faz referência aos avanços políticos para as mulheres como representatividade política, independência financeira, combate à violência doméstica, diversidade sexual e direitos reprodutivos. A ex-presidente foi a primeira representante política que reforçou a representatividade feminina na sociedade. Conforme os dados do Inter-Parliamentary Union (IPU)<sup>88</sup>, Dilma focou sua gestão na igualdade de gênero e na diversidade sexual.

Além disso, a prioridade de Dilma em relação a essa categoria, “construção da imagem”, definida pelo papel da mulher, está relacionada com o fato de, no ano de 2016, terem 53% as mulheres votantes no país, segundo dados do governo<sup>89</sup>. A participação feminina na hora de eleger os representantes políticos nas urnas eletrônicas é superior à masculina em quase todas as faixas etárias no Brasil. De acordo com dados da edição de junho da pesquisa Estatísticas de Eleitorado, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 76.534.83 mulheres votaram na última eleição, quase 53% do total de 146.470.880 eleitores no País.

---

<sup>88</sup><http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>

<sup>89</sup><http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-representam-53-do-total-de-eleitores-do-brasil>

Desse modo, a política afirma: “eu honrei os votos que as mulheres me deram”. Essa questão da honra e do orgulho faz parte da construção da imagem da ex-presidente, por meio da qual Dilma ressaltou o seu papel de heroína em prol da democracia, como no trecho: “eu tenho a honra no meu governo de ter sido fiador da Democracia”.

Outra questão trabalhada por Dilma em seu pronunciamento é a honra, já que qual a política ressalta seu privilégio de ser presidente do Brasil e de ter contemplado os brasileiros com a democracia: “eu tenho a honra no meu governo de ter sido fiadora da democracia”. A política recorre à sua honestidade para reforçar seus valores e justificar o fato de não ter cometido crimes de responsabilidade. Para a Dilma, “esse processo é um golpe, porque ele é impeachment sem crime. Eu não cometi crime de responsabilidade”.

O sentimento de injustiça também está presente semanticamente na narrativa da petista, que menciona que, após tantos desafios ao longo de sua trajetória política: “agora o que mais dói, o que mais dói, é esta situação que eu estou vivendo agora, é inominável dor da injustiça”. Desse modo, a política se coloca na posição de alguém que foi lesada, ao narrar que se sente injustiçada, e sobressalta a sua responsabilidade diante do compromisso assumido por ela na vida política.

Assim, para se humanizar, a política relembra os percalços que passou em alguns momentos de sua vida até ser eleita, como a tortura sofrida durante o período ditatorial e o câncer no ano de 2009, como mostra nos trechos: “eu enfrentei o desafio terrível e sombrio da ditadura e da tortura” e a “dor indizível da doença”.

Dilma também constrói sua imagem ao ressaltar sua mobilização em relação ao processo, e posiciona sua resistência em relação ao impeachment: “quero dizer a vocês que eu lutei a minha vida inteira e vou continuar lutando”. A ex-presidente busca reforçar o seu posicionamento contra o rito por meio da sua luta política, e afirma que vai lutar até o fim do processo.

A categoria “ataque a adversários” está presente em 20,45% do discurso, sendo a segunda mais acionada, na qual Dilma Rousseff acusa os adversários políticos de uma tentativa de golpe. Para a ex-presidente, a vitória do seu segundo mandato nas eleições de 2014 colaborou para que os seus adversários orquestrassem um golpe, o qual resultou no processo de impeachment. Como faz referência no trecho:

eu chamo esse processo de golpe por quê o impeachment sem crime de responsabilidade é um golpe [...] aqueles que não conseguiram chegar ao governo pelo voto direto do povo, aqueles que perderam as eleições, tentam agora pela força chegar ao poder.

Ao fazer menção ao golpe, como forma de ataque, a política afirma que o processo de impeachment tem lacunas e bases “levianas as mais injustificáveis”. A petista relembra que os presidentes que antecederam a ela cometeram as mesmas ações durante suas gestões e não foram consideradas crimes. A partir disso, a ex-presidente faz menção aos governos de Fernando Henrique (1995 – 2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011). Desse modo, Dilma sustenta que: “se não era crime naquela época, também não é crime agora”.

Como forma de desconstruir os adversários, ela afirma que Eduardo Cunha deu início ao processo de impeachment por vingança, ao ser acusado na comissão de ética, visto que o governo recusou “dar a ele, ao senhor Eduardo Cunha, os votos votados na comissão de ética para que ele fosse absolvido”. Na época, o Conselho de Ética<sup>90</sup> afirmava ter provas de que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, havia feito uso de vantagens indevidas em seu cargo, como a omissão do imposto de renda apresentado na receita federal e as contas ilegais na Suíça.

Desse modo, Dilma afirma que essa relação de favorecimento político é um atentado à democracia, pois “o que está em jogo nesse golpe é a democracia, é a nossa constituição”. Além disso, a petista menciona as propostas da nova gestão (possível Governo Temer) como forma de ataque, ao considerá-las, como menciona, um atentado às políticas sociais: “nós vamos focar, nós vamos rever tudo, todas essas palavras têm só um significado, nós vamos diminuir nós vamos reduzir até acabar com elas”.

Ainda como forma de ataque, Dilma ressalta a traição do governo interino e reforça que o considera ilegítimo. Assim, para a ex-presidente, esse governo tem uma forte tendência à repressão dos movimentos sociais, portanto, é um risco para a democracia, e questiona: o “que faz um governo ilegítimo diante de protestos, diante da divergência, diante de movimentos contrários”.

As temáticas políticas aparecem em 11,36% das narrativas de Dilma Rousseff, quando ela fala sobre a possibilidade de mobilidade social durante o seu governo, ou seja, a possibilidade de os mais pobres passarem para a classe média, e reforçou a realização do sonho da casa própria, com a efetivação de programas como Minha Casa, Minha Vida. A política também cita a proteção da criança e o ingresso dos jovens às universidades, a Lei de cotas e o Pré-sal.

---

<sup>90</sup>Criado em 2001 o Conselho de Ética composto por 42 membros tem como objetivo auxiliar no procedimento disciplinar das penalidades em caso de descumprimento das normas parlamentares na Câmara de Deputados.

A categoria “(des)construção da imagem do país” obteve apenas 4,54% do pronunciamento. Nesses momentos, a política recorre ao suposto golpe político e ao perigo do retrocesso do Brasil em relação às questões políticas e econômicas. Em seguida, as categorias mais recorrentes foram duas: “construção da imagem do país” e “construção da imagem do partido e/ou coligação”, que ficaram empatadas com um 2,27%. Em relação à menção a partido, Dilma Rousseff faz referência à Lula e a eleição do “primeiro Operário eleito presidente da república”. Desse modo, é feita a construção da imagem do país em um momento crítico, ao recordar a gestão de Lula e usar como exemplo de melhora da vida no país: “todas as conquistas que tivemos nos últimos 12 anos desde o governo do presidente Lula”.

Ao falar sobre a “(des)construção da imagem do país”, em 4,54% do pronunciamento, a ex-presidente ressalta o cenário do Brasil no presente, com o rito do impeachment como uma “hora trágica” em que a democracia está perdendo seu vigor, pois o país “está sendo objeto de um golpe”.

#### **4.5.3 Impeachment 2016: sessão extraordinária no senado, discurso de Dilma Rousseff – 29/08/2016**

Na sessão extraordinária no Senado, no dia 29 de agosto de 2016, Dilma Rousseff faz o seu pronunciamento diante de seus julgadores. Por 30 minutos, ela fala sobre sua gestão, o seu papel na política brasileira, a história de vida, a ditadura e os programas sociais implementados durante seu mandato, entre outros temas, na tentativa de se defender do rito do processo de impeachment.

No pronunciamento, Dilma Rousseff dedica 43,32% da sua narrativa à construção da imagem política, da mesma forma como nos outros debates. Desse modo, a candidata expõe sua preocupação em recuperar sua credibilidade, ao se preocupar com suas características individuais, como valores, moral e qualidades (Quadro 26).

Quadro 26 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Dilma Rousseff em 29/08/2016

<b>Categoria</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	91	42,32%
b) Ataque a adversários	74	34,42%
c) Construção da imagem do país	13	6,04%
d) (Des) construção da imagem do país	08	3,72%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
g) Temáticas Políticas	29	13,49%
Total	215	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Tendo como plano de fundo sua defesa, Dilma Rousseff dedica 42,32% de sua narrativa à categoria “construção da imagem do político”, na qual a ex-presidente evoca sua maturidade, seu papel de mulher, a injustiça sofrida, a honestidade, sua eficiência como gestora, a esperança e outros valores relacionados à sua *persona*.

Em relação aos desafios enfrentados, Dilma ressalta que em breve seria julgada, e que iria enfrentar mais um desafio do capítulo de sua vida: “muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir”<sup>91</sup>. E com esperança ela afirma: “vem do que acredita”.

Dilma se apresenta como honesta de forma habitual ao longo do pronunciamento: a política honesta e íntegra, que não atentaria contra o que acredita ou praticaria atos ilegais contra os interesses daqueles que a elegeram. Com isso, por meio da honestidade, integridade e o valor do bem público, assume sua humanidade, principalmente ao reconhecer que possui defeitos e comete erros.

Ao tratar de sua honestidade de forma humana, Dilma reforça que não cometeu crime e afirma estar presente no julgamento “para olhar diretamente nos olhos de vossas excelências e dizer, com a serenidade dos que nada têm a esconder, que não cometi nenhum crime de responsabilidade” (acusada de crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária<sup>92</sup> e a

<sup>91</sup>As falas de Dilma Rousseff apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional retirada do Youtube em 29 de agosto de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk&t=69s>>. Acessado em: 20/01/2018.

<sup>92</sup>Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como objetivo os Orçamentos da União, em que são estimadas as receitas e fixadas de acordo com as despesas do governo federal. Na sua elaboração a partir da avaliação e ajustes do Congresso Nacional nas propostas do Poder Executivo, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o

guarda e o legal emprego de recursos públicos,<sup>93</sup>, conforme três decretos de créditos suplementares, em conjunto com operações com bancos públicos).

Na tentativa de mostrar sua honestidade, a política recorre a argumentos e ações feitas durante sua gestão que visam dar mais credibilidade, imparcialidade e transparência às instituições, como a autonomia dada ao Ministério Público ao nomear o Procurador Geral, deixando que sua posição política não interfira na atuação da polícia federal, como pontua: “sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida”

Desde 2003 os três indicados mais votados pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR) são encaminhado para o presidente, cabendo a ele indicar, ou não, o mais votado. Sendo assim, ao citar o fato, a política faz referência à indicação do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot (o mais votado pela ANPR), o qual contribuiu para garantir uma maior autonomia e independência das relações políticas ao respeitar a imparcialidade em investigações do Ministério Público.

Nesse sentido, por meio de argumentos relacionados ao seu governo ou ao seu posicionamento, Dilma cita fatores que exemplificam sua honestidade, na tentativa de ir contra as acusações do processo de impeachment. Procura mostrar que sua personalidade é íntegra, conforme o trecho: “todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior”. Como ressalta Wattenberg (1991), a integridade é um dos principais focos da construção da imagem em um ambiente marcado pela personalização.

Ainda ressaltando sua honestidade, a política afirma que não agiu dolosamente em momento algum de sua gestão, visto que o objetivo dela era o bem da sociedade sem lesão ao patrimônio público, como frisa a política sobre seu posicionamento íntegro e honesto: “nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de presidenta da república”. Ressaltamos ainda o trecho em que clama por justiça e exalta sua honestidade: “Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu”.

Ao construir a sua imagem, a ex-presidente, mais uma vez, recorre ao Golpe de 1964 na maior parte da narrativa, a fim de construir a imagem de uma pessoa que se sacrificou em prol

---

Plano Plurianual (PPA). Os Orçamentos da União dizem respeito a todos nós, pois geram impactos diretos na vida dos brasileiros.

<sup>93</sup>Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Dilma Vana Rousseff com o propósito original de impugnar ato atribuído ao Presidente deste Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, atuando na qualidade de Presidente do Senado em processo de impeachment, particularizado na decisão de pronúncia formalizada contra a impetrante no âmbito da Denúncia nº 1/16, tal como discutida e aprovada pelo Senado Federal no dia 10/8/16, em Sessão Deliberativa Extraordinária daquela Casa. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000287643&base=baseMonocraticas>.

da democracia. Como cita, passou por diversas adversidades, foi torturada: “[recebi] no meu corpo as marcas da tortura”. Dilma conta que por anos foi amargurada pelo sofrimento da prisão que sofreu durante o período militar, e também de forma humanizada afirma: “vi companheiros e companheiras sendo violentados e até assassinados”. Com isso, a política faz menção ao período militar e, principalmente, aos três anos na cadeia, onde foi torturada.

De forma poética, Dilma conta que nessa época era jovem e tinha a vida toda pela frente. Diz que, apesar de não ter medo da morte, o período marcou a tortura não só em seu corpo, mas também em sua alma, por isso resistiu: “resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o país vivia”.

A petista faz uma relação entre o impeachment e a ditadura, ao afirmar que o rito é o segundo julgamento ao qual ela é submetida. Ao mencionar o tribunal da exceção, Dilma faz um contraponto à ditadura, afirmando que esse tribunal não condiz com a democracia.

daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história.

Ao fazer comparação com o processo de impeachment, Dilma pontua que é mais uma vez julgada em prol da democracia, mas agora sem a prisão ilegal, e apenas com os votos que a tornaram presidente, como afirma: “por duas vezes, vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos”. Segundo ela, essas torturas a “fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida. Esse contraponto contextual se refere à ditadura, período em que os indivíduos tiveram seus direitos e a democracia suspensos, sendo que em ambos momentos a ex-presidente passou por um julgamento.

Assim, Dilma frisa sua dedicação à luta política em prol da democracia e afirma que ainda resiste: “lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça”. Desse modo, reforça sua resistência durante o rito, assim como no período militar, pois segundo ela mesma: “quem acredita, luta”.

A ex-presidente reafirma a necessidade de resistir e, principalmente, de acordar as consciências adormecidas em relação à democracia e à história de forma verdadeira e justa: “luto pela democracia, pela verdade e pela justiça”. Nesse caso, a política trata as “consciências adormecidas” como a população, que se esqueceu da história do país.

Dilma também usa a imagem de injustiçada para traçar sua narrativa em relação aos meandros do processo de impeachment da seguinte forma: “não pratiquei nenhum crime de responsabilidade, as acusações dirigidas a mim são injustas e descabidas”. Na visão da ex-presidente, caso tivesse cedido, se acumpliciando com a improbabilidade da política brasileira, ela

não teria que passar pelo risco de ser condenada injustamente: “diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio”.

De forma clara e coesa, Dilma ressalta ao fato de ter contrariado os interesses de alguns políticos, o que culminou no fato de ser injustamente foi acusada como ré no rito, dessa forma a ex-presidente cita que “pago um elevado preço pessoal pela postura que tive”. Desse modo, a ex-presidente relata que essa injustiça está relacionada com o fato da política não ter se curvado às chantagens de alguns colegas com o de crime de responsabilidade recebidos por ela, especialmente “sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações”.

Portanto, Dilma Rousseff se coloca em uma posição de injustiçada por ser acusada de um ato que não cometeu. Segundo ela, o Ministério Público Federal recusou dar sequência ao seu processo pela inexistência de crime, o que comprova ainda mais a injustiça a que ela passou: “caçar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política”. Desse modo, a política retoma as Eleições 2014, faz menção ao seu oponente e adversário político, Aécio Neves, e também às chantagens do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

A partir disso, a ex-presidente se posiciona como responsável pela população, visto que, diante da função de presidente, cumpriu os dispositivos iminentes na constituição. Portanto, afirma que “não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado”. E reforça sua inocência, como no trecho: “viola-se a democracia e pune-se uma inocente”.

Ao se colocar em uma posição de responsável pela população, Dilma pontua sua defesa à democracia: “diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia”. A política menciona o seu compromisso com o estado democrático de direito e revela o seu medo de que “mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo”

Ainda em relação ao seu papel de defensora da democracia e do estado de direito, a ex-presidente ressalta que sempre teve a constituição de 1988 como conquista do povo. A petista pede aos seus julgadores para votarem em prol da democracia: “votem contra o impeachment. Votem pela democracia”. Com isso, Dilma reafirma sua honra, e diz ter orgulho de não ser covarde pois é intransigente em relação à gestão pública: “mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores”.

Em relação ao seu papel de mulher, reforça seu gênero, já que, segundo ela: “ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas”. Em conjunto a isso, faz menção às mulheres

brasileiras que a apoiaram de forma unânime, caracterizando-as como “parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras”.

A política levanta a questão de diferença entre os gêneros, em um contexto em que uma mulher é julgada por senadores do gênero masculino. Nesse sentido, em referência a si mesma, Dilma cita que as mulheres são como flores que a protegem com a solidariedade e, por isso, ela tem a honra de ser a primeira mulher eleita no país.

Assim, a ex-presidente reconhece que, apesar das críticas ao seu governo, as quais aceita com humildade, ela foi a escolhida pelos 110 milhões de brasileiros e brasileiras que participaram das eleições diretas, como cita, “fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras ‘nenhum direito a menos’”.

Por fim, Dilma agradece a solidariedade e o apoio dos milhões de brasileiros que a apoiaram: “respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata”.

A segunda categoria mais recorrente neste vídeo do julgamento do impeachment é o “ataque a adversários”, à qual a ex-presidente foca 34,42% de seu discurso, principalmente ao tratar das lacunas do processo de impeachment, da tentativa de golpe, da corrupção e das gestões adversárias. Em relação à tentativa de golpe, a política afirma: “no passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado de direito”.

Para Dilma, a tentativa de golpe foi vinculada às pautas-bomba e também à recusa de projetos enviados pelo governo. Além disso, a petista pontua que outros fatores fizeram parte da tentativa de golpe, como: “as comissões permanentes da Câmara, em 2016, só funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de impeachment pela Comissão do Senado Federal”.

Dessa forma, Dilma ataca seus adversários mais uma vez, ao acusá-los de uma tentativa de golpe, devido ao cenário fiscal de instabilidade política, que foi criando um ambiente de crise: “propício à abertura do processo de impeachment sem crime de responsabilidade. Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação política, econômica e fiscal”. Desse modo, Dilma reforça a ideia de que o impeachment se consumiu devido a um conjunto de fatores que propiciaram um cenário de instabilidade política no país.

Contudo, para a ex-presidente, o que prevalece é o interesse da elite econômica, que se põe diante do risco da ruptura da democracia: “um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador”. Somado a isso, Dilma afirma que o governo interino é formado por uma: “eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres

comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país”.

Nesse sentido, segundo a ex-presidente, a tentativa de golpe com impeachment é resultado do rude golpe resultante das eleições de 2014, nos setores da elite brasileira: “a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo”. Com isso, a política novamente menciona o candidato Aécio Neves, derrotado nas eleições de 2014.

Atacando os adversários Dilma pontua o fato de eles desejarem o poder a qualquer preço e, por isso, contribuírem para desestabilizar o governo, à medida que se formou, desde 2015, um cenário de instabilidade, um ambiente ideal para o rito, visto que: “como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo”, sendo o ambiente ao qual a política se refere composto pelo desemprego, por altos índices de inflação, entre outros problemas causados pela crise.

Dessa forma, Dilma acusa os políticos de não procurarem discutir uma proposta para o país, e sim de adotaram a estratégia do “quanto pior melhor”, na tentativa de desgastar o seu governo, impedindo a governabilidade. A partir disso, o impeachment tornou-se assunto central da pauta política e jornalística: “apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical”.

Dilma ainda ressalta as lacunas no rito do processo de impeachment. Como forma de ataque, menciona os procedimentos e falhas nos trâmites que, de acordo com a ex-presidente, colaboraram com o fato de ela se tornar ré, pois: “as provas produzidas deixam claro e inconteste que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica”.

Com isso, cita diversos exemplos de falhas no processo, como: o “autor da representação junto ao Tribunal de Contas da União, que motivou as acusações discutidas neste processo, foi reconhecido como suspeito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal”. Segundo Dilma, esse fato demonstra a parcialidade do impeachment, baseado em teses falsas. A política faz referência ao Procurador do TCU, Júlio Marcelo militante anti-Dilma e principal testemunha da acusação do julgamento do Senado.

Assim, segundo a ex-presidente não basta à perda de maioria parlamentar para afastar a presidente. É necessário configurar o crime de responsabilidade, o que não houve, em sua perspectiva: “querem, os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo ‘conjunto da obra’”. A partir disso, Dilma ataca os adversários, ressaltando que eles “arquitetaram sua destruição”, e solicita provas mais cabíveis em seu julgamento: “vamos aos autos deste processo.

Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei?”.

A política relaciona os problemas fiscais às acusações feitas no processo: “ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa”. A ex-presidente cita que em 2015, com o agravamento da crise, houve expressiva queda da receita ao longo do ano, R\$ 180 bilhões a menos que o previsto na Lei Orçamentária. Como resultado: “fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história”. A petista também ataca os adversários com as lacunas do processo, em relação aos decretos assinados por ela.

Dilma afirma: “se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram”. Nesse sentido, Dilma refere-se aos atos ilícitos, à corrupção e adverte que quem age para o enriquecimento próprio e a julga por um ato que não cometeu: “cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética”, fazendo referência a todos os políticos que são indiciados em escândalos de corrupção, como o Mensalão, Petroão e Lava Jato. Ainda fazendo menção à corrupção, menciona que os resultados das operações contra a corrupção motivaram que

as forças opositoras somente conseguiram levar adiante o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que queriam evitar a continuidade da “sangria” de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público.

Nesse sentido, de forma indireta, Dilma cita Eduardo Cunha, Aécio Neves e Renan Calheiros, ambos acusados de corrupção, como mostra o trecho em que diz: “presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição”. Do mesmo modo indireto, Dilma ataca os adversários ao mencionar indiretamente a traição de seu vice-presidente na época, dizendo que o governo interino é um ataque às conquistas dos últimos anos, pois “nas eleições, o programa de governo vencedor não foi este agora, ensaiado e desenhado pelo governo interino e defendido pelos meus acusadores”. A traição mencionada pela presidente está vinculada ao fato de Michel Temer sido um dos articuladores do processo de impeachment.

A categoria “temáticas políticas” é acionada em 13,49% das narrativas. Nessa categoria, Dilma dá ênfase aos trâmites do processo de impeachment relacionados à sua acusação e faz referência à constituição, às autorizações estabelecidas no artigo 4º da Lei Orçamentária de

2015<sup>94</sup>, aprovadas pelo Congresso Nacional, aos três decretos, à Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>95</sup> e às metas fiscais. Segundo ela, “é importante que a população brasileira seja esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação”.

A política aborda também a execução do Plano Safra e afirma que “a execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil”, na tentativa de justificar seus atos em relação ao plano, uma das acusações do rito, e destaca a decisão do Ministério Público Federal, ao arquivar o inquérito. Para a política não cabe “falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e instituições financeiras públicas não são operações de crédito”.

Além disso, na tentativa de explicar os trâmites do processo, a ex-presidente recorre à interpretação do TCU, afirmando que agiu de forma preventiva ao solicitar ao “Congresso Nacional a autorização para pagamento dos passivos e definir em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos os débitos existentes”.

Em relação à temática trabalhista, Dilma pontua a revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), afirmando que a “proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira, caso prospere o impeachment sem crime de responsabilidade”, ambas medidas do programa de governo de Michel Temer.

Em conjunto a isso, a Dilma levanta o tema do congelamento dos 20 anos das despesas na área de saúde, educação, saneamento e habitação, abordando assim as temáticas dos programas habitacionais, educacionais, na área da saúde, entre outras, como mostra o trecho:

a ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação, que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria.

Assim, a política antevê a PEC 241 ou PEC 55, que tem como medida o congelamento das despesas do governo federal por um prazo de 20 anos. Outros temas trabalhados pela política de forma bem sucinta foi aposentadoria, saneamento básico, salário,

---

<sup>94</sup>Lei Orçamentária: LEI Nº 13.115, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

<sup>95</sup>Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

políticas voltadas para o público LGBT, negros e mulheres, Pré-sal, privatizações e riquezas naturais.

A categoria construção da imagem do país esteve presente em 6,04% da narrativa. Dilma Rousseff recorre à sua gestão no passado para mostrar os benefícios de seu governo para o Brasil, como cita: “posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos”. A partir disso, a política traça narrativamente os benefícios de sua gestão no cenário nacional: “o que está em jogo é a inserção soberana de nosso país no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns”. Com isso, adverte que, o que está em jogo com o impeachment é a possibilidade de o país avançar, “olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer”.

Sob outra perspectiva, a “(des)construção da imagem do país” se apresenta em 3,72% do pronunciamento. Dilma faz referência ao presente e ao passado do Brasil. Ao citar o passado, a política relembra que a América Latina, assim como o Brasil, foi marcada por períodos ditatoriais: “sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas, resultando em golpes de estado”. Dessa forma, a política usa os governos ditatoriais na América do Sul para formar a imagem de países sem democracia no passado, como o caso de Brasil, Chile, Argentina, entre outros países que têm golpes militares em seus históricos.

Recorrendo a outros fatores históricos para desconstrução do país, a ex-presidente traça a história dos golpes que ocorreram com presidentes brasileiros, citando Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e o golpe de 1964, no qual, segundo ela, “vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso país”. Com isso, a política faz um apanhado geral em relação à crise que assola o Brasil desde 2015 e pontua que deve ser levada em consideração a instabilidade aguda do país, desde sua reeleição até o momento.

Em relação à desconstrução da imagem do país no futuro, a política afirma que: “será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios”. E pontua que, a partir do impeachment, o Brasil está a um passo de uma ruptura instrucional “um verdadeiro golpe de Estado”.

#### **4.5.4 Impeachment 2016: pronunciamento de Aécio Neves na Tribuna do Senado Federal - 11/05/2016**

O dia 11 de maio de 2016 marca o processo para a votação da instauração do processo de impedimento da presidente da república, Dilma Rousseff. Os oradores inscritos para o parecer da comissão especial fizeram um discurso de aproximadamente 15 minutos,

quando os políticos justificaram os seus votos a favor ou contra o rito. Na sessão, com um placar de 55 votos a 22, foi decidida a abertura do processo de impeachment da presidente, sendo que seu adversário político nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves, votou a favor do rito.

Vale destacar, que o primeiro pronunciamento de Aécio Neves exibido em rede nacional e analisado nesta pesquisa dedica de forma equilibrada a três categorias, sendo elas: “construção da imagem do político”, “ataque a adversários” e “(des)construção da imagem do país”. O político reforça sua imagem em um momento de decisão, desconstrói a imagem de sua adversária política e apresenta o lado negativo do país diante da crise política (Quadro 27).

Quadro 27 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 11/05/2016

<b>Categoria</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	3	25%
b) Ataque a adversários	3	25%
c) Construção da imagem do país	1	8,33%
d) (Des) construção da imagem do país	3	25%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
g) Temáticas Políticas	2	16,66%
Total	12	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Aécio Neves foi o 24º político a fazer seu pronunciamento. Com um tom ameno e ríspido, o político deu maior ênfase à categoria ataque ao adversário em 25%, por meio da qual desconstrói a imagem de Dilma Rousseff e de seu governo, a fim de votar a favor do processo. O político ataca a gestão adversária ao mencionar que os brasileiros perguntaram a ele sobre a relação entre o crime de responsabilidade, o descumprimento da Lei orçamentária e a pedalada fiscal e a vida cotidiana da população, além de que tem todo um vínculo a favor da população. Segundo Aécio,

Nós não estamos aqui hoje na Tribuna do Senado Federal para votar contra uma pessoa. Não estou eu e não estão os demais senadores da República hoje, nesta Tribuna, para votar a favor ou contra um partido político. Nós estamos aqui hoje

para cumprir com nosso dever constitucional de analisar a admissibilidade de um processo contra a senhora Presidente da República.<sup>96</sup>

Logo, por meio dessa frase, o político expõe que o impedimento não é uma decisão apenas de políticos adversários ou da oposição, e sim um processo com etapas jurídicas e com apoio da população.

O senador acusa a presidente de crime de responsabilidade fiscal, ao se posicionar de modo favorável ao processo: “perderam as condições de honrar os seus compromissos pela recessão profunda na qual a irresponsabilidade desse Governo mergulhou”<sup>97</sup>.

Desse modo, os crimes de irresponsabilidade de que acusam a presidente, (como a abertura de créditos suplementares sem autorização do congresso, pedaladas fiscais e contração de crédito ilegal), entre outros, configuram as principais acusações para a continuidade do rito, apesar das controvérsias existentes quanto ao envolvimento da presidente e também ao fato das acusações serem de 2014, ou seja, se circunscreverem ao mandato anterior da ex-presidente.

Para o político, a gestão Rousseff esteve fadada a uma “sensação absoluta de impunidade de que estava esse governo acima da Lei e da ordem”. Logo, apesar de Aécio se pronunciar por aproximadamente 15 minutos, tornam-se evidentes as narrativas semânticas do político relacionadas à desconstrução da imagem de Dilma Rousseff, ao envolvê-la com a ilegalidade e acusá-la de irresponsabilidade fiscal.

Aécio Neves dedica 25% de seu discurso à categoria “construção da imagem do político”, por meio da qual se coloca como juiz da causa, configurando assim sua imagem por meio de características e valores diante de um processo jurídico, o impeachment: “nós estamos aqui hoje para cumprir com nosso dever constitucional de analisar a admissibilidade de um processo contra a senhora Presidente da República”.

Com isso, o político se posiciona como juiz do rito e como uma referência, no sentido da tradição e dos valores, ao poder julgar historicamente uma presidente da república. Muito mais que um julgamento com apresentação de dados e vocabulários jurídicos factíveis de um cronograma processual, o senador coloca em questão a índole da acusada.

---

<sup>96</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional, retirada do Youtube em 11 de maio de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5nTArD-pnhg>>. Acessado em: 20/01/2018.

<sup>97</sup>As transcrições do *corpus* realizadas para a pesquisa foram feitas de forma literal, mantendo-se as marcas de oralidade. Por esse motivo, é possível observar, nas falas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, a ocorrência de transgressões da gramática normativa, as quais são toleradas na modalidade falada da língua. Partiu-se do pressuposto de que tais ocorrências não comprometem a análise, uma vez que a pesquisa é focada no conteúdo do discurso, e não em sua forma.

Na maior parte de seu pronunciamento, o político arquiteta sua imagem ao se associar com a figura do avô, Tancredo Neves. Assim como observado durante o debate político das Eleições 2014, o político traça sua imagem sobre a do seu avô, ao lembrar-se dele como um “bravo” brasileiro, que esteve na mesma tribuna diversas vezes, assim como ele.

Essa associação se aprofunda com o vínculo político-familiar, como mostra o seguinte trecho do pronunciamento: “Disse há cerca de 30 anos atrás, daqui mesmo, meu avô Tancredo Neves (abro aspas para ele) nesse momento alto da história, orgulhamos de pertencer a um povo que não se abate”. Desse modo, ao narrar o passado de forma histórica, Aécio Neves mostra à população, assim como em outros momentos, que não só acompanhou o seu avô nos discursos políticos, mas também seguiu os mesmos passos do ente familiar, e tem orgulho disso.

Por meio da categoria “(des)construção da imagem do país”, 25%, ele faz uma oposição à construção nacional. Nesse segmento, Aécio relaciona Dilma Rousseff à desconstrução de imagem do país, conforme o trecho “foi exatamente o descontrole da economia conduzido pelo governo da atual presidente da república que levou o Brasil a dois anos de queda expressiva do seu produto interno e à maior recessão de toda nossa história republicana”.

O político faz menção negativa ao país ao tratar da irresponsabilidade do governo diante das medidas que atentaram contra a vida dos brasileiros, as quais foram: “atentatória à estabilidade da economia e à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”. Outra forma de desconstrução da imagem do país é a inflação que atinge o Brasil. Aécio relembra que a inflação atinge o país desde 2002, ou seja, o início das gestões do PT. Assim, culpabiliza indiretamente Lula e Dilma pelos altos índices da inflação: “a maior inflação desde 2002, de 10%”.

Por fim, a categorias “temáticas políticas” apresentou 16,66% das narrativas, por meio das quais foram acionados os altos índices da inflação, a principal temática abordada nos aproximadamente 15 minutos de pronunciamento. Em seguida, foi mencionada a corrupção e as manifestações dos brasileiros, (o político recorre às manifestações pró-impeachment, mas também faz referência às jornadas de junho de 2013): “foram os brasileiros em primeiro lugar que foram às ruas e todas as partes do Brasil, sem exceção, para dizer um basta definitivo a tanto desprezo à verdade, à ética e à correção na gestão da coisa pública”.

A categoria “construção da imagem do país” está presente em 8,33% do discurso, com a qual o ex-governador de Minas assume sua quebra com um passado que culminou em um processo de impeachment e invoca um futuro para a construção do país.

Retomando o discurso do seu avô, Tancredo Neves, o político constrói semanticamente a imagem do país: “[que] olhando para o futuro possamos tomar as medidas necessárias a permitir que os brasileiros resgatem aquilo de mais valioso que lhe foi furtado por esse governo, a sua esperança e a capacidade de sonhar com futuro melhor”. Diante disso, rompe com o passado e olha para o futuro, com a construção do “amanhã”, e recria um país diferente após o governo Dilma Rousseff.

#### **4.5.5 Impeachment 2016: pronunciamento de Aécio Neves no julgamento do impeachment – 30/08/2016**

O pronunciamento do dia 30 de agosto fez parte dos trâmites do processo de impeachment. Acusação e defesa se pronunciaram sobre a decisão do impeachment definitivo da presidente Dilma Rousseff, afastada desde de 12 de maio. A partir dos trâmites jurídicos do rito, no dia 31 ficou estabelecido o impeachment da presidente a partir da votação de 20 senadores (contra) e 61 (a favor), entre estes últimos, o senador Aécio Neves.

Aécio Neves dedica maior parte de sua narrativa à categoria “ataque a adversários”, com a qual o político desconstrói a imagem da candidata Dilma Rousseff. O político também dá ênfase à construção da imagem do político, mencionando assim os que seriam seus atributos pessoais (Quadro 28).

Quadro 28 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 30/08/2016

<b>Categoria</b>	<b>Aécio Neves</b>	<b>Aécio Neves (%)</b>
a) Construção da imagem do político	10	21,27%
b) Ataque a adversários	20	42,56%
c) Construção da imagem do país	8	17,02%
d) (Des) construção da imagem do país	4	8,51%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
g) Temáticas Políticas	5	10,63%
Total	47	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Nesse julgamento, Aécio fez o seu pronunciamento a favor do impedimento da presidente. Como foi observado, 42,56% da narrativa do político deu ênfase à categoria “ataques a adversários”, por meio da qual o ex-candidato à presidência da república em 2014 trabalha os pontos negativos do governo Dilma Rousseff.

Aécio destaca a inversão de valores do governo da presidente Dilma Rousseff, a instabilidade do país e a crítica feita pela ex-presidente de tentativa de golpe, conforme o trecho: “vejam os senhores, como fator desestabilizador do seu governo, quiséramos nós senador Aluízio, poder ter essa força de não poder desestabilizar, mas para ajudar o governo a corrigir rumos”<sup>98</sup>. Como de fato foi observado nessa pesquisa, Dilma associava o impeachment a uma tentativa de golpe de seus adversários políticos.

Com isso, Aécio ataca Dilma Rousseff em relação à acusação de golpe e também cita o senador Anastasia como forma de apoio: “não é oposição que é a responsável pelos delitos cometidos, não tendo como atacar o primoroso e extraordinário histórico relatório do senador Anastásia, o atacam, o acusam”. O político salienta o fato de o rito estar bem estruturado e pontua que o governo, desde então, busca desqualificar o trabalho, como é possível observar no seguinte trecho: “por último, ao não terem argumentos para confrontar o trabalho precioso extremamente qualificado do Procurador do Tribunal de Contas, Júlio Marcelo, buscam atacá-lo, o denunciam”.

<sup>98</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional, retirada do Youtube em 30 de agosto de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa, para efeito de análise. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FD6KP0rTvjo>>. Acessado em: 20/01/2018.

Para o político, sobreleva a necessidade de corrigir o Artigo 86 – Parágrafo 4 da nossa Constituição, o qual impede que um presidente da república responda por crimes ocorridos anteriormente à sua posse. Desse modo, o senador pontua que, se esse artigo fosse corrigido,

a lista de crime seria muito mais extensa, porque, na verdade, as duas consequências distintas dessas ilegalidades estão claras: uma é o processo judicial ao qual a presidente da república responde, e acredito eu, terá como consequência o seu afastamento definitivo da presidência da república.

Nesse caso, a menção ao Artigo 86<sup>99</sup> refere-se ao crime de responsabilidade julgado<sup>100</sup> na competência do senado federal, como é o caso da Presidenta Dilma Rousseff, que também é impossibilitada de ser julgada durante a vigência de seu mandato no exercício de sua função.

Ao atacar Dilma Rousseff, o senador acusa a gestão petista da seguinte forma: “prato de comida que a presidente através do seu marqueteiro, João Santana, dizia que a oposição iria tirar a mesa dos trabalhadores, já não existe mais, pela irresponsabilidade desse governo”. Indiretamente, o político faz um contraponto entre as Eleições 2014 (na qual muitas vezes ele e seu partido foram acusados de não dar ênfase a programas sociais e à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros) e o contexto de crise de 2016, época do impeachment. Logo, o político faz uma associação entre a falta do prato de comida na mesa da população e a campanha de Dilma Rousseff, que dizia que a oposição iria acabar com os programas sociais e melhorias, o que segundo ele, de fato acabou, devido à má gestão do governo petista e à inflação.

Aécio menciona que havia um grupo que governava o país acima de qualquer coisa: “e por isso se apoderaram do Estado Nacional, com a sensação da impunidade, de estarem acima da Lei”. Com o tempo, segundo o ex-senador, os próprios brasileiros foram às ruas para deslegitimar esse governo, porque “venceu as eleições com inverdades e com ilegalidades, e continuou governando cometendo crimes”. Desse modo, o senador ataca Dilma Rousseff ao dar a entender que ela e seus aliados eram capazes de qualquer coisa para se manter no poder, inclusive atos ilícitos. Somado a isso, recorre indiretamente às jornadas de junho de 2013, ao citar a insatisfação da população.

---

<sup>99</sup>§4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

<sup>100</sup> Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

O político menciona a Constituinte de 88 como um “sistema de freios e contrapesos, exatamente para que o poder não se sobrepõe sobre outro”. Em diálogo com Montesquieu<sup>101</sup>, para o qual os homens possuem o poder, mas têm a tendência de abusar dele, Aécio faz menção ao equilíbrio dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, conforme a Constituição de 1988. Assim, ataca Dilma Rousseff, ao citar que a sua finalidade é: “impedir que os governantes se transformem em governantes totalitários e naveguem acima da legislação”.

Ainda em relação ao julgamento, o político deixa clara a relação entre direitos e deveres de ser presidente, e diz que “violar a Lei Orçamentária não é permitido porque se está violando a Constituição; na verdade, no momento em que se viola também a Lei de Responsabilidade Fiscal, se comete efetivamente crime de responsabilidade”. Ao citar a Lei Orçamentária (LOA) o político se refere às despesas e receitas do governo Dilma, realizadas e aprovadas ao final de cada ano, de acordo com as despesas de cada governo.

Com isso, o político afirma que Dilma Rousseff não tem coragem de assumir os erros cometidos durante a gestão petista: “não tendo a coragem, e nós não vimos isso aqui ontem, infelizmente, de assumir os seus erros e a gravidade dos atos cometidos, a senhora Presidente da República acusa a oposição”.

Aécio Neves destina 21,27% de seu discurso durante o julgamento do impeachment de Dilma Rousseff à segunda categoria mais recorrente, “construção da imagem do político”. Desse modo, o político assume o papel de juiz da causa, e se autodeclara um dos juízes capazes de julgar a conduta da presidente: “o [que o] Brasil espera que nós possamos dizer nas próximas horas é se efetivamente a presidente cometeu crime de responsabilidade e violou a constituição”.

Como defensor da democracia, Aécio ressalta a importância e a necessidade de punir aqueles que cometem erros durante a gestão pública, mostrando assim a sua disposição em punir quem comete crimes de responsabilidade: “hoje, o Brasil pode dizer, sim, temos democracia, sim, respeitamos a constituição e vamos punir quem não a respeitou”.

Em outro trecho, o senador se diz honrado por estar participando do julgamento do impeachment com a presença do presidente Lewandowski e reforça esse orgulho ao lembrar que participou da constituinte de 1988. A menção à constituinte de 1988, realizada no período de redemocratização, dialoga com o contexto de crise democrática no país de

---

<sup>101</sup>MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. Introdução, trad. e notas de Pedro Vieira Mota. 7ª ed. São Paulo. Saraiva: 2000.

2016. Assim, reforça a ideia de democracia, a construção de um novo futuro ou de um novo episódio da política brasileira, com a qual o político tenta traçar sua imagem.

Na tentativa de prever o futuro, Aécio constrói sua imagem como vidente ao fazer menção aos conselhos dado à Dilma Rousseff durante as Eleições 2014. Segundo ele, apontou à presidente que a inflação iria alcançar autos índices: “na campanha de 2014, em inúmeros debates, apontei à presidente que a inflação estava renitente e continuaria a subir; ela disse que estava próxima de zero e que não havia nenhuma medida a tomar”. Nesse sentido, Aécio constrói a sua imagem a partir da inflação em 2014, ao prever o futuro, ao ressaltar que na época alertou também à presidenta sobre o baixo crescimento da economia, agindo também como conselheiro.

Ainda ao tratar das eleições de 2014, o senador assume papel de vítima ao se dizer ser perdedor da disputa, e ainda menciona que, mesmo assim, continuou trabalhando para que as ilegalidades tomassem conta do governo: “como um brasileiro que se dispôs a disputar as eleições, perdeu as eleições”.

Somado a isso, o político pontua que “aceitou, ao contrário do que dizem, sim, o resultado das eleições”. Expõe, assim, a sua honestidade ao se colocar em uma posição contra as ilegalidades dos governantes: “mas não que as legalidades continuassem a ser produzidas e patrocinadas por esse governo”. Por fim, o político menciona que, mesmo com essa perda, continuou trabalhando para que as ilegalidades não tomassem conta do governo.

Em outro trecho, o político também é humanizado, ao construir uma imagem de respeito e ao se colocar no lugar de Dilma Rousseff, pontuando seu papel de não inquisidor: “E venho hoje, neste momento derradeiro, de um momento, um dos mais graves da vida nacional, não para condenar um partido político, não para julgar a biografia de uma presidente da república, biografia que respeito”.

O senador expressa a sua tranquilidade em relação ao seu posicionamento a favor do julgamento do impeachment, da seguinte forma: “senhor presidente, senhoras e senhores senadores, não é um dia feliz para nenhum brasileiro, mas eu vou para minha casa nessa madrugada, Presidente Lewandowski, absolutamente tranquilo”.

Aécio assume um papel da tranquilidade diante de um momento ápice da política brasileira, e faz um agradecimento ao apoio dos brasileiros durante sua jornada “a minha palavra final é de agradecimento aos milhões e milhões de brasileiros que vêm nos acompanhando nessa jornada”

A terceira categoria do vídeo do julgamento do impeachment é “Construção da imagem do país”, que aparece em 17,02% das narrativas semânticas de Aécio. O político

constrói a imagem do país a partir dos planos futuros e afirma que, após o impeachment, o país terá uma nova chance: “é hora de nós olharmos para frente”.

Ao construir a imagem do país no futuro, o senador reforça a necessidade de adotar um conjunto de reformas estruturantes e pontua que será preciso no “próximo governo, coragem, ousadia e determinação”. Aécio diz que estará ao lado da população na construção do país com “nova agenda, um tempo de esperança, um tempo de confiança”. Desse modo, o senador faz menção ao fim das incertezas decorrentes do período do impeachment, e ainda afirma que “o que vai ficar de todo esse episódio é um país mais forte, mas respeitado internacionalmente”.

Em 10,63% da fala, a temática trabalhada pelo ex-governador de Minas foi a mudança de classe dos brasileiros, quando o político ressalta que durante o governo Dilma as famílias retornaram às classes D e E, e o corte de 90% dos programas de assistência sociais e de 70% do programa Minha Casa, Minha Vida, vinculado à habitação. Em adição a isso, o político cita o aumento da inflação: “face mais perversa nesses crimes cometidos está na inflação de alimentos que mais de 16%”.

Em relação aos trâmites do impeachment, o ex-governador ressalta que espera que os julgadores possam “dizer nas próximas horas, é se efetivamente a presidente cometeu crime de responsabilidade e violou a constituição”. Logo, o senador e ex-governador de Minas cita a construção do Brasil em 17,02% através da esperança. Segundo ele, todos os brasileiros juntos ajudaram a construir “um país onde as pessoas de bem se reúnem, independente da sua convicção ideológica, dos credos que praticam, mas que acreditem que juntos nós somos capazes de superar esse tempo negro que vivemos nos últimos anos”.

Por outro lado, a categoria “(des)construção da imagem do país” está presente em apenas 8,51% do seu discurso. Nessa seção, o político cita as consequências dos atos ilegais cometidos ao longo da gestão petista, como a perda de credibilidade do país, decorrente do “aprofundamento da crise econômica, com seus reflexos na vida das pessoas”. Aécio reforça que um dos resultados mais perversos do cenário de crise do país é o desemprego, que passou para 5 milhões após a eleição da presidente, em conjunto com os “60 milhões de brasileiros com suas prestações atrasadas”.

#### 4.5.6 Impeachment 2016: entrevista de Aécio Neves após o julgamento do impeachment - 31/08/2016

Após a decisão do afastamento no julgamento do processo do impeachment, no dia 31 de agosto, Aécio Neves concedeu uma entrevista coletiva na parte externa do Senado. Nesse último pronunciamento, o político dedica maior parte de sua narrativa à “(des) construção da imagem do partido e/ou da coligação”. Em seguida, de forma equilibrada, aciona quatro categorias de forma decrescente: construção da imagem do político, ataque a adversários, construção da imagem do país e “(des)construção da imagem do político” (Quadro 29).

Quadro 29 – Impeachment 2016: Pronunciamento de Aécio Neves em 31/08/2016

<b>Categoria</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>(%)</b>
a) Construção da imagem do político	2	22,22%
b) Ataque a adversários	2	22,22%
c) Construção da imagem do país	1	11,11%
d) (Des) construção da imagem do país	1	11,11%
e) Construção da imagem do partido e/ou da coligação	-	-
f) (Des) construção da imagem do partido e/ou da coligação	3	33,33%
g) Temáticas Políticas	-	-
Total	9	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Com isso o político expõe os pontos negativos da gestão petista em 33,33% da narrativa, com a finalidade de desconstruir a imagem do partido da oposição e a gestão do novo presidente, Michel Temer, do PMDB, sendo essa menção um fato novo em relação às comparações anteriores. Sendo essa a categoria que mais se destacou nesta seção, o político menciona a necessidade de Michel Temer e de seu partido de ser mais claro em relação à sua gestão, e solicita que o novo presidente “diga com clareza até onde vai o seu compromisso com seu próprio governo e com essa nova agenda”.<sup>102</sup>

<sup>102</sup>As falas de Aécio Neves apresentadas nesta seção foram retiradas do debate transmitido em rede nacional, retirada do Youtube em 31 de agosto de 2016, o qual foi integralmente transcrito pela autora desta pesquisa. para efeito de análise. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kQufvJMTLhw>>. Acessado em: 20/01/2018.

Desse modo, o Aécio mostra sua preocupação em relação à nova gestão do PMDB, e reforça a surpresa com a dissonância causada com a manifestação da votação dos líderes do PMDB, no qual, segundo o político, vinha sido defendido. Assim, exalta a necessidade de que o “PMDB diga de forma muito clara, qual é o nível do seu compromisso com esse governo e com agenda de reformas”.

Na categoria construção da imagem, 22,22%, o político afirma que a crise do país “precisa ser enfrentada com coragem e sem ambiguidades”, assim, Aécio constrói sua imagem determinada e também alerta ao dizer que: “se por um lado o resultado era aquele que o Brasil esperava, isso é extremamente positivo, é preciso e fica aqui esse alerta do presidente nacional do PSDB”. Além disso, como é possível observar, o senador menciona seu papel social ao se posicionar como presidente do partido.

Aécio Neves também foca 22,22% de sua entrevista à categoria “ataque a adversários”. O político recorre ao julgamento da presidente para desconstruir a imagem de Dilma Rousseff, assim como em outras narrativas. Segundo o senador, nos dias atuais qualquer autoridade é submetida às leis, como ocorreu com a presidente Dilma Rousseff, e cita que: “quem comete crime de responsabilidade, como compreenderam cerca de 61 senadores, que cometeu a presidente Dilma, a sanção é a perda definitiva do seu mandato”. Desse modo, o político frisa que a lei é para todos e nem mesmo a presidente pode estar acima dela.

A categoria “construção da imagem do país” aparece em 11,11%, nos quais Aécio Neves pautou o futuro do Brasil como principal tema. O político ressalta a esperança de um Brasil melhor, que precisa de reformas: “se dá uma nova chance de olhar para o futuro e construir uma agenda de reformas urgentes”. Por outro lado, ao tratar da “(des)construção da imagem do país”, 11,11%, o político, mais uma vez, recorre ao passado do governo Dilma Rousseff, de forma a denegrir a imagem nacional, ao relacioná-la com a gestão petista, que resultou em uma grande repercussão na vida dos brasileiros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou associar fundamentação teórica e conceitual sobre as relações contemporâneas entre comunicação e política a um objeto concreto, por meio de evidências empíricas da realidade recente da política brasileira: a construção da imagem de Dilma Rousseff e Aécio Neves em debates, no segundo turno das Eleições 2014, e em pronunciamentos públicos, durante o processo do Impeachment 2016.

Foi observado que as estratégias de construção da imagem dos representantes políticos estão intrinsecamente ligadas às relações umbilicais desenvolvidas entre os campos da comunicação e da política: foi na disputa de narrativas que, tanto no período eleitoral quanto na luta pelo ou contra o impeachment, tiveram seu cerne. Conforme indicam os dados da análise, houve sólidas evidências de que o processo de personalização estruturou essas narrativas.

Assim, a tese conceitual de que, hoje, os atributos pessoais dos políticos são mais valorizados em detrimento de outros fatores diante da mídia-política, em que o candidato atua como centro da política contemporânea (LEAL, 2002; GOMES, 2004; WATTENBERG, 1991), foi reforçada no caso estudado. Tanto Dilma quanto Aécio, nos dois momentos analisados, centraram suas narrativas mais nestes temas relacionados à personalização do que em discussões ideológicas, programáticas ou partidárias.

A partir disso, é possível pontuar que as relações de poder entre a comunicação e a política corroboram para que os políticos criem representações de si mesmos, com o objetivo de conquistar e manter o apoio da sociedade. A pesquisa evidenciou que essa preocupação esteve presente não apenas no período do ápice da disputa eleitoral (no segundo turno das Eleições 2014), como se manteve como forte preocupação durante o período já de exercício do segundo governo de Dilma. Desse modo, o aporte empírico reforça também a pertinência do conceito de campanha permanente.

Tanto nos quatro debates analisados, transmitidos por Band, SBT, Record e Globo (entre 14 a 24 de outubro de 2014), quanto em pronunciamentos públicos veiculados entre abril e agosto de 2016 (já no contexto do impeachment), Dilma e Aécio apresentaram objetivos estratégicos de construir suas imagens e desconstruir a do adversário – reforçando a percepção espetacular do processo e configurando o show do espetáculo político, acionado por meio das fachadas sociais (GOFFMAN, 2013, SCHWARTZENBERG, 1977).

Neste sentido, o conceito do personalismo levantado por Schwartzberg (1977), Goffman (2011), Maquiavel (1996), entre outros autores, aparece como o principal

ingrediente para a construção da imagem política. Talvez o dado mais impactante da amostra analisada seja exatamente a constatação de que, na campanha de 2014, Dilma e Aécio mais se dedicaram a desconstruir a imagem do adversário do que a construir suas próprias imagens (algo que permanece nas estratégias de Aécio também em 2016). Essas evidências sugerem que, em pesquisas futuras sobre o tema, o conceito de campanha negativa deva receber maior atenção teórica e maior utilização empírica.

Nesse sentido, como se pode constatar por meio da análise, no caso estudado, os debates e pronunciamentos televisivos possibilitaram o planejamento e a construção de estratégias que buscaram evidenciar as falhas, os deslizos e as limitações dos políticos adversários. Os traços de personalidades não foram colocados em segundo plano: simplesmente no lugar de se falar bem de si mesmo, a estratégia preferencial foi falar mal do outro. Diante disso, conclui-se que o fenômeno da personalização não pode ser ignorado, pois a assiduidade de sua recorrência é constante em períodos eleitorais ou de governo, tendo em vista o contexto de campanha permanente.

A estratégia de Dilma Rousseff durante o segundo turno das Eleições 2014 destoou ligeiramente da utilizada durante o Impeachment 2016 por questões conjunturais: com seu mandato ameaçado pelo impeachment, em 2016, Dilma necessitou reforçar suas próprias qualidades – mas, mesmo assim, ataques aos adversários continuaram sendo a segunda narrativa mais presente em seus discursos também naquele período de impeachment. No primeiro momento, em 2014, a política destinou a maior parte de sua narrativa à desconstrução da imagem de Aécio Neves. A candidata expôs de forma recorrente as problemáticas do governo peessedebista no período FHC, anterior a 2002, e da gestão do então candidato tucano em seu governo, em Minas Gerais.

A mudança de estratégia da ex-presidente ocorre durante o período do impeachment, no qual a política arquiteta sua imagem de forma positiva, com o objetivo de se defender das acusações contra corrupção, decorrentes de sua posição de ré, ao ser acusada de crime de responsabilidade, por infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto, a Dilma faz intenso uso do personalismo para exaltar atributos pessoais, como honestidade, eficiência e integridade, tendo como propósito passar credibilidade à população. Conforme cita Wattenberg (1991), a integridade constitui um dos principais atributos das características pessoais para a conquista da confiança eleitoral (e, nesse caso, pós-eleitoral).

Da mesma forma, no segundo turno das Eleições 2014, Aécio Neves destinou a maior parte de sua narrativa ao ataque à candidata adversária, usando a estratégia de

desconstrução da imagem. É necessário ressaltar que, nesse primeiro momento, o candidato enfatizou a crise política e econômica contemporânea, a insatisfação popular com o destino da política no país, e relembrou as acusações de corrupção que envolveram as gestões petistas, dando ênfase ao primeiro mandato da ex-presidente. No período do Impeachment 2016, o senador manteve a importância da categoria “ataque a adversários” (sem nunca deixar, contudo, de preocupar-se com a construção de sua imagem política).

Outro ponto importante percebido com este trabalho foi a dissociação entre o partido e a imagem política. As categorias sistematicamente menos acionadas foram aquelas que fazem menção ao partido, como construção e (des)construção da imagem do partido e/ou da coligação. Sendo a menção ao partido ou à coligação exposta no sentido negativo ou positivo, verifica-se que, tanto o PT, quanto o PSDB, não foram citados de forma recorrente pelos políticos nos vídeos analisados.

Constata-se que, diante do contexto de escândalos de corrupção, como Petrolão, Mensalão e Lava Jato, que têm réus de ambos os partidos, foi bastante presente a tendência dos políticos em evitar a menção da base de apoio em suas narrativas, dando muitas vezes a ideia de uma sinuosa falta de vínculo entre o político e o partido.

Outro dado importante notado com o levantamento dos dados dessa pesquisa é referente às categorias construção ou (des)construção da imagem do país elencadas pelos candidatos. Pontua-se que a formulação da imagem do Brasil corresponde aos dados de governos anteriores, conforme o interesse do partido e do político.

De maneira positiva, Dilma elabora um Brasil a partir de 2002, início da gestão petista, e, negativa, ao lembrar o governo FHC. Enquanto Aécio fórmula positivamente o país do período da constituinte ao fim da gestão FHC e, negativamente, ao tratar de 2002 a 2016, período da esquerda no poder. Sendo assim, é pertinente dizer que a discussão sobre o país é fadada aos interesses do jogo político, e não às verdadeiras melhorias nos índices sociais, econômicos, educacionais de saúde e de desenvolvimento – o que se observa também nas temáticas políticas abordadas.

A partir dessas observações, ressalta-se o objetivo da pesquisa de tentar dar conta do fenômeno central do desenvolvimento das estratégias da construção da imagem política durante momentos de decisões, inclusive, para quebrar a ilusão dos eleitores com os candidatos, tendo em vista que personagens são formulados e construídos, temas são levantados e limitados, conforme os interesses políticos.

Por fim, a presente pesquisa de mestrado optou por escolhas metodológicas que evidenciassem as estratégias dos políticos e estabelecesse um diálogo com o momento

eleitoral de 2014 e o impeachment de 2016, pondo em evidência o contexto histórico no qual os protagonistas se encontram, em diálogo com a literatura utilizada e a problemática investigada.

Assim, os resultados apresentados no curto período de tempo apurado trazem um pequeno recorte da interface entre a comunicação e a política. Como se observa no levantamento, há uma quantidade de questionamentos a serem trabalhados em outros momentos, além de outros tipos de construções metodológicas e fundamentos teóricos que podem vir a ser mobilizados em trabalhos futuros.

Acredita-se, por fim, que os debates e pronunciamentos analisados nessa pesquisa configuram a importância dos eventos políticos que têm a mídia como sua arena primordial, para a escolha dos eleitores. Apesar de cada período apresentar suas particularidades, as estratégias da construção da imagem de Dilma Rousseff e Aécio Neves evidenciam que as propostas dos políticos só podem ser devidamente compreendidas a partir da constatação de que o *locus* atual da política é um ambiente profundamente afetado pela midiaticização.

## REFERÊNCIAS

ABÉLÈS, Marc. Rituales y comunicación política moderna. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique e outros. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Editora Gedisa, p.140-157, 1995.

AÉCIO NEVES. YouTube. **Entrevista após o julgamento do impeachment – 31/08/2016**. Brasília, Senado Federal, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kQufvJMTLhw>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AÉCIO NEVES. YouTube. **Pronunciamento na Votação do impeachment da presidente da República – 11/05/2016**. Brasília, Senado Federal, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5nTArD-pnhg>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AÉCIO NEVES. YouTube. **Pronunciamento no julgamento do impeachment – 30/08/2016**. Brasília, Senado Federal, 2016 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FD6KP0rTvjo>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Comunicação & política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.

ALBUQUERQUE, Afonso; DIAS, Márcia. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Civitas**. Porto Alegre, v.2, n. 2, p. 309-326, dez. 2002.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: cidadão comum, mídia e atitude política. Tese de doutorado (Ciências Humanas: Ciências Políticas) – Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <[http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/ALD%C3%89\\_2001.pdf](http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/ALD%C3%89_2001.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ALMEIDA, Jorge. Lula, Serra e o lugar de fala da mudança em 2002. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, 2015.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. **Dados...** Rio de Janeiro. v. 60, n. 2, p. 359-393, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Edição revista e actualizada). Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

BARRUCHO, Luís Guilherme. **Como Aécio virou o jogo e chegou ao segundo turno**. Da BBC Brasil em São Paulo, 05 nov. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141004\\_eleicoes2014\\_vitoria\\_aecio\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141004_eleicoes2014_vitoria_aecio_lgb)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico in Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983, p.122-155.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. v. 128, p. 85-103, 2017.

BRASIL. IBGE: **Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes**. Março 2017. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pib-vol-val\\_201701caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201701caderno.pdf)>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Prêmio da FAO reconhece resultados do Brasil no combate à fome**. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/novembro/premio-da-fao-reconhece-resultados-do-brasil-no-combate-a-fome>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Caso Lava Jato – Entenda o Caso**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretária de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**. Relatório final. – Brasília: SECOM, 2016.

BRAZILIAN VOTERS. **Debate Presidencial SBT 2º Turno 16-10-2014 completo**. [s. I.], 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRAZILIAN VOTERS. YouTube. **Debate Presidencial SBT 2º Turno 16-10-2014 completo**. [s. I.], 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho. Portugal: Cortez, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COHN-BENDIT, Daniel; VERHOFSTADT, Guy. **Pela Europa!** Manifesto por uma revolução pós-nacional na Europa. Editorial Presença, Lisboa, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n. 2, p. 307-339, 2007.

CORREIA, João Carlos. **Ideologia e hegemonia**. Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, p. 223-258, 2004.

DATAFOLHA. **Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma (52%) e Aécio (48%) chegam empatados ao dia da eleição**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1538369-dilma-52-e-aecio-48-chegam-empatados-ao-dia-da-eleicao.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma abre 20 pontos de vantagem sobre Serra**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/08/1131256-dilma-abre-20-pontos-de-vantagem-sobre-serra.shtml>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma cresce, e empata com Serra**. São Paulo, 2010 Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/05/1131363-dilma-cresce-e-empata-com-serra.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma lidera com 44%; Aécio (26%) e Marina (24%) empatam por 2º turno**. São Paulo, 2014. Disponível em: <[datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1527380-](http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1527380-)

[dilma-lidera-com-44-aecio-26-e-marina-24-empatam-por-2-turno.shtml](#)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma e Serra continuam empatados**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/07/1131325-serra-e-dilma-continuam-empatados.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Para maioria, governo de Michel Temer é pior que o de Dilma Rousseff**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/12/1940412-para-maioria-governo-de-michel-temer-e-pior-que-o-de-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Reprovação a Temer sobe para 51%**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1840600-reprovacao-a-temer-sobe-para-51.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Serra mantém vantagem sobre Dilma**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/04/1131370-serra-mantem-vantagem-sobre-dilma.shtml>>. Acessado em: 20 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Serra tem 54% entre os leitores da folha; Dilma e Marina estão empatadas**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/05/1131367-serra-tem-54-entre-os-leitores-da-folha-dilma-e-marina-estao-empatadas.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. EBookLibris, 2003. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DE CARVALHO JÚNIOR, Orlando Lyra de. Visibilidade midiática e carreiras parlamentares: análise comparativa entre deputados do Brasil e da Alemanha. In: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. **Anais...** Curitiba: Compólitica, 2013.

DE LIMA, Venício Artur. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.

DE OLIVEIRA, Luiz Ademir; LEAL, Paulo Roberto Figueira. A Disputa pelo Sentido da “Mineiridade”: A Construção da Imagem de Aécio Neves na Disputa Presidencial de 2014. **Novos Olhares**, v. 5, n. 1, p. 29-44, 2016.

ESTE É ALGUÉM. YouTube. **Band - Debate 2014 Presidente 2º turno Aécio Neves vs Dilma HD**. [s. I.]. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cwN8p9wjs9w> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

ESTE É ALGUÉM. YouTube. **Debate Record - Dilma x Aécio - 19/10/14 – O Presidenciáveis 2º turno / Vejalogo**. [s. I.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GZXulGfiWjs>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FERNANDES, Carla Montuori *et al.* Campanha permanente de Dilma Rousseff: uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais. 2016. **Mediaciones Sociales**, Madrid, Nº 15, 2016, pp. 81-100.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982 – 2006. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 432-453, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral. BIROLI, Flávia (Orgs). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 19-40, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, v. 44, p. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: Uma proposta metodológica. **FIGUEIREDO**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/128620961/Estrategias-de-Persuasao-em-Eleicoes-Majoritarias>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Após três eleições, Lula chega à Presidência da República**. Da Folha Online. Poder. São Paulo 2002. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo mineiro não divulga gastos com rádios de Aécio**. São Paulo 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1531982-governo-mineiro-nao-divulga-gastos-com-radios-de-aecio.shtml>>. Acesso em: 20/01/2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Bahia, [online], vol.27, n.71, p. 431-441, 2014.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 47, 2016.

GONDIM, Linda MP. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis. Revista Latino-americana**, Santiago – Chile, n. 44, 2016.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Pia Sociedade de São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GUARNIERI, Fernando. Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-177, 2014.

G1. **Aprovação ao governo Dilma é de 36%, informa pesquisa Ibope**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/aprovacao-ao-governo-dilma-cai-sete-pontos-diz-cni-ibope.html>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Da eleição ao impeachment**. Disponível em: <[especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-ao-impeachment/](http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-ao-impeachment/)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dilma faz discurso do lado de fora do Palácio do Planalto**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/videos/t/todos-os-videos/v/dilma-faz-discurso-do-lado-de-fora-do-palacio-do-planalto/5018783/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Debate presidencial no 2º turno**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/debate-presidencial-2-turno.html>>. Acesso em 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Em 1ª fala na TV, Temer defende reforma previdenciária e trabalhista**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/temer-faz-pronunciamento-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Íntegra: Dilma faz pronunciamento após impeachment passar pela Câmara.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/videos/v/integra-dilma-faz-pronunciamento-apos-impeachment-passar-pela-camara/4965470/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Leia e veja a íntegra do debate da Globo no 2º turno / G1.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Presidente afastada Dilma Rousseff faz pronunciamento à nação.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/videos/v/presidente-afastada-dilma-rousseff-faz-pronunciamento-a-nacao/5018741/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

**GZ. Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais.** 2016. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/brasil/item/61020-dois-dias-apos-impeachment-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais.html>>. Acessado em: 20 jan. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** TupyKurumin, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/3BkSKh>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HECLO, Hugh. Campaigning and governing: a conspectus. In: ORNSTEIN, Norman J.; MANN, Thomas E. *The permanent campaign and its future.* Washington, D.C., 2000. p.1-37.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e poder.** 2ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2012.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos administrativos.** 2014. Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB\\_2084\\_3\\_BRASIL\\_Relatorio\\_de\\_tabelas\\_imprensa.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_2084_3_BRASIL_Relatorio_de_tabelas_imprensa.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

KECK, Margaret. **PT: a lógica da diferença.** São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D.'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p.65-81, 2005.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. **Lumina:** revista da Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora: Ed. UFJF,

v.5, n.4, p.67-77, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.facom.ufjf.br/n9-juldez-2002>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **O PT e o dilema da representação política**. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Os riscos do personalismo na política. Juiz de Fora, **A3**, Juiz de Fora, 2ª ed., 2012.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; VIEIRA, Mário Braga Magalhães Hubner. O fenômeno da personalização da política: evidências comunicacionais das campanhas de Dilma e Serra em 2010. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.4, n.1 e 2, p. 41 a 50, jan./dez., 2009.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. O. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.40, p. 11-30, 1999.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos-CEBRAP**, n. 88, p. 21-37, 2010.

MADEIRA, Rafael Machado; VIEIRA, Soraia Marcelino; DA SILVA TAROUÇO, Gabriela. Agendas, preferências, competição: PT e PSDB em disputas presidenciais. **Caderno CRH**, v.29, n.80, p. 257-273, 2017.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n.29, p. 5-34, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição Ridendo Castigat Mores, 1996. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. **Sociologias**, v. 238, n. 11, p. 238-258, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Editora Plano, Brasília (DF), 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

NETO, André Perin Schmidt. A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil (Resenha dos textos de Luiz Werneck Vianna). **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, Porto Alegre, n.10, p. 83-96, 2009.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 52, p. 43-54, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Agenda Suprema–interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil. **Tempo Social**, v.28, n.1, p. 105-133, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. YouTube. **Pronunciamento** – Dilma Rousseff 15 de Abril. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nHZskHUXEKM>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n.100, p. 119-155, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PINTO, E. *et al.* A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **Texto para discussão**, v. 4, p. 1-42, 2016.

POPKIN, Samuel L. **The reasoning voter: Communication and persuasion in presidential campaigns**. University of Chicago Press, Chicago, 2. ed., 1994.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.33, n.96, 2017.

PSDB. **Aécio diz que nova agenda para Brasil deve gerar esperança e otimismo**. 2016. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/aecio-diz-que-nova-agenda-para-brasil-deve-gerar-esperanca-e-otimismo/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decisão de anular tramitação do *impeachment* na Câmara não tem amparo no Regimento, diz Aécio Neves**. 2016. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/decisao-de-anular-tramitacao-do-impeachment-na-camara-nao-tem-amparo-no-regimento-destaca-aecio-neves/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RECORD. **Segundo turno: Record promove debate entre candidatas à Presidência**. . [s. I.], 2014. Disponível em:< <http://rederecord.r7.com/video/segundo-turno-record-promove-debate-entre-candidatos-a-presidencia-543fbb4e0cf2e5455f55a88c/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RUBIM, A. A. C.. A contemporaneidade como idade da mídia. **Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, p.25-36, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. EDUFBA, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. Espetáculo, política e mídia. VII **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** – COMPÓS, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ufpb.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SAMPAIO, Thiago. A mídia e a campanha permanente: a disputa pela atribuição de responsabilidade no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). **Encontro da associação brasileira de ciência política**, Belo Horizonte, v.10, p. 30, 2016. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/midia-e-campanha-permanente-disputa-pela-atribuicao.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe** – Entenda como e por que você foi enganado. Le Ya, Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Escândalo Político – Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação da prestação de contas** – Eleições 2014. Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Eleitor e eleições**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resultado da eleição 2006.2** Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006)>. Acesso em :20 jan. 2018.

TV NBR. YouTube. **Dilma Rousseff concede entrevista coletiva sobre resultado de votação de processo de impeachment.** Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Q\\_AZFlejQRg](https://www.youtube.com/watch?v=Q_AZFlejQRg)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

TV NBR. YouTube. **Dilma Rousseff discursa após ser afastada.** Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V9m22irYlcE>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

TV SENADO. YouTube. **Aécio: Brasil precisa de ajustes, agenda será dura e Temer terá de ousar para surpreender.** 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q0YrvNA9958>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. YouTube. **Impeachment – Sessão Extraordinária – 29/08/2016 (PARTE 01).** Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk&t=69s>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Aécio Neves avalia que mobilização popular obriga governantes a buscarem maior conexão com o povo.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=429978&m=428011>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ao defender impeachment, Aécio Neves avalia que a crise econômica foi provocada por ações de Dilma.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=429978&m=428011>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Aécio Neves da Cunha.** Disponível em: <[ultimosegundo.ig.com.br/aecio-neves/53ea210f08ec508e570000a4.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/aecio-neves/53ea210f08ec508e570000a4.html)>. Acesso em 20 jan. 2018.

UOL. **Dilma Rousseff.** Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/dilma-rousseff.htm>>. Acesso em 20 jan. 2018.

VIANNA, Luiz Werneck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Editora Revan, Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 149–156, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Editora Revan, 2006.

\_\_\_\_\_. O ativismo judicial mal compreendido. **Boletim CEDES** [on-line], Rio de Janeiro, julho e agosto de 2008, p. 03-05. Acessado em: <[http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/08julho%20agosto/Microsoft%20Word%20-%20ativismo%20judicial%20\\_formatado\\_.doc.pdf](http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/08julho%20agosto/Microsoft%20Word%20-%20ativismo%20judicial%20_formatado_.doc.pdf)>. Disponível em: 30 de março de 2018.

WATTENBERG, Martin P. **The rise of candidate-centered politics**: Presidential elections of the 1980s. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

WEBER, Maria Helena. Hibridação de verdades políticas e midiáticas. **Intexto**: revista do Mestrado da Comunicação UFRGS, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 1-28, 1999.

WEBER, Maria Helena. **O espetáculo político-midiático e a partição de poderes**. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: <[http://www.unifra.br/professores/viviane/Artigo\\_Maria%20Helena%20Weber\\_prosul.pdf](http://www.unifra.br/professores/viviane/Artigo_Maria%20Helena%20Weber_prosul.pdf)>. Disponível em: 30 de março de 2018.

WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmen R. Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Mídia, representação e democracia no Brasil** – estudos sobre comunicação política. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.